

Ruralidades



I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente

GT 3: QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS



Avaliação das Políticas Públicas de Reforma Agrária: um olhar na segurança alimentar dos agricultores familiares

GT3: “Questão Agrária e Políticas Públicas”

1. Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Professor Adjunto nível 1 da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás na área de Políticas de Desenvolvimento Rural e Sociologia Rural. Coordenador do mestrado em Agronegócio da Faculdade de Agronomia e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara. Possui pós-doutorado pela FEAGRI-UNICAMP na área de Políticas e Desenvolvimento Rural. manoel77@yahoo.com.br

2. Me. Leandro de Lima Santos

Possui graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás (2005), especialização em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2008), Mestrado em Agronegócios pela Universidade Federal de Goiás - UFG, atualmente é Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), professor na Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás e nas Faculdades Sul-Americana - FASAM e Faculdade Araguaia- FARA. leandro.econ@gmail.com

RESUMO: A contribuição e proposição deste trabalho é avançar na agenda de pesquisa de avaliações das políticas públicas e seus efeitos para os agricultores familiares. Tem como objeto os Programas de Reforma Agrária com recorte analítico na temática da segurança alimentar numa dimensão territorial. O objetivo central do trabalho é apresentar e discorrer sobre o ambiente institucional, eficácias e entraves institucionais e organizacionais das políticas públicas de reforma agrária representadas por seus programas majoritários: Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa de Assentamentos Rurais (neste trabalho chamado de PA), bem como sobre os seus efeitos em elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla dos agricultores familiares inseridos nessas políticas. Nessa perspectiva, foi escolhido como universo empírico o Território Rural Vale do Rio Vermelho em Goiás, que apresenta as duas experiências

políticas num mesmo recorte temporal, a serem tratadas de maneira comparativa. A hipótese deste trabalho é que o Programa Nacional de Crédito Fundiário promove, ante indicadores, um maior nível de segurança alimentar aos agricultores familiares beneficiados que o Programa de Assentamentos, amparado por seu arranjo institucional.

1. Introdução

O uso mais adequado dos recursos públicos tornou-se uma exigência crescente nos últimos anos, os governos comprometidos com o cidadão têm se esforçado na busca de padrões de eficiência, eficácia e efetividade social nas gestões públicas, através de processos de avaliação continuada, legitimada pelos seus beneficiários. Sob essa perspectiva, a contribuição e proposição deste trabalho é avançar na agenda de pesquisa de avaliações das políticas públicas e seus efeitos para os agricultores familiares. Tem como objeto os Programas de Reforma Agrária com recorte analítico na temática da segurança alimentar numa dimensão territorial.

O objetivo central do trabalho é apresentar e discorrer sobre o ambiente institucional, eficácias e entraves organizacionais¹ das políticas públicas de reforma agrária representadas por seus programas majoritários: Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa de Assentamentos Rurais (neste trabalho chamado de PA), bem como sobre os seus efeitos em elementos de segurança alimentar² dos agricultores familiares inseridos nessas políticas. Nessa perspectiva, foi escolhido como universo empírico o Território Rural³ Vale do Rio Vermelho em Goiás, que apresenta as duas experiências políticas num mesmo recorte temporal, a serem tratadas de maneira comparativa.

Ao problematizar o estudo temos a seguinte indagação: os mecanismos institucionais desenvolvidos a partir de duas políticas públicas de reforma agrária podem

¹ Entraves são filtros institucionais e organizacionais quando esses dificultam a capacidade de operação e de obtenção de recursos dos atores em uma política pública. Filtros institucionais são as instituições (regras, normas, políticas públicas, convenções de mercado etc.) que pesam sobre as atuações dos atores e, quando se consolidam, passam a filtrar as capacidades destes em produzir, negociar, obter recursos e permanecer nos mercados (avançando ou retrocedendo).

² Elementos de segurança alimentar tratada de maneira ampla abarcam variáveis ou indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais como: nível de segurança alimentar, saúde, escolaridade, redes de cooperação, trabalho, renda, pluriatividade, formação de redes de proteção social, autoconsumo, condições da moradia, práticas ambientais mais sustentáveis, bens duráveis, acesso ao crédito, dentre outros (Cf. ALMEIDA, Luiz Manoel de Moraes Camargo, *Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas*, 2008. p. 49).

³ A Caracterização geral da denominação “Território Rural”, Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por base as microrregiões geográficas com densidades demográficas menores que 80 hab/km² e população média por município de até 50.000 habitantes e com grande concentração de agricultores familiares (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Desenvolvimento Territorial*, 2009, Disponível em: [www.mda.gov.br/saf/arquivos/1602516123.pdf] Acesso em: 15 dez. 2009. Não paginado)

promover diferentes patamares de segurança alimentar para os agricultores familiares delas beneficiários? Tal questionamento reforça um dos eixos centrais deste trabalho, a hipótese de que o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) promove, ante indicadores, um maior nível de segurança alimentar aos agricultores familiares beneficiados que o Programa de Assentamentos (PA), amparado por seu arranjo institucional.

Enseja verificar se em situações similares de estabelecimento num determinado território rural, onde as interações socioeconômicas são bem parecidas, um dado arranjo institucional, neste caso específico o do PNCF, conduz os agricultores beneficiários a condições visivelmente melhores no que se refere à cristalização de elementos de segurança alimentar, apontando tendências de sua aparente superioridade em indicadores explicativos como o autoconsumo, o acesso ao crédito e o período de dedicação à produção na gleba. Discute a hipótese de que as trajetórias sociais e de vida dos agricultores familiares beneficiários dos programas não são fatores determinantes para os resultados obtidos na avaliação de políticas públicas de reforma agrária.

2. Metodologia e Universo Empírico

O desenvolvimento do trabalho teve apoio na análise quantitativa e qualitativa dos dados provenientes das pesquisas de campo realizadas com a aplicação de questionários, entrevistas abertas e a partir dos registros dos diários de campo. Para a avaliação do efeito das políticas de Reforma Agrária na (In) Segurança Alimentar (IA) dos agricultores familiares foi realizada uma pesquisa pelo método de *Surveys*, com aplicação de um conjunto de questões semi-estruturadas, através da metodologia do grupo de pesquisa *Rede Alimenta* da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), incorporando, ainda, questões específicas dos programas selecionados para análise.

A amostra estratificada foi definida com recorte apenas nos beneficiários de ambas as políticas mencionadas e cuja instalação tenha se dado no território delimitado. Para fins de nivelamento, instituiu-se que os agricultores entrevistados deveriam possuir, no mínimo, três anos de inserção no seu programa, prazo normalmente referenciado pelos órgãos governamentais gestores da Reforma Agrária para que se obtenha a consolidação da proposta produtiva do beneficiário, posteriormente aos respectivos processos de implantação.

Para mensurar o nível de segurança alimentar dos agricultores familiares foi utilizada a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), que é um método de mensuração da situação alimentar domiciliar, que objetiva captar distintas dimensões da

Insegurança Alimentar (IA), classificando os domicílios (ou famílias beneficiárias) em quatro níveis⁴

Finalmente, para avaliar quantitativamente e qualitativamente os efeitos das duas políticas na cristalização dos elementos de segurança alimentar foram correlacionados indicadores sociais, de produção, econômicos, tecnológicos, de acesso a créditos, dentre outros, com níveis de (In) Segurança Alimentar auferidos na EBIA.

O quadro 1 apresenta uma segunda etapa da pesquisa, em que foram definidas categorias de análises da política, ou seja, selecionadas variáveis-macros para análise do programa específico. Tais categorias foram definidas a partir de fatores que englobam o próprio conceito de segurança alimentar, tratado de maneira ampla, abarcando dimensões qualitativas e quantitativas.

Foi tomado um indicador basilar (Nível de (In) Segurança Alimentar) para inferenciar a categoria de análise, saindo do ambiente macro para níveis mais explicativos. E, por fim, foram delimitadas as variáveis de análise para cada categoria, ou seja, definição de quais variáveis-micros poderiam explicar o indicador passíveis de observação na pesquisa de campo. Esta etapa foi considerada fundamental para a construção dos instrumentos para o levantamento de dados.

Quadro 1: Categorias sociais e econômicas a serem confrontadas com a EBIA e parâmetros auxiliares de análise.

Indicador a ser confrontado com as variáveis de análises	Categorias de análises	Variáveis de análises
<i>EBIA</i> - Nível de (In) Segurança Alimentar	1 – Renda	1 - Renda Agrícola e não agrícola; Fatia da renda gasta com alimentação.
	2- Escolaridade	2 - Nível de escolaridade do chefe de família
	3 – Trabalho	3 - Período de dedicação à gleba (pluriatividade)
	4. Perfil produtivo	5 - Nível de diversificação da produção
	5 – Autoconsumo	6 - Nível de autoconsumo
	6-Acesso ao crédito	7 - Quantidade de famílias beneficiadas e valor acessado

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de ALMEIDA, 2008.

⁴ Segurança Alimentar (SA), quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; Insegurança Alimentar Leve (IAL), quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, portanto, risco para a sustentabilidade e, ainda, comprometimento da qualidade da dieta; Insegurança Alimentar Moderada (IAM), quando aparecem restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas e Insegurança Alimentar Grave (IAG), quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto para a alimentação de adultos, como das crianças.

As etapas metodológicas para a construção e a qualificação dos indicadores ou das variáveis comparativas foram conduzidas a uma análise comparativa na qual as variáveis são confrontadas com os resultados da *EBIA*. Para auferir indicadores que expressarão o nível de Segurança Alimentar dos beneficiários das políticas públicas de Reforma Agrária em questão, tomou-se suas amostras, cuja instalação deu-se no Território Rural Vale do Rio Vermelho no Estado de Goiás. Tal território é delimitado pelo Sistema de Informações Territoriais do Ministério de Desenvolvimento Agrário, autarquia apresentada como órgão regulador de tais políticas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Território Vale do Rio Vermelho abrange uma área de 12.040,50 Km² e é composto por 16 municípios: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana. A população total do território é de 148.308 habitantes, dos quais 34.650 vivem na área rural, o que corresponde a 23,36% do total, deste segmento, 8.128 são considerados agricultores familiares.

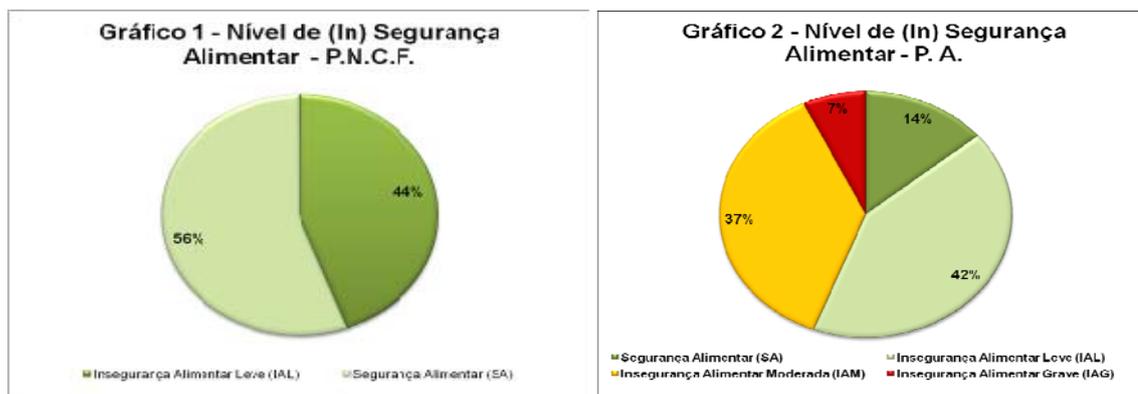
3. Segurança Alimentar e Programas de Reforma Agrária: análise e discussão dos resultados

Dentro da perspectiva metodológica, este item do trabalho tem o objetivo de dar bases a essa comparação entre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa de Assentamentos (PA) a partir do recorte na temática da Segurança Alimentar sob as categorias de análise e indicadores descritos no item metodológico deste trabalho.

O gráfico 1 demonstra uma situação em que, de acordo com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) se reportam a duas situações: Segurança Alimentar (SA), onde não apresentam nenhuma restrição alimentar e nem incertezas quanto à alimentação futura, e Insegurança Alimentar Leve (IAL), em que, em suma, não há nenhum tipo de privação de alimentos, na ordem de 44% e 56% das famílias pesquisadas, respectivamente.

Aspecto diverso apresentou o Programa de Assentamentos (PA), que demonstrou Segurança Alimentar (SA) em apenas 14% da amostra, e o restante em escalas de 42% para Insegurança Alimentar Leve (IAL), 37% de Insegurança Alimentar Moderada (IAM) e 7% de Insegurança Alimentar Grave (IAG). Para estes dois últimos níveis são atrelados cenários respectivos de restrições quantitativas na alimentação e redução significativa da quantidade de alimentos disponíveis a adultos e crianças, sugerindo uma situação de fome.

Gráficos 1 e 2: Discriminação das famílias beneficiárias segundo a Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar – EBIA.



Fonte: Pesquisas de campo, 2010.

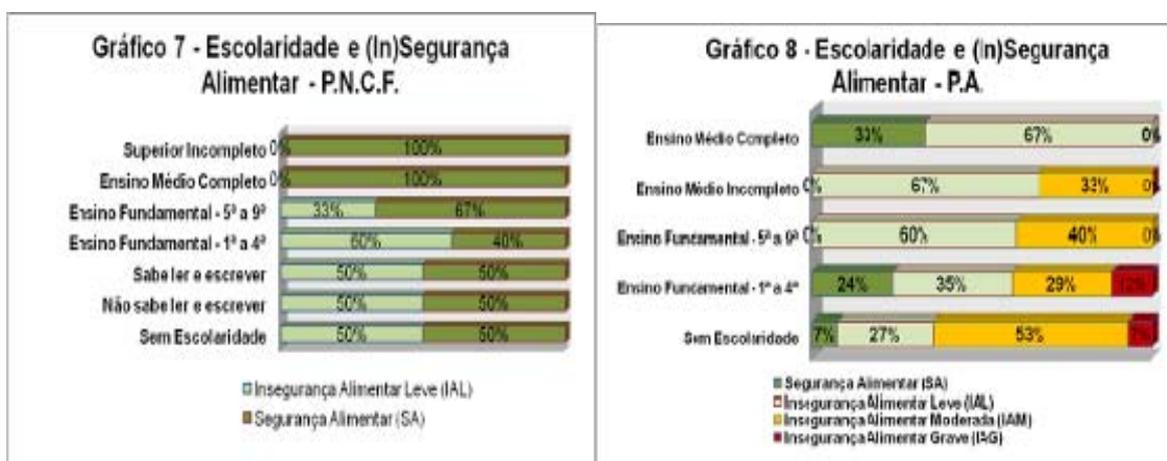
Os gráficos 3 e 4 apresentam cruzamentos de dados do indicador de referência (EBIA) com escolaridade, em que tomou-se o nível de escolaridade do representante da unidade familiar junto aos programas de reforma agrária, ou seja, os chefes de família. Fator interessante captado nesta categoria, e que se faz necessário comentá-lo a esta altura do trabalho, dada a característica deste trecho que remete a uma comparação, foi a similaridade dos resultados referentes aos dois programas.

A exposição dos tópicos anteriores mostra que, coincidentemente, em ambos os programas, as escolaridades dos chefes de família apresentam uma moda estatística idêntica em 52% das amostras, o chefe de família só estudou no máximo até o final do ensino fundamental (9ª série) e para os que se consideram analfabetos (ou sem escolaridade) o percentual é de 26% no PNCF e 35% no PA, indicando uma relativa proximidade também nesse quesito.

A análise acima desmistifica a especulação da existência de públicos diferenciados, quanto ao grau de instrução escolar, para os dois programas, pois a crítica residia no fato de que o PNCF, por apresentar alguns procedimentos burocráticos que precediam um maior envolvimento do candidato, acabava por segregar beneficiários em potencial, prejudicados por sua falta de instrução (ou escolaridade). Logicamente, tem-se a contrariedade de tal hipótese à luz dos dados encontrados pela pesquisa de campo que apóia este trabalho.

Nos dois gráficos que se seguem, é reiterada a idéia exposta acima. É expressa uma correlação de proporcionalidade direta ou, ao menos, sugere uma tendência de que quanto maior o nível escolar do chefe de família, menor o nível de insegurança alimentar (ou maior o nível de segurança alimentar) em ambos os programas. Entretanto, os programas não apresentam as mesmas escalas encontradas através da EBIA, haja vista que a situação mais crítica é apresentada pelo PA, no segmento cujo chefe não possui escolaridade alguma, em que se percebe o percentual de 60% de famílias que se encontram nos níveis de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave.

Gráficos 3 e 4: Relação entre escolaridade dos chefes de família e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisas de campo, 2010.

A análise a seguir perfaz a categoria referente ao trabalho direcionado à produção na parcela de terra, escolhido o indicador que delimita o tempo estimado de labor dedicado à produção. No gráfico 5, a relação esperada foi confirmada, pois foi constatado que quanto maior o tempo de dedicação ao trabalho, menores os níveis de insegurança alimentar (ou maior o nível de segurança alimentar). Há de se salientar ainda que o PNCF é tolerante à pluriatividade, ou seja, é permitido ao beneficiário realizar outras atividades fora de sua gleba, desde que esta esteja sendo aproveitada corretamente.⁵ Entretanto a pesquisa de campo captou a informação de que 74% dos chefes das famílias entrevistadas encontravam-se na parcela no momento da visita, ou seja, tal fato aponta indícios de que com a dedicação majoritária à produção na gleba são desencadeadas situações mais confortáveis de segurança alimentar.

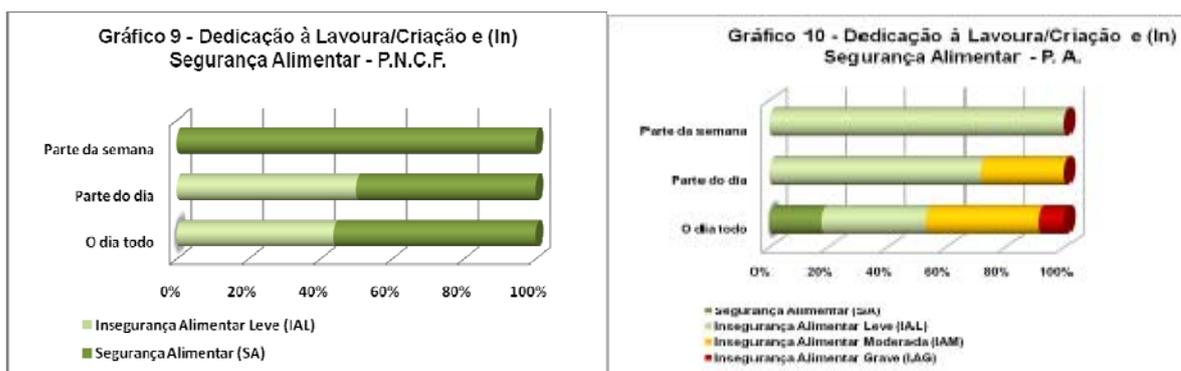
O gráfico 6 mostra que esta categoria apresenta resultados ambíguos quando

⁵ O aproveitamento adequado da parcela é fiscalizado sistematicamente pela UTE, segundo informações obtidas junto ao coordenador da unidade no estado de Goiás, o ideal é que sejam feitas, no mínimo 3 (três) visitas técnicas anuais, sendo que a alegação é de que essa meta está sendo cumprida.

referentes aos programas. Diferentemente do PNCF, para o PA, é sugerida uma relação inversamente proporcional entre período de dedicação à produção no lote e segurança alimentar, em que, por exemplo, em situações de dedicação integral à gleba, têm-se aproximadamente 45% de famílias em Insegurança Alimentar Moderada ou Grave. Esse percentual muda em cenários de dedicação parcial, em que é percebida queda substancial no número de famílias em Insegurança Alimentar Moderada, aproximadamente 25%, e desaparece a faixa de Insegurança Alimentar Grave.

A constatação acima reporta à idéia de que o assentamento rural não corresponde satisfatoriamente à geração de divisas pela produção, mal aproveitada ou mal estimulada. O fato é que os beneficiários estão buscando alternativas fora do empreendimento para escapar de condições alimentares deficitárias. Tal fato se mostra ainda mais crítico, pois no Programa de Assentamentos é imposta a condição de dedicação do beneficiário à produção na parcela adquirida, sob pena de haver a suspensão da concessão de uso. Foram encontrados 89% dos chefes de família em suas glebas. Porém, destes beneficiários, aproximadamente 10% afirmaram, mesmo contrariando o dispositivo supracitado, que realizam trabalhos e captam rendas fora do assentamento, pois, segundo eles, não existem condições e nem estímulos à produção no local e esta seria uma alternativa para suas famílias não sofrerem mais ainda com a privação de alimentos.

Gráficos 5 e 6: Relação entre o período de dedicação às atividades na gleba e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisas de campo, 2010.

Na categoria de análise renda a ser confrontada com resultados da EBIA, foi eleito o indicador renda agrícola como sendo explicativo, dada a importância atribuída pelas diretrizes de ambos os arranjos. A criação desse tipo de renda é objetivada como sendo fator fundamental para a emancipação econômica dos beneficiários. A existência do rendimento conseguido através de atividades desenvolvidas no lote que satisfaça às necessidades do agricultor familiar, pressupõe o sucesso da política pública de reforma

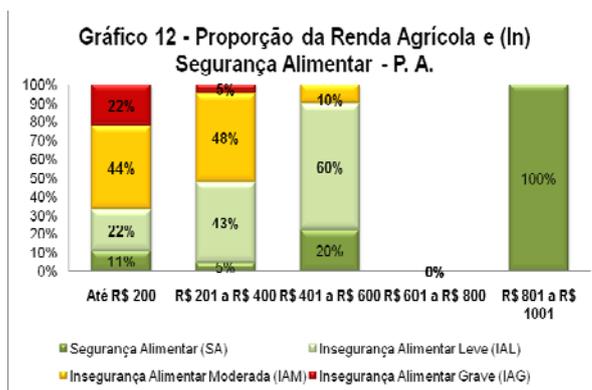
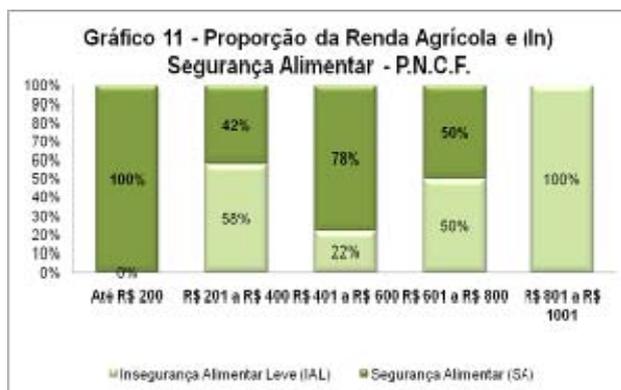
agrária, ou seja, a desconcentração da propriedade da terra é condição necessária, mas pouco significativa caso não haja viabilidade econômica dos projetos implantados.

Os gráficos 7 e 8 mostram, mesmo a desconsiderar os *outliers* verificados nos resultados do PNCF para esta categoria (duas famílias: uma ao início e uma ao final do intervalo), um alinhamento das políticas na corroboração de que a insegurança alimentar é menor (ou maior a segurança alimentar) quando se tem uma maior renda obtida através das atividades na parcela de terra. No PA, por exemplo, para a faixa de renda agrícola de até R\$ 200, verifica-se um percentual de 66% das famílias em níveis de insegurança alimentar moderada ou grave, já na faixa de renda agrícola de R\$ 401 a R\$ 600, tem-se o percentual de 10% de famílias no nível de Insegurança Alimentar Moderada e nenhuma no nível Grave.

Nessa categoria, há que se fazer uma ressalva, como demonstrado anteriormente. Tem-se que a média simples de renda agrícola auferida pelos beneficiários do PNCF é de aproximadamente R\$ 455,19, sendo que, para essa faixa de renda haveria uma correspondência de 78% de Segurança Alimentar (SA). Em análise similar contida nas discussões para o PA, a renda média agrícola percebida é da ordem de R\$ 370,88, intervalo em que se encontram apenas 5% das famílias em condições de Segurança Alimentar (SA).

Aproveitando o rumo tomado nesta análise, cabe fazer uma observação simples quanto aos resultados encontrados até este ponto. Aproximadamente, metade (49%) dos beneficiários do PA encontram-se na faixa de renda que vai de R\$ 201 a R\$ 400, o gráfico 12 mostra que, para esta faixa de renda tem-se 5% das amostras em situação de Segurança Alimentar. Acredita-se que essa proporção está ligada às situações de pluriatividade, ou seja, para alcançar este nível os beneficiários tiveram que captar rendimentos em atividades realizadas fora de suas parcelas.

Gráficos 7 e 8 - Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de Renda Agrícola auferida e nível de (in) segurança alimentar.



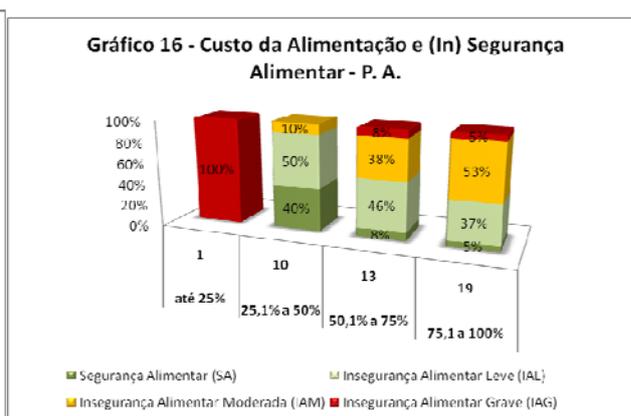
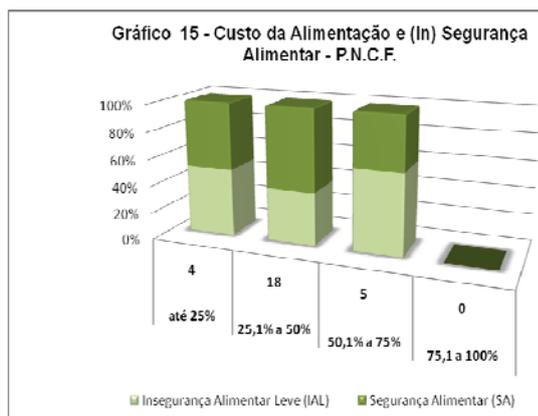
Fonte: Pesquisas de campo, 2010.

Complementando a categoria de análise anterior, tomou-se um indicador, em que foi abordada a SA em relação à renda total somando-se as rendas agrícolas e não agrícolas, sendo que, para esta última, considerou-se inclusive os auxílios recebidos através de mecanismos de assistência social, tais como Bolsa Família e Renda Cidadã. Esta inferência mostra-se bastante importante, pois para algumas famílias, o sustento advém de fontes alheias ao âmbito de suas parcelas.

Os gráficos 9 e 10 demonstram uma relação clara, descontados os *outliers* e até uma afirmação demasiadamente lógica de que quanto maior o comprometimento da renda total para a aquisição de alimentos, maiores são os níveis de insegurança alimentar em ambos os programas. A diferença específica registrada nesta categoria reside na quantidade majoritária de famílias por faixa de comprometimento da renda: enquanto no PNCF, a maioria das famílias (18) encontram-se na faixa que vai de 25,1% a 50% de renda utilizada, no PA percebe-se que a maior parte delas (19) ocupam a faixa que vai de 75,1% a 100% de renda comprometida com alimentação, indicando uma situação de subsistência de seus beneficiários.

Essa inferência foi colocada em meio às análises que envolvem a categoria renda, a fim de fazer uma comparação direta entre os programas de reforma agrária no seguinte sentido: é percebido que os beneficiários do PNCF, mesmo sem contar com a quantidade de auxílios recebidos, como os que foram percebidos no PA, apresentam um cenário de Segurança Alimentar (SA) e, na pior das hipóteses, Insegurança Alimentar Leve (IAL), ou seja, tudo indica que houve pouca influência dos poucos benefícios recebidos para este resultado. Enquanto que para os beneficiários do PA, é dedutível que se não fossem tais auxílios, possivelmente os percentuais que envolvem famílias em níveis de insegurança alimentar em seus estágios mais críticos seriam substancialmente majorados, pois, para muitas delas, é um complemento de renda extremamente considerável.

Gráficos 9 e 10 - Classificação das famílias beneficiárias segundo percentual da renda total gasto com alimentação e nível de (in)segurança alimentar.

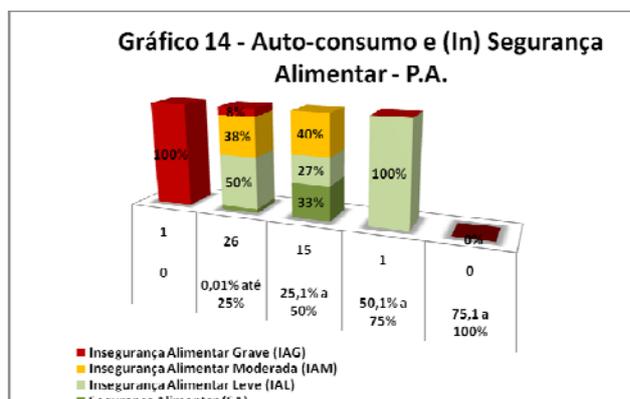
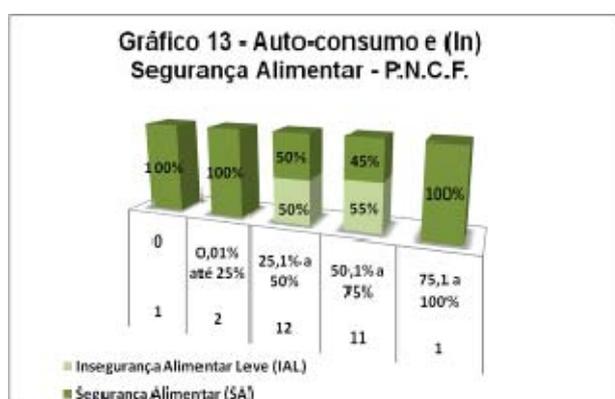


Fonte: Pesquisas de campo, 2010.

A categoria de análise autoconsumo, vem representada a seguir pelos gráficos 11 e 12, que demonstram a relação entre as faixas percentuais de consumo de produtos produzidos no próprio lote frente ao consumo total e a (in) segurança alimentar verificada. Nessa perspectiva, é notória a tendência à diminuição de níveis mais críticos de insegurança alimentar (ou aumento do nível de segurança alimentar) quanto maior for o percentual de auto-consumo.

Esse quesito mostrou-se invariavelmente importante, uma vez que foi constatado neste estudo que as famílias que estrategicamente produziam para o seu autoconsumo (a exemplificar hortaliças, frutas, aves e suínos) apresentavam condições melhores de segurança alimentar e, nesse sentido, os beneficiários do PNCF mostraram-se mais abastecidos. A faixa percentual que mais abarcou famílias (12 no total) do PNCF foi a em que de toda a alimentação familiar 25,1% a 50% provêm de produtos oriundos da própria gleba, enquanto no PA, a moda está contida na faixa que vai de 0,01% a 25% da mesma análise (contando com 26 famílias).

Gráficos 11 e 12 - Classificação das famílias beneficiárias de acordo com o percentual de autoconsumo total e o nível de (in) segurança alimentar.

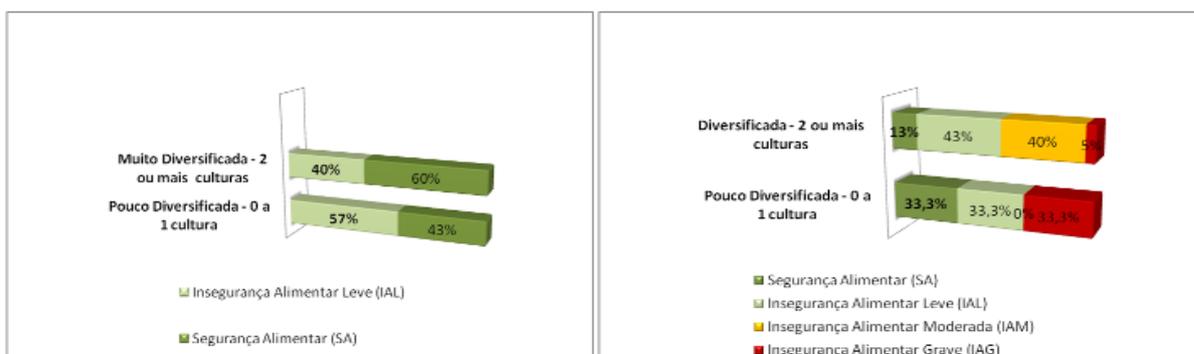


Fonte: Pesquisas de campo, 2010.

A próxima categoria de análise trata do perfil produtivo dos beneficiários, com recorte no nível de diversificação da produção. Esse indicador reforça que a idéia de se diversificar a produção vai além da criação de oportunidades de venda de produtos. A maioria das famílias atestaram não trabalhar com o monocultivo, pois existe a preocupação com a garantia, dentro da própria parcela, da produção dos alimentos consumidos e este anseio passa pela diversificação produtiva a fim de balancear o cardápio diário. O cruzamento exposto nos gráficos 13 e 14 mostrou que quanto mais diversificada a produção menor os índices de (in) segurança alimentar. No entanto, é reconhecido um paradoxo entre a produção especializada para a obtenção de renda e a produção de alimentos para o autoconsumo. Paradoxos que se fazem presentes na discussão das ruralidades contemporâneas.

A quantidade de famílias que alegam ter a produção pouco diversificada é considerada pequena: para o PNCF apenas 7 famílias alegaram ter a produção pouco diversificada. Dessas, 5 famílias concentram-se apenas na produção de leite e 2 apenas na produção de pimenta. Em ambas as situações a produção é entregue a uma única empresa compradora. No PA, a relação de famílias que consideraram ter seu perfil produtivo pouco diversificado pode até ser considerada insignificante ante ao total observado. Apenas 3 das 43 afirmaram empenho em apenas uma cultura e destas, somente 1 alcançou uma segurança alimentar. No entanto, nem mesmo a diversificação da produção das famílias restantes (40) proporcionou estágios mais favoráveis quanto a sua segurança alimentar, apresentando um percentual de 45% em condições de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave.

Gráficos 13 e 14 – Classificação das famílias beneficiadas segundo escalas de diversificação da produção e o nível de (in) segurança alimentar – PNCF e PA.



Fonte: Pesquisas de campo, 2010.

Finalmente, os gráficos 15 e 16 alinham-se à categoria de análise Acesso a Crédito e foram colocados apenas como parâmetro auxiliar, haja vista que não houve

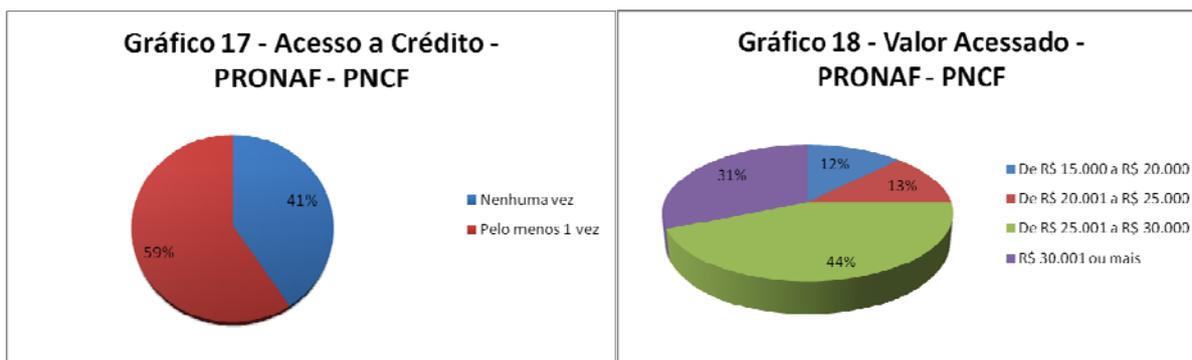
quaisquer liberações de créditos do PRONAF aos beneficiários do PA, o que impossibilitou comparação. 59% dos beneficiários do PNCF já haviam acessado tal apoio financeiro e, em sua maioria, 44%, percebe-se uma retirada dentro da faixa que vai de R\$ 25.001 a R\$ 30.000, o que representa, no mínimo, dois acessos.

Tem-se que o crédito a fomentar a produção inicial é de suma importância. Apesar de terem praticamente o mesmo tempo de inserção na gleba, os beneficiários do PA obtiveram apenas créditos considerados como apoio (R\$ 2.400), enquanto ainda estavam acampados e crédito com destinação específica para a construção de suas moradias (R\$ 10.000), mas nenhum crédito com destinação direta ao plantio ou à formação de rebanhos, o que pode explicar, conseqüentemente, parte da sua degeneração produtiva e conseqüentemente alimentar.

O fato dos beneficiários do PA não terem acessado qualquer tipo de crédito para a produção reside num travamento essencialmente institucional, pois no momento de criação do assentamento, em outubro de 2006, não foi exigido o licenciamento ambiental completo junto ao órgão competente. Dessa sorte, o Assentamento Liberdade acabou por ser penalizado pelo fato de em dezembro de 2006 ser promulgada a resolução CONAMA nº 387, que reafirmou e conduziu à necessidade do licenciamento ambiental para projetos de assentamento, porém, permitindo apenas a apresentação de um relatório ambiental simplificado contendo ainda um laudo agrônomo, a ser protocolado no órgão ambiental.

O referido licenciamento tornou-se exigência ao acesso de qualquer tipo de crédito rural, inclusive PRONAF. Fato diverso ocorre diante do arranjo institucional do PNCF, pois, desde a criação de seu antecessor, o Banco da Terra, tal documentação é exigida no momento de consolidação do financiamento, o que contribui para que a disponibilização do crédito para a produção seja praticamente instantânea para os novos beneficiários. Acredita-se que o acesso ao crédito foi importante para a condução dos beneficiários a situações de segurança alimentar, porém, o que foi percebido, ainda, é o fato de que 41% dos beneficiários não acessaram o PRONAF e nem por isso alcançaram patamares críticos de insegurança alimentar, buscando sustento em sua própria produção sem recorrer ao endividamento.

Gráficos 17 e 18 - Classificação percentual das famílias do PNCF beneficiadas com crédito do PRONAF e discriminação de acordo com o valor acessado pelas mesmas.



Fonte: Pesquisas de campo, 2010.

4. Considerações Finais

Dada a dimensão de análise comparativa deste trabalho, ambos os programas acabam atingindo o mesmo público e estipulam condições e contrapartidas similares à candidatura de seus beneficiários, porém foram identificadas algumas eficácias e entraves organizacionais. Para essas considerações, foram elencados alguns aspectos tratados neste trabalho e considerados cruciais diante da vertente de análise.

O PNCF mostrou-se mais participativo, pois sustenta-se em Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como envolve órgãos em todos os níveis da Federação, descentralizando as ações estatais. Acredita-se que esse arranjo conduz às melhores escolhas de beneficiários, pois o processo é avaliado por todos os segmentos envolvidos, com o intuito de evitar o beneficiamento de indivíduos que não possuem perfil para tanto. Exemplo disso é a percepção de que aproximadamente 20% dos beneficiários do PA não tinham experiência agropecuária anterior, alegando funções diversas que não o trabalho agrícola, algo que é condição de elegibilidade para o PNCF.

No PA é percebida uma centralização das ações junto ao INCRA, o que, por vezes, atrasa o processo de escolha e condução das famílias à área. Relatos de atraso nos procedimentos foram identificados junto aos seus beneficiários. A questão da participação do potencial beneficiário na escolha da terra mostra-se um tanto quanto importante ao passo que foi identificado que no assentamento rural, diferentemente do aglomerado do PNCF, as terras são obtidas através de instrumentos que nem sempre são eficientes em termos de fertilidade ou ainda se mostram incompatíveis com as culturas almejadas. Tal indício foi apontado pela exposição das características dos dois empreendimentos adquiridos, sendo que as terras do PNCF, segundo relatos técnicos, mostram-se superiores em termos de fertilidade e de condições de plantio ou criação proporcionadas também pelo seu relevo, mesmo sendo menores em tamanho.

Outro fato que mostrou-se um entrave organizacional ao Programa de

Assentamentos (PA) foi o fato de que o trabalhador rural beneficiário do programa de assentamentos, na maioria dos casos, tem a falsa impressão de gratuidade na aquisição da terra, dado o grande período de carência para se reembolsar o erário. Acredita-se haver um desestímulo à produção na gleba, que geraria o próprio sustento e recursos para o reembolso do valor da terra ao Estado (conduzindo inclusive às condições de segurança alimentar). Algo diverso acontece no PNCF, pois há a conscientização do pagamento e acompanhamento da produção nas parcelas de terra entregues através de vistorias.

Diante das categorias de análises, ao expor o resultado considerado o parâmetro de observação desta formulação, denotado pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), foi corroborada a substancial superioridade do PNCF, retratada nos níveis encontrados em tal escala. Isso é contundente ao ponto de revelar que parte dos beneficiários do PA encontra-se em estágios de insegurança alimentar com restrições quantitativas de alimentos e o PNCF revelou, quando não situações de segurança alimentar, cenários onde existiam apenas restrições qualitativas ou preocupações quanto à falta de alimentos.

Tomando esse ponto de partida, foi dado início a uma série de cruzamentos de indicadores que buscaram auferir a cristalização de elementos de segurança alimentar e, nessa perspectiva, passando por categorias de análises que nortearam a comparação entre os programas. Abaixo resumiu-se o que foi considerado mais relevante nesses resultados:

1. Escolaridade: Apesar de obterem praticamente o mesmo patamar de instrução escolar, fez-se a reflexão pontual de que no PA, para a faixa cujo chefe de família é analfabeto, percebe-se que a maioria das famílias encontram-se nos níveis de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave;
2. Trabalho: Diferentemente do PNCF, no PA foi percebida uma situação em que quanto maior a dedicação à produção no lote (ou permanência no local) maior a insegurança alimentar, apontando para déficits do assentamento rural quanto à criação de condições de sustento, conduzindo beneficiários à pluriatividade;
3. Renda: Foi percebida a superioridade quanto à renda de origem agrícola dos beneficiários do PNCF. Fazendo uma correlação com a categoria anterior, sugeriu-se que os beneficiários do PA, para alcançarem situações de segurança alimentar têm de buscar renda através de atividades fora de sua gleba. No PA, considerando a renda total, foi percebido um maior número percentual de famílias que a comprometem, em grande parte, com a compra de alimentos, dessa sorte, encontrando-se a grande maioria em insegurança alimentar;

4. Perfil Produtivo: As análises mostraram que quanto mais diversificada a produção menor os índices de (in) segurança alimentar, o que reforça a hipótese de que os assentamentos que optam pela diversificação têm maiores perspectivas de sucesso. Mesmo as famílias do PA detentoras de produção considerada diversificada, apresentaram um percentual de 45% em condições de Insegurança Alimentar Moderada ou Grave;
5. Autoconsumo: Constatou-se que no PNCF, a maior parte das famílias têm um razoável nível de autoconsumo, em que a moda indicou que de toda a alimentação familiar 25,1% a 50% provém de produtos com origem na própria gleba, enquanto no PA, essa moda vai de 0,01% a 25%; e,
6. Acesso a crédito: Foi constatado um entrave institucional pelo fato dos beneficiários do PA não terem acessado qualquer tipo de crédito rural para custearem o início de suas produções, algo que têm influência em cenários de segurança alimentar. Porém não é explicação única a esta última, haja vista que há beneficiários do PNCF que não acessaram o referido crédito e se encontram em situações mais confortáveis na EBIA.

O fato é que a implantação de ambos os projetos em um mesmo território, em similares articulações econômicas e sociais, fizeram de um dado arranjo institucional com seus recursos financeiros, políticos, organizacionais, entre outros, fator de relevância comprovada para a condução dos agricultores absorvidos às condições visivelmente melhores de segurança alimentar.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. M. M. C. *Estrutura de Governança e Gestão das Redes e Programas de Segurança Alimentar: Análise Comparativa entre Municípios Paulistas*. Campinas, SP: UNICAMP/ Faculdade de Engenharia Agrícola, 2008. Relatório Técnico - Científico de Bolsa de Pós-Doutorado no país.

ALMEIDA, L. M. M. C. *Avaliação da Eficácia dos Programas de Segurança Alimentar e do Nível de Coesão Social das Redes Formadas: Análise Comparativa entre Municípios Brasileiros de Araraquara-SP e Goiânia-GO*. Goiânia: UFG, 2009. Projeto de Pesquisa apresentado ao MCT/CNPQ.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Desenvolvimento Territorial*, 2009, Disponível em < www.mda.gov.br/saf/arquivos/1602516123.pdf > Acesso em: 15 dez. 2009.

CAMARGO, L.; MUSSOI, E. M.; CAZELLA, A. A. *Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro*, In: XLIII Congresso Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural . Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *O Incra e o Assentamento*, 1995. Disponível em: <www.incra.gov.br/portal/index.php>. Acesso em: 08 out. 2009.

PAULILLO, L. F.; PESSANHA, L. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização: In. PAULILLO, L. F. et. al. *Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos: Edufscar, 2002.

PAULILLO, L. F. ALMEIDA, L. M. M. C. Redes de segurança alimentar e agricultura familiar: a merenda escolar como instrumento de desenvolvimento local. *Cadernos de Debate*, Campinas-SP: v. XI, n. 1, 2006.

SEGALL-CORRÊA, A. M. ; PANIGASSI, G. ; SAMPAIO, Maria de Fátima Archanjo ; MARIN, Leticia León ; PEREZESCAMILLA, Rafael . Validación de instrumento de medida de la inseguridad alimentaria y hambre, em el contexto de las políticas brasileñas de combate el hambre. *Perspectivas en nutrición humana*, v. 2, 2007.



MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE: OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Juliano Luis Borges - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
jlb_br@yahoo.com.br
GT3: “Questão Agrária e Políticas Públicas”

A análise dos movimentos sociais deve enfatizar elementos culturais e políticos que evidenciem a singularidade de atores coletivos e a configuração de novas formas de ação. Os movimentos sociais rurais quando conquistam seus objetivos – assentamentos –, após todo um processo de lutas e reivindicações pela reforma agrária, estendem o universo construído em meio a esse processo, principalmente sua organização coletiva e consciência política, para o cotidiano dos assentamentos. Esses aspectos acarretam peculiaridades que permitem aos assentamentos a inserção em um novo modelo de produção no atual contexto da agricultura no país. A agricultura sustentável absorve, em termos concretos, esse nível de organização sociopolítica. O trabalho aqui resumido visa proporcionar uma reflexão sobre as possibilidades de assentamentos de reforma agrária se inserirem no paradigma agroecológico de sustentabilidade, calcado na proposta de uma extensão rural agroecológica. Através da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), estão sendo criadas estratégias voltadas, essencialmente, à organização coletiva, à produção ecológica e ao desenvolvimento endógeno. Nesse sentido, seus contornos transformam a assistência técnica e extensão rural (Ater) na mediadora de um processo que visa um novo caminho, uma nova perspectiva para os assentamentos rurais do país.

Introdução

Os efeitos da produção agrícola, calcada em um padrão tecnológico de acumulação, expansão e fortalecimento do processo capitalista de produção, oriundo da Revolução Verde, são profundamente contestados e criticados por um novo paradigma de

desenvolvimento para a agricultura: a sustentabilidade. Dessa forma, dentro da atual discussão de um desenvolvimento sustentável como solução para os efeitos de uma agricultura degradante, tanto ambiental como socialmente, torna-se necessária a análise e compreensão de um conjunto de conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos que visa desenvolver uma agricultura fundamentada em princípios ecológicos: a agroecologia. Essa base epistemológica integra, atualmente, uma nova linha de atuação da política de assistência técnica e extensão rural no país (Ater).

A *Extensão Rural Agroecológica* possui um enfoque que prioriza o pequeno agricultor, sua lógica e dinâmica produtiva, buscando estabelecer novas diretrizes para o processo de sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural. Atendendo uma heterogeneidade de *tipos*, um deles, a produção em assentamentos rurais de reforma agrária, a nova extensão rural adquire, nesse contexto, uma importância fundamental. As dificuldades enfrentadas nos assentamentos rurais, como consequência do padrão da agricultura moderna, intensificam-se com a elevada degradação ambiental, tornando insustentável a relação com o espaço em que estão inseridos.

O processo histórico dos movimentos sociais é condição *sine qua non* para que os assentamentos se configurem de forma peculiar. A forma em que os movimentos se organizam em torno de certos objetivos, através de uma *ação coletiva*, demonstra a ênfase na coletividade, em estratégias organizadas e no embate social. Ao desencadear múltiplos processos de luta e resistência, os trabalhadores rurais elaboram um construto social, por meio de novas práticas (aumento da percepção crítica através de discussões, debates, reivindicações, etc.) relativas a um projeto coletivo: a reforma agrária e, por conseguinte, a viabilização dos assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais possuem características que os condicionam a adotar outras formas de organização produtiva, diferenciadas da agricultura tradicional mercantilizada e degradante ambientalmente. Assim, consistem em um *locus* importante para a transição paradigmática, possibilitando aos assentados a inserção na esfera produtiva pelo enfoque agroecológico, alicerçado em políticas públicas adequadas às dinâmicas locais. Essa transição agroecológica necessita de conhecimento científico, progresso técnico e organização coletiva; por essa razão as práticas emergentes pressupõem uma relação conjunta entre a Ater (política pública dirigida) e produtores diretos (assentados).

A orientação agroecológica, como base científica de uma *nova extensão rural*, encontra espaço para sua consolidação num contexto crítico, com amplas discussões políticas e ambientais. Dessa maneira, as estratégias de Ater, inseridas no contexto dos

assentamentos, possibilitam um horizonte de propostas e aplicabilidades, tornando importante a elaboração de projetos que visem a uma reestruturação da política agrária e do desenvolvimento rural.

Desenvolvimento sustentável e agroecologia

A maioria dos estudos sobre desenvolvimento tende a considerar o aumento da eficácia do sistema de produção, expresso na acumulação material, como traço essencial do desenvolvimento, o que o identifica com o crescimento. A visão que emerge dessa concepção pode ser resumida da seguinte forma: “[...] desenvolvimento técnico-científico → desenvolvimento sócio-econômico → progresso e crescimento” (ALMEIDA, 1997, p. 18). Essa concepção foi severamente questionada pela crescente crise ambiental das últimas décadas, o que abriu uma trilha fecunda para a revisão desses conceitos. A pressão ambientalista forçou a tomada de consciência dos limites ecológicos e riscos ambientais do desenvolvimento, problemas desconsiderados nas teorias convencionais.

A contemporaneidade da questão agrária no Brasil não pode ser dissociada da noção de sustentabilidade ou de desenvolvimento sustentável. Agricultura sustentável refere-se a “[...] um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento equitativo e participativo [...]. A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento holístico” (ATSA¹, apud EHLERS, 1996, p. 117). Trata-se de gerenciar recursos que visam à conservação ambiental e à orientação de mudança tecnológica institucional, de maneira a assegurar bem-estar e qualidade de vida para gerações presentes e futuras.

Num cenário em que a insustentabilidade ou inadequação econômica, social e ambiental do atual padrão de desenvolvimento agrícola aponta para a necessidade de visualizar novas perspectivas para a agricultura no Brasil, o desenvolvimento sustentável adquire um importante papel, sendo o principal enfoque de projetos governamentais que buscam soluções e um nível de produtividade compatível com cada um dos diversos sistemas agrários estabelecidos localmente (FAO/INCRA, 1999).

A agricultura sustentável, em especial o padrão agroecológico de produção, surge como uma opção para os agricultores excluídos do sistema produtivo oriundo da Revolução Verde². Em contraposição a uma agricultura pautada em parâmetros puramente tecnológicos, cujas consequências secundárias vêm causando danos ambientais e custos

sociais, projetos agroecológicos preocupados com uma produção menos impactante, ganham terreno.

A Agroecologia surgiu como um enfoque novo ao desenvolvimento agrícola mais sensível às complexidades das agriculturas locais, ao ampliar os objetivos e critérios agrícolas para abarcar propriedades de sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos e equidade junto ao objetivo de uma maior produção (ALTIERI; YURJEVIC, 1991, p. 33).

De acordo com Hecht (1991, p. 04), essa perspectiva “[...] incorpora ideias sobre um enfoque da agricultura mais ligado ao meio ambiente, e mais sensível socialmente; centrada não somente na produção sendo também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção.” A agroecologia propõe bases teórico-científicas com o intuito de promover o desenvolvimento agrícola em pilares consistentes e dinâmicos para um processo de transição a modalidades de agricultura pautada na sustentabilidade³.

O caráter científico e tecnológico da agroecologia demonstra que a modernização pode percorrer um caminho diferente que teve até a atualidade e que uma *ação social coletiva*, incorporando dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais pode alavancar um novo processo, que conduzirá a agricultura a novos patamares com base ecológica sustentável.

A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

Para a transição agroecológica deve-se considerar o *processo de ecologização* da agricultura e o *processo de ação coletiva*. A ênfase desta análise fornece evidências de que os agricultores dos assentamentos rurais de reforma agrária são os principais atores identificados aos *ideais* desse processo. A ação e a organização coletiva construída durante os movimentos sociais são as bases que reforçam essa concepção.

[...] em meio ao aguçamento dos confrontos com a polícia, agências do Estado e representantes do latifúndio, os sem-terra começam a ter maior clareza do comportamento dominante que subordina e os proletariza. Ocorre um aumento da percepção crítica, tanto pelas ações de integração (discussões, trabalhos conjuntos, etc.) [...] (ZIMMERMANN, 1994, p. 207).

Os movimentos sociais de luta pela terra são responsáveis por uma formação diferenciada de seus componentes através da conscientização política e ação coletiva, contestando os mecanismos de exploração e acumulação da ordem capitalista estabelecida.

O MST e os princípios da ação coletiva

Os movimentos sociais podem ser entendidos como a organização de indivíduos com reivindicações e ideais semelhantes, a partir de uma ação coletiva orientada, que tentam assumir práticas coletivas que possam culminar em benefícios concretos comuns ao grupo, consideradas suas necessidades num dado momento histórico e seu contexto cultural.

Segundo Scherer-Warren (1987, p. 20), os movimentos sociais são definidos como:

[...] uma ação grupal para a transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto) sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Para a Touraine, a teoria dos movimentos sociais desenvolve-se ao redor das ações coletivas, das lutas e dos atores. Esses elementos passam a ser constitutivos das definições de ator social, de seu adversário, do campo de disputa e do campo de conflito. “[...] os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade” (GOHN, 1997, p. 149).

Os movimentos sociais, de uma forma mais abrangente, podem ser entendidos, primeiramente, a partir de seu contexto histórico, do qual não podem ser dissociados. “[...] movimento social é a conduta coletiva organizada de um ator de classe lutando contra seu adversário de classe pela direção social da historicidade de uma coletividade concreta” (TOURAINÉ, 1984 apud GOHN, 1997, p. 104).

Da mesma forma que exibem uma relação direta com os aspectos conflituosos da sociedade dada, os agentes sociais orientam suas ações coletivas enquanto classe, no sentido reivindicatório. A análise de Touraine sobre os movimentos sociais mostra que sua orientação não vai necessariamente ao encontro de uma sociedade mais moderna ou avançada, mas sim, de uma outra sociedade, daquela que possa atender às necessidades dos atores que conduzem o processo social. Os movimentos sociais estão amparados sobre um processo histórico, contra os interesses do sistema, em defesa de sua cultura e de sua coletividade, se embasam sobre sua própria experiência.

É nessa situação de conflito, de reivindicações e de embate social, isto é, em situações de mudança, que os atores adotam suas estratégias de ação. No entanto, todo movimento de mudança está sujeito também ao seu inverso; e as resistências surgem em oposição àqueles que de fato assumem os riscos.

É importante destacar a trajetória dos movimentos sociais rurais nas últimas décadas e seu papel preponderante na consolidação dos assentamentos, enfatizando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por sua atuação e organização junto aos trabalhadores no campo.

O surgimento do MST acontece num período de *abertura democrática* na década de 80, como consequência de uma série de eventos políticos e fruto da organização de movimentos sociais rurais no sul do país (MEDEIROS, 1989). Também faz parte do contexto de surgimento do MST a modernização da agricultura com suas consequências desastrosas para os trabalhadores rurais, tais como expropriação, exclusão, perdas salariais, desemprego e migração rural-urbana.

A exclusão social que atingiu milhares de trabalhadores, não só no campo como na cidade, impeliu a organização de massas de trabalhadores marginalizados em torno de um movimento com o qual se identificavam e que buscavam reivindicar, através dessa luta, espaços e condições de trabalho negados⁴. Ainda nessa perspectiva, os movimentos sociais de luta pela terra são concebidos como “[...] formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 14).

Conforme Stédile e Gorgen (1993), o MST tem como característica principal o fato de ser um movimento de massas, ao mesmo tempo em que é um movimento político e sindical. Como fatores que determinaram seu surgimento, encontram-se os de ordem econômica, sociais e políticos, além do contexto de abertura democrática que possibilitou a inserção dos trabalhadores rurais na luta e organização em torno de suas reivindicações.

Sua forma de ação, num primeiro momento, se dá quando os trabalhadores se organizam em grandes grupos para negociação com as autoridades e órgãos do governo; depois utilizam como formas de pressão, ocupações de terras, praças e prédios públicos, bloqueio de rodovias, acampamentos, tendo na resistência uma atitude política coletiva. As caminhadas e marchas são vistas também pelo Movimento como importantes formas de pressão sobre os governantes, uma vez que esse tipo de mobilização chama grande atenção da população, assim como os jejuns públicos e greves de fome também são considerados importantes instrumentos de sensibilização da opinião pública.

Na formação do movimento, a partir da conquista de seu espaço político e de socialização, os trabalhadores puderam elaborar práticas e formas de luta que os levaram a uma ampliação do sentido da luta pela terra, que além do seu aspecto econômico, mostra-se também como um projeto sociocultural que possibilita a transformação de suas próprias realidades (FERNANDES, 1996).

A organização coletiva e as possibilidades de transição agroecológica

Em meio às discussões sobre a questão agrária no Brasil, o que se tem de concreto são os assentamentos de reforma agrária⁵, resultado de pressões de movimentos sociais de luta pela terra e adotados oficialmente como política de governo como uma solução para a sempre adiada reforma agrária (GRAZIANO DA SILVA, 1994).

A bibliografia a respeito dos assentamentos aponta para diversos tipos de análises – realizadas no decorrer desse relativamente curto período de existência – a respeito da compreensão do funcionamento da lógica interna da pequena produção familiar em uma situação de um novo espaço e, é nele, que certas noções se impõem frente aos ideais de trabalho coletivo, mobilização de luta e organização política. Os assentados são analisados aqui sob a ótica dos novos produtores familiares rurais, no sentido de que não se configuram entre aquela categoria cujas características principais referem-se ao agricultor familiar *tradicional*, mas no sentido de que se referem a uma outra lógica de organização familiar, política, profissional e produtiva⁶.

Em busca de soluções práticas para a manutenção das famílias nos lotes conquistados, são muitas as alternativas, mas nem todas sustentadas por aqueles que vivem o assentamento do lado de fora. Como é sabido, o Estado surge nesse cenário como orientador da forma de gestão e operacionalização de crédito.

Nesse sentido, torna-se importante analisar o papel do Estado junto aos assentamentos não só a partir da viabilização do espaço, crédito e assistência técnica, no sentido de interferência, mas também no sentido de parceria na concretização de projetos, como na área de educação, de apoio a cooperativas, infra-estrutura (construção de estradas internas, escolas, postos de saúde, eletrificação, telefonia).

Apesar do contexto diferenciado da sua origem, a partir de um modelo de intervenção do setor público e de um referencial específico de lutas dos movimentos, estes projetos de 'assentamento' vivenciam práticas comuns, que possibilitam esboçar algumas considerações sobre suas trajetórias econômicas e especular sobre suas estratégias no campo mercantil-financeiro-tecnológico (ESTERCI et al., 1992, p. 10).

A implementação de assentamentos rurais deve levar em conta esses fatores se o que se almeja é de fato a reprodução social das famílias assentadas e a garantia de trabalho e de vida em níveis satisfatórios.

Como foi apontado, a agricultura está passando por um momento em que sua prática está sendo orientada por valores ambientais alicerçados em um contexto de turbulência provocado pela crescente degradação ecológica. O escopo desta discussão se atém ao processo social como forma de apontar a relação entre transição agroecológica e assentamentos rurais. Essa transição seria um “[...] processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 12).

Segundo Costabeber (1998), a ação coletiva constitui um traço fundamental quando se pensa em transição para uma agricultura ecológica, pois o papel que desempenham as formas associativas possibilita a consolidação de novas práticas agrícolas. As múltiplas dimensões⁷ desse processo demonstram a complexidade da transição agroecológica. Aliada às práticas sociais, a ecologização da agricultura – através dos princípios agroecológicos – é outro componente da transição paradigmática da lógica capitalista de acumulação/exploração⁸ para a lógica da sustentabilidade.

[...] o MST não é um movimento que pretende levantar as bandeiras ecologista ou ambientalista [...]. No entanto, por uma série de razões, políticas e culturais, com um progressivo amadurecimento e através de uma ótica bastante singular, o mesmo incorpora em sua agenda de luta e em suas reivindicações alguns dos temas muito caros aos ecoambientalistas (GIULIANI, 1997, p. 71).

Um exemplo relevante desse processo foi a elaboração do Projeto de Formação e Educação Ambiental coordenado pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) do MST no Rio de Janeiro. Esse projeto visa estabelecer marcos para a consolidação da sustentabilidade em assentamentos.

[...] em resumo, o objetivo do MST é criar um novo modelo de agricultura, que seja produtivo, socialmente não excludente e que assegure a reprodução da capacidade produtiva e a preservação ambiental. As técnicas agroecológicas têm a vantagem de aumentar a autonomia dos assentados em relação às técnicas convencionais, baixando custos com insumos e melhorando as condições de comercialização dos produtos (MST, 2000, p. 02).

Nos últimos anos a questão ambiental ganhou bastante destaque nas discussões do MST, além dos princípios de luta pela reforma agrária, o movimento integrou em seu discurso e em suas ações novas bases para a produção em assentamentos rurais. Esses

elementos aproximaram o MST da noção de sustentabilidade, orientada, fundamentalmente, pela agroecologia. A partir daí, o paradigma agroecológico tornou-se princípio para transformação social. De um lado, questionando o modelo agroexportador atual; de outro, reorientando as estratégias nos assentamentos rurais. A produção, antes voltada somente para a esfera econômica, adquire novas dimensões: social e ambiental. Para isso, o Movimento inicia um processo de desconstrução/reconstrução de suas bases, as quais devem voltar-se para as particularidades sociais, econômicas, políticas e culturais construídas na localidade. O projeto de desenvolvimento agroecológico apresenta-se, atualmente, como um dos principais enfoques do MST, em busca de uma nova perspectiva para os assentamentos rurais em todo o país (BORGES, 2010).

O estímulo ao processo de produção baseado na pequena propriedade e sua organização imaneente deve envolver ações de preservação do meio ambiente através da política de Ater disponibilizada pelo Estado⁹. Nesse contexto, os esforços de uma *Nova Extensão Rural* seriam indispensáveis para alavancar um processo de transição agroecológica, através de graduais mudanças no manejo dos agrecossistemas¹⁰ nos assentamentos de reforma agrária. O papel do extensionismo vai além do caráter econômico-produtivo, sendo responsável também, pela mudança de atitude dos agricultores em relação à preservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento tradicional.

A Extensão Rural Agroecológica

A extensão rural depara-se com novos desafios. A privatização do sistema vem desde algum tempo sendo insistentemente discutida, além do surgimento de novas propostas de aliar o sistema a novos enfoques, como a agroecologia.

Pautados tanto no desenvolvimento sustentável quanto na importância do papel do Estado, encontram-se aqueles que defendem propostas onde a Ater acha-se alinhada a um novo tipo de serviço público e à noção de “[...] desenvolvimento sustentável, pautado na sustentabilidade econômica, sócio-ambiental e cultural das sociedades” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 01). Esses autores (p. 11) defendem a agroecologia como paradigma diretivo da ação extensionista, afirmando que “[...] o novo estilo de desenvolvimento rural exige uma Extensão Rural agroecológica e um novo profissionalismo [...]”, pois atualmente a agricultura vem sofrendo um processo de transição, cujos pressupostos encontram-se nas bases de valores voltados às noções de meio ambiente, incorporadas pela opinião pública e pelo setor político. Nesse sentido, a *Nova Extensão*

Rural estaria pautada na busca por estratégias voltadas a sustentabilidade e à compreensão das especificidades da agricultura familiar.

A *Extensão Rural Agroecológica* vem sendo construída com o objetivo de buscar, junto às populações rurais, a formação de contextos de sustentabilidade, para resgatar a autonomia dos trabalhadores e recuperar formas de organização e saber local.

Em 2004, o Governo Federal elaborou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A PNATER foi construída através de uma articulação de instituições públicas, organizações civis, movimentos sociais e lideranças de organizações de agricultores familiares. “Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável [...]” (BRASIL, 2004, p. 03). Dentre seus princípios está o rompimento com o modelo extensionista baseado na difusão do conhecimento e nos pacotes da Revolução Verde e a adoção da agroecologia como paradigma tecnológico.

[...] as ações da Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais (BRASIL, 2004, p. 07).

A nova política de Ater passou a incorporar organizações públicas da sociedade civil com interesse em desenvolver atividades em propriedades rurais, desde a assistência até qualificações e diagnósticos participativos. Essa ampliação das possibilidades de inserção de novas entidades está destacada dentre as diretrizes do Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública (SIBRATER). Constituído em 2006, esse sistema visa criar um espaço institucional compartilhado entre diferentes entidades – com responsabilidades específicas – pertencentes às esferas nacional, estadual e municipal.

Em consonância com as políticas que vêm sendo desenvolvidas, recentemente foi instituído, através da Lei Federal N° 12.188/2010, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), que foi concebido como instrumento de implementação da PNATER. Um circuito burocrático foi organizado para assegurar a execução do programa e o cumprimento dos objetivos da PNATER. Essa preocupação se justifica pela pouca capacidade de acompanhamento e fiscalização do Estado, que não criou mecanismos adequados desde a implantação da Política Nacional¹¹. Não era possível avaliar se os eixos orientadores, como

a construção de processos dialógicos e a gradual transição para uma agricultura sustentável, estavam sendo desenvolvidos satisfatoriamente.

Existem muitas dificuldades em romper o paradigma difusionista – ainda presente entre os profissionais – que ergue uma barreira entre a compreensão dos anseios dos agricultores e a transmissão de informações técnicas necessárias. Por isso, a transformação da proposta agroecológica em novos “receituários” pode ser avaliada pelos agricultores como exógena e não ser reconhecida como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável nas localidades.

Para que a política de Ater seja realmente eficiente e atenda a heterogeneidade de agricultores é necessária a formação de “[...] profissionais que tenham habilidades para olhar a realidade com as lentes de um novo paradigma e atuar a partir de uma compreensão multidisciplinar e humanista e adotando método e pedagogias construtivistas” (CAPORAL, 2006, p. 28).

Através da nova proposta de Ater espera-se que os extensionistas estejam preparados para melhor compreender as relações sociais do meio onde atuam e as reais necessidades e aspirações que cercam a agricultura em assentamentos de reforma agrária; para melhor atuação junto a esta, defendendo uma extensão rural agroecológica e preparando, conjuntamente aos trabalhadores, meios para o desenvolvimento rural sustentável endógeno.

[...] a relação entre os técnicos e os assentados em torno do conhecimento de cada um é portador será tanto mais democrática quanto mais os assentados não são buscarem ativamente o conhecimento, mas também puderem experimentar o papel de educadores dos técnicos, e os técnicos não só criticarem seu papel de ensinar os assentados, mas principalmente empenharem-se em aprender com os assentados (MASSELI, 1998, p. 154).

A possibilidade da criação de novas relações no espaço produtivo pode inserir os assentados nos caminhos de um processo diferenciado, calcado na sustentabilidade e apreensão crítica dos desenhos agroecológicos para a produção e comercialização locais. Além disso, a incorporação dos princípios políticos e a conscientização dos efeitos proporcionados para os agroecossistemas convergem a proposta da PNATER com as atuais discussões de movimentos sociais como o MST. Nesse encontro, a *ação coletiva* e o *processo de ecologização*, elementos fundamentais de transição agroecológica, são teoricamente, mais presentes e atuantes. O papel Ater nos assentamentos é um dos elementos fundamentais para essa transição nas localidades, pois estaria alicerçado em um:

[...] processo de intervenção de caráter educativo, transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da agroecologia como critério para a geração e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as especificidades de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo (CAPORAL, 1998, apud CAPORAL 2001, p. 15).

A agroecologia requer um agricultor agente ativo de transformação, que insira seus saberes nos processos de produção e comercialização, permitindo relacionar novos elementos com sua prática cotidiana. *A Nova Extensão Rural* estaria, assim, aliada a um novo processo que vem buscando espaço no campo, que é a parceria entre o desenvolvimento com base no bem estar social da localidades, participação da comunidade e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o respeito ao saber local, às tendências políticas e às orientações produtivas são fundamentais para o bom andamento da parceria Ater/assentamentos rurais.

Considerações Finais

A agricultura brasileira necessita de medidas inovadoras e reais de desenvolvimento rural, pautadas em critérios cujas propostas enfoquem a importância do desenvolvimento sustentável e seus resultados. Algumas experiências vêm apresentando novos processos que procuram caminhos alternativos junto às populações do campo, experiências estas que tentam ampliar as possibilidades das populações rurais, com relação não só à produção – plantio, colheita, comercialização – mas também com relação à saúde, habitação, alimentação, educação, proporcionando-lhes um tipo de atuação que se adapte às suas necessidades e que possa ser conjugada com seus hábitos. Esse tipo de ação, baseada na participação, procura levar em conta o meio cultural em que vivem essas populações, despertando o interesse para o debate e a uma orientação crítica de sua realidade social.

Novas diretrizes de desenvolvimento sustentável, no panorama dos assentamentos de reforma agrária, tornam-se uma questão inadiável, não somente no sentido da preservação ambiental, mas também como uma dinâmica econômica e social. A agroecologia, como a forma de conciliar o meio ambiente com as bases locais, torna-se um processo essencial para o desenvolvimento local sustentável.

O desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais está relacionado com um processo de transição em que o assentado é o agente potencializador da dinâmica

ambiental, econômica e sociocultural. Na relação desse agente com a prática extensionista há uma progressiva troca de saberes construindo, em conjunto, uma base conceitual e metodológica para romper com a agricultura convencional e incorporar princípios da agricultura ecológica.

A inserção de questões ligadas ao meio ambiente na agenda dos movimentos sociais rurais cresce a cada dia, viabilizando a aproximação dos assentados com bases agroecológicas de produção. A conscientização ambiental e a organização coletiva são características fundamentais para a transição agroecológica. Essa transição realiza-se através de diretrizes de atuação que integra o conhecimento do agricultor com o conhecimento do extensionista, desencadeando uma relação educativa eminentemente transformadora. A *Nova Extensão Rural* possibilita consolidar novas bases de atuação pelo enfoque na sustentabilidade e na relação dialógica com o agricultor.

Nesse sentido, a relação entre políticas públicas (representada pela PNATER) e as características inerentes a assentamentos representam a possibilidade de construção de um processo sustentável, tanto do ponto de vista socioeconômico, como do ponto de vista ambiental. A extensão rural agroecológica adquire um papel fundamental para a agricultura nos assentamentos de reforma agrária, possibilitando um desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável para as localidades.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec; Anpocs; Ed. UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997, 238p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro, PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M. A.; YURJEVIC, A. La Agroecologia y el desarrollo en América Latina. In: *Agroecologia y Desarrollo*. **Revista del CLADES**, año I, nº I, marzo, 1991, p. 25-36.

BORGES, J. L. **MST: do produtivismo a agroecologia**. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: FIDENE, 1985.

CAPORAL, F. R. **La extensión del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil.** Córdoba, 1998. 517p. (Tese de Doutorado). Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

_____. **A extensão rural no Rio Grande do Sul: da tradição “Made in USA” ao paradigma agroecológico.** Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

_____. Política nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J.; RAMOS, L. (Orgs.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico.** Manaus: Bagaço, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova extensão rural. Texto apresentado ao **X Congresso Internacional de Economia e Sociologia Rural.** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2000.

CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D.; BRADENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

COSTA NETO, C. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, L. F. C. et al. (Orgs.). **Mundo Rural e Tempo Presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil.** Córdoba, 1998. 422p. (Tese de Doutorado). Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

ESTERCI, N. et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Revista da ABRA**, vol. 22, set/dez 1992.

FAO/INCRA. **Diretrizes da política agrária.** Desenvolvimento sustentável – versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA, nov. 1994, p. 01-26.

FERNANDES, B. M. **MST.** Formação e territorialização. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

GIULIANI, G. M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a questão ecológica. **Revista Universidade Rural.** Série Ciências Humanas e Sociais. Vol. 19/21, nº 1,2, 1997, p. 69-84.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOHN, G. M. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, J. P. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/Fase, 1990.

HECHT, S. B. La Evolución del pensamiento agroecológico. In: Agroecología y Desarrollo. **Revista del CLADES**, año I, nº I, marzo 1991, p. 2-15.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Tomo I - Comparação Internacional. Campinas. Editora da UNICAMP, 1993.

MASSELLI, M. C. **A extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro. Fase, 1989.

MST. **Projeto de Formação e Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**. Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

_____. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHWUARZ, A. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. **Revista Sociologia/USP**. São Paulo: p. 75-144, 1º sem. 1990.

STÉDILE, J. P., GÖRGEN, F. S. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Editora Scritta, 1993.

TOURAINÉ, A. **O Pós-Socialismo**. Porto Alegre: Edições Afrontamento, 1984.

ZIMMERMANN, N. C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L.; ESTERCI, N.; BARBOSA, V.; et al. (Orgs.). **Assentamentos rurais**. Uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, 1994.

¹ *Alternative Treaty on Sustainable Agriculture* (Tratado Alternativo sobre Agricultura Sustentável).

² Sobre o tema cf. Brum (1985), Ehlers (1996).

³ “Sustentabilidade refere-se à habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo face a distúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo” (ALTIERI, 1989, p. 60).

⁴ Sobre o assunto cf. Grzybowski (1990).

⁵ “[...] a segunda metade da década de 80 foi profícua em destacar ‘assentamentos-modelos’, fundamentados na matriz da produção coletiva e/ou associativista, em franca alusão ao projeto defendido pelas organizações ligadas à igreja, aos técnicos progressistas do Estado e às dificuldades de recursos financeiros” (ESTERCI et al., 1992, p. 11).

⁶ “O conceito de exploração familiar, que procura apreender a importância da pequena produção, não tendo como base categorias estritamente econômicas, necessariamente se contrapõe à noção de empresa agrícola exclusivamente voltada ao mercado, usando tecnologia de ponta e, quase totalmente dependente da sociedade global [...]” (CARMO, 1998, p. 10). Para mais detalhes sobre a distinção entre diversos *tipos* de agricultores familiares cf. Lamarche (1993).

⁷ Segundo Costabeber (1998), são as dimensões econômica, social e ambiental.

⁸ Sobre a lógica capitalista na agricultura cf. Abramovay (1992), e a relação dessa lógica com o Estado cf. Schwarcz (1990).

⁹ Segundo Costa Neto (1999), os assentados demandavam do governo uma assistência técnica realmente com prometida com os objetivos traçados pelo Movimento (MST).

¹⁰ “Os agroecossistemas são ecossistemas semi-domesticados que se dividem em uma série de ecossistemas que têm sofrido um mínimo de impacto humano [...]”. Existem “[...] 4 características principais dos agroecossistemas :1 - requerem fontes auxiliares de energia, que podem ser humana, animal ou combustível para aumentar a produtividade de organismos específicos; 2 - a diversidade pode ser muito reduzida em comparação com a de outros ecossistemas; 3 - os animais e plantas que dominam são selecionados artificialmente e não por seleção natural; 4 - os controles do sistema são, em sua maioria, externos e não internos já que se exercem por meio de retroalimentação do subsistema” (HECHT,1991, p. 05).

¹¹ De acordo com o Decreto Presidencial N° 7.215/2010, as formas de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados serão realizadas por servidores designados pelo MDA e INCRA. O monitoramento terá como ferramenta um sistema eletrônico, utilizado periodicamente e a distancia; a fiscalização será realizada nas localidades, por meio de critérios de amostragem.



CONSTRUÇÕES TRADICIONAIS RESGUARDADAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO; UM ESTUDO EM UM ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS

Taísa Marotta Brosler*, FEAGRI/UNICAMP
taisamb@terra.com.br

CNPq

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco**, FEAGRI/UNICAMP
sonia@feagri.unicamp.br

Questões Agrárias e Políticas Públicas

Os agricultores familiares apresentam-se como responsáveis pela conservação do saber cultural sobre a arquitetura popular, sobre as técnicas construtivas presentes na história brasileira. Na conformidade com os Assentamentos Rurais, que aparecem como resultado de luta pela terra frente à forma como se deu a modernização da agricultura, esse resguardo estará presente, também, nesse grupo que compõe o meio rural brasileiro. Porém, observa-se que há poucos estudos relacionados à conservação, transformação e utilização atual desse saber. Assim, a pesquisa teve como objetivo identificar os saberes locais, a cultura desses agricultores em utilizar técnicas construtivas em que predominam materiais do próprio meio, em um Assentamento Rural no estado de São Paulo – Assentamento 12 de Outubro (Horto Vergel), Mogi Mirim-SP. Através da aplicação de questionários semi-estruturados, orientando-os para a busca por conceituar o conhecimento tradicional e sua utilização no presente, foram entrevistadas 90 famílias presentes no Assentamento. Após, foram realizadas entrevistas em profundidade com aquelas famílias que possuíam forte aproximação com esse saber, na possibilidade de detalhar os conhecimentos construtivos. Detectou-se nessas entrevistas uma riqueza cultural nesses assentados sobre as construções tradicionais. Sua utilização esteve presente na vida desses sujeitos até que ocorresse uma ruptura em sua prática habitual. Porém, com o confronto entre os relatos e as bibliografias referentes foi possível detectar um conhecimento popular presente nesses agricultores, possibilitando o registro dessa cultura sobre as técnicas trazidas por tradição no meio rural brasileiro.

* Mestre (2011) e atual doutoranda na Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, na área de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, com enfoque em assentamentos rurais, agricultura familiar, construções rurais e sustentabilidade na construção. Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (2008).

**Doutora em Agronomia (Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1974). Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (1980), especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sócioeconômico pela Agricultural University - Wageningen (1985) e pós-doutorado pela École de Hautes Études en Sciences Sociales (1990/91 e 2000/01). Atualmente é professor titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas.

INTRODUÇÃO

As técnicas e os materiais de construção que prevaleceram no Brasil, durante os séculos XVI a XIX, apresentam características que muito se assemelham a formas populares de construção, podendo ser consideradas arquitetura popular ou erudita (Weimer, 2005), mas que guardam em si conhecimentos e saberes que diferenciam do processo de modernização da construção civil com a entrada das indústrias de bens de consumo.

Naturalmente, essas técnicas construtivas podem ser verificadas em diversos pontos do território brasileiro, principalmente, nas regiões de população com reduzido poder aquisitivo, sendo o meio rural, como consequência, a região que mais apresenta a utilização dessas técnicas.

A agricultura familiar pode ser considerada como principal interlocutora e reprodutora do conhecimento passado entre gerações, efetuando a transmissão das tradições até os dias atuais. A convivência com essas técnicas construtivas não apresenta, para esse grupo, um empecilho à sobrevivência, mas ferramentas que representam sua identidade.

Ao considerar que a diversidade de materiais construtivos existentes em um só lugar ou região no Brasil é bastante acentuada, reforça-se que, dentro da cultura presente no meio rural, essa questão contenta-se, no presente, a ser tratada como uma abordagem geral do tema. Observa-se, portanto, a necessidade de valorização do conhecimento proveniente da arquitetura popular, ou seja, reconhecer e fortalecer o aspecto cultural das tradições

construtivas presentes no meio rural brasileiro, tendo como sujeitos os agricultores familiares.

Para isso, identifica-se a agricultura familiar como conformadora de um espaço rural, entendido enquanto espaço particular de vida e de trabalho, onde as lógicas internas estão relacionadas à unidade familiar e ao seu entorno, à luta pelo espaço produtivo, na construção do patrimônio familiar e na estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família (Wanderley, 1999).

Assim, as construções existentes em seu interior refletem as tradições culturais da família rural e suas modificações remetem ao contínuo processo de adaptação às exigências externas de sobrevivência no mercado agrícola, na sociedade.

Os estudos foram realizados tendo como objetivo central constatar os conhecimentos existentes em um grupo de agricultores familiares constituintes de um Assentamento Rural, no estado de São Paulo (Sudeste brasileiro), sobre as técnicas tradicionais aplicadas à construção civil. O traçado metodológico se fez através da busca por recolher essa memória, resgatá-la e confrontá-la com o presente.

PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para alcançar a amplitude total do Assentamento, utilizou-se de *questionários semi-estruturados* como meio de coleta de informação e que serviu como ponto de partida para o uso de outros métodos qualitativos.

A partir da contextualização em torno dos sujeitos, determinaram-se algumas particularidades a serem aprofundadas por meio de *entrevistas não-diretivas* (Richardson, 1999), buscando estimular a abordagem dos assuntos referentes à discussão crítica do processo de conhecimento, fazendo com que os sujeitos discutissem o seu significado, sua aplicabilidade, sua evolução história e sua função. Pois, é necessário que os sujeitos percebam o sentido do saber como uma busca permanente (Freire, 1983).

Os resultados foram trabalhados apoiando-se em bibliografias pertinentes, confrontando-as com os conhecimentos relatados para consolidar esse saber popular, buscando obter um diagnóstico da situação do conhecimento existente e suas respectivas utilizações, “*em seu contínuo processo de adaptação às exigências da vida*” (Piccini, 1996, p. 80).

ASSENTAMENTO 12 DE OUTUBRO; o passado camponês refletido no hoje

A história da formação do Assentamento 12 de Outubro teve início em 1996, com o planejamento de ocupação da área pertencente à FEPASA (Ferrovia Paulista SA) e que se encontrava em processo de privatização. Localizada entre os municípios de Mogi Mirim e Itapira, São Paulo, a área apresentava a função de Horto Florestal - o Horto Vergel.

A ocupação foi realizada em 12 de outubro de 1997, com 250 famílias, sem registros de violência, e em setembro de 1998 o Assentamento foi posto sob a responsabilidade da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Dos 1216 ha do Horto Vergel, 360 ha foram destinados à área de preservação ambiental, 20 ha para áreas comunitárias e o restante foi dividido em 90 lotes de aproximadamente 9 ha distribuídos para as 90 famílias que se instalaram no Assentamento (ITESP, 2006; Siqueira, 2008).

O Assentamento possuía, em março de 2007, segundo Oliveira (2009), 145 famílias, uma população de 519 habitantes; hoje, já se fala em 157 famílias contabilizando assentados e agregados considerados “dependentes”, num total de 700 pessoas.

O interesse pela área para aquisição de terras foi resultado de um trabalho de mobilização de trabalhadores desempregados organizado por membros da Igreja Católica, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Estes trabalhadores provinham das zonas urbanas e rurais da própria cidade e também das cidades da região (Soares, 2005). Entretanto, possuem origem em outras regiões do Brasil, sendo, em ordem de representatividade: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, além do interior do próprio estado de São Paulo.

Com a vivência e tradição no meio rural, os assentados trazem nas suas raízes a relação camponesa de produção, moradia e trabalho, na constituição de sua habitação e de seu ambiente de trabalho (patrimônio produtivo). Assim, reproduz, na unidade familiar, sua identidade, quando o poder de decisão no uso de suas técnicas estava presente, quando a gente do sítio fazia tudo e raramente ia ao comércio (Candido, 2001).

PASSADO E PRESENTE; a tradição resguardada na memória dos agricultores do Assentamento 12 de Outubro

No caso dos agricultores familiares do Assentamento 12 de Outubro, em 74 lotes alguém da família já vivenciou algum tipo de experiência com técnicas construtivas tradicionais, mesmo que tenha sido somente na infância, e, desses, 77% possuem conhecimento de como construir utilizando essas técnicas.

Constatou-se que, na fase inicial do Assentamento, 11 famílias construíram seus barracos com as técnicas de taipa, pau-a-pique e adobe e duas famílias possuíam casa de

taipa até o ano de 2010, sendo substituídas por casas de alvenaria. Além disso, 46% das 158 casas existentes no Assentamento são confeccionadas de madeira oriunda do próprio Horto, representando o único recurso inicial da maioria das famílias.

As principais técnicas construtivas tradicionais presentes no conhecimento dos assentados são: a taipa, o pau-a-pique e o adobe, porém outras técnicas foram mencionadas e estão citadas adiante, além da diversidade presente em uma mesma técnica.

Utilização de folhas e fibras

As folhas e fibras estão presentes no conhecimento dos assentados como material construtivo do telhado, sendo mencionado: bacuri; sapé; pindoba ou palha de pindoba; “palha de cutulé” ou “cutulé”; palha de palmeira ou folha de palmeira; folha de coqueiro ou palha de coqueiro; e “capim-colonhã” ou “colonha”¹.

O “bacuri” é apresentado por um assentado proveniente do Mato Grosso (região Centro-Oeste do país), fazendo menção à facilidade do material comparado à utilização do sapé, além da necessidade de menos material. “*Era uma moita de bacuri que você achava, você cobria uma casa inteira.*” (Assentado, 40 anos). Porém, na sua região há em abundância e na região do Assentamento se encontra somente o sapé.

No sapé é preciso trançar feixe por feixe, no “bacuri” dá para fazer um trançado trabalhado, igual às peneiras confeccionadas com folhas, com isso, a água da chuva não penetra na construção, como relata o próprio assentado. “*Faz o trançado e depois põe em cima, às vezes vê até as estrelas no céu, mas não molha dentro.*” (Assentado, 40 anos).

O “bacuri” faz menção ao fruto do bacurizeiro (*Platonia insignis* Mart.), sendo uma planta arbórea tipicamente tropical, presente em alguns estados da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (Souza *et al.*, 2001).

O tempo de durabilidade desse telhado não dá para ser estimado, o assentado relata que a construção feita por ele na terra de sua avó, sendo as paredes de taipa, foi desmanchada depois de 31 anos.

O sapé é apresentado por Monbeig (2004, p. 115) como uma planta modesta e muito familiar, “*de importância capital na vida das populações do interior*”, sendo “*intimamente ligada à casa do caboclo*”. Tuzino e Ferreira (2010) apresentam as técnicas construtivas de casa de barro, de pau-a-pique e sapê como patrimônio material e imaterial

¹ Estas e outras nomenclaturas denominadas pelos próprios assentados estão apresentadas “entre aspas” ao longo do texto.

presente atualmente em uma comunidade quilombola no Vale do Ribeira (Sul/Sudeste brasileiro).

Portanto, a cultura de se confeccionar o telhado com sapé foi reproduzida ao longo da história pelas populações no meio rural, passando dos indígenas e das tribos africanas, que já utilizavam outros tipos de gramíneas (Slenes, 1999), às casas de caboclo (Freyre, 2006), repercutindo até nos assentados do Horto Vergel e nos quilombolas do Vale do Ribeira.

A “palha de pindoba”, *Attalea oleifera*, pode ser encontrada como pindoba, palmeira-pindoba, anajá-mirim, catolé, coco-católé, coco-de-pindoba e indaiá-mirim; palmeira nativa do Nordeste do Brasil. Foi mencionada, somente, pelos assentados provenientes do estado de Minas Gerais (Sudeste brasileiro), indicando a sua forte presença nessa região.

Cardozo (2007) apresenta um estudo histórico sobre o estado do Maranhão (Nordeste brasileiro), proveniente dos livros da Câmara de São Luis do século XVII, em que são citados os cuidados que os moradores deveriam ter com as suas moradas, visto que toda a cidade e a zona rural continham, em sua totalidade, “casas de pindoba”.

O “capim-cutulé” ou “cutulé” foi retratado pelos assentados como “folha de coqueiro”, dada a sua aproximação com as palmeiras, sendo simplesmente o catolé, ainda presente em muitas casas no estado de Minas Gerais; “[...] cobria com palha de cutulé, é palha de coqueiro. Ainda tem bastante lá ainda coberta com cutulé.” (Mão de assentada, 57 anos).

A utilização da folha de coqueiro foi descrita com riqueza de detalhes:

“Você pega o pé da folha do coqueiro, pega assim e dobra, aí ela cai pra baixo, aí você vem com a outra e dobra, e vem trançando, depois que trança você vem com a outra sem trançar e [depois] com a outra, aí você vem só dobrando, assim fecha a cobertura. Não molha dentro.” (Assentado, 40 anos).

Essa atividade foi colocada pela mãe de uma assentada como “debruçar a casa”.

O “capim-colonhã” ou “colonha” é conhecido por capim coloniã, *Panicum maximum*, sendo uma gramínea de regiões tropicais e subtropicais. Segundo alguns entrevistados, esse capim pode ser encontrado em abundância no Assentamento, e pode servir para fazer vassouras e para dar de comida ao gado, houve, também, o relato de sua utilização na cobertura das casas, porém outro assentado a utilizou somente por falta de material.

“[...] não tinha bacuri, não podia pegar o sapé, aí fui na beira da estrada e cortei colonhã. Capim pra gado, alto, fiz ele tipo igual sapé, como ele é comprido dava certinho no meu barraquinho, lá da cumeeira até no beiral, aí fiz de um lado e do outro por cima da lona [...]” (Assentado, 40 anos).

Construção com barro

Utilizado para preenchimento, enchimento, reforço e reboco, o barro esteve presente nas construções de cultura africana, onde se distinguia a cobertura da parede dando preferência à confecção em taipa. As influências construtivas, trazidas principalmente pela colonização portuguesa, estão representadas pela taipa, pelo adobe e na produção de cerâmicas (tijolos e telhas), as quais foram introduzidas pelos romanos em caráter erudito, porém é evidente que a prática foi difundida para o popular (Weimer, 2005).

A casa de taipa é conhecida por muitos no assentamento como “casa de enchimento”, sendo que o “enchimento” é referenciado pelas madeiras em que as varas são trançadas, na confecção da gaiola, da armação da casa.

Essa denominação encontra-se, também, nos estudos de Abreu (2009), sobre a zona rural do nordeste do estado de Goiás (Centro-Oeste brasileiro), no relato de um contador de causos da região, “[...] nesse tempo a casa era feita de enchimento. Assim, enchimento é ocê fazê uma paredi, corta vara com taboca e bati o barro.” (Abreu, 2009, p. 64).

Silva (2009) verifica, em seu estudo sobre jovens no sertão do estado da Bahia (Nordeste brasileiro), a presença de “casas de enchimento” no distrito de Espirado, sendo que uma casa de enchimento localizada em uma fazenda servia de escola para moradores da região.

Essa denominação, presente fortemente nos assentados provenientes de Minas Gerais, pode estar relacionada às casas de enxaimel descritas em Weimer (2005), sendo uma técnica construtiva de “contribuição” luso-germânica encontrada, nos dias atuais, no norte de Minas Gerais e sul da Bahia.

Além disso, a taipa foi chamada de “casa de barro”, “casa de barrote” e “barreado”.

A “casa de barro” é a denominação mais comum para esse tipo de construção, porém a “casa de barrote” pode ser observada em Ladeira (2001, p. 74), em um relato de seu estudo sobre um grupo indígena de língua terena, no estado do Mato Grosso do Sul (Centro-Oeste brasileiro), “*também não cheguei e fiz casa boa, morei na casa de barrote, de sapé*”. Também presente em Silva (2006, p. 86), sobre as construções nos engenhos e fazendas em Campinas, no estado de São Paulo, entre o século XVIII e XX, “*As referências “baldrame”, “barrotes”, “barrear”, “cipós” e “esteios” apontam para a técnica do pau-a-pique.*”, porém, o pau-a-pique representa somente a estrutura de madeira.

O “barreado” refere-se à casa de pau-a-pique barreado que, segundo Boll (2009), em seu estudo sobre os caipiras do Vale do Paraíba Paulista (Sudeste brasileiro), relata o conhecimento de um senhor. “*Essa casa é de pau-a-pique barreado. O verdadeiro era só*

de pau-a-pique, que significa pau de pé, sem o barro. É que em Minas, há uns 80, 100 anos só usava pau-a-pique sem barro.” (Boll, 2009, p. 6). Portanto, o barreado se refere ao ato de barrear; uma casa de barreado será feita de pau-a-pique com barro.

A construção se diferencia nos nomes designados às suas partes constituintes, sendo que o mais comum, e dito por quase todos os assentados que construíram com taipa, era simplesmente *"Fincar os paus, amarrar as varas e bate o barro assim, depois passa barro branco para ficar bonito."* (Assentado, 57 anos). Sem maiores segredos ou dificuldades, a taipa é considerada, pelos assentados, sem muita técnica ou medidas, porém há relatos detalhados sobre os aspectos construtivos dessa técnica, como observado no relato abaixo.

“Vou fazer ela de enchimento, pode ser madeira média [diâmetro]. Aí vou varar ela, se não não segura o barro. Tem que varar ela todinha. A outra madeira que vara tanto faz [o diâmetro], mas ela tem que ser tudo igualzinha. Vou amassar o barro. Ou amarra as varas de cipó ou põe prego, mas se colocar o prego tem que ser dos dois lados. Bate o barro de um lado, 3 a 4 dias, depois vai do outro lado e bate e aí gruda. Espera secar para colocar do outro lado, tanto faz o lado. 15 a 20 dias ela secou, aí vou pegar a bosta de vaca e misturar no próprio barro, metade-metade, aí eu passo toda nela com a mão, por dentro e por fora, e depois dou um caiamento nela, com barro branco ou cinza.” (Assentado, 54 anos).

As denominações dos assentados para cada elemento estrutural e material utilizado na construção foram diversas, porém tem como base a construção do pau-a-pique com a aplicação do barro. Entre essas denominações encontram-se referências populares, as quais estão detalhas nos parágrafos seguintes.

A “taboca” foi mencionada por um assentado para a confecção do trançado da armação do pau-a-pique, também estava presente no relato de Abreu (2009), é o nome popular dado ao bambu *Guadua weberbaueri*, encontrado em todo território brasileiro.

O cipó utilizado para fixar o trançado está presente como uma cultura indígena (Freyre, 2006), trazida por tradição; o “cipó amarelinho” foi encontrado somente como cipó amarelo, sendo uma erva medicinal (Santos *et al.*, 1995) e cipó de São João, *Pyrostegia venusta*, mais conhecido, pode ser encontrado facilmente no estado de São Paulo.

O “saipo”, apresentado pelos agricultores, refere-se ao saibro: solo com coloração amarelada ou acinzentada, sem a presença de material orgânico (Casalinho e Lima, 2010). Sua denominação, como caracterização de tipos de solo, é encontrada em bibliografias e

pesquisas de origem portuguesa, além de um estudo realizado em Minas Gerais sobre argamassas feitas de saibro (Oliveira e Agopyan, 1992).

O “barro branco”, denominado de “tabatinga” pelos “mineiros” (assentados provenientes de Minas Gerais) é referenciado pelos mesmos ao ato de “caiar a parede”, sendo observado também por Moreira (2007), sobre as casas de adobe no Vale do Jequitinhonha (Sudeste brasileiro). Essa alusão à cal tem origem na substituição desse material, ao longo da história brasileira, devido a sua escassez em algumas regiões do Brasil e ao alto custo de transporte (Guerra, 2001). Assim, no âmbito popular, o revestimento para proteção das paredes de taipa teve como base a tabatinga.

A cinza proveniente da queima do carvão, e também adicionada ao reboco, resulta na melhora das características do aglomerante (Dias *et al.*, 2000), porém, além desse aspecto, os assentados utilizam-na para mudar a aparência da taipa ou do adobe, na função de pintura das paredes.

A “imbiga de bananeira” e a “casca de cipó imbé”, citados como compostos de uma tinta, passada com a bucha confeccionada com o “tronco de coqueiro”, faz menção à “imbira” ou “embira”, sendo um elemento de toda planta que possibilita retirar fibra vegetal e confeccioná-la como cipó ou corda.

O cipó imbé, *Philodendron bipinnatifidum* Schott., também conhecido por imbé, guaimbé, banana-de-macaco e costela-de-Adão (Vianna, 2002), serve para artesanato e como erva medicinal. Portanto, a embira da bananeira, *Musa SP* (Nunes *et al.*, 2009), em conjunto com a casca do cipó imbé se constitui em uma tintura para as paredes de barro. “*Fervia tudo junto, coava e passava com pincel de tronco de coqueiro, brocha. Durava a tinta, uma vez por ano tinha que repor, mas durava 4 a 5 anos, ficava uma cola a tinta.*” (Assentado, 57 anos).

Observa-se que, ao contrário do aspecto rudimentar perpetuado na taipa (Canteiro e Pisani, 2006), os assentados relatam o próprio cuidado no reboco e pintura, fazendo com que o madeiramento esteja protegido, aumentando a durabilidade da casa e diminuindo o perigo de insetos como o “barbeiro”, transmissor da doença de Chagas.

Em menor quantidade do que a taipa, o adobe foi mencionado por aqueles que detêm esse conhecimento como “adobro”, sendo novamente uma técnica considerada sem padrões construtivos; porém cada relato traz dados minuciosos que possibilitam a reprodução do conhecimento e de sua construção, como o relato descrito adiante.

“Aqui a fôrma, tijolo, tira dois tijolos de uma vez. Medida – base 12-13 [centímetros], tipo do tijolo mesmo. Aqui a haste para pegar nela. Aqui é o

pipote de água. Amassou o barro, vai pegar essa fôrma, trazer aqui, molhar ela toda de água de novo, pegar o barro bem amassadinho e bater dentro dessa fôrma, puxou está pronto esse tijolo. Enxugou o tijolo, está pronto, mas se chover sabe que vai desmanchar. Por 3 dias você levanta ele, vai com um facão velho, limpa ele direitinho, corta as rebarbas.”(Assentado, 57 anos).

Segundo os assentados entrevistados, o piso era feito de terra batida onde se passava barro branco, esterco de vaca ou cinza, depois passou a ser feito de cimento queimado. O reboco era feito com barro branco ou cinza.

Por fim, a confecção da telha de barro foi descrita somente por um assentado, novamente o mesmo assentado oriundo de Minas Gerais.

“Nessa banca vai ter o que, aqui é o pé, aqui é o cocho, vai ser junto com a banca, aqui vai ser o galapo com um cabinho para você segurar. A fôrma, aqui é a gradinha que você vai fazer, aqui mais larga e aqui mais estreita, que é o tipo da telha. Aqui é o galapo, aqui é a gradinha onde você vai fazer a telha. Pega esse galapo e coloca em cima da banca, essa banca tem uma coisa para segurar esse galapo. [...] Primeiro ajeita o barro em cima com o facão, água e depois corta, fica firme, [...] Pega ela passa água, alisa, e leva pro fogo. Lá no terreiro não pode tirar ela, tem q levantar ela do galapo, se não ela cai. Nisso ela não está mais na fôrma. Igual cerâmica. O mais trabalho, o segredo dela é você queimar e amassar o barro. Se a telha for boa, é obrigado você subir em cima dela, nos dois cantos e não quebrar.” (Assentado, 57 anos).

Essas telhas podiam ser encontradas desde o século XVII nas construções nordestinas e no sudeste brasileiro, bem como nas cidades mineiras remanescentes do ciclo do ouro, as quais representavam status no Período Colonial. No início do século XIX já havia diversas olarias na periferia de Porto Alegre (região Sul do Brasil) dando início à industrialização de sua produção, porém, no estado de São Paulo, se popularizou somente por volta de 1850 (Guerra, 2001).

Construção com madeira

Nas construções com madeira foi citado o pau-a-pique, a “casa beira-chão” e as casas de tábuas.

O pau-a-pique foi relatado no Assentamento vinculando-o à descrição da técnica de taipa; apenas dois assentados descreveram diferenciando-o da taipa, ambos oriundos do estado do Mato Grosso (Centro-Oeste brasileiro).

“[...] vai fazer uma casa maior, põe 3 esteios no meio do eitão [tesoura do telhado], 3 grandes, mais 3 no beiral. Aí faz o esqueleto tipo esse daqui [tijolo], uma pecintra, põe um pau daqui pra lá, daí vai amarrando os outros aqui, apara um com o outro, para fazer a parede. Naquela época era tudo com cipó, a gente usava o que a gente tinha né. Então a gente pegava as madeiras, colocava os eitão, cortava em furquia, fazia os eitão, fazia o beiral, tudo amarrado com cipó. Depois a gente amarrava as paredes, tudo no cipó, e os paus encostados um no outro que era pra servir como se fosse no lugar do tijolo, era tudo amarrado com cipó também. Cipó imbé, dá na árvore e vai soltando o cipó. Esse é o pau-a-pique que eu conheço, cercava de madeira, de pau roliço, e a cobertura de coqueiro, trançava fica até bonito por dentro trançadinho [...]” (Assentado, 40 anos).

Convém citar a presença da “furquia” no relato, sendo a furquilha presente nas construções das senzalas, em que se apoiava o pau de cumeeira (mukambu), relatado por Slenes (1999); apresentando a importância e o resguardo cultural, também, das tribos africanas. “Pecintra”, como foi citado, representa faixa, cinta de ferro que segura peças de madeira.

A utilização do pau-a-pique pelos indígenas pode ser percebida em Freyre (2006, p. 185) quando retrata a questão de gênero na divisão funcional, onde o trabalho do homem representa o esforço de se levantar em volta da aldeia “a cerca de pau-a-pique, que os portugueses adotariam mais tarde”.

Sobre a casa beira-chão, citada somente por um assentado, foi descrita como:

“[...] casa mais rápida, casa beira-chão, no caso você coloca só 3 eitão no meio, aí coloca a viga em cima, aí naquele tempo tinha muito coqueiro, você partia o coqueiro no meio, fazia duas tábuas, aí você usava só um eitão, encostava um eitão de um lado outro do outro aí você fazia duas paredes só de coqueiro rachado no meio, aí o pé do coqueiro ficava no chão, essa é a casa beira chão, aí a frente você barreava, uma frente e a outra, que essa aqui estava cercada. [...] serve de parede e de telhado no mesmo tempo, aí não molha dentro. [...] Esse é o meio mais rápido, a gente fazia muito isso até construir a casa de barro, de pau-a-pique.” (Assentado, 40 anos).

Sua denominação é referenciada nas canções “Tristeza do jeca”, de Angelino Oliveira, composta em 1918, “*Eu nasci naquela serra/ Num ranchinho beira chão*”; e em “O

Menino da Porteira”, de Teddy Vieira e Luizinho, composta em 1955, “*Apeei do meu cavalo e no ranchinho a beira chão/ Vi uma mulher chorando, quis saber qual a razão*”.

Outra forma de utilização da madeira, mais comum nos dias atuais, é a confecção da habitação com tábuas.

A técnica de construção com tábuas ou costaneiras, se não foram trazidas no conhecimento dos assentados, foram apreendidas no decorrer dos anos no Assentamento, pois a necessidade de se construir a moradia e outras benfeitorias no lote foi mais forte do que qualquer empecilho do sujeito à construir utilizando essas técnicas.

“Quem tinha casa de tábua [no Mato Grosso] era mais as fazendas, a sede de tábua, as casas dos empregados de tábua, e até na cidadinha onde eu fui criado, que chama Rio Negro, eram poucas casas naquela época de tijolo, a maioria era de tábua [...] Pra ficar mais bonitinha eles estão usando na horizontal, igual a casa do P., pra não usar ripa. Então eles usam a própria madeira para tampar as frestas, mais barato, pode fazer com costaneira, ainda pinta, está virando moda esse negócio.” (Assentado, 40 anos).

Binzer *apud* Slenes (1999, p. 160) faz menção a “habitações” dos escravos em forma de cabanas “*feitas de tábuas e recoberta por uma esteira de palha de milho*”. Não sendo um saber estritamente popular, a construção com madeira esteve presente em certas regiões do país onde se encontrava material em abundância.

Observou-se que, as casas de madeira construídas no Assentamento, são posicionadas com as tábuas na vertical, consideradas por Weimer (2005) de menor qualidade se comparada com a casa feita de tábuas na horizontal, além de não apresentarem mata-juntas nas “inevitáveis frestas”.

Por fim, constata-se que muitas dessas técnicas, embora presentes no conhecimento dos assentados e mesmo no Assentamento, somente são utilizadas em casos particulares de necessidade extrema, tendo em vista a adoção de novos padrões construtivos refletidos nos materiais “convencionalizados” pela indústria civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares do Assentamento 12 de outubro trazem em sua tradição o conhecimento proveniente da arquitetura popular, com técnicas em que se utilizam materiais da própria região – 84% dos 90 lotes tiveram experiência e 63% já construíram. Além disso, constatou-se que, na fase inicial do Assentamento, 11 famílias construíram

seus barracos com taipa, pau-a-pique e adobe e duas construções de taipa estiveram presentes até o ano de 2010.

Os conhecimentos construtivos se resumem em: utilização de folhas e fibras na confecção do telhado; adobe, pau-a-pique, taipa, casa de enxaimel e casa beira-chão como técnicas construtivas; confecção de telha cerâmica e rebocos diversos.

Os aspectos construtivos se mostraram diversificados e com riqueza de detalhes, possibilitando registrar os conhecimentos provenientes da arquitetura popular brasileira e a sua reprodução. Porém, para os assentados de Mogi Mirim-SP, esses conhecimentos mostram-se somente como alternativa frente à situação de extrema necessidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, W. R. **Presença do léxico bandeirante no falar rural formosense**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BOLL, A. As manifestações do caipira no Vale do Paraíba Paulista, In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLK COMUNICAÇÃO, 4., 2009, Taubaté. **Anais eletrônicos...** Taubaté: UNITAU, 2009, 9 p.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34., 2001. 376 p.

CANTEIRO, F.; PISANI, M. A. J. Taipa de mão: História e Contemporaneidade. **Ensaio**, v.1, n.2, p. 1-21, out. 2006.

CARDOZO, A. Poderes internos: a cidade de São Luis e o discurso da Câmara no século XVII. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v.5, n.2, p.125-142, dez. 2007.

CASALINHO, H. D.; LIMA, A. C. R. Uma proposta metodológica de avaliação da qualidade do solo a partir da percepção do agricultor. In: CONGRESO LATINOAMERICANO Y EUROPEO EN CO-INNOVACIÓN DE SISTEMAS SOSTENIBLES DE SUSTENTO RURAL, 2010, Uruguay, **Anais eletrônicos...** Uruguay: EULACIAS, p. 207-210, 2010.

DIAS, C. R. R.; CUNHA, R. O.; FERRARI, A. S. A utilização de rebocos de recuperação na restauração da Capela de São Francisco. **Teoria e Prática na Engenharia Civil**, n.1, p.57-66, nov. 2000.

- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993. 80 p.
- FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006. 727 p.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (ITESP). **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDA Horto Florestal de Vergel Mogi Mirim – SP**. São Paulo, 2006. 172 p.
- GUERRA, J. W. (Org.). **Equipamentos, usos e costumes da Casa Brasileira**. V.2 Construção: fichário Ernani Silva Bruno. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2001. 212 p.
- LADEIRA, M. E. M. **Língua e história – análise sociolingüística em um grupo Terena**. 2001, 166 f. Tese (Doutorado em Semiótica e lingüística geral) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- MONBEIG, P. A paisagem, espelho de uma civilização. **GEOgraphia**, v. 6, n. 11, p. 109-117, 2004.
- MOREIRA, R. Da panela à bonequeira: vida econômica, espaço doméstico e técnica da cerâmica em transformação no Jequitinhonha. **Labor & Engenho: planejamento, patrimônio e paisagem**, Campinas, v. 1, n. 1, p.77-88, mar. 2007.
- NUNES, I. H. O.; CARREIRA, L. R. M.; RODRIGUES, W. A arquitetura sustentável nas edificações urbanas: uma análise econômico-ambiental. **Arquiteturarevista**, v. 5, n.1, p.25-37, jan./jul. 2009. doi: 10.4013
- OLIVEIRA, J. T. A. (Coord.). **Juventude e Projeto de Vida: desafios e perspectivas para a agricultura familiar no contexto dos assentamentos rurais de São Paulo**. 2009, 382 p. (Relatório de pesquisa - Projeto CNPq Edital Universal 02/2006).
- OLIVEIRA, M. B.; AGOPYAN, V. **Verificação de algumas propriedades de argamassas com saibro da região de Uberlândia para assentamento de tijolos cerâmicos**. São Paulo: EPUSP, 1992. 40 p.
- PICCINI, A. **A casa de Babylônia: estudo da habitação rural no interior paulista**. São Paulo: ANNABLUME, 1996. 165 p.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SANTOS, M. G.; DIAS, A. G. P.; MARTINS, M. M. Conhecimento e uso da medicina alternativa entre alunos e professores de primeiro grau. **Revista Saúde Pública**, v.3, n.29, p. 221-227, 1995.

SILVA, A. P. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII – séc. XX). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.14, n.1, p.81-119, jan./jul. 2006.

SILVA, C. M. **Escola, saberes e cotidiano no meio rural: um estudo sobre os (as) jovens do Sertão da Bahia**. 2009. 167 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SIQUEIRA, A. P. P. **Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas**. 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 288 p.

SOARES, C. O. **Institucionalização e relações sociais na atenção à saúde em um assentamento rural: o caso do horto vergel**. 2005. 76 f. Dissertação (Mestrado Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, V. A. B. *et al.* Variabilidade de características físicas e químicas de frutos de germoplasma de bacuri da região Meio-Norte do Brasil. **Revista Brasileira de Fruticultura**, Jaboticabal, v.23, n.3, p. 677-683, dez. 2001.

TUZINO, Y. M. M.; FERREIRA, P. Compartilhando patrimônios materiais e imateriais. Memória de uma Comunidade Quilombola do Vale do Ribeira. **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**, v.1, 2010, p.1-13.

VIANNA, W. O. **Estudo farmacognóstico e farmacológico de *Philodendron bipinnatifidum* Schott (Araceae)**. 2002. 164 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 333p.



AS ASSOCIAÇÕES E OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DO ASSOCIATIVISMO: O CASO DAS ASSOCIAÇÕES LOCAIS E A ASSUREMACATA NA COMUNIDADE DE TAMATATEUA EM BRAGANÇA-PA

Simone de Jesus Ribeiro Cardozo (UFPA) Maria Cristina Alves Maneschy (UFPA)
simonecardozo@hotmail.com, Cristina@ufpa.br
Agencia financiadora: FAPESPA
GT3: Questão Agrária e Políticas Públicas

Este estudo tem como objetivo analisar algumas associações existentes no município de Bragança, a partir dos conceitos: capital social, associativismo, participação e democracia. O mesmo está vinculado ao projeto de pesquisa “Associações Rurais e Participação Política na Amazônia Oriental: ligações críticas” sob a coordenação da Prof^a. Dra. Cristina Maneschy. O projeto insere-se em um projeto maior, de pesquisa e cooperação, intitulado Organizações, trabalho e sociabilidade no contexto da mundialização: integração de estudos em Moçambique, Angola, Portugal e Brasil (Amazônia). As contribuições teóricas de Putnam, Bourdieu e outros ajudaram a elucidar o contexto investigado acerca da organização das populações locais em associações. Foi analisada a relação da Associação de Moradores e Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçú (ASSUREMACATA) e as associações locais, especificamente na comunidade de Tamatateua. Os dados levantados em campo incidiram sobre as associações existentes na área da Reserva e indicam que as associações locais, formadas anteriormente nas vilas e povoados na área, não têm presença ativa na Associação de moradores e usuários. Esta trabalha em princípio mais com as pessoas individualmente do que com as associações locais. A partir desta pesquisa, pôde-se fazer algumas considerações sobre essa forma de organização denominada associação e a repercussão de sua existência nas comunidades pesquisadas. Dentre as considerações, nota-se o fato de que o crescimento de associações na região, não significa necessariamente capital social e associativismo na forma de relações de colaboração e de confiança entre os membros para busca de objetivos comuns.

PALAVRAS-CHAVE: Associações. Capital Social. Associativismo.**INTRODUÇÃO**

O ponto de partida desse estudo fundamenta-se na análise da configuração que se desdobra na Amazônia. O desafio do associativismo em um contexto de fortes tendências globalizadas. Nesse cenário, as associações, objeto dessa pesquisa enfrentam uma série de problemas, como o fraco exercício de capital social, e apresentam dificuldades para alcançar seus objetivos, pois, as relações de confiança entre seus membros e dirigentes são muito frágeis. Por volta de 1970, o Estado brasileiro interfere na Amazônia de forma problemática, através das leis de incentivos fiscais por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. O modelo de desenvolvimento econômico se contrasta com a realidade da região. As novas políticas consistiam no favorecimento do grande capital nacional ou internacional, estimulados pelo governo. Essas políticas manifestaram-se de forma autoritária e promoveram a concentração de renda e de terras, que excluíram ou negavam a vida, a cultura e os interesses das classes pobres (rurais e urbanas) da Amazônia. (LOUREIRO, 2004)

Nos últimos anos, mais especificamente na década de 90 aumentou o número de associações na zona rural, uma forma de organização social muito presente no campo. Dada as circunstâncias, este trabalho buscou investigar em que medida as associações representam os interesses dos associados e da comunidade, na qual estão inseridas; como se organizam as diversas populações via associação. Na Amazônia, as associações de base produtiva, assumem papel fundamental, pois a região possui um mercado formal restrito e uma população bem diversificada. Contudo, os desafios que estão postos referem-se à participação dessas populações nas decisões locais, uma alternativa à gestão centralizada do Estado. Dados de pesquisas recentes mostram que essas populações socialmente diversas se enquadram em uma mesma forma jurídica de organização. Esta situação tem se verificado em grupos tão diversos, tais como: assentados de reforma agrária, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, agricultores, remanescentes de quilombos, moradores de unidade de conservação ambiental e finalmente, grupos indígenas. Os grupos mencionados

encontraram nas associações uma maneira de enfrentar seus problemas e as carências das áreas que habitam. O estudo se propõe a compreender as repercussões da proliferação da forma de organização coletiva denominada associação. Para isso, foi feito um exame das associações existente em reserva extrativista marinha, especificamente no município de Bragança. O município de Bragança, especificamente as comunidades de Tamatateua, Vila do Castelo, Taperaçú-Porto, Ajuruteua, Vila do Treme e Acarajó, são os locais focados neste trabalho. A comunidade de Tamatateua, entretanto, chama a atenção por apresentar organizações ativas no local, com características próximas do associativismo, elemento importante desse estudo.

1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA¹

Bragança teve sua origem em 1613, através da expedição francesa, liderada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravordiere, considerados os primeiros brancos a ocuparem a região que era habitada por população Tupinambá. (IDESP, 1996). Em 1753, Bragança recebeu o nome de Nossa Senhora do Rosário, depois o governador da Província do Maranhão e do Grão Pará, Francisco Xavier e de Mendonça Furtado elevou-a a categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Bragança. Somente em 1854 por determinação do presidente da Província, Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros em 2 de outubro, transformou a vila em cidade, chamada Bragança. Atualmente o município integra os distritos de Bragança (sede), Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Piabas e Tijoca. Segundo (CONCEIÇÃO, 2002) a princípio a colonização Bragantina, visava abastecer os seringais e a capital Belém, e essa política de colonização pretendia atrair famílias de imigrantes europeus.

As bases rurais da sociedade bragantina foram dadas pelas políticas públicas da Província do Estado do Pará, que, persistentemente, alocaram recursos para a construção e manutenção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) (1883-1865) e para a colonização de base agrícola, em seu redor, pensada inicialmente para atrair famílias européias. (CONCEIÇÃO, 2002)

¹ Estudo sócio-econômico para viabilidade de criação da RESEX de Marinha no município de Bragança, realizado pelo IBAMA. Essa atividade foi baseada na pesquisa de campo, entrevistas, observações, vivência no local e revisão bibliográfica de teóricos e pesquisadores cuja linha de pesquisa está voltada para as populações tradicionais.

Para (CONCEIÇÃO, 1990) a região revelou-se uma sociedade com experiência social e histórica importante, referente à produção de alimentos e democratização de acesso a terra. Contudo, apresentava condições desfavoráveis, pois, estava presa pela ação dos atravessadores e dependente de políticas públicas, com frágil representação política (partidária ou coletiva), tornando-se dessa forma incapaz de sintonizar-se com a base agrária, que justificara e sustentara a colonização. O município pertence ao nordeste paraense, sendo que a microrregião bragantina possui uma área de 3.258 km², situa-se a 210 km de Belém. Conforme dados do IBGE (Censo.2000) Bragança possui uma população de 93.705 habitantes, distribuída numa área de 2.333,7 km² com uma densidade demográfica de 39,97 hab./km². A população está distribuída em: 37.181 hab. na zona rural e 56.524 hab. na zona urbana. O município possui aproximadamente 125 comunidades.

Um elemento muito importante da cultura bragantina é a tradição católica, o povo tem muito apego às suas festas religiosas. A maior manifestação religiosa é a festa de São Benedito, realizada no dia 18 de dezembro, considerada uma das mais antigas do município. A Marujada é um elemento cultural muito forte, apresentada por ocasião da festa de São Benedito e é constituída quase que exclusivamente por mulheres.

1.1. As comunidades analisadas nesse estudo

Bragança compreende uma área de manguezal com aproximadamente 120 km² (BLANDTT. Apud Ribeiro & Costa ,1997, f.02), formado pelas bacias do rio Caeté, rio Taperuçu, localizado no centro do litoral do salgado. No litoral bragantino, moram comunidades que dependem essencialmente desses ecossistemas, seja pela realização de atividades pesqueira e agrícola, para subsistência e comercialização. Nessas áreas, encontram-se as comunidades de Acarajó, Bacuriteua, Tamatateua, Treme, Vila do Bonifácio e Vila de Ajuruteua.

A Vila de Ajuruteua, também conhecida como a Vila dos pescadores, sofre com os problemas causados pelo processo natural de erosão. Os moradores relatam que várias casas já foram construídas cerca de quatro vezes em lugares diferentes. O surgimento da Vila Bonifácio é conseqüência desse processo. Diante desses problemas ambientais, uma

realidade comum em todas as comunidades apresentadas, surgiu a necessidade de proteção dessas áreas, por meio da criação de reservas, com o objetivo de também tentar minimizar os conflitos originados pela disputa na utilização dos recursos naturais, bem como, viabilizar e proporcionar uso sustentável desses recursos. Nesse sentido, as RESEXs se propõem a incluir a participação popular e a organização social como fatores importantes para a sua implementação.

1.2. As reservas extrativistas marinha

No Brasil existem duas modalidades de Reservas Extrativistas, a de Floresta de terra firme e as de marinha, que inclui as áreas de manguezais e estuários. As Reservas Extrativistas Marinhas de Piragubaé (SC), Arraial do Cabo (RJ), Baía de Iguape e da Ponta do Corumbau (BA), são bons exemplos. O sucesso de funcionamento dessas reservas é atribuído a organização social que tem se mobilizado em prol do controle da exploração dos recursos naturais. Na Amazônia, essa experiência está acontecendo recentemente, ainda é cedo para saber exatamente seus resultados, no entanto, são perceptíveis os inúmeros desafios que estão postos, referentes à organização popular - a população consciente da necessidade de desenvolvimento, mas também da preservação de seus recursos; às instituições de governo e organizações não governamentais (ONGs). Todos esses atores estão fazendo debates para propor medidas que venham responder as demandas das comunidades locais.

As Reservas Extrativistas são muito importantes em contexto de conflitos, principalmente em áreas, nas quais a economia fundamenta-se nas atividades relacionadas à pesca, coleta de caranguejo (corresponde 30% a 40% da economia de Bragança). Conforme dados levantados pela sócio economia do MADAM (Manejo e Dinâmica de Manguezais), no município há cerca de 10.000 pessoas que dependem do manguezal do rio Caeté e aproximadamente 5.000 vivem da coleta do caranguejo, comprovando dessa forma a auto exploração desses recursos. Para que uma Reserva seja criada, é necessário fazer um laudo biológico, para identificar a fauna e flora da área. Também um estudo sócio-econômico, para o conhecimento das populações locais, seus modos de vida, se há tradição em suas atividades, como na pesca, por exemplo, pois as RESEXs visam assistir as populações tradicionais. Portanto, as mesmas surgem da necessidade de minimizar

conflitos pela disputa da utilização dos recursos naturais, como proposta para proporcionar seu uso sustentável, para efetivar a participação popular e organização social. É nesse contexto que surge a ASSUREMACATA² (Associação dos usuários da reserva extrativista Marinha Caeté-Taperaçu). Desde então os moradores da localidade são convidados a se associarem para participar das decisões referentes à reserva³, bem como receber os benefícios do governo federal, previstos para essas áreas.

Embora as reservas tenham vindo de um modelo estabelecido pelo Estado, importa ressaltar que existia uma demanda e reivindicação para que isso acontecesse. As organizações e entidades locais, os movimentos sociais lutaram para que esse modelo de instituição fosse implantado, mesmo que esse modelo apresente alguns problemas, entre eles, não considerar plenamente os modos de vida das populações locais, não seria coerente desconsiderar as lutas que foram travadas para a implantação da Reserva Extrativista de Marinha Caeté-Taperaçu, no município de Bragança.

2. O OBJETO DESSE ESTUDO: AS ASSOCIAÇÕES RURAIS

Neste estudo, foram analisadas as associações em reservas extrativistas, considerando as associações criadas, sobretudo, para obtenção de crédito no mercado financeiro nacional, ou de doações de instituições nacionais e internacionais, para executarem projetos de produção e comercialização. As mesmas tendem a um ciclo de vida ativo breve e à inserção em uma rede mais local e menos complexa. Conforme previsto na pesquisa o estudo incidirá sobre associações que além de prever o ordenamento territorial, também almejam ter acesso a recursos. Dessa forma surgem as novas formas de organização, espontâneas ou estimuladas pelos motivos já mencionados.

Por essa razão buscou-se o entendimento dos canais e formas de expressão de grupos sociais que outrora dispersos, passam a se organizar, para alcançar seus objetivos, sobretudo, de ordem econômica. As associações estão inseridas nos *debates*⁴ sobre o

² Na área de reserva, a Assuremacata é considerada como a Associação Mãe, que congrega todas as associações locais, contudo, o que se observou, foi uma adesão em massa da Assuremacata, enquanto as associações locais foram enfraquecidas.

³ Além de Bragança, compõem a reserva, os municípios de Traquateua, Augusto Correa e Viséu.

⁴ A Rede de Estudos Rurais é um espaço de intercâmbio de caráter interdisciplinar e inter-institucional, com um modelo flexível, sensível às questões emergentes no debate nacional, capaz, inclusive, de sinalizar a

desenvolvimento no campo, no qual, os pesquisadores se agregam em torno da discussão de diversas formas de construção de interesses e de institucionalização de grupos sociais, orientados pela demanda de recursos ou pelo empenho em se fazer reconhecer socialmente. As questões que envolvem as construções políticas são diversas, entre as quais se sugere também as análises sobre cooperativas, redes de intercâmbio, sindicatos, conselhos, grupos organizados por especialidades de gênero e ciclo de vida, etc.

As experiências dos associados nem sempre se traduz de forma positiva, muitos reclamam dos resultados dessas experiências, conforme relato dos sócios percebe-se o desânimo e decepção com a associação. Contudo, o uso desse direito, hoje em dia, introduziu-se nos hábitos e costumes do campo. Tal situação revela a fragilidade das relações que se estabelecem nessas organizações, na qual a sua existência nos países ditos democráticos pode ser problemática. Essa constatação parte do entendimento de que à medida que a sociedade se desenvolve, as diferentes relações entre os homens se tornam mais complexas. As associações são possuidoras de ampla liberdade, falam e formulam reivindicações. Funcionam como instrumento político e poder social organizado pela sociedade civil (TOCQUEVILLE, 1987). A partir dessa idéia, a análise sobre as condições democráticas no Brasil, na Amazônia, deve considerar a ausência de debates importantes sobre a região, a organização social frágil, e a centralização do poder no Estado que assume quase a totalidade da elaboração de leis e a formulação de políticas públicas.

2.1. Democracia e participação

Para o estudioso da democracia na América, Tocqueville (1987), as associações desempenharam papel fundamental na vida política e comunitária dos americanos. Para ele, nos Estados Unidos, a liberdade de associar-se para fins políticos era ilimitada. Ele entende que em estados democráticos, as associações são necessárias para impedir o poder arbitrário e o despotismo dos partidos. Enquanto instrumento legal as associações possibilitam de alguma forma a inserção desses sujeitos à margem das políticas do Estado. Contudo, faz-se necessário discutir a qualidade da participação dos associados, se isso se configura em associativismo. Conforme Tocqueville mostra em “A democracia na

importância de outros temas menos abordados, evitando a cristalização de grupos de pesquisa previamente recortados.

América”, o caminho, entretanto pode ser árduo, nesse processo, pois os indivíduos podem ter objetivos comuns, mas não significa que caminharão juntos.

(...) Assim como a sociedade, todos homens marcham ao mesmo tempo, com o mesmo objetivo; mas ninguém é obrigado a marchar pelos mesmos caminhos. De modo algum faz-se o sacrifício da vontade e da razão; mas as mesmas são aplicadas no sentido de triunfar um empreendedorismo comum. (Tocqueville, 1987)

Sobre essa questão, o Cientista Político Robert Dahl, (2001, p. 48) explica que uma associação é espaço de deliberar, discutir e depois tomar as decisões políticas. Segundo ele, só pode ser considerada como um espaço democrático se criar um conjunto de regras e princípios, uma constituição, que determinará como serão tomadas as decisões da associação. Além disso, deverá estar de acordo com um princípio elementar: todos os membros deverão ser tratados (sob a constituição) como se estivessem igualmente qualificados para participar do processo de tomar decisões sobre as políticas que a associação seguirá. Sejam quais forem as outras questões, no governo desta associação todos os membros serão considerados politicamente iguais. A mesma seria regida por princípios democráticos. Contudo, isso é posto a prova, quando confrontado com o trabalho empírico, esses pressupostos são praticamente improváveis. Como o próprio Dahl coloca:

(...) isso é pouco provável. Todavia, esses critérios são tão úteis quando podem ser modelos ideais e mais importantes e úteis do que muitos. “eles nos proporcionam padrões para medirmos o desempenho de associações reais que afirmam ser democráticas... Para todos os que aspiram a democracia, eles também podem gerar questões pertinentes e ajudar na busca de resposta. (DAHL, 2001, p. 54)

3. OS DESAFIOS DO ASSOCIATIVISMO NA COMUNIDADE DE TAMATATEUA

3.1. A Comunidade de Tamatateua

Os rios Taperuçu, Velho e Manetil cortam a comunidade que é formada por diversas ilhas, apresenta como características do meio biofísico, relevo plano e suavemente

ondulado. Ocorrem solos de baixadas inundáveis, poucos profundos e com características associadas ao encharcamento (solos indiscriminados de mangue) e também solos *hidromórficos*⁵ e *aluviais*⁶. Atualmente a vegetação de floresta secundária e lavoura temporária predomina, consequência da *ação antrópica*.⁷ Existem ainda densos manguezais e campos aluviais (HIRATA, 2000).

As principais atividades desenvolvidas na comunidade são a coleta de caranguejo, pesca artesanal, agricultura, pecuária e criação de aves (OLIVEIRA, 2000). Tamatateua possui aproximadamente uma população de 1500 habitantes, possui energia elétrica, o rádio e a televisão fazem parte de seus meios de comunicação. O transporte escolar é utilizado também pelos moradores para irem à sede de Bragança, as escolas são de 1ª a 4ª série; o local não tem posto de saúde e as pessoas sofrem muito quando precisam de atendimento, pois contam com a vontade das pessoas para se deslocar ao hospital.

A comunidade é muito carente, não temos nem posto de saúde. Agente conhece a dificuldade que eles (o povo) enfrentam para se deslocarem para o hospital. (Entrevista concedida Em 2009, no trabalho de campo por C.M.S. 37 anos, sócia da associação da comunidade.)

Na comunidade foram identificadas as seguintes associações locais: Associação Rural da Comunidade de Tamatateua, Associação de Apicultores, conhecidos como os “Abelhudos” e um Grupo de Mulheres. Foram realizadas entrevistas com os sócios e dirigentes dessas organizações. Manheim (1963) observa a sociedade na sua estrutura moderna, considerando a organização das associações, pela perspectiva de controle social. Como, onde e por que as pessoas se reúnem, como se distribuem o poder, influência, risco e responsabilidade, se os homens agem espontaneamente ou sob ordens, quais os controles sociais possíveis; tudo isso tomando individual ou coletivamente. (MANHEIM, 1963, p.30) Todavia, nessa comunidade, foram encontradas pessoas e organizações interessantes, foi possível verificar os resultados obtidos, além de um forte engajamento dos moradores, tanto na luta pela geração de renda quanto na participação social. Assim,

⁵ Solos recobertos por campos de várzeas, com relevos planos;

⁶ Solos recobertos por matas galeria;

Ambos localizam-se às margens dos cursos de água.

⁷ Entende-se por ação antrópica qualquer atividade humana que, de alguma forma interfira nos mecanismos naturais de funcionamento de uma unidade ecológica ou ecossistema.

Um número cada vez maior de grupos sociais luta, hoje, pela participação no controle social e político, e exige a representação de seus interesses. O fato de que esses grupos sociais venham das massas intelectualmente atrasadas constitui uma ameaça para as elites que anteriormente procuravam manter as massas em baixo nível intelectual. Isso valia a pena, para essas classes dominantes, enquanto pudessem julgar que a ignorância das massas as manteria afastadas da política. (MANHEIM, 1963, p.54,55)

3.2. As associações e o associativismo em Tamatateua

Compreende-se aqui a associação como um fenômeno complexo, pois, se constitui a partir de diversos interesses e de atores e tem “raízes nas relações interpessoais e coletivas próprias de suas respectivas sociedades e de suas respectivas culturas” Hébette (2010). Diante dessa complexidade é preciso considerar os aspectos socioeconômicos, políticos e jurídico-institucionais para perceber a sua relevância. O pesquisador chama a atenção para a tensão entre espontaneidade e criatividade por parte dos que se associam, de um lado e, de outro lado, imposição, regulamentação e controle do Estado. Portanto, importa distinguir conceitualmente: “entre o que é o fato social e concreto das associações e o espírito que, supostamente, embora, nem sempre, as anima: o associativismo, caracterizado por definição, pela espontaneidade, a liberdade e a solidariedade – pela gratuidade e pelo dom” (HÉBETTE, 2010, p.64).

Nas associações da comunidade de Tamatateua, percebeu-se uma forte tentativa de organização. As três organizações investigadas se articulam entre si, para o benefício da comunidade. A associação da comunidade, a associação dos apicultores e o grupo de mulheres estão ligados, pois, os mesmos são conhecidos e parentes, trabalham em rede. Quando realizam as atividades diversas no local se unem para o bem coletivo. Conforme o relato de uma moradora e entrevistada.

“A associação trouxe de positivo, a amizade, a união, a participação de outras pessoas. Tinham pessoas na comunidade que nem sabiam ou se importavam com a associação. Trouxe mais uma organização. (...) Tudo o que for de bom, o que puder estar sendo construído para a comunidade, eu me sinto bem”.
(Entrevista concedida Em 2009, no trabalho de campo por C.M.S. 37 anos, sócia da associação da comunidade).

Esse sentimento de querer estar junto ao outro e partilhar as lutas e conquistas, reflete o uso de capital social. Este conceito foi divulgado a partir dos estudos de Putnam(1993) na Itália e nos Estados Unidos, é amplamente empregado em discussões sobre saúde do regime democrático, níveis de participação e conhecimento políticos, desenvolvimento socioeconômico e desempenho institucional. Putnam argumenta que a organização dos indivíduos em grupos produz hábitos cooperativos e de confiança mútua que conduzem a maiores índices de participação e confiança política, contribuem para a saúde econômica do sistema e remetem a melhores performances institucionais. O Capital Social é, portanto, considerado um recurso que serve tanto a fins socioeconômicos quanto políticos. Em Bragança, as associações caminham nesse sentido, porém, estão mais voltadas para a geração de renda, por conta das condições que vivem.

Altos índices de Capital Social, supostamente, relacionar-se-iam positivamente com indicadores sociais tais como: bem-estar da comunidade, bom desempenho escolar de crianças e adolescentes, baixos índices de criminalidade e agressão, boa saúde, baixa evasão fiscal, etc. (CAIAZZA e PUTNAM, 2005). No contexto dessa pesquisa, a forma de organização denominada associação, por certo, encontra muitos entraves na base das relações sociais entre os sócios, situação que configura em muitos conflitos de ordem interna e externa. Essa realidade se contrapõe a análise feita por Putnam (2005), em uma associação os indivíduos têm de ter confiança um no outro. A relação deve ser cultivada, ao ponto de criar uma moral de solidariedade. Esses componentes se constroem no capital social e através dele é possível melhorar a condição econômica. Como criar solidariedade e confiança mútua nas associações? Esse é o desafio que se coloca diante das populações rurais que esperam estabelecerem seus meios de vida, através das associações. Nessa perspectiva há uma forte tendência ao oportunismo e o desaparecimento de cooperação.

Todavia quando essas populações se constituem como sujeitos políticos, é possível a superação do clientelismo, pois, o associativismo passa pela articulação com os outros sujeitos que, no campo, se constituem coletivamente. As associações, portanto, espontâneas ou incentivadas por acesso a recursos naturais ou financeiros trazem reconhecimento e poder de barganha a grupos que, em muitos casos, vêm se constituindo a partir de uma longa história de resistência e, nas últimas décadas, de ativismo sindical e político. (CONCEIÇÃO & MANESCHY, 2003)

A associação Rural da Comunidade de Tamatateua articula-se diretamente com a igreja local, para a realização de suas atividades, arrecadam dinheiro para a associação e

igreja. Embora existam ligações com *políticos*⁸, os membros conseguem se organizar para a realização de suas atividades *religiosas e culturais*.⁹ Além dos eventos, a associação autoriza empréstimos no Banco Cidadão. Esta associação, diferente da maioria, que se enquadra em associações de produtores polivalentes, se inclui nas que reúnem “moradores” e trabalhadores de diversos segmentos da comunidade. Segundo (SANTOS, 2000) elas enunciam formas de mobilização que não se limitam aos moldes organizativos fixados pelas relações de produção, os quais têm se constituído nos canais habituais de acesso aos recursos da cidadania social nos países periféricos.

A associação dos apicultores (os abelhudos) trabalha na produção de mel, os sócios, a maioria jovem, já tem alguns clientes garantidos, além da comunidade local. Esta associação tem o caráter produtivo para a geração de renda. Configurando em uma organização formal com o objetivo bem definido, acessar recursos financeiros e materiais para produção de mel. Segundo os entrevistados, com o trabalho de produção do mel, eles contribuíram para o desenvolvimento do manguê, pois, as abelhas afastam o gado, que tenta se aproximar do local. Embora tenham feito cursos¹⁰ promovidos pela EMATER e outras entidades, os sócios reclamam que essa ação só ocorreu no início do empreendimento e posteriormente não tiveram mais acompanhamento. Essa situação foi verificada durante a entrevista, enquanto trabalhavam, observou-se as condições de trabalho muito precárias. Entretanto, o objetivo que os une é a possibilidade de gerar renda, mas também estabelecem laços de amizade. Nesse sentido Bordieu (1985) analisa o capital social como:

Agregado de recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo. (...) Os benefícios angariados pelos indivíduos em virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis. (BORDIEU, 1985, p. 248, 249; 1980)

⁸Vereador local construiu poços artesianos, antes não tinha água potável, por isso, a população se sente muito grata, contudo o orçamento já era previsto pelo governo.

⁹ Os moradores e sócios organizam o aniversário da associação da comunidade no mês de maio, trabalham na conservação de limpeza das ruas e rios, fazem as festividades de Nossa Senhora da Conceição no mês de dezembro e promovem bingos, leilões e vendas de comidas.

¹⁰ Os cursos não são suficientes para manter o negócio. É de suma importância que esses empreendimentos tenham o acompanhamento técnico. Os governos são responsáveis também por esse processo. Esse debate há muito tempo, está presente nos encontros, fóruns, conferências, congressos das universidades e da sociedade civil.

Para Bordieu (1980) o capital social pode ser separado em dois elementos: a própria relação social que permite aos indivíduos reclamar o acesso aos recursos na posse dos membros do grupo; a quantidade e a qualidade desses recursos. Essa abordagem qualitativa remete ao associativismo, que tem a sua existência baseada, na relação espontânea entre os indivíduos, fundamentada na confiança e elos significativos. Baseado nessa compreensão de associativismo, percebeu-se que parcela de associações investigadas indicaram dados que revelam vínculos efetivos entre os membros que os motivavam para a ação comum, embora, também tenham apontado barreiras para que essas experiências se enraizassem e se difundissem. (MANESCHY, MAIA & CONCEIÇÃO, 2008).

Outra organização importante em Tamatateua e mais recente é o grupo chamado de Mulheres da Compostagem. Dado o papel social que tendem a desempenhar junto a suas famílias e comunidades, passaram a ser consideradas atores importantes para o desenvolvimento social. Embora, a organização esteja no início - e não seja juridicamente formal, a princípio concentram as ações no cultivo de hortaliças e outros, é uma importante iniciativa, pois, mostra que atualmente as mulheres estão cada vez mais articuladas e organizadas. As mulheres são importantes para mobilizar os tipos de capital social que as agências de desenvolvimento e os governos consideram importantes para seus programas de alívio da pobreza e desenvolvimento comunitário (MOLYNEUX, 2002).

As associações analisadas em Tamatateua, comparadas a outras comunidades visitadas, mostrou que embora exista a ASSUREMACATA, a associação mãe, é possível manter as organizações formais ou não formais em atividade. O que nos leva a crer que essas ações coletivas precisam ser fortalecidas. Muito mais que vigiadas e cobradas precisam ser ajudadas, não no sentido assistencialista, mas no sentido que leve essas populações à sua emancipação. Esse caminho não é fácil, mas é urgente o desafio de motivar a organização comunitária pelo bem comum, em espaços que aglutinam diversos interesses. Definitivamente necessita-se alcançar uma sociedade constituída pela democracia, “tão bem tecida em suas malhas associativas, que a própria democracia se torne o oxigênio diário e seja capaz de reagir às intervenções centralistas e autoritárias”. (DEMO, 1996)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo dialogou com os autores que abordam os conceitos de capital social, associações, democracia e participação. Sobretudo, buscou analisar a realidade rural inserida no debate do reconhecimento das populações tradicionais e os seus modos de vida na Amazônia, no contexto da institucionalização por meio das unidades de conservação e a criação de reservas. A análise dos dados e entrevistas revelou que as associações locais não estão sendo inseridas na ASSUREMACATA, a associação da reserva, e por muitas vezes são ignoradas. Essa situação prejudica as bandeiras de lutas específicas das comunidades, e desconstrói o objetivo inicial de envolver as organizações locais. Todavia, a experiência ainda é recente, é necessário dar tempo para que as coisas se ajustem, porém, para que isso aconteça, a participação popular é imprescindível. As regras precisam ser discutidas com os usuários da reserva, de maneira que eles possam opinar sobre o que pensam. Além disso, o esforço conjunto pelo decreto da criação deve continuar se manifestando para que a pluralidade de pensamento não seja substituída pelo pensamento único. Nas comunidades pesquisadas, foram encontradas, mesmo poucas, aquelas associações que foram criadas de forma espontânea, como em Tamatateua, percebeu-se que a comunidade consegue organizar as suas demandas, seja na igreja ou no centro comunitário, embora essas populações não tenham costume e tradição nessa organização formal.

As associações contribuem para o estímulo ou sentido da participação social dessas populações excluídas do processo de desenvolvimento. Entretanto, a maneira como essas organizações são estabelecidas nas comunidades locais, pensadas e vistas não pela perspectiva regional, provoca problemas de ordem de conflitos e consome tempo e recursos sem que haja resultados efetivos para os moradores e sócios dessas associações. Portanto, é urgente a necessidade de novas formas de gestão e participação social, e esse estudo revela a importância do associativismo, para que as populações rurais, ainda que não sejam totalmente assistidas, sejam ouvidas e vistas. A possibilidade de pertencer a um grupo e sentir-se parte dele indica outras vias de desenvolvimento que não aponte para a institucionalização das movimentações comunitárias. Por certo, que o caminho é árduo, mas, partir do encontro de idéias e de necessidades comuns é um passo muito importante.

Conforme Green (2009), cidadãos ativos provocam mudanças na sociedade, pois, responsabilizam os Estados, empresas privadas e outros atores por seus atos. Quando os cidadãos exercitam seus direitos melhoram a qualidade de vida política ou cívica através de sua participação, isto inclui as práticas associativas, que tem permitido que pobres e excluídos sejam ouvidos. Por essa razão, os associados e moradores das comunidades de Bragança investigadas nessa pesquisa, estão se esforçando para que possam ser

reconhecidos como “sujeitos de direitos”, e não “objetos” de políticas governamentais ou de outras medidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1980) **O capital social - notas provisórias**. In: NOGUEIRA, M.A. e A. Catani (Orgs.)
- DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: Noções de política social participativa**. 3. Ed. São Paulo. Cortez, 1996.
- Estudo sócio-econômico para viabilidade de criação da RESEX de Marinha no município de Bragança realizado pelo IBAMA, 2001.
- GREEN, Duncan. **Da pobreza ao poder: como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo**. Tradução de Luíz Vasconcelos. – São Paulo: Cortez; Oxford: Oxfan Internacional, 2009.
- HÉBETT, Jean. **Associação e associativismo em alguns contextos históricos numa perspectiva amazônica e brasileira: Um ensaio**. Belém, 2009.
- HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Org.). **Reprodução Social da agricultura familiar: Um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense**. No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. [Belém]: Ed. da UFPA, 2002, pp. 133-171.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 2º Ed. Belém: Cejup 2004. (Coleção Amazôniana, 1)
- MANESCHY, M.C.; MAIA, M.L.S.; CONCEIÇÃO, M.F.C. **Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida**. Novos Cadernos NAEA, v. 11, p. 65-90, 2008.
- MANESCHY, M.C.; CONCEIÇÃO, M.F.C. **Pescadores, Agricultores e Ribeirinhos na Amazônia Oriental: Associativismo e Sustentabilidade**. Boletim Rede Amazônia, Ano 2, Nº 1, 2003, pp.61-68.
- MANHEIM, Karl. **O Homem e a Sociedade. Estudos sobre a estrutura social moderna**. ZAHAR Editores, Rio de Janeiro, 1963.
- PORTES, Alejandro. **Capital Social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea**. Sociologia, problemas e práticas, nº 33, 2000, pp. 133-158.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2005.
- SACCHET, T. **Capital social, gênero e representação política no Brasil**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, 2009, p.306-332
- SEBRAE: **Levantamento e diagnóstico dos municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas e Viseu no Estado do Pará no contexto das organizações associativas de pesca artesanal**. Setembro/2004.
- FERREIRA, Lourdes; M. DE CASTRO, Rogério & CARVALHO, Sérgio. **Roteiro metodológico para elaboração de plano de manejo para reservas particulares do patrimônio natural**. Brasília: IBAMA, 2004.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.



UM RECORTE DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL¹

Diana Mendonça de Carvalho² - Universidade Federal de Sergipe

dianamendoncadecarvalho@yahoo.com.br

Lucivalda Sousa Teixeira e Dantas³ - Universidade Federal de Sergipe

lucivaldateixeira@gmail.com

José Eloizio da Costa⁴ - Universidade Federal de Sergipe

eloizio@ufs.br

GT 3: Questão Agrária e Políticas Públicas

RESUMO

A comercialização agrícola se delinea como a atividade mais complexa dentre aquelas que envolvem o sistema da agricultura, uma vez que se trata do momento em que a produção assume a condição de mercadoria. Essa condição envolve a integração de mercados, compreendendo diversos segmentos que se apropriam da produção e passam a impor metas de quantidade e de qualidade, formando cadeias, redes ou arranjos produtivos. O presente trabalho buscou apresentar uma análise teórica e histórico-espacial sobre a cadeia produtiva e a comercialização de produtos agrícolas no Brasil. Essas reflexões partiram dos questionamentos sobre as especificidades existentes na cadeia produtiva e na comercialização agrícola. Para tanto foi realizado levantamento bibliográfico e análise teórica dos seguintes aspectos: “Cadeia produtiva”, “Comercialização agrícola” e “Políticas Públicas no Brasil. Nesse país, a atividade agrícola e sua comercialização é historicamente dinâmica, tendo acarretado a formação de “arquipélagos urbano-econômicos”. Durante quase quatro séculos o país se voltou inteiramente à produção de gêneros agrícolas para exportação. A partir do século XX, a utilização de capital,

¹ Trabalho derivado da dissertação de Mestrado: Comercialização de Hortifrutigranjeiros em Itabaiana/SE, defendida em 19 de março de 2010. Financiado pela CAPES.

tecnologia e informação nas atividades produtivas do campo criou uma nova relação rural-urbana, na qual o estado participou com investimentos, e auxiliou para a associação do capital privado nacional com o internacional na implementação de infra-estrutura, incentivos fiscais, programas e pesquisas. Logo, a comercialização de produtos agrícolas, assim como a constituição da cadeia desses produtos, está imbricada nas especificidades que remete ao desenvolvimento capitalista, uma vez que se encontra subordinado às atividades de circulação e de distribuição.

1 INTRODUÇÃO

A comercialização agrícola se delineia como a atividade mais complexa dentre aquelas que envolvem o sistema da agricultura, uma vez que se trata do momento em que a produção assume a condição de mercadoria. Essa condição reflete a dinâmica que a atividade assume sob o modo de produção capitalista e que atualmente envolve a integração de mercados, compreendendo diversos segmentos e setores que se apropriam da produção e passam a impor metas de quantidade e de qualidade, formando cadeias, redes ou arranjos produtivos.

Deste modo, o presente trabalho buscou apresentar uma análise teórica e histórico-espacial sobre a cadeia produtiva e a comercialização de produtos agrícolas no Brasil. Essas reflexões implicam questionar as especificidades existentes na cadeia produtiva e na comercialização agrícola em meio à função e a estrutura presentes nos âmbitos espaciais, verificando as políticas públicas e transformações desencadeadas no Brasil para a promoção do mercado agrícola.

Para a constituição desse estudo foram realizados levantamentos bibliográficos e análise da temática: “Comercialização agrícola”, “Cadeia produtiva” e “Políticas Públicas no Brasil”. Por estes foram analisadas as definições de comercialização agrícola, suas estruturas e funções na constituição da cadeia produtiva; e a ocorrência dessas ações no espaço brasileiro, assim como, seus impactos para a economia nacional.

2 COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA: PROCESSO, FUNÇÃO, FORMA E ESTRUTURA

A comercialização agrícola envolve a transferência de bens, no caso a produção agrícola ou produtos semi-processados aos consumidores. No seu aspecto funcionalista a

comercialização agrícola perpassa a teoria e a prática de comércio, envolvendo “[...] todas as atividades, funções e instituições necessárias à transferência de bens e serviços dos locais de produção aos de consumo” (STEELE, 1971, p.23). Além disso, a comercialização compreende atividades que resultam “[...] na transformação dos bens, mediante utilização de recursos produtivos – capital e trabalho - que atuam sobre a matéria-prima agrícola” (BARROS, 2007, p.01).

Tais concepções referendam a agricultura como uma atividade primária persistente, cujos resultados são apresentados como intermediários na interfase produção-consumidor. Essa intermediação, em sua função contribui para valorizar os produtos. Desta forma, a comercialização agrícola é uma esfera da circulação de mercadorias e da circulação de capitais, pois direciona a produção agrícola para o mercado seja na forma *in natura* ou (semi-) processada.

A comercialização de produtos agrícolas ganha forma nos diversos agentes que compõem sua cadeia. Essa é constituída por agricultores, por intermediários (pequeno, médio, grande), podendo ser atacadista e varejista (supermercados e feirantes) e pelo consumidor final. A inter-relação desses diversos agentes define os preços dos produtos agrícolas no mercado, isso porque os preços finais são resultantes do preço da produção, da sua qualidade, da sazonalidade e da circulação da mercadoria, a qual pode envolver muitos outros atores que intermedeiam esse processo.

A cadeia de comercialização não acontece da mesma forma com relação a todos os produtos agrícolas, ela depende de variáveis estruturais como: *as alterações de posse*, ou seja, a transferência do produto, do produtor ao consumidor final, a partir do intermediário; *2- forma*, que remete a transformação do produto, em sua forma bruta em produto processado e em condições para consumo; *3- tempo*, uma vez que, a produção agrícola é sazonal e o consumo deve ocorrer durante todo o ano, por isso recorre-se ao armazenamento e conservação de alimentos, até alcançar o consumidor final; e *4- espaço*, decorrente do consumo dos produtos agrícolas que ocorrerem fora de sua região de produção, sendo necessária a presença do intermediário no processo de transporte até os locais de consumo (MARQUES E AGUIAR, 1993).

No Brasil essa variação ocorre em função das condições naturais e econômicas, principalmente. As condições econômicas se justificam nos fatos históricos e nas políticas públicas implementadas pelo Estado para a promoção da produção e para a consolidação de espaços de comercialização. Por suas dimensões espaciais, o Brasil apresenta aptidão para o plantio de diversas culturas agrícolas, desde as que perpassam climas tropicais a

temperados, além disso, possui solos e disponibilidade de água que favorecem quase todas as regiões nacionais.

3 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

No século XX, as políticas públicas estimularam os investimentos em infra-estruturas, com a instalação de redes viárias aliadas ao desenvolvimento da engenharia de comunicações que se colocaram como algumas das mais importantes variáveis estratégicas de conexão do país com suas regiões, pois diminuiu distâncias e condicionou trocas rápidas dentro das redes de mercado. Nesse sentido, a intervenção do Estado foi sentida a partir da aptidão produtiva de cada área com investimentos em infra-estrutura que possibilitaram a organização e a distribuição dos produtos.

Essa ação é sentida desde a década de 1920, com a construção das primeiras redes rodoviárias no Brasil que se iniciaram com o Programa de Combate a seca no Nordeste. Ainda nessa década era inaugurada a primeira rodovia pavimentada, Rio-Petropolis, atualmente conhecida como rodovia Washington Luiz.

No período denominado Estado Desenvolvimentista (1930-1961), cujo ideário preconizava o desenvolvimento econômico por meio de política de investimento liberal em relação ao capital estrangeiro, o Brasil passou por transformações econômicas e sociais com a intervenção do Estado. Nesse período, a integração nacional no governo de Getúlio Vargas era impulsionada pela Criação do Fundo Rodoviário Nacional (1946) que estabelecia imposto sobre combustíveis líquidos utilizados para a construção de estradas; e pela fundação da Petrobrás (1954) que estimulou a produção de asfalto.

Nesse período a ação do estado na agricultura era sentida principalmente na política de Preços Mínimos. Tal política foi instituída no governo de Getúlio Vargas e estabelecia o preço mínimo para os portos de embarque e para grandes centros de consumo (BESKOW, 1999). Tal política era utilizada como critério para operações de compra e financiamento e como assistencial para produtores e cooperativas, principalmente nos cultivos de algodão e de trigo.

Ainda na década de 1950, a implementação de programas visando o desenvolvimento rural foram propostas para a região Nordeste do país, tendo iniciado com a criação da Superintendência De desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a transformação da agricultura, da industrialização e com os incentivos às exportações.

Nesse momento foram criados programas que se estenderam entre as décadas de 1970 e 1980, como o Programa de Apoio do Pequeno Produtor Rural (PAPP); o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e Programa de financiamento federal, como o Financiamento do Nordeste (FINOR) e o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) (SOUZA, 1997).

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) não houve preocupação para com a expansão do setor agrícola do país, mas teve importância a expansão da malha rodoviária do país, e a implantação da indústria automobilística nacional (1957).

Entre 1960 e 1970, o Brasil aderiu ao pacote tecnológico norte-americano, denominado “Revolução Verde”. Esse processo definiu mudanças na base produtiva do país, com a implementação de maquinaria, insumos, fertilizantes e defensivos químicos.

Nesse momento o Estado teve importante influência na modernização agrícola, pois, era de seu interesse o crescimento do setor para apoiar a urbanização e a industrialização, consolidar o modelo desenvolvimentista no Brasil e por vezes, manter superávits na balança comercial. Desta forma, observa-se que,

[...] a agricultura passou a ocupar posição subordinada, tanto no nível econômico como no das decisões, passando a liderança do processo ao setor urbano-industrial, ressalvadas as profundas fragmentações existentes não apenas no interior destes setores, mas no conjunto das elites (GONÇALVES NETO, 1997, p.137).

Nesta articulação dos espaços rurais-urbanos, o Estado participou com investimentos, e contribuiu para a associação do capital privado nacional com o internacional na implementação de infra-estrutura, incentivos fiscais, programas e pesquisas.

Entre os programas que visam o desenvolvimento do meio rural brasileiro destacam-se:

PROTERRA (1971) – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos a Agroindústria do Norte e Nordeste; PROVALE (1972) – Programa Espacial para o São Francisco e o; POLOAMAZONIA – Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia. Na região Centro-Oeste destaca-se a criação do PROAGO (1973) – Programa de Garantia de Atividade Agropecuária; POLOCENTRO (1975) – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; PRODECER (1976) – Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (MATOS, 2006, p.69).

Além desses programas, o crédito rural foi outro significativo impulso para a modernização da agricultura brasileira. Segundo Gonçalves (2008), esse crédito foi instituído em escala nacional, com a criação do Sistema Nacional do crédito Rural (SNCR), na metade da década de 1960, visando o financiamento de fertilizantes, sementes, máquinas e defensivos. Esse programa justificou-se pela escassez de alimentos verificada desde a década de 1950 e no incentivo estatal para a “Reforma Agrária Camponesa”, na década de 1960, visando à ampliação do mercado interno e a manutenção da burguesia industrial monopolista com seus complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Destarte, o período de 1964 a 1980 é demarcado por intervenção direta do Estado na economia, principalmente no que se refere aos elementos comerciáveis, ou seja, na consolidação de políticas urbano-industriais e depois no crescimento da agropecuária no país. Nesse momento a política agrícola centrou-se principalmente no crédito para o setor rural, que desejava responder as necessidades de modernização da agricultura brasileira. Todavia, o segmento rural até então era analisado como entrave para a economia, pois ela continuava dependente de fatores exógenos, ou seja, só tinha valor quando agregava demanda internacional.

Na década de 1970, a produção *per capita* de produtos agrícolas ainda era pequena, demonstrando que a agricultura brasileira não havia expandido sua produção de alimentos. Nesse mesmo período, o Estado, através de políticas agrícolas, alavancou o processo de modernização da agricultura brasileira e contribuiu para viabilizar as transformações estruturais do campo, através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Essas empresas tinham por objetivo promover respectivamente, o desenvolvimento de tecnologias aplicadas ao campo e a prestação de orientação técnica e de extensão rural. Como política territorial essas entidades estariam pulverizadas em todo o território nacional, a depender da atividade produtiva dominante.

Além disso, o desenvolvimento de portos e aeroportos, na década de 1970, não só foram importantes para a circulação de mercadorias nacionais em nível interno e externo, como também, foram essenciais para o desenvolvimento rural e para a articulação rural-urbano. Isso decorreu da implementação de programas estatais, como: instalação de Centros de Abastecimento (CEASAS), com o intuito de dinamizar a comercialização de mercadorias agrícolas, concentrando o comércio no modo atacadista. Esse projeto seguiu o

modelo das Centrais Gerais de Abastecimento do Estado de São Paulo (CEAGESP) – “maior mercado atacadista da América Latina” (CORTEZ, 2002, p. 23).

A partir da década de 1980, os financiamentos em escala nacional, para o segmento agropecuário foram diminuídos significativamente, se restabelecendo na segunda metade da década de 1990, quando os créditos de investimentos passam a ser ministrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (GONÇALVES, 2008).

Entre os principais programas voltados para o desenvolvimento rural e efetuados por este banco, destacam-se: Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Modernização da Frota de tratores agrícolas e implementos associados a colheitadeiras (MODERFROTA); Programa de incentivo à Irrigação e à armazenagem (MODERINFRA); Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (MODERAGRO); Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP); Programa de Incentivo ao Investimento no Agronegócio (INVESTIAGRO); Programa de Estímulo à produção agropecuária sustentável (PRODUSA).

Ainda na década de 1980, surgem as centrais de compra e centrais de distribuição, substituindo os sistemas de integração ou pontos de concentração instalados pelos governos anteriormente. Tradicionalmente, a comercialização de hortifrutigranjeiros ocorria sob três funções: 1- Informação Comercial, quando o comprador obtinha informações a respeito do preço e das características do produto; 2- Negociações, com pagamento ou troca de produtos; e 3- Logística, quando se transportava o produto para o ponto de comercialização e distribuição.

Segundo CARVALHO apud Revista Rural (2003), até a década de 1980 o mercado de produtos agrícolas brasileiro vinha decaindo em função da maior eficiência no mercado de manufaturados, apresentando assim, taxas de participação no mercado agrícola internacional de 3,8% para 1970 e 3,1% para 1980.

Neste momento o Estado nacional interviu por meio de diversos programas na implementação de infra-estrutura visando desenvolver o campo, criando condições de competitividade em âmbito internacional, e articulando-o as necessidades da cidade. Além disso, parcela da população local tem dado sua contribuição nesse intercâmbio comercial (rural-urbano), a partir de estímulos ao crescimento da circulação das mercadorias, que resultam no desenvolvimento de cidades de porte médio.

Na década de 1990, o país volta a exibir índices de crescimento no setor agrícola, tendo no triênio de 1997 a 1999 uma participação de 3,4% no mercado nacional. Segundo Vilela e Henz (2000, p. 72), no ano de 1998, os segmentos de frutas e hortaliças responderam por 9,4% da movimentação financeira do agronegócio, tendo representado 3,5% do Produto Interno Bruto agrícola do Brasil, distribuindo-se: 68% na região Sudeste, 17% na região Sul e 15% na região Nordeste e Centro-oeste.

Esse crescimento na década de 1990 pode ser explicado pelo aumento de fluxo do comércio internacional, em função do crescimento das quantidades, da diversificação dos produtos comercializados e das exigências de qualidade dos mercados consumidores. Desse modo, a agricultura teria um papel fundamental nas transações comerciais externas, como marco central na produção de divisas.

No início do século XXI, o Brasil apresentou uma área de aproximadamente 550 milhões de hectares propícios para cultivos agrícolas. Nesse espaço nacional quase não existe limitações para o cultivo de frutas e hortaliças, apesar de concentrarem 2/3 da produção no sul e sudeste, enquanto no Nordeste encontra-se cerca de 30%. Essa diversidade produtiva justifica-se nas condições de clima e de localização do país, que se encontra numa zona tropical, ou ainda, no caso das hortaliças, na proximidade dos mercados consumidores. Além disso, o país tem buscado melhorar a qualidade das frutas e hortaliças comercializadas interna e externamente, com a introdução de lojas varejistas e com a utilização de refrigeração, além de corresponderem a demanda do mercado consumidor por produtos de qualidade e saudáveis.

Entre 2000 e 2004, os fluxos de produtos agrícolas em termos de exportação mostravam-se inverso aos de importação. Nesse período as exportações de produtos agrícolas cresceram a uma taxa anual de 20% e as importações se contraíram a uma taxa média anual de 3% (JALES, 2005). No ano de 2004, o Brasil foi o maior exportador mundial de açúcar, etanol, carne de frango, carne bovina, óleo de soja e farelo de soja. Ainda conforme Jales (2005, p.05), o Brasil não tende a sofrer de surtos de importação, pois dos seis produtos mais importados mundialmente, o país é exportador de quatro, que são: algodão, leite, milho e soja.

Os produtos agrícolas importados pelo Brasil advêm principalmente do Mercado Comum do Sul (61%), dos membros da associação Latino-americana de Integração (ALADI) (4,3%) e dos Países ricos (35%). Entre os produtos importados destacam-se: arroz, trigo, malte, vinhos, pescados chilenos, ameixa, ameixa seca, coco, maçã, nectarina, pêra, pêsego. Tais importações foram favorecidas pela política cambial com o dólar

americano, pela diminuição do poder do intermediário e pela oferta de frutos de clima subtropical.

Por tudo isso, verifica-se que existe a ação do Estado na promoção dos espaços de comercialização. Todavia, não há, por parte desse ator, incentivo a manutenção de tais espaços e também faltam auxílios a uma produção agrícola mais heterogênea, conforme as necessidades do mercado e políticas públicas, na comercialização desses produtos. Esse processo comercial é dominado pelo capital privado, que na figura do intermediário ou da indústria atua desde a etapa de produção, quando exige o que deve ser produzido; de transporte, garantindo a locomoção dos produtos da área produtora ao mercado ou aos espaços de processamento e consumidor; e mesmo na etapa de comercialização, realizando a venda do produto junto ao consumidor final.

Assim, a articulação do capital privado e estatal no setor agrícola e comercial demonstra que a dominação exercida pelo sistema capitalista contribuiu para a articulação da relação cidade-campo, na contradição da idéia de centro-periferia (CARLOS, 2004). Fato exemplificado no papel assumido pela metrópole paulista que domina, articula e mantém fluxos de toda a produção agrícola brasileira, controlando-a através da Bolsa de Cereais oficiais, da Bolsa de Mercadorias e Futuros, sendo também responsável pela comercialização e fluxos de parte dos produtos agrícolas do país.

Dessa maneira, o contexto de comercialização de produtos agrícolas no Brasil foi favorecido pela ação do Estado, mas tem na figura do capital privado, seja através de atravessadores, enquanto atores que comercializam direto com o consumidor, ou de indústrias que integram a lógica dos complexos agroindustriais, ou ainda, pela associação de ambos (GRAZIANO DA SILVA, 1999), o eixo fundamental para sua consolidação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comercialização de produtos agrícolas é uma etapa da cadeia produtiva que envolve diversos atores sociais na sua constituição. Esse processo tem a função de transportar os bens desejados pelo consumidor final, ao lugar e no tempo definido, na forma e nas quantidades solicitadas com preços satisfatórios para todos os atores dessa cadeia.

A articulação dessa cadeia ocorre de diferentes formas, a depender do produto e do local de comercialização, estando associada à esfera de circulação da mercadoria e do capital. Isso decorre da condição de subordinação que a prática agrícola assumiu em

função da integração econômica-financeira modernizante, justificada nos obstáculos ao desenvolvimento da concorrência capitalista no campo e na conseqüente concentração de produção pelos capitalistas agrários.

No Brasil, esse processo vem sido acompanhado na integração da economia primária às necessidades externas por produtos agrícolas, além disso, na relação com o capital financeiro internacionalizado. Deste modo, a produção agrícola nacional passa a ter rebatimento econômico principalmente, pós década de 1960, quando passa a integrar-se ao sistema agroindustrial. Tal integração favoreceu na disponibilização de produtos processados ou semi-processados ao mercado, seguindo lógicas pré-determinadas pelos mercados internacionais para exportação.

Logo, a comercialização de produtos agrícolas, assim como a constituição da cadeia desses produtos, está imbricada nas especificidades que remete ao desenvolvimento capitalista, uma vez que se encontra subordinado às atividades de circulação e de distribuição. Esses processos têm diminuído a participação de intermediários e colaborado para a consolidação de grandes capitais comerciais, além de centralizar os fluxos das mercadorias agrícolas, sendo que a comercialização por si só pressupõe a etapa de circulação e de distribuição de mercadorias e por conseqüência, a de capitais.

5 REFERÊNCIAS

BARROS, G. S. A. de C. **Economia da Comercialização Agrícola**. Piracicaba/SP: ESALQ, LES, CEPEA, 2007. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/1_economia_comercializacao_agricola.pdf>. Acesso em 08 de dezembro de 2008.

BESKOW, P. R. Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). **Estudos Sociedade e Agricultura**. Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. Nº 12, Abril de 1999. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doze/beskow12.htm>>. Acesso em 05 de dezembro de 2009.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo. Teorias e políticas. **Revista Mercator**. Fortaleza-CE: v. 5, p. 8-13, 2004. Disponível em

<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/issue/view/11>>. Acesso em 12 de junho de 2008.

CORTEZ, L. A. B.; HONÓRIO, S. L.; MORETTI, C. L. **Resfriamento de frutas e hortaliças**. Brasília: Embrapa Hortaliças E Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 428 p.

GONÇALVES, J. S.; VICENTE, J. R.; SOUZA, S. A. M. **Balança comercial dos agronegócios paulista e brasileiro no ano de 2007**. São Paulo: IEA/APTA, jan. 2008. Disponível em:<www.iea.sp.gov.br>. Acesso em 10 de agosto de 2009.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1995/ 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. A. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRS, 1999.

JALES, M. **Inserção do Brasil no Comércio Internacional Agrícola e Expansão dos Fluxos Comerciais Sul-Sul**. Instituto de Estudos do Comércio e Negociações internacionais – ICONE: 2005. Disponível em <http://argus.iica.ac.cr:19555/Documents/insercao_brasil_comercio_internacional_agricola.pdf>. Acesso em 24 de agosto de 2009.

MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. D. de. **Comercialização de produtos agrícolas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

MATOS, P. F. de. A consolidação da modernização agrícola no Cerrado e os impactos ambientais. Mediação: **Revista da Universidade Estadual de Goiás** – Unidade Universitária de Pires do Rio, v. 01, nº 01. Pires do Rio: UEG, 2006.

Revista Rural. Economia – Brasil depende do Investimento Externo. Rev. 64, abril de 2003. Disponível em <http://www.revistarural.com.br/edicoes/2003/Artigos/rev64_economia.htm>. Acesso em 18 de maio de 2009.

SOUZA, H. R. De. Agricultura e Política Agrícola no Nordeste: do GTDN à liberação comercial. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: 1997, vol.28, nº04, out./dez. pp. 499-518.

STEELE, H. L.; FILHO, F. M. V. & WELSH, R. S. **Comercialização agrícola**. 1ª Ed. São Paulo: 1971.

VILELA, S. L. de. **Globalização e Emergência de Múltiplas Ruralidades: Reprodução Social de Agricultores Via Produtos para Nichos de Mercado**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Setembro/1999. Disponível em <
<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/tese-completa1.pdf/view>>. Acesso em 25 de novembro de 2008.

2. Possui Graduação em Geografia Licenciatura (2006), Bacharelado (2009) e Mestrado em Geografia Agrária e Regional (2010) ambos pela Universidade Federal de Sergipe. Tem experiência como professora adquirida no CENTRO INSTITUCIONAL DE ENSINO SUPLETIVO GILBERTO FREIRE e no Exponente Vestibulares. Atua na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, econômica e agrária. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural (GEPRU/NPGEO/CNPQ).

3. Possui Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (2005). Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Pio décimo (2008). Especialista em Tecnologias na Educação pela PUC-RJ (2010). Mestranda em Geografia Agrária e Regional (UFS/NPGEO). Professora de Geografia da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe desde 2004 e Tutora em Geografia pela UAB/UFS desde 2009. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Transformações do Mundo Rural (GEPRU/NPGEO/CNPQ).

4. Possui Graduação em Geografia Licenciatura (1987), Direito (2000) e Mestrado em Geografia (1992) ambos pela Universidade Federal de Sergipe. Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista. É Professor adjunto do Departamento e Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Transformações

no Mundo Rural. Desenvolve pesquisas na área do desenvolvimento rural, sobretudo em microfinanças, agricultura familiar e sustentabilidade ambiental e rural.



CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E A LUTA PELA TERRA EM SÃO PAULO: PROCESSOS HISTÓRICOS E NOVAS DIMENSÕES A PARTIR DA REALIDADE DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Joelson Gonçalves de Carvalho (UFRRJ)

joelsonjoe@yahoo.com.br

“Questão Agrária e Políticas Públicas”

Resumo

O presente artigo busca recuperar o histórico processo de concentração fundiária no estado de São Paulo, sua relação com a modernização da agricultura e com a consolidação do agronegócio e as idiosincrasias decorrentes deste processo, a saber: a luta pela terra e a formação de assentamentos rurais. O intuito é demonstrar o caráter concentrador da posse da terra no estado, evidenciando que o desenvolvimento da agropecuária propiciou o fortalecimento do agronegócio *vis-à-vis* à manutenção das pequenas propriedades e considerável diversificação do setor agrícola. Feito isto, o artigo passa a ter como foco a recuperação histórica da formação dos assentamentos rurais em São Paulo até as mais recentes configurações de luta pela terra presentes nas regiões dinâmicas homogeneizadas pelo agronegócio, notadamente na Região Administrativa de Ribeirão Preto. Esta região conta com aproximadamente 900 famílias assentadas em cinco assentamentos, localizados nos municípios de Jaboticabal, Pitangueiras, Pradópolis, Serra Azul e Ribeirão Preto. Os três primeiros foram estabelecidos sob a responsabilidade do ITESP e os dois últimos sob responsabilidade do INCRA. O argumento central aqui desenvolvido é que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura paulista com o capital financeiro, ligado ao agronegócio, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, aumento da pobreza e fortalecimento da luta pela terra, preconizado pelos movimentos sociais organizados.

Joelson Gonçalves de Carvalho – Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (2000), mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e é doutorando em Desenvolvimento Econômico também pela UNICAMP. Atualmente é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Chefe do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas do Instituto Três Rios/UFRRJ.

1 – Notas introdutórias

Este artigo versa sobre o tema da terra e mais especificamente sobre a questão agrária. Enquanto nota introdutória é bom deixar claro que o debate sobre a questão agrária versus a questão agrícola, por um lado, e do paradigma do capitalismo agrário versus o paradigma da questão agrária, de outro, tem uma importância cabal, na medida em que mantém a terra e as relações sociais nela presentes em foco no debate acadêmico-político. Estes debates com seus diversos vieses contribuíram para o avanço dos estudos agrários, especialmente por reconhecerem o *conflitualidade* enquanto conceito perene para se estudar os determinantes estruturais da questão agrária em qualquer país ou região. Mais do que um conflito, a conflitualidade é um processo de enfrentamento perene, haja vista que o capitalismo ao mesmo tempo em que produz riqueza, aumenta a pobreza.

Feito este necessário resgate histórico espera-se que tenha ficado patente que a temática a ser tratada aqui não é nova, todavia, é bastante atual e é nesta seara que este trabalho se insere, e é partindo da ideia de conflitualidade que ela se desenvolve. Outro ponto importante a ser ressaltado é o conceito de agronegócio aqui entendido.

Assume-se aqui que agronegócio e agricultura camponesa são duas categorias distintas e não complementares e que, na medida em que o agronegócio se fortalece isto se dá em detrimento dos agricultores subordinados a ele, especialmente os mais pobres. Cabe ressaltar também, mesmo sabendo das importantes discussões travadas sobre as convergências e divergências entre os conceitos de camponês e agricultor familiar, este trabalho não tem a pretensão de adentrar nesta seara. Feitas as necessárias ressalvas, este trabalho tem como objetivo examinar, em caráter geral, qual a dimensão histórica da concentração fundiária e do acesso a terra no estado de São Paulo, via luta camponesa e, em particular, a luta pela terra na Região Administrativa de Ribeirão Preto, materializada na presença de cinco assentamentos rurais.

2 – A histórica concentração fundiária em São Paulo

São Paulo, com sua forte indústria e diversificação de sua agricultura, tornou-se um caso emblemático para se demonstrar que o avanço do capitalismo na agricultura se deu de modo concentrador e gerador de idiosincrasias merecedoras de análises. Observado o Índice de Gini corrigido da concentração da posse da terra, entre os anos de 1960, 1970 e 1975, fase aguda do processo de modernização da agricultura, poder-se-ia concluir que a

concentração menor registrada em São Paulo teria favorecido, de forma indireta, neste estado, a expansão industrial mais diversificada (Tabela 1).

	1960	1970	1975
G*	0,795	0,779	0,775
(50-)	4,7	5,2	5,1
(10+)	72,0	69,7	68,8
(5+)	59,9	57,2	55,9
(1+)	33,8	31,5	30,2
Média	61	63	74
Mediana	12	14	17

Fonte: Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Apud Graziano da Silva 1980, Pág. 355-360. Alterado pelo autor. Nota: * Calculado estimando desigualdades intra-estratos em metodologia proposta por Hoffmann (1979).

Todavia, tal fato não é verídico uma vez que os percentuais correspondentes aos 50% de estabelecimentos agropecuários com áreas inferiores à mediana, que em São Paulo, entre 1960 e 1975, giraram em torno de 5% do total da área agrícola demonstram, ainda, o elevado grau de concentração da propriedade no estado. Ademais, em 1970, 55% das famílias do estado cujos chefes tinham na agricultura a sua ocupação principal não tinham acesso à terra como dirigente do processo produtivo, ou seja, como produtor direto.¹ A maioria das famílias ocupadas não ter acesso direto à terra indica que a organização da produção em boa parte dos estabelecimentos agropecuários paulistas se assentou no trabalho assalariado (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

A elevada concentração fundiária causada pela rápida modernização da agricultura paulista, não se deu sem traumas. Observada a absorção de mão-de-obra, fica patente que o desenvolvimento do capitalismo no campo, com os significativos aumentos da produtividade do trabalho e aumento vertiginoso da maquinização da produção ocorreu à revelia do aumento de oportunidades de trabalho na agropecuária.

Houve, em São Paulo, além de uma redução relativa, também uma queda absoluta do número de famílias ocupadas em atividades agrícolas. Enquanto, em 1960, São Paulo tinha cerca de 1,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, em 2006, esse número tinha se reduzido para 910 mil.

¹ Para o Brasil, no mesmo período, 67% das famílias tinham acesso direto à terra.

Os dados da tabela 2 demonstram a contínua redução de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias *pari passu* ao número de tratores no estado e a redução significativa da relação pessoal ocupado sobre o número de tratores (PO/TR) que declina de 63,56 trabalhadores por trator, em 1960, para uma relação de 6,27, em 2006.

Tabela 2 – São Paulo - Pessoal ocupado e número de tratores na agropecuária nos Censos de 1960 a 2006

Dados estruturais	Censos						
	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Pessoal ocupado	1.727.310	1.420.040	1.364.942	1.376.463	1.357.113	914.954	910.805
Tratores	27.176	67.213	101.359	138.739	159.625	170.573	145.345
PO/TR	63,56	21,13	13,47	9,92	8,50	5,36	6,27

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1960/2006.

Dos 910.805 trabalhadores ocupados nos estabelecimentos agrícolas em São Paulo, em 2006, 38% se encontravam em lavouras temporárias, 31% em atividades de pecuária, 21% em lavouras permanentes e 9% em horticultura e floricultura. As demais atividades empregaram em percentuais abaixo de 1% (IBGE, 2009). Observados os grupos de áreas, pode-se reforçar o argumento da pequena propriedade enquanto geradora de trabalho e renda. Nos estratos inferiores a 20 hectares, concentram-se 57% do total de estabelecimentos, responsáveis por 35% de todo o pessoal ocupado na agropecuária, em 6% da área total (IBGE, 2009). Valendo-nos de instrumentos estatísticos simples como o cálculo de frequências relativas e acumuladas para estabelecimentos e área ocupada, deduz-se que 57% de todos os estabelecimentos rurais no estado estão abaixo dos 20 hectares, ocupando apenas 6% da área total. Em sentido contrário, os estabelecimentos agropecuários acima de 1000 hectares representam apenas 1% do total, mas ocupam 36% de toda a área recenseada em 2006 pelo IBGE.

Tem-se claramente um processo contínuo na intensificação da concentração fundiária. Observados os dados dos censos anteriores, em 1985, os estabelecimentos de até 50 hectares totalizavam 214.163. Já em 1995/1996 esse número caiu para 158.913, uma redução, em dez anos, de 25%. No último censo o número de estabelecimentos rurais até 50 hectares aumentou para 177.177, mas isto não é indicador de desconcentração, uma vez que, estes estabelecimentos representam 78% do total em uma área de apenas 15%.

A luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista. Em sendo assim, assume-se que a formação de assentamentos rurais

no estado de São Paulo é uma consequência direta do elevado grau de conflitualidade entre posse da terra e exploração do trabalho.

3 – Síntese da luta pela terra no estado de São Paulo

Indubitavelmente, a *Revisão Agrária* foi o primeiro programa estadual com vistas à constituição de assentamentos rurais no Estado de São Paulo.² Este programa, desenvolvido pelo Governo Carvalho Pinto (1958-1962), se inseriu em um contexto de intensos debates sobre a questão agrária nacional. Do ponto de vista programático, a meta era o assentamento de 500 a 1000 famílias por ano. Contudo, apenas dois projetos-piloto tiveram êxito, a saber: um em Campinas, com 72 famílias e outro em Marília, com 113 famílias.

Em Campinas, a área hoje conhecida com Bairro Reforma Agrária, inicialmente denominada Núcleo Agrário Capivari, foi fruto da desapropriação de parte da Fazenda Capivari, dividida em 72 lotes. Em um primeiro momento, os assentados se dedicaram a culturas das quais já tinham experiência como algodão e leguminosas. Entretanto, a partir do exemplo de famílias japonesas também assentadas na área, passaram paulatinamente a se dedicar a fruticultura, especialmente figo e uva. Mais recentemente ganhou destaque, no Bairro, a produção de goiaba e seriguela e, passados 40 anos da implantação do projeto, dois terços das famílias beneficiadas ainda estão no local (BOMBARDI, 2004).

Em Marília, a área escolhida foi a Fazenda Santa Helena com 1.200 hectares que, pela total improdutividade foi alvo de ocupações de militantes do PCB durante os primeiros meses de 1960. Produzindo amendoim para cerealistas da região e com reduzido poder de barganha nos preços de venda, os assentados tiveram seus problemas financeiros agravados com as perdas das safras de 1963/64 pela falta de chuvas, o que comprometeu o pagamento dos lotes e a venda dos lotes. Os novos compradores, a partir de meados da década de 1970, passam a produzir frutas, café ou transformam a área em sítios de lazer. A proximidade com a cidade de Marília (26 km), a eletrificação rural, em 1978, e o acesso direto à BR 147, gerou uma expressiva valorização imobiliária, que associada à baixa fertilidade do solo, transformou os lotes em instrumentos de lazer pertencentes a industriais e profissionais liberais da região (TOLENTINO, 1997).

² Lei 59.994 de dezembro de 1960.

Mesmo tendo caráter bastante progressista, as áreas utilizadas nestes dois projetos demonstram que os interesses latifundiários não foram nem enfrentados nem contrariados. A falta de uma pressão organizada e até mesmo de movimentos de luta pela terra em São Paulo, à época, deixava o tema da reforma agrária bem menos presente que nos estados do nordeste que contavam com as pressões organizadas pelas Ligas Camponesas. Em Campinas, a área de assentamento foi fruto de uma negociação amigável entre o governo estadual e o proprietário. Já em Marília, a área utilizada pertencia à Secretaria de Saúde que, por conta do projeto, transferiu-a para a Secretaria de Agricultura.

Os dois projetos-piloto tiveram trajetórias bastante distintas. Em Marília, os lotes converteram-se em chácaras de lazer de empresários da região. Já em Campinas, como observou Bergamasco (1992) e Bombardi (2004), embora tenha sofrido transformações no período, o assentamento ainda preserva, mesmo que parcialmente, características originais, produzindo principalmente fruticultura. O êxito geral do programa, para além dos *pilotos* desenvolvidos, foi totalmente comprometido com o fim do Governo Carvalho Pinto e início da gestão de Adhemar de Barros, que abandonou o programa. As questões fundiárias só foram novamente colocadas no debate estadual nos anos 1980 durante a gestão de Franco Montoro (1983-1986) que coincide com o processo de redemocratização, abertura política e as iniciativas, realizadas em âmbito federal, atinentes no I Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Montoro assume o governo do estado com um significativo passivo fundiário e já nos primeiros meses de governo enfrenta manifestações e ocupações que impeliram à necessidade de uma resposta rápida e ao mesmo tempo consistente de política fundiária a cargo do estado. É neste contexto que surge o *Plano de Valorização de Terras Públicas* (PVTP).

Há que se considerar as limitações na competência dos estados no que tange políticas fundiárias. A primeira delas é não poder usar de desapropriações para fins de reforma agrária; por outro lado a não dotação de recursos provenientes do Imposto Territorial Rural, de cunho federal e municipal, além de não terem poder de gerir recursos oriundos do governo federal. Diante de tais limitações fica óbvia a opção pelo uso de terras públicas para o enfrentamento de problemas fundiários descritos no programa.³ Foram 24 assentamentos, beneficiando 2.150 famílias em um total de 36.167 hectares.

³ A política do Governo Montoro tinha duas diretrizes básicas, a saber: a) programa de assentamentos de trabalhadores rurais e b) processo de regularização fundiária. O arcabouço jurídico está presente na Lei 4.957 de 30/12/1985 no que tange assentamentos e na Lei 4.925 de 19/12/1985 acerca da alienação das terras públicas (BARBOSA E LEITE, 1991, pág. 43)

Em que pese os programas estaduais, até os anos 1980, os poucos conflitos ocorridos, no período da ditadura, ocasionaram ocupações de áreas isoladas e residuais na luta pela terra, contudo, no bojo das manifestações pela redemocratização e surgimento de novos atores políticos e sociais tais como MST, PT, CPT, a luta pela terra ganha maior dimensão e maior articulação nacional, imprimindo ao poder público, a necessidade de novas respostas.⁴

Atualmente, segundo os dados disponíveis pelo ITESP, INCRA e o DATALUTA, no estado de São Paulo existem 244 assentamentos rurais no estado de São Paulo. Divididos por Regiões Administrativas, os 244 assentamentos estão inseridos em 88 municípios distribuídos nas 15 RAs presentes no estado, com destaque para a RAs de Presidente Prudente com 120 assentamentos, Araçatuba com 34, Sorocaba com 19 e Bauru com 17 (Tabela 3).

RA	Número de Municípios	Número de Assentamentos	Número de Famílias	Área (ha)
Araçatuba	12	34	2.865	49.840,00
Barretos	2	3	181	3.865,00
Bauru	11	17	1.803	37.097,00
Campinas	9	13	617	5.536,00
Central	5	14	868	11.822,00
Franca	3	3	199	3.271,00
Marília	2	3	76	727,00
Pres. Prudente	18	120	7.156	165.881,00
Registro	2	2	87	3.478,00
Ribeirão Preto	5	5	844 ^a	7.728,00
Santos	1	1	15	153,00
São J. do Rio Preto	1	1	39	1.074,00
São J. dos Campos	4	5	304	3.696,00
São Paulo	4	4	178	1.187,00
Sorocaba	9	19	1.342	31.329,00
Estado de São Paulo	88	244	16.574	326.684,00

Fonte: Projeto DATALUTA. Dados atualizados em abril de 2010. Elaboração Própria. Nota: Na pesquisa de campo foram identificadas 464 famílias no Assentamento PDS da Barra, ao contrário de 400 listadas nos dados brutos do NERA. Sendo assim, na RA de Ribeirão Preto o número correto é 908 famílias, o que totaliza para o estado, 16.638 famílias.

⁴ Para um estudo sobre a formação de assentamentos rurais anteriores à década de 1980 ver Martins (1979) e Bergamasco et .al. (1991).

A RA de Presidente Prudente é a que contém a maior expressividade em famílias assentadas, ao todo são 7.156 distribuídas em 18 municípios, numa área superior a 165 mil hectares, o que representa 50,7% do total da área destinada a assentamentos rurais no estado. Mesmo tendo a maior área desapropriada, maior número de famílias envolvidas em ocupações e assentamentos e ser, midiaticamente, a mais conhecida região de conflito agrário do estado, a RA de Presidente Prudente não pode expressar a totalidade do problema, dadas as especificidades regionais que para o estado de São Paulo, são marcantes. Neste sentido, como já antecipado, este artigo busca uma análise mais pormenorizada da RA de Ribeirão Preto, que em termos relativos comporta apenas 5,5% do total das famílias em 2,4% da área destinada a assentamentos no estado. A baixa representatividade relativa dos números apresentados não consegue expressar a magnitude da conflitualidade agrária na região, conhecida, interna e internacionalmente, pela pujança do setor agropecuário, o que, por seu turno, contribui para escamotear os dilemas socioeconômicos gerados pela hegemonia do agronegócio, notadamente, no setor sucroalcooleiro.

4 – A luta pela terra e a formação dos assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto.

A Região Administrativa de Ribeirão Preto conta com uma população estimada em 1.248.360 habitantes, área de 9,3 mil km². Constitui-se em uma única Região de Governo, a de Ribeirão Preto, tendo seus habitantes distribuídos em 25 municípios, densidade demográfica de 134,23 hab./km² e taxa anual de crescimento populacional de 1,66%.⁵ Está situada a nordeste do estado, a aproximadamente 300 km da capital, estrategicamente localizada na rota que liga a Grande São Paulo à região central do Brasil, encontrando-se a 706 km de distância do Distrito Federal (BRANDÃO e MACEDO, 2007)

Enquanto digressão histórica sabe-se que os embates sociais no campo, na região norte do estado de São Paulo, especialmente às de caráter sindical, a partir das mobilizações (e greves) por melhoria das condições de trabalho dos assalariados volantes

⁵ Os municípios que compõem a RA são: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taquaral.

ou “bóias-frias”, datam do início da década de 1980.⁶ Mesmo antes da formalização do MST, (que se deu em 1984), a região de Ribeirão Preto assistiu a conflitos rurais, que precisam ser entendidos de modo mais amplo e no contexto das reivindicações básicas garantidas no Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214 de 02 de março de 1963). Mesmo sendo “*uma concessão moderada aos trabalhadores rurais, feita por um congresso nitidamente conservador, num contexto de radicalização política no campo*” (STOLCKE, 1986, pág. 218 apud COLLETTI, 2005, pág. 61) ainda assim serviu de motivação, para manifestações dos trabalhadores, contra as condições deploráveis de trabalho no campo.

Muitos dos conflitos no interior do estado de São Paulo, e mais especificamente em regiões com o predomínio da atividade canavieira, como Ribeirão Preto, foram mediados pelos sindicatos, mas, indubitavelmente, o uso da greve como instrumento de luta foi a principal conquista, em termos políticos, que os trabalhadores rurais tiveram a partir da década de 1980. A sindicalização da luta dos trabalhadores rurais, a partir dos anos 1980, foi extremamente importante para a construção da luta pela terra na região de Ribeirão Preto, contudo, até pelos limites da ação das entidades sindicais, as manifestações ocorriam pontualmente. Produziram, é certo, ações maiores, como greves gerais com um número significativo de adesão rompendo os limites da região ribeirão-pretana e se estendendo por todo o estado. Dentre as principais motivações dos conflitos houve registro de semi-escravidão de trabalhadores, não pagamentos de salários para cortadores de cana, não cumprimento de dissídio coletivo e movimentos por melhorias salariais e de transporte por parte dos trabalhadores “bóias-frias”.⁷

Os conflitos de caráter trabalhista deixaram claro que, mesmo não estando à posse da terra no centro da questão, a legislação trabalhista, no campo das soluções legais, foi incapaz de atenuar a exploração expressa na relação capital-trabalho. Sua exacerbação, ao longo do tempo demonstra que este é um processo crescente de afloramento das contradições imantes do capitalismo. E a existência de cinco assentamentos rurais, na RA de Ribeirão Preto, é prova cabal que o escopo da luta social no meio rural ganhou dimensões muito maiores, tornando-se uma luta, primeiro pela posse da terra e depois por reforma agrária.

⁶ Como resgate histórico é bom lembrar que os sindicatos de trabalhadores agrícolas surgem, no Brasil, de forma efetiva, no início da década de 1960, mais precisamente durante o governo de João Goulart (1961-64) cerca de trinta anos depois de terem sido implantados no meio urbano, notadamente com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, durante o governo Vargas (COLETTI, 2005).

⁷ Especificamente sobre a gravidade da situação do transporte dos trabalhadores no início da década de 1980, ver Rodrigues (1982).

Com pouco mais de 900 famílias beneficiadas, ao todo existem, na RA, cinco assentamentos na RA, localizados nos municípios de Jaboticabal, Pitangueiras, Pradópolis, Serra Azul e Ribeirão Preto. Os três primeiros foram estabelecidos sob a responsabilidade do ITESP e os dois últimos sob responsabilidade do INCRA. No que tange os assentamentos estaduais, todos foram implantados em antigas áreas de hortos florestais. Já os projetos mais recentes, sob responsabilidade do INCRA, são Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Isto significa que os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e conseqüentemente acesso a crédito. Faz-se necessário, mesmo que breve, uma caracterização geral destes projetos:

4.1 – Assentamento Horto Guarani⁸

O assentamento Guarani localiza-se no município de Pradópolis. Foi implantado no Horto Florestal Guarany, pertencente a Cia. Paulista de Estadas de Ferro e transformado em assentamento rural pelo ITESP em 1998. Conta com uma área de 4.190,22 hectares divididos em 274 lotes, sendo que 60 deles estão em área pertencente ao município de Guatapar. A ocupação definitiva desta área ocorreu em agosto de 1992, contando com aproximadamente 750 famílias de várias cidades do estado de São Paulo, organizadas pela FERAESP.

Da ocupação, em 1992,  constituição do assentamento, em 1998, não houve, por parte da FEPASA, nenhum pedido de reintegração de posse permitindo às famílias acampadas certa organização coletiva do trabalho. Os trabalhos eram realizados coletivamente, pelo menos nos dois primeiros anos. Em 1994, os próprios coordenadores do acampamento dividiram a terra, com técnicas rudimentares usando cordas para a medição e sorteio para a seleção.

⁸ Informações colhidas em entrevista com Antnio Carlucci Neto, engenheiro Agrônomo da Fundação ITESP, responsável pela assistência técnica ao assentamento, em 10 de fevereiro de 2011.

4.2 – Assentamento Córrego Rico⁹

O Horto Florestal do distrito Córrego Rico foi ocupado em 29 de maio de 1998, por um grupo de trabalhadores rurais organizados pela FERAESP, constituído por aproximadamente 50 famílias. A área ocupada estava sob a responsabilidade administrativa da CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo). Este horto foi implantado em 1935 pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro e convertido para assentamento em setembro de 1998, com área total de 468,08 ha. É composto por 47 lotes familiares de 7,7 ha, totalizando 361,80 ha de área agrícola e 97,02 ha de áreas destinadas à reserva florestal legal e preservação permanente.

Parte dos trabalhadores rurais assentados é oriunda de Guariba, município limítrofe, e participaram, em 1984, das mobilizações e greves de “bóias-frias” daquele município. A conquista definitiva desta área não foi rápida, as famílias assentadas neste horto ficaram por quatro anos às margens da rodovia Deputado Cunha Bueno (SP 253) e, depois do despejo, se estabeleceram no Horto Guarani, até a regularização da área pleiteada que se deu em maio de 1998.

4.3 – Assentamento Ibitiúva¹⁰

O assentamento Ibitiúva localiza-se no distrito de mesmo nome, município de Pitangueiras, onde, em 1936, foi implantado o Horto Florestal Ibitiúva pela Cia. Paulista de Estradas de Ferro e transformado em assentamento rural pelo ITESP em julho de 1999. Possui área total de 725,01 ha, composta por 43 lotes familiares de 8,5 ha, totalizando 367,09 ha de área agrícola, 174,20 ha de áreas destinadas à reserva florestal legal e preservação permanente e 151,00 ha de área destinada para manejo florestal.

O horto Ibitiúva foi ocupado, em 1998, por 48 famílias de trabalhadores rurais sem-terra, organizadas por sindicatos de trabalhadores rurais ligados à FERAESP. Diante da morosidade estadual em declarar o horto como área de assentamento rural, os próprios assentados distribuíram seus lotes para 30 famílias devido a desistência das outras famílias. Em 1999, estas 30 famílias foram assentadas oficialmente. Os demais, oriundos de

⁹ Informações colhidas em entrevista com José Amarante, da Fundação ITESP, responsável pela assistência técnica ao assentamento e Tânia Mara Baldão, assentada e presidente da Associação Terra Rica, em 11 de fevereiro de 2011.

¹⁰ Informações colhidas em entrevista com José Amarante e o senhor Jaime Fagundes dos Santos (Seu Zico), assentado que participou de todo o processo de formação do assentamento desde a ocupação, residente no lote 27.

Pitangueiras, foram assentadas em 2001 por processo de seleção desenvolvido pelo ITESP. Em seu conjunto, os assentados são provenientes, principalmente das regiões de Sumaré, Pitangueiras e Bebedouro.

4.4 – PDS Sepé Tiaraju¹¹

A origem deste assentamento remonta às lutas anteriores. As famílias já tinham passado por outras duas ocupações: a primeira, em Matão, com aproximadamente 1.200 famílias; a segunda, em Barretos, com aproximadamente 150 famílias e, por fim, a ocupação da Fazenda Santa Clara, com mais de 80 famílias, área onde se encontra o assentamento

O Assentamento Sepé Tiarajú, criado oficialmente em 2004, está situado em uma área de 800 hectares que compreende o município de Serra Azul e parte do município de Serrana. Conta com 80 famílias assentadas e se destaca por ser o primeiro assentamento na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no Estado de São Paulo.¹² A opção pelo PDS, por parte do INCRA, baseia-se no tamanho reduzido da área e na possibilidade do projeto focar a criação de pequenos animais e produção voltada para a auto-sustentação, com algum excedente comercializável. As limitações impostas pela reduzida área associadas à ideia do INCRA em criar um PDS, facilitaram o desenvolvimento de um antigo projeto do MST, a Comuna da Terra. Este projeto tem como norte a inclusão de trabalhadores oriundos, eminentemente, de áreas urbanas, com um viés coletivo e padrão produtivo agroecológico. No Sepé Tiaraju, cada família detém nove hectares, sendo que destes, seis são utilizados na produção conjunta do núcleo. A área ocupada (Fazenda Santa Clara), era utilizada pela Usina Martinópolis que, em decorrência de dívidas em atraso, passaram a pertencer ao governo do estado. Antes da ocupação, a área estava sendo usada pela Usina União, para o plantio de cana.

¹¹ Esta parte do trabalho foi construída a partir da entrevista com Neusa Paviato Botelho Lima, da coordenação nacional e da direção estadual do MST, concedida ao autor na cidade de Ribeirão Preto, em 11 de fevereiro de 2011.

¹² O Projeto de Desenvolvimento Sustentável foi criado pelo INCRA para atender as especificidades dos demandantes de terras das reservas extrativistas do Acre, conforme a Portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999.

4.5 – Projeto de Assentamento PDS da Barra¹³

Conhecido como assentamento Mário Lago, localiza-se em Ribeirão Preto e é o mais recente assentamento da RA, tendo sido efetivado em 2007. Assim como o Sepé Tiaraju, este assentamento também é planejado, pelos movimentos sociais presentes na área, para ser uma Comuna da Terra. Sua área total é de 1.790,80 hectares, onde foram assentadas famílias pertencentes a três grupos distintos de luta pela terra, o MST, o MLST e o movimento independente Índio Galdino. O assentamento é composto por 264 famílias do MST, 176 do MLST e 52 famílias do Índio Galdino, no total de 464 famílias em lotes de 1,5 hectares por família.¹⁴ Este assentamento é emblemático, pois no município considerado a capital nacional do agronegócio, a desapropriação se deu pelo não cumprimento da função social da propriedade rural.

5 – Considerações finais

O *modus operandi* dos camponeses, suas formas de ação, articulação comercial, produção e reprodução social demonstram que, embora o capitalismo no campo seja predominante, não pode ser a partir dele que se deve qualificar, julgar ou analisar a agricultura de caráter familiar, especialmente os assentamentos rurais. O lote não pode ser visto como unidade de produção capitalista que visa maximização dos lucros e sim o lócus de identidade e reprodução social, no qual o assentado produz e consome, podendo, inclusive gerar excedente comercializável.

Dada a limitação de tamanho dos lotes dos assentamentos rurais e, por consequência, a elevada relação entre a mão-de-obra disponível e a quantidade de trabalho a realizar, é comum que membros da família busquem, fora das áreas dos assentamentos, notadamente, em trabalhos urbanos ou nas empresas do agronegócio, renda externa, o que, em si, não deve ser colocado como fracasso das políticas de assentamentos rurais e sim como ações necessárias, dadas as limitações oriundas da ausência de planejamento público, sempre a reboque, pelo menos no campo, das ações dos movimentos sociais. Em tempo, é

¹³ Assim como no PDS Sepé Tiaraju, esta parte do trabalho foi construída a partir da entrevista com Neusa Paviato Botelho Lima, da coordenação nacional e da direção estadual do MST, concedida ao autor na cidade de Ribeirão Preto, em 11 de fevereiro de 2011.

¹⁴ Conforme entrevista com Neusa Paviato Botelho Lima, membro da coordenação nacional e da direção estadual do MST, em entrevista dada ao autor.

importante deixar claro que, em muitos casos, atividades desenvolvidas os lotes são insuficientes para a manutenção de todo o núcleo familiar.¹⁵

Cabe frisar que os assentamentos pesquisados, resguardadas suas especificidades, desmentem os mitos criados pela visão conservadora na qual a modernização da agricultura teria esgotado a disponibilidade de terras não aproveitadas, especialmente porque os assentamentos pesquisados estão em uma região de notadamente hegemônica pelo agronegócio. Outro ponto importante que deve ficar claro é que aumento da produção e do emprego no campo e, portanto, do combate a pobreza, não foram resolvidos pelo modelo produtivista do agronegócio sendo, a luta pela terra, na RA de Ribeirão Preto, prova cabal disto.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. V.; LEITE, S. P. (1991). *Reforma agrária em terras públicas: contradições de um governo democrático*. FCA/Jaboticabal. Unesp.

BERGAMASCO, S. M. P. e NORDER, L. B. (1999). Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. e S. P. Leite (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade.

BERNINI, C. I. (2009). De posseiro a assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento Alves, Teixeira Pereira, Sete Barras-SP. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.

BOMBARDI, L. M. (2004). O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. In: *Agrária*, nº 1, pp. 55-95.

BRANDÃO, C. A. e MACEDO, F. C. (2007). Demografia e Urbanização. In: Cano, W; Brandão, C. A; Maciel, C. S. e Macedo, F. C. *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Ed. Alínea, Campinas.

COLETTI, C. (2005). *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp.

DATALUTA/NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. *Data Luta: banco de dados de luta pela terra*. Presidente Prudente, 2007.

DAVIS, J. H. e GOLBERG, R. A. (1957). *A concept of agribusiness*. Harvard University: Boston.

¹⁵ Cabe aqui recuperar uma passagem de Chayanov (1974, pág. 101) “Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família”. Apud Girard, 2008, pág. 98.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARRONE, L. A. (1994). O sindicalismo rural paulista na última década: fissuras e contrapontos. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. v. 24, n.º. 1 jan/Abr.

FIRMINIANO, F. D. (2009). *A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto-SP*. Dissertação de Mestrado. FCLAR/UNESP.

GRAZIANO DA SILVA, (1980). Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro. In: *Anais do II Encontro da ABCP*. Águas de São Pedro, SP. Outubro.

HOFFMANN, R. (1979). Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e redundância. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 719-738, dez.

HOFFMANN, R. (2007). Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: Ramos, P. (org.). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições, e perspectivas*. Brasília: MDA.

HOFFMANN, R. (2010). *Distribuição da posse da terra no Brasil e nas Unidades da Federação, conforme a condição do produtor, 1970 a 2006*. (No prelo).

IBGE (1960). *Censo Agrícola*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (1970). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (1975). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (2006). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (2009). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

ITESP (2000). *Terra e cidadãos: Aspectos da Ação de Regularização Fundiária no Estado de São Paulo*. 2ª. Ed.

NORDER, L. A. (2004). *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese de Doutorado, Universidade de Wageningen.

PORTO, M. Y. (1994). Conflitos e negociações coletivas dos trabalhadores rurais paulistas no período de 1980-1990. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, v.24, n.º 01. Jan/Abr.

STOLCKE, V. (1986). *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

TOLENTINO, C. A. F. (1997). Os fios da história de um assentamento "desaparecido". In: *Cadernos AEL*, n. 7. pp. 105-12p.



OS CEFFAS FLUMINENSES: TRAJETÓRIA DE RECONHECIMENTO E/OU DESCONHECIMENTO NA ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO POLÍTICA DE COMUNIDADES RURAIS DA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE.

Gabriel Almeida Frazão (CPDA/UFRRJ) e Jaqueline de Moraes Thurler Dália (PPGEA/UFRRJ)

gabrielfraza@gmail.com / jaquinedalia@hotmail.com

GT3: “Questão Agrária e Políticas Públicas”

RESUMO

Os CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância) existem no Brasil desde os anos sessenta, apresentando uma proposta educativa que conjuga formação integral e desenvolvimento político-sócio-ambiental do homem do campo. Passados 40 anos de seu aparecimento no Brasil, os CEFFAs se espalharam por diversas regiões do país, consolidando a sua postura crítico-formadora. Contudo, esse panorama parece não se constatar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. No município de Nova Friburgo há três Centros de Formação, em dois distritos marcados pela forte produção agrícola e pela baixa representatividade política. Até o início desse ano, existia, ainda, um CEFFA no município de Bom Jardim, que, após dois anos de existência foi fechado. Diante desse cenário, o objetivo desse artigo é entender as dificuldades enfrentadas por esses CEFFAs na sua consolidação enquanto agentes motivadores da organização social, inclusive no que se refere ao reconhecimento da importância de suas práticas educativas para melhoria da vida do homem do campo. Nesse sentido, por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas com diversos atores sociais envolvidos nesse processo, analisar-se-ão: primeiramente, à luz das experiências de outros estados, o processo de construção dos CEFFAs fluminenses; em segundo lugar, as ligações que eles construíram com as comunidades rurais que os cercam, bem como o seu papel como agentes articuladores entre a população e o poder público; e, por fim, a postura do poder público em relação a esses Centros Formativos, uma relação, na maioria das vezes, nada dialética, em que os governos

mais desconhecem do que reconhecem a importâncias dessas unidades e de sua pedagogia na organização e formação política das populações rurais.

Gabriel Almeida Frazão: Doutorando em Ciências Sociais (CPDA/UFRJ). Mestre em História Social (UFF). Professor de História da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro e Monitor do CEFFA CEA Rei Alberto I. Tutor de Políticas Públicas e História na Educação (CEDERJ/UAB).

Jaqueline de Moraes Thurler Dália: Mestranda em Educação Agrícola (PPGEA/UFRJ). Graduada em Letras. Professora de Língua Portuguesa da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro e Monitora do CEFFA CEA Rei Alberto I.

OS CEFFAS E SEUS PRINCÍPIOS

A Pedagogia da Alternância surgiu na França, em 1935, na localidade de Sérignac-Péboudou, motivada pela vontade de famílias rurais, comprometidas com o sindicato, em fornecer a seus filhos uma formação condizente com a realidade do campo. Para isso, após várias conversas entre esses pais e o sacerdote da comunidade, formou-se uma associação, que com a ajuda do religioso, criou uma seção de aprendizagem. Os quatro estudantes se dividiam entre os períodos de internato e aprendizagem formal nessa seção, auxiliados pelo padre, e períodos de trabalhos práticos, nos quais os pais se comprometiam a orientá-los. Constituiu-se, assim, a primeira MFR (Maison Familiale Rurale) do mundo. Todavia, somente dois anos mais tarde, apoiada pela Lei da Aprendizagem de 1929, é que surge a MFR de Lauzun, já com todos os alicerces desse modelo educativo: a associação rural, o uso efetivo da Pedagogia da Alternância, a preocupação com o desenvolvimento local e um enfoque na formação integral do alternante¹.

No Brasil, a Pedagogia surgiu em 1968, no Espírito Santo, em um contexto bem peculiar da história nacional, sob a liderança do padre jesuíta Humberto Pietrogrande. Se por um lado, havia toda uma discussão sobre propostas de educação popular e do campo, por outro havia grande preocupação governamental com o desenvolvimento das áreas rurais dentro dos moldes capitalistas². Apesar da sua chegada nesse cenário, a Pedagogia, segundo vários autores, não está simplesmente a serviço do capital, tendo por base uma proposta de melhoria da qualidade da vida das comunidades rurais nas quais está inserida³. As ações pastorais promovidas pelo líder religioso, juntamente com o Movimento de

Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), deram origem às três primeiras Escolas Famílias Agrícolas da região: Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul e Olivânia⁴.

Nas décadas seguintes, a Pedagogia da Alternância se espalhou por diversas localidades. Se no início, eram apenas quatro estudantes, hoje, ela está em mais de 1.300 instituições, espalhados por todo o mundo. No Brasil, multiplicou-se por 23 estados, nos CEFFAs (Centros Familiares de Formação por Alternância), que são identificados assim pelo uso da Alternância, mas que podem ter diferentes nomenclaturas institucionais, totalizando, atualmente, mais de 260 centros formativos, sendo três deles do Estado do Rio de Janeiro⁵. Cabe ressaltar que todos eles têm, ao menos deveriam ter, os mesmos princípios e o mesmo ideal formativo, obviamente, seguindo as características das regiões em que se inserem.

Segundo Gimonet, os pressupostos, de desenvolvimento sustentável, de formação integral, de associação e da Pedagogia da Alternância, já presentes nas primeiras instituições, constituem os quatro pilares de um CEFFA. Da mesma forma, o autor defende que esse modelo pedagógico só pode ser posto em prática por meio da construção de um vasto número de relações sociais, muito mais amplas do que aquelas de aluno-professor. Seria uma ‘pedagogia da partilha’ na qual educandos, monitores, pais, mestres de estágios, ex-alunos e membros da associação formam parcerias que tornam viáveis não somente o funcionamento da escola, como também a aplicação dos princípios pedagógicos dessa metodologia. Sendo assim, Gimonet define a alternância como uma “rede complexa de relações”⁶.

Esse ideal educativo conta com um grande número de ferramentas e instrumentos que lhe garantem a sua funcionalidade, a articulação dos tempos e espaços de formação e o estabelecimento das relações entre os vários atores sociais envolvidos nesse processo. Para isso, baseia-se nos seguintes princípios: a) A primazia da experiência sobre o programa; b) A articulação dos tempos e dos espaços de formação; c) Um processo de alternância num ritmo em três tempos (meio – CEFFA – meio); d) O princípio da formação profissional e geral associadas; e) O princípio de cooperação, de ação e de autonomia e; f) A associação dos pais e mestres de estágio profissionais como parceiros e co-formadores⁷. Os dois últimos reforçam, mais uma vez, a necessidade das relações sociais, entendidas aqui como redes, no processo educativo. Afinal, como privilegia os diversos tempos e espaços de formação, a Pedagogia da Alternância favorece a criação de parcerias para que possa promover a formação integral (profissional e geral) e contextualizada do jovem do campo.

Sendo assim, não é absurdo afirmar que a prática educativa dos CEFFAs deve ser política. Ela exige do seu educando e da sociedade na qual está inserida, uma postura engajada, questionadora e participativa. Ela deve ser também libertária, pois promove a autonomia e criatividade do estudante, buscando o desenvolvimento sustentável local. Para que isso ocorra em sua íntegra, é necessário contar com o engajamento da comunidade no qual o CEFFA está inserido. É a associação que deve definir, juntamente com a equipe pedagógica, que formação será oferecida a seus jovens, visto que os membros das associações e os mestres de estágio são parceiros formativos da escola. Ademais, é essa relação social bem estabelecida que pode gerar políticas públicas e estratégias de melhoria na vida do campo.

OS CEFFAS FLUMINENSES E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE: UMA FORMAÇÃO SOCIAL?

Seguindo os passos dos primeiros CEFFAs fundados no mundo, a implantação de uma instituição desse tipo em uma determinada região deve partir do interesse da população local. Esse processo é o que vem se delineando como o mais coerente para uma proposta educativa em que o objetivo é formar integralmente os jovens e fomentar a participação política e o desenvolvimento sustentável das comunidades nas quais se insere. Vários são os exemplos em que esse procedimento se repetiu em território rural nacional, como vai ser ilustrado a seguir.

Como salienta Marcio Andrade, na região de Jaguaré, Minas Gerais, um padre da região, Aldo Lucheta, mobilizou líderes comunitários para buscar uma alternativa de ensino para a comunidade. Após se interarem do funcionamento e dos objetivos de tal proposta em uma visita feita ao Espírito Santo, esses líderes mobilizaram a comunidade para a implantação de um CEFFA na região. A obra da escola, promovida em sistema de mutirão, foi concluída em 1972, com a inauguração da Escola Família Agrícola de Jaguaré. Ainda segundo o autor, o que efetivou esse projeto foi a possibilidade de estabelecer uma ligação entre a formação integral promovida pela Alternância e os trabalhos já desenvolvidos pela diocese, que trabalhava em prol da valorização do homem do campo e do trabalho agrícola⁸.

Além disso, a proposta dessa Pedagogia foi muito bem aceita pelas famílias locais, tendo em vista o que propunha aos jovens: uma formação integral (ensino básico integrado

ao profissional) que não impediria a continuidade do jovem no trabalho familiar; diminuição, assim, do êxodo rural; e a possibilidade da participação efetiva dos pais no processo de formação dos seus filhos, através dos pressupostos existentes na Alternância⁹. É interessante observar que a motivação e o interesse dos pais pela Pedagogia da Alternância se deram como nas comunidades francesas que inauguraram o primeiro CEFFA. Todavia, o CEFFA de Jaguaré oferecia somente o Ensino Fundamental, mas o nível de participação da comunidade no desenvolvimento das atividades escolares era tão intenso, que fez com que ela percebesse a necessidade da implantação de um Ensino Médio naquela região. Após anos de lutas da população local, a Escola Família Agrícola de Jaguaré se transformou em uma escola técnica de nível médio. Coube às Escolas Comunitárias Rurais Municipais (ECORM) atender ao ensino fundamental, mantendo o modelo da Alternância¹⁰.

A mesma insatisfação das comunidades rurais com as políticas públicas educacionais destinadas à população do campo motivou o Movimento Social de Cometa-Pará. Representada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e Colônia de Pescadores, a comunidade iniciou, na década de 90, as discussões sobre a implantação de uma escola que atendesse às necessidades da região, que enfrentava um grave problema de êxodo rural. Segundo Márcia Cristina Silva, foi, nesse contexto, que se deram os primeiros contatos com a Associação de Apoio às Comunidades Carentes (APPAC), visando à formação da CFR de Cometa-Pará. Os agricultores doaram um terreno para a construção da escola, enquanto a APPAC conseguiu recursos financeiros da União Europeia, por meio de ONGs francesas (Esson e VHS), para a construção e manutenção da CFR. Esse convênio se iniciou em 2000 e a escola foi inaugurada em 2001. A APPAC e a Associação da CFR, cientes que esse financiamento duraria até 2004, buscaram parceria com a prefeitura para que ela ajudasse na manutenção da casa e na cessão de profissionais¹¹. Mesmo diante de alguns problemas quanto ao custeio, esse modelo pedagógico se expandiu pelo Estado. Para Eraldo Carmo, essas escolas são de fundamental importância para os movimentos sociais, já que se constituem enquanto alternativa à ausência do Estado na região¹².

Contudo, a implantação da Pedagogia da Alternância não se dá, via de regra, sem a participação do poder público. No estado do Paraná, segundo Cláudia Passador, as parcerias estabelecidas entre associações locais e o poder público, ocorreram desde a fundação da primeira CFR no Estado. A prefeitura de Barracão foi pioneira nesse processo. Diante da ausência de uma escola que formasse os agricultores de acordo com a sua

realidade, das dificuldades da agricultura familiar e do, conseqüente, êxodo rural, a prefeitura promoveu várias reuniões com membros da comunidade a fim de formar a Associação Regional das Casas Familiares (ARCAFAR). Essa organização seria responsável por colocar em prática o projeto da CFR, em 1989. No ano seguinte, o projeto foi implantado no Município de Santo Antônio do Sudoeste, expandindo-se, rapidamente, pelo estado, com o Projeto Escola do Campo¹³. Hoje, as comunidades que desejam implementar o projeto, participam de reuniões com as prefeituras, a fim de discutir o seu financiamento. Caso a comunidade aprove o projeto, é feito um seminário para esclarecer o papel de cada agente envolvido e criar a associação de pais. Somente após esse processo, o estado entra com o financiamento¹⁴.

Cabe deixar claro que esse trabalho não se apresenta como defensor de práticas em que a sociedade civil supra o papel do poder público. É evidente que são os governos que devem assumir a implantação e o financiamento de escolas rurais condizentes com a realidade do campo, permitindo o espaço para uma gestão e uma organização identitária à população local. O que se defende aqui é a promoção de meios para que os agricultores, organizados coletivamente, façam-se representar diante do poder público e ativamente defendam medidas de desenvolvimento da Zona Rural e, caso esses meios não sejam garantidos, que tais comunidades se engajem pra que elas se estabeleçam. Esse também é o ideal da própria Pedagogia da Alternância, que deve ter como objetivo formar politicamente os cidadãos que com ela interagem.

Foram exatamente a participação e motivação da população local em implantar o CEFFA, nas regiões já analisadas, que não se constatarem no histórico das instituições fluminenses. No estado do Rio de Janeiro, a fundação dessas escolas se deu sob a mediação do cônsul da Bélgica, o embaixador Victor Bernhard. Em uma visita ao mercado do Produtor (CEASA) de Nova Friburgo, em 1986, ele ficou surpreso por não haver, nessa região, nenhuma escola de formação profissional para os filhos dos agricultores, nem uma organização social de agricultores que trabalhasse visando ao desenvolvimento da região. Diante desse quadro, ele entrou em contato com o Ministério da Cooperação Belga, que incumbiu o DISOP, uma ONG belga, de contatar a Prefeitura de Nova Friburgo a fim de criar, na cidade, uma CFR¹⁵. Caberia ao DISOP intermediar, junto a Solidariedade Internacional das Casas Familiares Rurais (SIMFR) o fornecimento de parte dos recursos necessários, para a construção da escola, para a orientação técnica e para o funcionamento da mesma. Para isso, solicitou à Prefeitura a indicação de uma ONG local para a formação

do convênio básico inicial. Esse contrato previa uma contrapartida do governo, por meio da doação de um terreno para a construção da escola, da elaboração do projeto e da garantia de continuação do mesmo.

Após serem atendidas às solicitações, foi criado, em 17 de julho de 1990, o Instituto Bêlgica-Nova Friburgo (IBELGA). Em 1993, uma equipe de educadores se dirigiu ao MEPES, no Espírito Santo, com o objetivo de conhecer com maiores detalhes o funcionamento da Pedagogia da Alternância. A escola iniciou o ano letivo em 1 de março de 1994, oferecendo o segundo segmento do Ensino Fundamental. Nesse primeiro momento, a clientela atendida pela escola era de alunos que haviam interrompido os seus estudos no 5º ano, por inexistência de escolas nas proximidades, e pela necessidade de ajudarem suas famílias nas práticas agrícolas¹⁶. Se em 1994 a escola possuía apenas 39 alunos, hoje, Ensino Fundamental possui mais de 200 alunos, atendendo, principalmente, as comunidades do 3º Distrito de Nova Friburgo.

Até 2006, a escola era, simplesmente, apoiada pela prefeitura, que cedia os professores e verbas para a merenda dos alunos. Todavia, diferentemente do que acontece em outras regiões, nesse ano, o CEFFA passou a oficialmente fazer parte da rede municipal de ensino de Nova Friburgo e a ser custeado integralmente pelo poder público, chamando-se Escola Municipal CEFFA Rei Alberto I. Em 1998, com a fundação do Ensino Médio Técnico, percebeu-se o único momento em que a comunidade se organizou politicamente, visto que, constatando a impossibilidade de a juventude local continuar os seus estudos, exigiu a implantação desse segmento na região. A estadualização do Colégio só ocorreu em 2002, com a assinatura de um novo convênio entre a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro e o IBELGA, prevendo a criação do CEFFA Colégio Estadual Agrícola Rei Alberto I¹⁷ e garantindo a ele à integração ao sistema público oficial de ensino.

Seguindo processo de implementação sem a participação da comunidade, foram fundadas três outras escolas. Em 2002, a Escola Municipal CEFFA Flores de Nova Friburgo, que funciona no 7º Distrito de Nova Friburgo, região produtora de flores. No mesmo ano, a Escola Municipal Família Agrícola do Vale do Tinguá, situada na Reserva do Vale do Tinguá, uma região não agrícola, localizada no Município de Nova Iguaçu. E em 2008, a Escola Municipal CEFFA Vieira Batista, situada no distrito de Barra Alegre, no Município de Bom Jardim, área também agrícola. Ao contrário das outras duas, a escola de Flores se mantém em funcionamento, atendendo cerca de 80 alunos matriculados no

segundo segmento do Ensino Fundamental. A situação desses dois outros centros formativos será detalhada adiante.

A ausência da população local nas tomadas de decisão quanto à implantação dos CEFFAs e ao seu funcionamento têm refletido em diversas questões enfrentadas por essas instituições atualmente no seu cotidiano:

- Em primeiro lugar, não se observa uma relação identitária entre os CEFFAs e a comunidade. Embora as famílias reconheçam o mérito educacional das escolas e isso as motive a matricular seus filhos ali, elas não identificam os princípios formativos nem a organização desses centros, como pode ser observado nas reuniões de pais e nos Planos de Estudo, que tem como finalidade pesquisar essas informações junto aos familiares dos alunos.
- Em segundo lugar, a população não qualifica nem mesmo o ensino técnico dos CEFFAs, visto que o apontam apenas em terceiro lugar como agente informador na região ¹⁸, fato que foi comprovado ainda por outro Plano de Estudo.
- Em terceiro lugar, a população local não percebe a possibilidade de se organizar junto ao CEFFA nem de se ver representado por ele frente aos órgãos públicos. Segundo o presidente da Associação de Moradores e Pequenos Produtores de Baixada de Salinas, onde se situam os CEFFAs Rei Alberto I (Ensino Fundamental e Médio), apenas alguns membros da associação de pais dos CEFFAs pertencem às associações de produtores, sendo essa a única relação entre ambas.
- Por fim, esses CEFFAs veem seus pilares comprometidos visto que não podem contar com a participação efetiva e a representatividade de suas comunidades.

Esses dados conduzem a indagações a respeito do reconhecimento desses CEFFAs junto as suas comunidades. Enfraquecidos no próprio meio onde se localizam, esses centros de formação não têm força junto aos órgãos governamentais e tem sido, conseqüentemente e rotineiramente, desconhecidos por eles.

OS CEFFAS FLUMINENSES E SUA RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO: RECONHECIMENTO OU DESCONHECIMENTO?

No estado do Rio de Janeiro, houve um convite aos professores de toda a rede, no final do ano letivo de 2010, para que todos contribuíssem e opinassem sobre o conjunto de currículos propostos pela Secretária Estadual de Educação. Passado o período de contribuição, a proposição em nada mudou e, no início do ano de 2011, os currículos mínimos, divididos em séries/anos e bimestres, foram distribuídos aos professores de

Língua Portuguesa, História, Geografia, Filosofia, Sociologia e Matemática, inclusive do CEFFA. O objetivo da SEEDUC é proporcionar, por meio dessa coleção, um referencial de conteúdos básicos, de competências e de habilidades, que devem estar presentes nos planejamentos de curso e de aula de todas essas disciplinas.

Do texto introdutório dessas orientações ¹⁹, pode-se concluir que: o ensino desses conteúdos não é facultativo, os professores são obrigados a aplicá-los; não há espaço para as singularidades locais, uma vez que se quer garantir uma essência básica comum a todas as escolas; o objetivo implícito (ou não tanto) é garantir bons resultados nos exames nacionais e estaduais; e há uma grande incoerência quando se fala que esses conteúdos estão alinhados com os PCNs, documentos muito bem embasados na literatura pedagógica, já que nesses parâmetros não há listagem de conteúdos, mas, apenas, sugestões de trabalho que desenvolvam competências e habilidades que os alunos precisam ter, ao final de cada ciclo. É, no mínimo estranho, que tal documento mencione conceitos como interdisciplinaridade e contextualização e preveja a utilização de recursos didáticos e a inclusão de alunos com deficiência, já que se trata, somente, de uma lista obrigatória de conteúdos, habilidades e competências.

Em relação ao município de Nova Friburgo, iniciou-se, em 2010, uma série de reuniões com diversos representantes docentes de várias disciplinas e escolas e integrantes da Secretaria Municipal de Educação, a fim de se discutir o “currículo” de todas as áreas de conhecimento a serem implantados no ano de 2011. Esse processo se prolongou por um tempo e, a princípio, mostrava-se bastante democrático. Todavia, no início desse ano, a proposta ainda não havia sido fechada e, assim, pretendia-se manter as discussões até que esse documento fosse integralmente concluído. Nesse mesmo período, a cidade de Nova Friburgo foi atingida por um desastre ambiental, que comprometeu a estrutura administrativa da cidade, colocando, obviamente, essa discussão em segundo plano. Os representantes da Secretaria Municipal de Educação também foram substituídos, o que provocou uma mudança de planos e atitudes no setor. Diante das necessidades do município, várias outras prefeituras e órgãos públicos se colocaram a disposição para possíveis ajudas a Nova Friburgo, dentre elas a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. A parceria firmada por essas duas cidades previa, dentre outras medidas, a implantação, nas escolas friburguenses, das orientações curriculares cariocas, inclusive no que se tratava do material didático.

Sendo assim, o início do ano letivo foi marcado por uma grande transformação no ensino das escolas municipais. Contraditoriamente a tudo que vinha sendo feito e

apoiando-se em uma diretriz curricular nada identitária, as instituições escolares do município de Nova Friburgo passaram a apoiar seus projetos e planejamentos em uma proposta curricular que não foi pensada por elas. Nesse processo de determinações impostas, não houve mais espaço para questionamentos e, sem nenhuma análise prévia, os objetivos, conteúdos, habilidades e as sugestões da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro passaram a ocupar as reuniões pedagógicas das escolas municipais friburguenses. Tais currículos foram impostos, inclusive, aos CEFFAs, sem, ao menos, questionar sua viabilidade nesse modelo educativo.

Enfim, o que se pode constatar nessas duas realidades, estadual e municipal, é que mesmo com o reconhecimento da Pedagogia da Alternância pelos órgãos competentes do Poder Público²⁰, no momento das tomadas de decisão, suas especificidades não são levadas em consideração e seu trabalho é colocado em risco. Em um pequeno questionário, feito por amostragem, com um professor, já com experiência na Alternância, de cada disciplina atingida pelos novos programas nos CEFFAs estaduais e municipais, pode-se comprovar que, exceto em Matemática, o exercício de um currículo integrado por eixo gerador, foi afetado da seguinte forma:

- a) A transdisciplinaridade (ou a interdisciplinaridade) foi comprometida, uma vez que, agora, dar conta do conteúdo é o fundamental, pois haverá avaliações institucionais bimestrais.
- b) A autonomia dos monitores, no que diz respeito à adequação dos conteúdos aos temas dos Planos de Estudo e a seu planejamento, perdeu-se.
- c) O planejamento e a organização do ensino foram profundamente alterados, visto que não atendem mais ao projeto do CEFFA e sim ao do governo.

Em relação a postura do poder público para com a viabilidade, a manutenção e o funcionamento dos CEFFAs outros fatores podem ser observados. Segundo Gimonet, a Pedagogia da Alternância tem como característica atender alunos da Zona Rural, filhos de agricultores ou eles próprios, em pequenos grupos²¹. Isso se dá visto que o acompanhamento previsto nesse sistema educativo é individualizado, ou seja, cada monitor deve ter um pequeno quantitativo de alunos, que devem por ele ser tutorados. Além disso, a clientela atendida por esses centros formativos deve ser, prioritariamente, composta por alunos advindos de famílias rurais. O que vem se tornando uma prática, nos últimos anos, no sistema público de ensino fluminense são as matrículas feitas ou pela internet (no caso do estado) ou na própria Secretaria Municipal de Educação, o que não possibilita que os critérios citados sejam cumpridos. Sendo assim, alunos sem nenhuma identificação com o

meio rural ingressam nos CEFFAs, impedindo que outros alunos com tal perfil sejam atendidos. Ademais, seguindo as imposições dos órgãos educacionais, as salas de aula têm apresentado um grande número de discentes. Tudo isso têm inviabilizado o desenvolvimento pleno das propostas pedagógicas dos CEFFAs.

Em relação à Escola do Tinguá, ela deixou de trabalhar com a Pedagogia Alternância, oficialmente, em 2008²². Duas situações podem explicar tal desfecho. Em primeiro lugar, o perfil não agrícola da região não permitia que alunos desempenhassem tarefas familiares na sessão família/comunidade, e que os pais, por trabalharem longe das suas residências, pudessem acompanhar seus filhos no desempenho de suas atividades. Isso pode ter favorecido o não entendimento dessa prática pedagógica pela comunidade. Em segundo lugar, a falta de comprometimento da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e da equipe de professores com o desenvolvimento da Pedagogia, principalmente no que se refere ao currículo integrado e à organização das disciplinas em período integral, provocou a inviabilidade da aplicação dos métodos e ferramentas didáticas.

Por sua vez, o CEEFA Vieira Batista vinha enfrentando problemas burocráticos, no que se refere à formalização do convênio entre IBELGA e Prefeitura de Bom Jardim e à falta de reconhecimento e valorização por parte da Secretaria Municipal de Educação para com a Pedagogia. Essa situação se manifestava, por exemplo, na falta de repasse de recursos da Prefeitura ao IBELGA e na manutenção de um quadro permanente de professores. No último ano de funcionamento, a Secretaria de Educação permitiu que os professores trabalhassem na escola apenas na condição de tempo extra, não tendo sua matrícula vinculada a essa instituição. Tal fato ocasionou acúmulo de tarefas para os monitores e falta de tempo reconhecido para que esses profissionais se dedicassem à aplicabilidade dos instrumentos pedagógicos da Alternância. Diante de um quadro no qual a escola, via associação, não se fez ouvir pelo poder público, a Secretaria Municipal de Educação de Bom Jardim, resolveu tomar a decisão que lhe pareceu ser mais conveniente: a manutenção da escola, com a retirada da alternância.

Todo esse cenário torna possível afirmar que a Pedagogia da Alternância no Estado do Rio de Janeiro é bem mais desconhecida do que reconhecida. Ainda que existam documentos que referendam o funcionamento de escolas com esse modelo pedagógico, as atitudes governamentais fluminenses demonstram total insensibilidade diante das especificidades da Alternância. Com isso, cabe, agora, uma pequena reflexão sobre a ocorrência desse processo.

Primeiramente, o pequeno número de escolas existente no Estado, torna difícil que as suas especificidades sejam uma questão relevante para os legisladores nas esferas municipais e estaduais. Parece que esse quantitativo faz, também, com que os órgãos responsáveis pela educação não tenham conhecimento da Alternância enquanto modelo pedagógico e, por isso, desconsiderem essa prática como alternativa viável para o ensino de comunidades rurais. Em um contexto onde se fala de desenvolvimento rural sustentável, o não conhecimento dessa proposta educacional parece, no mínimo, algo estranho.

Outra questão importante é o fato de as associações de pequenos produtores não reconhecerem na associação dos CEFFAs um órgão que seja capaz de congrega e representar os seus interesses e as suas demandas. Tal situação evidencia o desconhecimento geral dos produtores rurais sobre os pilares formativos dessas instituições educacionais. Como não conhecem a proposta pedagógica da Alternância em sua totalidade, não percebem que ela é, ou ao menos, deveria ser, um grande parceiro na defesa de um desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, parece que toda essa situação leva a uma espiral em que a participação qualitativa das associações é a chave para explicação do desconhecimento dos CEFFAs no Estado do Rio de Janeiro. Como a comunidade não vê os seus anseios representados nos CEFFAs, ela não defende o seu sistema de ensino junto ao próprio poder público. Por sua vez, os órgãos estatais não se veem pressionados a legislar, ou a abrir brechas na legislação, para um movimento educacional que não se faz presente em grande quantidade e nem é representado politicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Diante desse quadro, os profissionais dos CEFFAs já identificaram o desconhecimento da comunidade em relação às propostas educacionais da Pedagogia da Alternância. Através de pesquisas internas já se percebeu a necessidade de formar as famílias sobre os objetivos e as possibilidades dessa concepção pedagógica. Além disso, a equipe docente notou, ainda, a necessidade de se estabelecer diálogos com o poder público, procurando defender as especificidades de uma instituição desse tipo, visando ao seu reconhecimento.

Contudo, todo esse esforço só obterá êxito se houver uma mudança qualitativa da participação dos pais e da comunidade no funcionamento dos CEFFAs. Não se quer aqui, desqualificar o envolvimento prático das famílias nas escolas, visto que elas participam da

organização das festas e da limpeza da escola, quando necessário. O que se pretende é sinalizar a necessidade urgente da melhoria dessa atuação, que deve ser consciente, autônoma, engajada e política.

Obviamente todas essas questões merecem uma análise mais detalhada. Não obstante, o que se propõe é a retomada do funcionamento integral dos quatro pilares de um CEFFA (formação integral do jovem, Pedagogia da Alternância, desenvolvimento do meio e atuação das associações) para que, além de ser reconhecido legalmente, ele possa ser respeitado na totalidade das suas práticas educativas.

¹ GARGIA-MARIRRODRIGA, R. e PUIG-CALVÓ, P. *Formação em Alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo*. Belo Horizonte, MG: O Lutador, 2010, p.33.

² Nesse sentido, pode-se destacar a Campanha Nacional para Erradicação do Analfabetismo, criada em 1958, que se comprometia com uma educação popular. Destacava-se, nesse movimento, a atuação de Paulo Freire, que difundiu várias de suas ideias no Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, ocorrido no Rio de Janeiro. Além disso, a criação, em 1961, do Movimento de Educação de Base, dos diversos movimentos “ligados à promoção da cultura popular” (Centro de Cultura Popular e os Movimentos de Cultura Popular) e a criação do Plano Nacional de Alfabetização, baseado no método de Paulo Freire, são algumas iniciativas que podem ser citadas como alternativas ao modelo educacional vigente. Ver QUEIROZ, J.B. F de. *O processo de implantação da Escola Família (EFA) de Goiás*. Dissertação apresentada ao curso de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 27-32. Sobre a relação entre o desenvolvimento do ensino agrícola dentro do contexto capitalista, na década de setenta, ver MARTINS, J. S. *Capitalismo e Tradicionalismo no Brasil: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Livraria Pioneira, 1975.

³ Nesse sentido merecem destaque, principalmente, os trabalhos de Claudia Passador e João Batista Queiroz. Ver, respectivamente: PASSADOR, C. S. *A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná*. São Paulo: Annablume, 2006; QUEIROZ, J.B. F. *Op. cit.*, Com relação também a esse assunto deve-se atentar para o material produzido pela própria União das Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), em que há uma revista que trata somente o tema da participação da comunidade nos CEFFAs. Nesse exemplar também estão presentes relatos de agricultores que participam da organização dessas escolas. Ver UNEFAB. *Revista da Formação por Alternância*. Vol. 1, Brasília, UNEFAB, 2005.

⁴ QUEIROZ, J.B.F. de *Op. cit.* p. 54-55

⁵ GARGIA-MARIRRODRIGA, R. e PUIG-CALVÓ. *Op. cit.*, p. 110-112.

⁶ GIMONET, J.C, *Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs*. Petrópolis: Editora Vozes, Paris: AIMFR, 2007, p. 81.

⁷ GIMONET. J.C *Op. cit.* pp. 28 – 31.

⁸ ANDRADE, M. *Formação de lideranças e Pedagogia da Alternância: um estudo itinerário de três jovens reconhecidos como líderes*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação. Barra de São Francisco: Universidade Nova de Lisboa e do Diplôme d’ Université François Rebelais de Tours, p.24-25.

⁹ O jovem receberia o diploma de agricultor técnico correspondente ao 7º ano do Ensino Fundamental. Ver ANDRADE, M. *op. cit.* p.25

¹⁰ CESCÓN, M.I, PRETTI, E.C.S, e MOREIRA, F. *Tema Gerador e Pedagogia da Alternância: uma abordagem sócio-histórica*, p. 2 In. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. Vewr site:

<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Maria%20In%EAz%20Cescon.pdf>.

Data de acesso: 19/06/2010.

¹¹ SILVA, M. C. L. e *Gênero e a pedagogia da alternância na Casa Familiar Rural do Município Cameté – Pará*, p. 431-433. In Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS ISSN 1982-4602. Ver site: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/marcia_lopes_silva.pdf, data de acesso: 29/05/2010.

¹² CARMO, E. S. *Replicação dos conhecimentos da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento das comunidades no Município de Cameté/PA*, p. 2-4. In http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/155.pdf, Data de acesso: 29/05/2010.

¹³ Durante o processo de implementação das CFR no Estado, o projeto contou com o auxílio do engenheiro agrônomo francês Pierry Gilly. Ver PASSADOR, C. S. *A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 72-73.

¹⁴ A Associação de pais indica dois monitores e indica os alunos que devem formar a primeira turma, (processo de seleção não é aberto, sendo a escola destinada somente para filhos de agricultores). O prédio é cedido pelo governo estadual, por entidades filantrópicas ou pela iniciativa privada, já as despesas de água, luz e telefone são pagas pela prefeitura. Os alunos colaboram com a alimentação, trazendo o que produzem para a escola. IDEM, pp. 73-76.

¹⁵ O DISOP é subsidiado pelo governo belga e pela Comunidade Européia para a implementação de projetos de desenvolvimento de países em desenvolvimento. IBELGA. Material fornecido para a capacitação de monitores. Inédito, 2009, p. 5.

¹⁶ Durante os primeiros anos de funcionamento da escola, os governos estaduais e municipais se comprometeram, através de convênios firmados com o IBELGA, a fornecer profissionais e alimentação aos alunos.

¹⁷ FROSSARD, A. C. *Identidade do jovem rural confrontando com o estereótipo de Jeca Tatu: um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação. Nova Friburgo, Rio de Janeiro: Universidade Nova de Lisboa e do Diplôme d' Université François Rebelais de Tours, p. 67. e GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO "Convênio que entre si fazem o Estado do Rio de Janeiro, através da secretaria de Estado e Educação, e o Instituto Bélgica Nova Friburgo."

¹⁸ PEDLOWSKI, M. A. *Características e consequências sócio-ambientais da incorporação de agroquímicos nos sistemas produtivos na região do Córrego de São Lourenço, Nova Friburgo (RJ)*. Campos: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2009. p. 26.

¹⁹ GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. *Currículo Mínimo: Apresentação*. Rio de Janeiro, 2010. p.2.

²⁰ O CEFFA CEA Rei Alberto I foi autorizado a funcionar com a Pedagogia da Alternância no Ensino Médio e Fundamental por meio do PARECER do Conselho Estadual de Educação N° 448/97. Já os CEFFAs municipais possuem uma autorização de uso de espaço para funcionamento de escola agrícola e inserção na rede oficial, mas não especificamente para o trabalho com a Pedagogia da Alternância, embora toda a Secretaria Municipal de Educação reconheça esse modelo.

²¹ GIMONET, J. C. *Op. cit.* p. 14.

BIBLIOGRAFIA.

ANDRADE, M. *Formação de lideranças e Pedagogia da Alternância: um estudo itinerário de três jovens reconhecidos como líderes*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação. Barra de São Francisco: Universidade Nova de Lisboa e do Diplôme d' Université François Rebelais de Tours.

CARMO, E. S. *Replicação dos conhecimentos da Pedagogia da Alternância para o desenvolvimento das comunidades no Município de Cameté/PA*,. In http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/155.pdf, Data de acesso: 29/05/2010.

CESCON, M.I, PRETTI, E.C.S, e MOREIRA, F. *Tema Gerador e Pedagogia da Alternância: uma abordagem sócio-histórica*, p. 2 In. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. site:

-
- <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Maria%20In%20EAz%20Cescon.pdf>. Data de acesso: 19/06/2010.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- FROSSARD, A. C. *Identidade do jovem rural confrontando com o estereótipo de Jeca Tatu: um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação. Nova Friburgo, Rio de Janeiro: Universidade Nova de Lisboa e do Diplôme d' Université François Rebelais de Tours.
- GARGIA-MARIRRODRIGA, R. e PUIG-CALVÓ, P. *Formação em Alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo*. Belo Horizonte, MG: O Lutador, 2010.
- GIMONET, J.C *Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs*. Petrópolis: Editora Vozes; Paris: AIMFR, 2007.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. *Currículo Mínimo: Apresentação*. Rio de Janeiro, 2010.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO “Convênio que entre si fazem o Estado do Rio de Janeiro, através da secretaria de Estado e Educação, e o Instituto Bélgica Nova Friburgo.”.
- IBELGA. Material fornecido para a capacitação de monitores. Inédito, 2009, p. 5.
- MACEDO, R. S. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MARTINS, J. S. *Capitalismo e Tradicionalismo no Brasil: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Livraria Pioneira, 1975.
- MOREIRA, A. F. B. e SILVA T. T. *Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução*. In: MOREIRA, A. F. B. e SILVA T. T. *Currículo, Cultura e Sociedade*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- PASSADOR, C. S. *A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná*. São Paulo: Annablume, 2006
- PEDLOWSKI, M. A. *Características e consequências sócio-ambientais da incorporação de agroquímicos nos sistemas produtivos na região do Córrego de São Lourenço, Nova Friburgo (RJ)*. Campos: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2009.
- QUEIROZ, J.B. F de. *O processo de implantação da Escola Família (EFA) de Goiás*. Dissertação apresentada ao curso de mestrado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.
- SACRISTÁN, J. G. *O currículo uma reflexão sobre a prática*. 3º ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SANTOMÈ, J. T. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.
- SILVA, M. C. L e *Gênero e a pedagogia da alternância na Casa Familiar Rural do Município Cameté – Pará*, p. 431-433. In Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS ISSN 1982-4602. Ver site: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/marcia_lopes_silva.pdf. Data de acesso: 29/05/2010.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- UNEFAB. *Revista da Formação por Alternância*. Vol. 1, Brasília, UNEFAB, 2005.



A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA E DOS INDICES DE PRODUTIVIDADE – O CASO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Paulo Francisco Soares Freire – Departamento de Sociologia-FCLAR-UNESP-Araraquara

pfsfreire@yahoo.com.br

CNPq-CAPES

Questão Agrária e Políticas Públicas

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil realizou-se nas trilhas de uma complexa e estreita relação com o agravamento das questões sociais, que, em muitos casos, acarretaram - e ainda acarretam - em sérios conflitos fundiários. O avanço das forças produtivas agrárias criou novos atores sociais que, uma vez envolvidos nestes conflitos, vão impor uma nova configuração às relações sociais de produção. Isso significa que são contraditórias as relações existentes entre os sujeitos da produção social e aqueles que se apropriam da riqueza socialmente produzida.

De modo breve, o desenvolvimento agrícola brasileiro passa de seu momento predominantemente agroexportador (séc. XV a finais do séc. XIX) para o de industrialização da agricultura (meados do séc. XX a final do séc. XX) e deste para o atual estágio de financeirização agrícola (final do séc. XX a séc. XXI). A monocultura, a concentração da terra e da riqueza social, a exploração da força de trabalho e a produção agro-exportadora resistiram a estas mudanças no campo e continuam sendo pilares fundamentais do agronegócio.

O primeiro período aludido corresponde ao período colonial e imperial brasileiros no qual toda a produção e distribuição agrícola eram controladas pelas metrópoles formais ou não, primeiro Portugal e depois Inglaterra. O segundo período corresponde à instauração da república e da industrialização da economia brasileira, inclusive no setor da agricultura, que passa a contar com produtos industrializados para o aumento de sua produtividade, como máquinas, implementos, insumos químicos e indústrias transformadoras de produtos. Por fim, o terceiro período, ainda em processo, que se confunde com a inserção das políticas neoliberais no Brasil, momento em que parecem se

acentuar aquelas características observadas ainda no segundo período, qual seja, o de forte industrialização da agricultura, atualmente marcada pelo incremento da transgenia e da utilização intensiva de agrotóxico, sob o financiamento dos grandes bancos e a presença de empresas transnacionais.

Vale ressaltar uma das características do processo de financeirização da agricultura brasileira, em especial na região de Ribeirão Preto-SP, que se dedica quase que exclusivamente ao cultivo da cana-de-açúcar, industrialização e comercialização de açúcar e etanol.

Antes disso, porém, esta região, localizada a aproximadamente 330 km da capital paulista, ganha relevância no cenário nacional e internacional com a expansão cafeeira para o oeste paulista ainda no século XIX. Juntamente com o café veio uma importante rede ferroviária necessária para a exportação e, posteriormente, a estrutura industrial e financeira para o beneficiamento e a comercialização do café.

O mesmo movimento se verifica com a cultura de cana-de-açúcar, que, após a década de 60 (principalmente após 1975 – Proálcool), tornou-se a principal lavoura da nossa região e foi um dos primeiros, senão o primeiro, produto agrícola produzido no Brasil Colônia. Em ambas as culturas utilizam-se a exploração de força de trabalho (primeiro escrava e depois assalariada), a concentração e apropriação privada de terra e de riqueza. É nesta esteira que a produtividade do campo da região de Ribeirão Preto foi gradativamente sendo incrementada, chegando aos níveis atuais.

Estes elementos se apresentam de forma intensa na ampla e complexa cadeia produtiva e circulativa da cana, especialmente na região de Ribeirão Preto-SP, onde se encontram 44 usinas de etanol e açúcar e mais de 500 indústrias produtoras de bens de capital para a transformação da matéria prima cana em produto industrializado açúcar ou etanol.

Segundo dados da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (ABAG/RP, 2010), o Brasil possuía para 2008, uma estimativa de 7,1 milhões de ha de terras cultivadas com cana, numa expectativa de produção de 569,6 milhões de toneladas de cana para o mesmo ano. Em relação ao etanol, a previsão para o biênio 2008/2009 era de 26 bilhões de litros. Somente em Ribeirão Preto, ainda conforme dados da ABAG/RP (2010), há 32.200 ha de plantação de cana, o que representa 85% da área agricultável do município. Destes, 80% do corte e da plantação de cana já é mecanizado.

Segundo dados da Embrapa:

Em 1988 a cana-de-açúcar ocupava 1.085.668 ha da Região Nordeste do Estado de São Paulo e concentrava-se no eixo central da região de estudo, tendo o município de Ribeirão Preto como área core. No mapa de uso e cobertura de 1988, a distribuição dos canaviais era quebrada por uma infinidade de filetes de vegetação ripária (possivelmente subestimados em alguns casos por dificuldade de detecção/expressão na escala cartográfica deste trabalho) e, em alguns casos, por manchas expressivas de pastagens e culturas anuais (como em Barrinhas, Dumont e Guatapará). No sentido leste-oeste a cana-de-açúcar passou a mesclar-se com a fruticultura nos limites dos municípios de Bebedouro, Taquaral, Taiúva e Matão. E no sentido centro-norte verificou-se a penetração dessa cultura pelo eixo Sales de Oliveira, Orlândia e São Joaquim da Barra. Em 2002/2003, registrou-se 2.293.301 ha com cana-de-açúcar, o que representou um salto em sua participação de 21% para 44% da área de estudo (EMBRAPA, 2003)

Vejamos agora alguns dos elementos caracterizadores gerais do atual momento financeiro da agricultura brasileira, principalmente no que tange ao setor sucroalcooleiro.

Há uma forte tendência à substituição dos antigos grupos familiares, gestores das usinas de beneficiamento da cana-de-açúcar pelos novos e modernos grupos empresariais, controlados por grandes empresas. Uma reportagem da revista Exame evidencia a transferência do controle de duas das mais tradicionais “famílias sucroalcooleiras” para uma grande empresa transnacional francesa:

Na época, os Junqueira contavam com dois dos sete assentos no conselho da Santelisa Vale. Embora minoritários, era o bastante para influenciar os rumos da companhia. Aos Biagi cabiam três cadeiras. Ao falhar em atrair o BNDES, porém, essa dissidência teve de capitular -- e a partir de agora terá de se acostumar à perda de influência na condução do negócio. Com a chegada da Dreyfus, o conselho muda de tamanho e de configuração. Representantes da empresa francesa ocuparão seis dos nove lugares. (JULIBONI, 2009).

Tal tendência reforça outra característica que este setor vem apresentando nos últimos anos, qual seja, o de estrangeirização da produção, industrialização e comercialização da cana-de-açúcar e seus derivados. Isso se verifica com a presença crescente da Bunge (estadunidense), Shell (anglo-holandesa), Louis Dreyfus (francesa), Cargill (estadunidense), Amarys (estadunidense), Monsanto (estadunidense) etc. Conforme reportagem da Agência de Notícias Brasil-Árabe (2009):

Os estrangeiros vão moer 25% da cana-de-açúcar brasileira num prazo de três a cinco anos. A previsão é do presidente da Datagro, Plínio Mario Nastari, que abriu ontem (19) a 9ª Conferência Internacional da Datagro sobre Açúcar e Álcool, em São Paulo. A empresa faz serviço de análise para o setor e promove o evento anualmente. Segundo Nastari, atualmente o capital estrangeiro já é responsável pela moagem de 16,6% da cana-de-açúcar do país. Nastari afirma que está havendo uma mudança no perfil do setor, com empresas cada vez maiores, e neste processo está incluso o capital estrangeiro. (DANIEL, 2009).

Conjugada a este elemento está a financeirização do setor, aumentando a presença de bancos, *joint ventures*, *equite private*, etc. Tais entidades capitalizam o setor e permitem a sua oxigenação em momentos de crise, como o vivenciado em 2008 e 2009. Aliado à capitalização vem o controle da cadeia produtiva e um conseqüente remanejamento gerencial.

A combinação entre a presença de grandes grupos financeiros e de grandes empresas transnacionais, somada à crise vivenciada nos anos de 2008 e 2009, tudo isso contribuiu para reforçar o processo de fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro que tem atingido grandes proporções, conforme reportagem do jornal “Valor Econômico”:

As operações de fusões, aquisições e compras de participação bateram recorde no segmento sucroalcooleiro no ano passado (2007) e prometem continuar aquecidas neste ano (2008). A forte queda dos preços do açúcar durante todo o ano de 2007 ajudou a tornar os ativos (usinas) mais baratos para os compradores e foi um grande estímulo aos negócios, sobretudo para os grupos e fundos estrangeiros, que responderam por 70% das transações realizadas no ano passado. [...] Por conta do maior potencial para o mercado de álcool, houve uma mudança também no perfil dos investidores. Grupos e fundos internacionais começaram a mirar o Brasil como rota de investimentos. Em 2006, pela primeira vez, o número de aquisições realizadas por estrangeiros superou o número de transações capitaneadas por grupos nacionais. Em 2007, foram 18 operações com estrangeiros e sete envolvendo grupos do país. Companhias como a multinacional americana Bunge, a espanhola Abengoa, os asiáticos Noble Group, as francesas Louis Dreyfus Commodities e Tereos adquiriram usinas no país. A japonesa Sojitz comprou participação na ETH Bioenergia, controlada pela Odebrecht. (2008).

Mais um elemento que vem se consolidando neste ramo produtivo é a crescente mecanização do plantio e da colheita da cana-de-açúcar, tanto para a extração de etanol quanto de açúcar. Segundo relatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (AGUIAR, et al., 2010), “O corte mecanizado da cana-de-açúcar na safra 2009/2010 ficou entre 57% e 65% no estado de São Paulo, o principal pólo produtor da planta, cultivada em cerca de 4,9 milhões de hectares”.

Todas estas características, dentre as quais se destacam a substituição dos grupos familiares por grupos empresariais, a transnacionalização, as fusões, as aquisições e a financeirização do setor de produção, industrialização e comercialização do açúcar e do etanol, proporcionam ganhos elevadíssimos de produtividade destes dois bens primários. Conforme projeção baseada em dados do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e confirmada pelo diretor-presidente do Grupo Cosan, Marcos Lutz, na Sessão Plenária "Desafio dos Bicombustíveis", foi noticiado em vários canais da imprensa do setor que

A produtividade média de cana-de-açúcar por hectare plantado deve dobrar até 2050. Além disso, no mesmo período, o aumento de eficiência esperado deve aumentar a produtividade das usinas de 82 litros de etanol por tonelada de cana-de-açúcar para 250 litros por tonelada.

Além dos elementos apresentados até aqui, duas outras características são fundamentais para o aumento de produtividade: a utilização intensiva de agrotóxicos e a introdução de inúmeras espécies de cana-de-açúcar (inclusive advindas das pesquisas transgênicas), fatores que possibilitam sua maior adaptação às condições climáticas das diversas regiões onde são plantadas. Variedades de cana-de-açúcar resistentes a pragas, à falta de chuva, com maior teor de sacarose, com maior biomassa, obtidas mediante o uso da biotecnologia, que deverão estar à disposição do mercado em médio prazo.

Em se tratando das relações de trabalho, o aumento da produtividade está também diretamente relacionado à superexploração da força de trabalho, que se intensifica e generaliza nas lavouras de cana, ocasionando inclusive situações de mortes de trabalhadores por exaustão e/ou situações análogas à de escravidão¹.

Todos estes mecanismos combinados têm proporcionado saltos quantitativos e qualitativos, no que tange à produtividade, na cadeia produtiva da cana-de-açúcar, acarretando um movimento intenso de concentração e acumulação de riqueza, agora sob o controle das grandes empresas transnacionais, principalmente no ramo do etanol, que passou de 25% em 2000 para 67% em 2010.

Neste sentido, entendemos que o aumento da produtividade de etanol e açúcar sustenta-se na conjugação do aumento da exploração da força de trabalho, através principalmente do aumento da jornada e da intensidade do trabalho, além da inovação tecnológica sustentada pelas aquisições, fusões e transnacionalização deste setor produtivo.

As contradições do aumento da produtividade, através do incremento da maquinaria, com a intensificação da exploração do trabalho já foi muito bem elucidada por Marx que afirmou:

Como qualquer outro elemento do capital constante, as máquinas não criam valor, mas transferem seu próprio valor ao produto para cuja feitura contribuem. (...) Se a máquina custa tanto quanto a força de trabalho que substitui, o trabalho nela materializado será sempre muito menor que o trabalho vivo por ela substituído. Do ponto de vista exclusivo de baratear o produto, a aplicação da máquina deve conter-se dentro do limite em que sua própria produção exija menos trabalho que o que ela substitui com sua aplicação. Para o capital, entretanto, o limite é mais apertado. Uma vez que não paga o trabalho empregado, mas o valor da força de trabalho

¹ Conforme dados da Pastoral da Terra, no ano de 2009, foram encontrados cerca de 4280 trabalhadores em situação análoga à escravidão, sendo que 37% destes foram libertados somente na região sudeste.

utilizada, a aplicação da maquinaria fica limitada pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho que ela substitui. (MARX, 1985, p. 18-21).

Desta feita, cumpre observar a estreita conexão entre o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, em especial de suas forças produtivas, e por que não dizer de sua produtividade, e a divisão social do trabalho e a divisão internacional do trabalho.

Segundo Marini,

(...) desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica toda a essência da dependência latino-americana. [...] Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada, portanto, sobre o mercado mundial, a produção da A.L. não depende da capacidade interna de consumo para a sua realização. (2000, p.131-2).

Estas questões remetem ao debate e às propostas elaboradas para o desenvolvimento do campo brasileiro, realizadas por grupos políticos e intelectuais, sobretudo, entre as décadas de 1930 e 1960. Neste ínterim, levantavam os seguintes questionamentos: como o Brasil pode superar seu atual estágio de subdesenvolvimento? Como o Brasil deixaria de ser um país periférico para se tornar um país central? Como promover o desenvolvimento das forças produtivas brasileiras?

Diversos caminhos foram apontados por distintas organizações, dentre as principais destacamos a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e “Escola da Dependência”.

Brevemente: a teoria nacional desenvolvimentista da CEPAL, em sua três gerações, afirmava que as causas do subdesenvolvimento brasileiro se encontravam no âmbito da circulação de mercadorias, mais especificadamente nos termos das trocas desiguais efetuadas entre os países periféricos e os países centrais. (MACHADO, 1999).

Já o Partido Comunista Brasileiro, vinculado às idéias da III Internacional Comunista, afirmava que a natureza do subdesenvolvimento brasileiro se encontrava na forte permanência de características pré-capitalistas (feudais, escravistas) na economia o que atrasava o desenvolvimento pleno das nossas forças produtivas, sendo necessário passar por todas as etapas do desenvolvimento realizadas pelos países centrais, para superarmos nossa condição de atraso. (MORAES, 1991; MANTEGA, 1991).

A Escola da Dependência, por sua vez, na corrente de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra apregoava que existiam setores econômicos brasileiros altamente desenvolvidos e competitivos (empresários) e setores atrasados, conservadores e altamente dependentes dos financiamentos estatais (os chamados barões) e que estes contribuía de forma decisiva para o nosso subdesenvolvimento. (MACHADO, 1999).

Na corrente de Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio do Santos e Vânia Bambirra, o subdesenvolvimento nacional seria fruto, essencialmente, da inserção desigual do Brasil no mercado mundial o que trazendo graves conseqüências para o mercado interno, principalmente no que diz respeito à exploração da mercadoria força de trabalho. Além das causas que se encontram no ramo da circulação de mercadorias, tal corrente, em geral, aponta diversas características que se localizam no ramo da produção como fontes de nosso imenso atraso econômico. (MARINI, 2000).

Tais análises geraram apontamentos diferentes para o desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente no que tange ao campo brasileiro. Resumidamente, para os cepalinos, a reforma agrária contribuiria para a criação e ampliação do mercado interno e para o desenvolvimento das forças produtivas e, assim, o capitalismo poderia avançar. Para o PCB a reforma agrária ajudaria a realizarmos a etapa nacional-burguesa da revolução brasileira. Para a Escola da dependência, na versão de FHC, os latifúndios improdutivos e, portanto, atrasados tenderiam a desaparecer (serem integrados aos grupos estrangeiros) com a abertura do mercado brasileiro e com o estabelecimento do Estado Mínimo. E, para Ruy Mauro Marini, a superação do subdesenvolvimento brasileiro somente seria possível através da via revolucionária não-etapista². A reforma-agrária contribuiria decisivamente para este processo revolucionário, tendo em vista que ela implantaria um modelo produtivo agrícola que visaria a superação do modelo capitalista e não o seu desenvolvimento, como acreditavam as outras escolas descritas acima.

Destacam-se ainda as análises de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. já que ambos abordam o processo de desenvolvimento no Brasil na perspectiva das lutas e conquistas democrático-populares pelos trabalhadores e trabalhadoras. Segundo eles, as tarefas de cunho democrático-popular, e das medidas necessárias para o desenvolvimento econômico-social do país, eram de inteira responsabilidade da classe trabalhadora³.

² Isto é, o Brasil não precisaria realizar todas as etapas do desenvolvimento como os países centrais, para sair da condição de subdesenvolvimento.

³ Ver a respeito FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966.

Isto implica dizer que todo o progresso das forças produtivas do campo, que caracterizou a passagem da agricultura brasileira de um período a outro do desenvolvimento capitalista no campo, ocorreu sobre a base inalterada da produção de monocultura, para exportação, baseada na exploração do trabalho alheio e na concentração e apropriação privada de terra e de riqueza. A divisão social e internacional do trabalho apresenta-se, portanto, como pilar que determinou e determina os rumos do desenvolvimento do campo brasileiro em geral. O aumento significativo da produtividade acompanha esse desenvolvimento.

Pois, este aumento da produtividade real, em especial nas lavouras de cana da região de Ribeirão Preto-SP, encontra-se em dissonância com os índices de produtividade estabelecidos, por lei, com base no censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1975/76.

Em 1975, por exemplo, foram colhidos, em 1 milhão e 900 mil hectares, 88 milhões e 920 mil toneladas de cana, gerando, portanto, uma produtividade de 46,82 toneladas de cana por hectare colhido. Já em 2006, ainda conforme o mesmo material, colheu-se, em 6 milhões e 190 mil hectares, 457 milhões e 980 mil toneladas de cana, gerando uma produtividade de 74,05 toneladas por hectare colhido⁴.

Para alguns especialistas, a produção, por hectare, passou de 60 toneladas de cana para os cerca de 90 e até 100 toneladas atuais.⁵

Este anacronismo entre os índices de produtividade estabelecidos e os índices de produtividade real tem provocado reações e mobilizações de movimentos sociais que lutam pela terra, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conforme divulgado inclusive na grande mídia. Segundo reportagem do Jornal O Globo (2010):

A atualização do índice de produtividade das propriedades rurais é um dos itens da pauta de negociação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o governo e está na justificativa das ocupações de prédios públicos realizadas nesta segunda-feira (19/04/2010) pelos sem-terra. O movimento aponta o Ministério da Agricultura como principal entrave para a atualização do índice. Apesar de a Constituição Federal determinar que a cada dez anos esses índices sejam atualizados, a última modificação foi em 1976.

⁴ Balanço Nacional da cana de açúcar e agroenergia, p. 14.

⁵ Folha de S. Paulo, "Pesquisa triplica espécies de cana e eleva produção" 27 de maio de 2007.

Tal reivindicação sustenta-se numa hermenêutica jurídica acerca dos índices de produtividade a serem atingidos por imóvel que o excluam da possibilidade de serem desapropriados para fins de reforma agrária.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 5º, inciso XXII, estabelece que “toda propriedade deverá atender uma função social”. No que tange à propriedade rural, determina, no Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e Da Reforma Agrária, em seu art. 184, que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”. Em seu art. 186, do mesmo capítulo, discrimina os critérios necessários para que um imóvel rural cumpra a função social: “aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores”. (BRASIL, 1988).

A Lei n.8629 de 1993 regulamenta o dispositivo constitucional estabelecendo os cálculos a serem realizados para determinar o nível de produtividade (aproveitamento adequado e racional) de um imóvel rural. E para isso determina dois índices, o grau de utilização da terra e o grau de eficiência na exploração. Na íntegra:

Art. 6º Considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente.

§ 1º O grau de utilização da terra, para efeito do caput deste artigo, deverá ser igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado pela relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

§ 2º O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100% (cem por cento), e será obtido de acordo com a seguinte sistemática:

I - para os produtos vegetais, divide-se a quantidade colhida de cada produto pelos respectivos índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

II - para a exploração pecuária, divide-se o número total de Unidades Animais (UA) do rebanho, pelo índice de lotação estabelecido pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea;

III - a soma dos resultados obtidos na forma dos incisos I e II deste artigo, dividida pela área efetivamente utilizada e multiplicada por 100 (cem), determina o grau de eficiência na exploração.

§ 3º Considera-se efetivamente utilizadas:

I - as áreas plantadas com produtos vegetais;

II - as áreas de pastagens nativas e plantadas, observado o índice de lotação por zona de pecuária, fixado pelo Poder Executivo;

III - as áreas de exploração extrativa vegetal ou florestal, observados os índices de rendimento estabelecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, para cada Microrregião Homogênea, e a legislação ambiental;

IV - as áreas de exploração de florestas nativas, de acordo com plano de exploração e nas condições estabelecidas pelo órgão federal competente;

V - as áreas sob processos técnicos de formação ou recuperação de pastagens ou de culturas permanentes, tecnicamente conduzidas e devidamente comprovadas, mediante documentação e Anotação de Responsabilidade Técnica. (Redação da MPV 2.183-56, de 24/08/01).

Atingidos estes dois índices, o imóvel rural, conforme a Constituição e a Lei 8629/93, não pode ser desapropriado para fins de reforma agrária. Conforme a referida Lei, em seu art. 11, os índices devem ser revisados periodicamente de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministro da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

A última instrução normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2003), estabelece os parâmetros, índices e indicadores, que informam o conceito de produtividade, reafirmados com base nos dados técnicos do censo agropecuário do IBGE de 1975/1976, contrariando tanto os dispositivos constitucionais quanto a lei complementar citados acima.

Por sua vez, as entidades patronais do campo brasileiro, principalmente a CNA – Confederação Nacional da Agricultura – argumentam que a desapropriação para fins de reforma agrária não deve se sustentar na obtenção do grau de eficiência na exploração da terra, pois, inúmeras e repetidas vezes o agricultor é penalizado por duas intempéries naturais da atividade agrícola, quais sejam: as alterações climáticas e a lei de mercado. Ambas alteram significativamente os preços agrícolas, obrigando os agricultores a alterarem sua rotina produtiva, o que traz prejuízos momentâneos para a produtividade⁶.

Partindo do exposto até o momento, entendemos que os critérios estabelecidos para se avaliar a produtividade de um imóvel rural, com base em estatísticas da década de 70, desconsideram todo o avanço tecnológico produzido no campo, com sua industrialização, financeirização e estrangeirização.

No que se refere ao etanol (extraído a partir da cana-de-açúcar), a previsão da UNICA (União da Indústria Canavieira), é de que, em 2015, 40% da sua produção e comercialização será controlado por grandes empresas transnacionais, como por exemplo, a Shell, a Petrobrás e a British Petroleum. (O Estado de S.Paulo, 4/11/10)

⁶ Ver a respeito www.cna.org.br

Pensando nesse desenvolvimento, principalmente no que concerne a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, o principal objetivo do estudo aqui proposto é apreender e analisar os principais elementos envolvidos na questão da atualização dos índices de produtividade rural, bem como os interesses econômicos e políticos que interferem nesse processo.

Sendo assim, o foco de nossa análise ficará centrado na região de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, pois esta região é considerada a “Capital Brasileira do Agronegócio”, tamanha sua importância neste setor.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Daniel Alves de, et al. Monitoramento do modo de colheita da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo – Ano Safra 2009/2010. **INPE**, São José dos Campos, 2010. Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/data/artigos/Relatorio%20colheita%202009-10%20SP%20Daniel%20et%20al.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DE RIBEIRÃO PRETO. <http://www.abagrp.com.br/>.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 5 ago. 2010.

BRASIL. **Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 5 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Balanco Nacional da Cana-de-açúcar e Agroenergia**. Disponível em: <http://www.feagri.unicamp.br/energia/bal_nac_cana_agroenergia_2007.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instrução Normativa n. 11 de 4 de abril de 2003**. Disponível em: <sistemas.mda.gov.br/arquivos/caderno/caderno1346313.doc>. Acesso em: 15 ago. 2010.

BRASIL AGRO <www.brasilagro.com.br>

CONFERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA <www.cna.org.br>

DANIEL, Isaura. Estrangeiros vão moer 25% da cana brasileira. **Agência de Notícias Brasil-Árabe**, São Paulo, out. 2009. Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia_agronegocios.kmf?cod=9047737>. Acesso em: 21 ago. 2010.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.
<www.nordestesp.cnpem.br/navegacao/CanaDeAcucar.htm>

FERNANDES, F.; PRADO JÚNIOR, C. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <www.ibge.gov.br>.

INVESTIMENTOS E NOTÍCIAS. Produtividade da cana deve dobrar até 2050. **Investimentos e notícias**, São Paulo, set. 2010. Disponível em: <<http://www.investimentosnoticias.com.br/ultimas-noticias/tempo-real/produktividade-da-cana-deve-dobrar-ate-2050.html>>. Acesso em: 15 set. 2010.

JULIBONI, Márcio. O fim de uma dinastia - Como disputas familiares levaram a até pouco tempo atrás bem-sucedida Santelisa Vale a uma crise profunda - e resultaram numa arrastada negociação de venda do controle. **Revista Exame**, São Paulo, edição 0954, out. 2009. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0954/negocios/fim-dinastia-505379.html>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

KONDER, L. **Intelectuais brasileiros e marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. *Estud. av.* [online]. 1993, vol.7, n.18, pp. 7-41. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141993000200002.

LÖWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**. Out. 2006. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. *Estud. av.* [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 199-215. ISSN 0103-4014. doi: 10.1590/S0103-40141999000100018.

MANTEGA, Guido. “Marxismo na Economia Brasileira”. IN: VÁRIOS AUTORES. **História do Marxismo no Brasil**, vol. II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol 1, Livro Primeiro, Tomo 2, cap.XIII – Maquinaria e Grande Indústria. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (os economistas). (p. 7-102).

_____. **O Capital** Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

_____. **O Capital** Vol. II São Paulo: Nova Cultural, 2000.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORAES, José Q. “A Evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros”. IN: VÁRIOS AUTORES. **História do Marxismo no Brasil**, vol II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

O GLOBO. **Líder do MST apela a Lula pela atualização do índice de produtividade.** Jornal O Globo, Brasília, abr. 2010. Disponível em: <
[http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/04/20/lider-do-mst-apela-lula-pela-atualizacao-do-
indice-de-productividade-916392146.asp](http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/04/20/lider-do-mst-apela-lula-pela-atualizacao-do-indice-de-productividade-916392146.asp)>. Acesso em 15 mai. 2010.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979

SILVEIRA, D. S. D. e XAVIER, F. S. (Orgs.) **O direito agrário em debate.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** São Paulo: Hemus, 2001.

VALOR ECONÔMICO. Novo recorde de fusões e aquisições entre usinas. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, fev. 2008. Disponível em: <
<http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/agronegocios/179>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

VALOR ECONÔMICO. Grandes já vendem 67% do etanol. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, set. 2010. Disponível em: <
[http://www.valoronline.com.br/impreso/primeira-pagina/3021/308874/grandes-ja-
vendem-67-do-etanol](http://www.valoronline.com.br/impreso/primeira-pagina/3021/308874/grandes-ja-vendem-67-do-etanol)>. Acesso em: 20 set. 2010.



O TURISMO COMO ALTERNATIVA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO ESPAÇO RURAL

Danielli Cristina Granado, Fernando Protti Bueno, Patrícia Alves Ramiro -
Unesp
danielli@rosana.unesp.br, fernando@rosana.unesp.br,
particia@rosana.unesp.br

Introdução

A crise ambiental vem alcançando níveis alarmantes. A explosão demográfica e o processo de urbanização associados ao atual padrão de consumo da sociedade são apontados como os responsáveis pela acelerada degradação dos recursos naturais. A intensa urbanização observada nas últimas três décadas é consequência da fuga do homem do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades. Todavia, pesquisas mostram o descontentamento desta população com a realidade vivenciada no ambiente urbano.

O elevado êxodo rural brasileiro, a partir da industrialização, fez emergir novas formas de reprodução econômica, social e simbólica no espaço rural, atribuindo novos significados a estes espaços.

Mais expressivamente, a partir da década de 1980, alterações na dinâmica das relações econômicas e sociais que afetam o meio rural brasileiro, modificam a estrutura agrícola¹. Tais alterações impedem a descrição da dinâmica do rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrário, uma vez que surgem diversas atividades não-agrícolas nesta nova realidade. (SILVA, 1999)

¹ Para se ter uma idéia, no Brasil, entre os anos de 1985 a 1995, houve a redução de 32% de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. De 1,35 milhões de pessoas empregadas no campo em 1985, 440 mil se viram forçadas a migrar para as cidades, passando para 910 mil o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas em 1995. (MARTINE; 1987)

Se, nas cidades, uma das conseqüências de sua vivência por milhares de pessoas, em busca de melhor qualidade de vida é a difícil situação enfrentada pelos migrantes na mesma; no campo, a reprodução de um modo de vida que não é mais estritamente agrário, faz emergir novas práticas (reais e ideais) entre seus moradores.

Duas interpretações opostas importantes foram realizadas, em momentos históricos distintos, sobre essa relação campo/cidade. A primeira delas, ainda na década de 1960, realizada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969) colocava a cidade no papel de organizadora do meio rural; enquanto, a outra visão, já no final do século XX, vê a cidade influenciando o rural, criando o termo “rurbano”, cunhado por José Graziano da Silva (1999).

Para Queiroz (1969), no Brasil, pelo fato da industrialização ter ocorrido sem ser precedida de uma Revolução agrária (diferentemente da Europa), “as cidades não se transformaram, pois, em sua maioria; persistem como centros de organização do meio rural e não possuem vida própria. Seu crescimento é um “inchar” de favelas e mocambos”. (QUEIROZ; 1969; p. 15)

Em contrapartida, para Silva (1999; p.01):

Pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas (refere-se às décadas de 80 e 90), como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

De alguma forma, os dois pesquisadores parecem ter apontado para situações reais e importantes para o entendimento deste novo espaço social que se inicia: primeiro, a extrema dificuldade da vida na cidade vivenciada por grande parte dos migrantes, fazendo com que o desejo de uma vida melhor resultasse em decepção e vontade, para alguns, de retorno ao campo e, para os que rejeitaram a migração e/ou já retornaram para o rural, optem, na realidade atual, pela conciliação entre as coisas boas percebidas na cidade e as valorizações positivas da vida no campo (RAMIRO; MANCUSO; 2009).

Esta nova ruralidade, na qual surgem novas relações entre o campo e a cidade, se mescla com o conceito de multifuncionalidade. Este conceito, ao atribuir um novo olhar sobre a agricultura familiar, permite-nos analisar a interação entre os territórios e as famílias e, segundo Carneiro (2003, p. 21):

Isso implica considerar os modos de vida das famílias rurais na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, como também incorporar à análise a

provisão de bens públicos por parte destes agricultores relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural.

Na tentativa de descentralizar esse tipo de desenvolvimento, o turismo no espaço rural vem sendo compreendido no âmbito da multifuncionalidade do espaço rural, considerado como alternativa de geração de emprego e renda no campo, que pode auxiliar em melhores condições de vida e permanência dos indivíduos no ambiente rural e contribuir para a conservação ambiental. Neste âmbito, o presente estudo apresenta uma análise bibliográfica sobre os possíveis benefícios e conflitos de uso e acesso da visitação turístico-recreativa à conservação dos recursos naturais do campo.

Crescimento da consciência ambiental e turismo sustentável

O aumento da consciência ambiental e a busca por um novo modelo de desenvolvimento, cujo foco não fosse somente o crescimento econômico, são percebidos na década de 1960, mais especificamente em 1962, com a publicação do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carlson, que denunciava a degradação ambiental ocasionada pelas atividades humanas, em especial, do uso indiscriminado de defensivos agrícolas, com o DDT. A partir daí, várias conferências internacionais foram realizadas com o objetivo de discutir os problemas ambientais que afligiam o mundo: Estocolmo, Tbilisi, Moscou. Na década de 1980, surge o termo *ecodesenvolvimento*, posteriormente desdobrado no conceito de desenvolvimento sustentável que foi apresentado no Relatório Brundtland publicado em 1987, pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, como: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras em atenderem as suas próprias necessidades”.

Em 1992, é realizada no Brasil a 2ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92, em que foram reafirmados os princípios do desenvolvimento sustentável. Neste evento foram elaborados vários documentos importantes, entre eles a Agenda 21, um documento de 40 capítulos que traça um plano de ação para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Acompanhando o crescimento da preocupação ambiental e os debates em nível global, desenvolveu-se a atividade turística. A evolução observada após a Segunda Guerra Mundial (RUSCHMANN, 1997) intensificou-se na década de 1960, quando eclodiu o turismo massivo e, seus impactos negativos foram reconhecidos. As primeiras discussões sobre a “gestão de turistas” ocorreram no início dos anos 70. Segundo Neiman e

Rabinovicci (2010), a acelerada expansão do turismo de massa desencadeou uma série de impactos nos destinos turísticos ao mesmo tempo em que os movimentos ambientalistas reivindicavam uma nova postura dos setores da economia. A temática passou então, a ser debatida na Comissão Mundial de Meio Ambiente – CMMAD, criada em 1983, no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU, de onde surgiu a aceção de turismo verde, que na década de 90 ampliou-se para a noção de turismo sustentável (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

No turismo, a sustentabilidade recai sobre a necessidade de se gerenciar os impactos ambientais e sócio-econômicos promovidos pelos atores envolvidos na atividade, dessa forma, o intuito de um turismo sustentável é aumentar o entretenimento dos visitantes e os benefícios locais e, ao mesmo tempo, diminuir os impactos nocivos sobre os recursos naturais e sobre a população local (OMT, 2003).

O turismo na sociedade contemporânea

O turismo é considerado uma atividade de grande relevância econômica e social e, atualmente, apresenta-se em plena expansão, que está associada à prosperidade material da sociedade e de seu poder de consumo de bens e serviços. Segundo a OMT (1997), o turismo representa cerca de 10% do Produto Interno Bruto – PIB mundial, movimentando mais de duzentos milhões de pessoas. A previsão até o ano de 2020 para o setor é de uma taxa de crescimento médio anual de turistas internacionais, em todo o mundo, em torno de 4,1%.

A expansão da atividade turística tornou evidente os impactos gerados por ela, já que o meio ambiente constitui seu elemento fundamental, sendo considerado como sua base. Alguns autores são bastante radicais ao afirmar que onde há turismo há degradação ambiental. Para Mendonça (2001), o turismo pode ser caracterizado como uma indústria e, que como os demais setores da economia moderna, dependem da apropriação e exploração da natureza e das comunidades locais. Essa forma predominante da atividade, chamada de turismo tradicional ou de massa segue o padrão capitalista da sociedade contemporânea, com caráter frequentemente predatório, degradando os lugares dos quais se apropria.

O turismo de massa é definido por Cruz (2003) como:

Uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo

a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje.

A sazonalidade, o desgaste dos recursos naturais, a especulação imobiliária, a segmentação territorial, o incentivo a prostituição, o desrespeito à cultura local são desdobramentos e características do turismo de massa, que acompanhados de outros problemas contemporâneos como o consumo excessivo, a poluição, o crescimento da frota de veículos comprometem a qualidade socioambiental dos destinos (RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010).

Mendonça (2001) destaca que os exemplos de degradação ambiental e sociocultural ocasionados pelo turismo são abundantes e podem ser comparados aos decorrentes da atividade agropecuária e de outros setores da indústria. O processo predatório ocorre através do uso não-sustentável dos recursos naturais até o esgotamento de suas fontes de matérias-primas transferência para outros locais de exploração.

No Brasil, o turismo de massa ainda é predominante, sendo adotado nos principais destinos de sol e praia, como na região Nordeste, cujas características marcantes são as bandeiras internacionais de empreendimentos turísticos, o grande número de turistas estrangeiros e a baixa absorção da mão de obra local.

Ramalho, Silva e Rabinovici (2010) afirmam que quando os princípios de sustentabilidade são aplicados ao turismo há uma transformação da atividade, que a distancia da sua prática mais comum, a do turismo de massa.

Assim, na contramão do turismo predatório surgem outras modalidades da atividade, chamadas por Ruschamann (1997), de turismo “brando”, ecológico, naturalista, personalizado e realizado por grupos pequenos de pessoas, que apesar de ainda incipiente, principalmente, no Brasil, tende a constituir os fluxos turísticos do futuro. A autora salienta ainda que essa nova tendência, que se opõe radicalmente às viagens massificadas, impessoais e realizadas em ambientes artificiais, é resultado do desejo dos próprios turistas impulsionados pela maior consciência ambiental da sociedade, mas principalmente, como conseqüência da “fuga” dos tumultos e do estresse dos grandes conglomerados urbanos. Essa “busca do verde” se consagra como uma tentativa de recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com ambientes naturais durante seu tempo de lazer.

Nesse contexto, se insere as atividades de turismo no espaço rural que está relacionado as atividades de lazer realizadas no meio rural e que abrange várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural ou

agroturismo, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo de base comunitária, turismo étnico, turismo pedagógico entre outras (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

O turismo como alternativa de desenvolvimento rural e de conservação ambiental

A atividade turística quando vista além de sua dimensão puramente econômica, isto é, quando inclui os aspectos sociais e ambientais, pode ser considerada uma estratégia alternativa de um desenvolvimento mais sustentável, que valoriza e preserva tradições e relações sociais, racionaliza o uso dos recursos naturais e ainda gera emprego e renda para as populações locais (PELLIN, 2006).

De acordo com Ruschmann (2000), as atividades turísticas no espaço rural devem ter como objetivo atender os princípios do desenvolvimento sustentável, o que implica em administrar adequadamente os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, a fim de atender as necessidades socioeconômicas e de conservação ambiental e cultural, para que possam ser desfrutadas pelas gerações futuras. A autora evidencia que a sustentabilidade do turismo depende ainda da integração do setor com os espaços sociais da comunidade, de forma a não causar transformações nos hábitos e costumes tradicionais característicos da região. Além disso, deve proporcionar a distribuição equitativa dos benefícios da atividade entre a população receptora e os visitantes, gerando o aumento do nível de bem estar para ambos.

Cabe destacar as diferenças apontadas por diversos autores (TULIK, 1997; CAMPANHOLA; SILVA, 2000; SILVA; VILARINHO; DALE, 2000; SEVERINO, 2006) entre os termos: turismo no espaço rural e turismo rural ou agroturismo. O primeiro caso abrange todas as modalidades de turismo praticadas na área rural, definidas com base em seus elementos de oferta. Além do turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural inclui empreendimentos de lazer, como os spas rurais, os hotéis-fazenda, os campings, as colônias de férias, os parques naturais e outros. Enquanto que o termo turismo rural ou agroturismo já é mais específico, referindo-se ao turismo que deve acontecer no interior de propriedades rurais produtivas (CAMPANHOLA; SILVA, 2000).

Outro quesito seria a integração das atividades agrícolas e pecuárias e o modo de vida das comunidades rurais à atividade turística (RODRIGUES, 2000).

De acordo com Calvente (2004, p. 11):

[...] o turismo rural pode ter como atrativos objetos e costumes herdados do passado, que apresentam um valor simbólico. É um turismo em paisagens naturais e paisagens agrárias, trazendo um retorno ao passado rural ou indígena; é também cultural; de pequenas igrejas e museus de colheitas, festas, costumes e crenças tradicionais, romarias, artesanato e comidas típicas, valorizando os produtos específicos do local. As áreas rurais brasileiras, têm, portanto, por sua gênese e extensão, uma rica diversidade nesses aspectos, desde que o turismo rural não apresente como linha dominante a de ocorrer em um processo de imitação daquele que já existe em outros países, mas aproveite as características próprias de cada local, na riqueza da sociodiversidade e biodiversidade.

O turismo no espaço rural surge como alternativa para os proprietários rurais na atual crise financeira fundiária, atrelada à falta de incentivos ao homem do campo (ALMEIDA; RIEDL, 2000), podendo ser considerado como um vetor de desenvolvimento local (PELLIN, 2006). Santos e Almeida (2006) destacam que o turismo rural, pela sua multifunção de gerar emprego e renda e promover o intercâmbio entre o campo e o meio urbano, pode contribuir para a prosperidade de regiões menos favorecidas. No entanto, não pode ser considerado como solução definitiva para os problemas latentes do primeiro setor, todavia, pode se constituir como uma adicional nas receitas das famílias do campo, complementar as atividades agropecuárias (SILVA; VILARINHO; DALE, 2000; (NIEHUES, 2006; SANTOS; ALMEIDA, 2006; SEVERINO, 2006).

Segundo Campanhola, Silva e Laurenti (2001), a atividade turística na área rural permite conciliar dois objetivos frequentemente conflitantes: o desenvolvimento econômico rural e a conservação dos recursos naturais. Severino (2006) afirma que a atividade turística no espaço rural tem se destacado por permitir a conservação de áreas naturais. Fons, Fierro e Patiño (2011) salientam que os atores do turismo rural na Espanha estão conscientes de que a qualidade ambiental é o principal elemento para o sucesso da atividade. E acrescentam que a manutenção das áreas naturais originais é o que confere a autenticidade ao cenário rural, apontada pelos turistas como um dos fatores motivadores na escolha pelo turismo rural. Cruz (2002) e Pires (2001) corroboram com as afirmações, ao evidenciar que a paisagem é o centro da atratividade dos lugares para o turismo. A paisagem deve estar agradável ao longo de todo o território, pois um ambiente sujo e degradado deixa de causar atração e passa a causar repulsão, inviabilizando a atividade

turística. Como paisagem entende-se o conjunto dos elementos naturais e construídos que compõem um cenário específico.

Uma pesquisa realizada no município de Rio dos Cedros, localizado no Vale do Iatjaí (SC) com empreendedores turísticos locais e líderes comunitários ligados a atividade demonstra o reconhecimento da população local sobre a importância da conservação da paisagem local, pois 73% dos entrevistados apontaram as belezas naturais e artificiais como os principais elementos atrativos no Município. E 80% deles acreditam ser o turismo rural e o turismo ecológico as melhores opções de desenvolvimento para a região (PELLIN, 2006).

Campanhola e Silva (1999) enfatizam que o turismo no espaço rural apresenta-se como uma forma de valorização do território, pois depende da gestão do espaço local para que dê bons frutos e contribua para a proteção do meio ambiente. Porém, em muitos casos, a falta de planejamento da atividade resulta em impactos para os lugares receptores, pois alteram a paisagem, a qualidade de vida dos moradores e a própria atividade, uma vez que a degradação do ambiente compromete a vocação da área para o turismo.

No Distrito Federal, uma pesquisa apontou a falta de preocupação com a proteção dos recursos naturais e com a busca por alternativas sustentáveis no planejamento e na execução das atividades de turismo rural. Tal fato é observado pela ausência de estudos que demonstrem a fragilidade e a capacidade de carga das propriedades que desenvolvem o turismo e dos atrativos que envolvem os recursos naturais e pela falta de tratamento adequado para as águas servidas (ALTAFIN; GOMES, 2006). Os autores destacam que os empresários do setor ainda priorizam a lucratividade econômica com pouco interesse nos problemas socioambientais. E reforçam que as atividades turísticas no cenário rural podem e devem ser uma alternativa para o desenvolvimento sustentável. O planejamento e a execução do turismo precisam contemplar a fragilidade dos ecossistemas e seu equilíbrio e, neste sentido a educação ambiental representa um aporte indispensável a qualquer iniciativa do setor que busque a sustentabilidade. Para que o uso consciente do meio ambiente e da cultura rural contidas no cenário rural sejam princípios indispensáveis para a garantia da eficácia dessa alternativa não agrícola que é o turismo.

Neste sentido, ressalta-se a importância das políticas públicas locais que fomentem processos decisórios participativos (NIEHUES, 2006). O diálogo entre os atores envolvidos é fundamental para estabelecer planos de desenvolvimento local que contemplem a sustentabilidade, de forma a propiciar um turismo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Outra modalidade de turismo que se destaca no cenário rural é o ecoturismo. Segundo Pires (2002), o ecoturismo representa um segmento turístico derivado da concepção de turismo na natureza, que se caracteriza por viagens que colocavam os turistas em contato com os atrativos naturais com a intenção de diferenciar-se do turismo convencional massificado, produzido em larga escala, ávido por lucros elevados e indiferente a deterioração ambiental. O autor considera ainda que o ecoturismo:

[...] surge e se impõe como uma ‘rotulação’ ampla e indiscriminadamente utilizada para representar um conjunto variado e não bem definido de atividades e atitudes no campo das viagens turísticas, que se posicionam na interface *turismo-ambiente*, este último compreendendo especialmente ambientes naturais pouco alterados e culturas autóctones presentes em seu entorno.

Serrano (2000b, p. 208) detecta uma pluralidade de termos e conceitos tratados sobre a relação entre o turismo e a natureza, considerando assim, o ecoturismo como:

[...] uma idéia ‘guarda-chuva’, pois envolve uma multiplicidade de atividades como trekking, hiking, escaladas, rappel, espeleologia, mountain biking, cavalgadas, mergulho, rafting, floating, cayaking, vela, vôo livre, paragliding, balonismo, estudos do meio, safári fotográfico, observação de fauna e flora, pesca (catch-release), turismo esotérico e turismo rural [...].

As atividades turístico-recreativas realizadas na natureza são vistas, principalmente, como alternativas ao desenvolvimento econômico das localidades e, em contrapartida, como uma efetiva ferramenta para a conservação da natureza por proporcionar receitas advindas das taxas pagas pelos turistas. Tem-se aqui compreendido o termo conservação da natureza segundo os preceitos da IUCN (1984) que a delimita como sendo:

[...] a gestão da utilização da biosfera pelo ser humano, de tal sorte que produza o maior benefício sustentado para as gerações atuais, mas que mantenha sua potencialidade para satisfazer às necessidades e às aspirações das gerações futuras. Portanto, a conservação é positiva e compreende a preservação, a manutenção, a utilização sustentada, a restauração e a melhoria do meio ambiente natural.

As áreas naturais, enquanto áreas protegidas estabelecidas no Código Florestal, Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 existem dentro das propriedades rurais como área de preservação permanente – APP e ou Reserva Legal. A APP é definida como uma área protegida coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. São

consideradas como APP, as florestas e demais formas de vegetação natural ao redor dos corpos de água, no topo de morros, em encostas com declividade superior a 45°, em altitude.

A Reserva Legal é estabelecida no Código Florestal como área localizada no interior de uma propriedade, excetuada a APP, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas. Essas áreas devem constituir 20% das propriedades rurais do País, exceto na região da Amazônia Legal, onde a reserva deve representar 80% da área.

Uma terceira categoria de área protegida que pode existir nas propriedades rurais é a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, que foi introduzida no Brasil em 1990, para legitimar as intenções conservacionistas de proprietários rurais (ROCKTAESCHEL, 2006), tendo sido fortalecida em pelo Sistema Nacional de Unidades Conservação – SNUC, Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000, como unidade de conservação de uso sustentável e definida como área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

De acordo com Rocktaeschel (2006), para ter uma área reconhecida como RPPN, o proprietário deve assinar um termo de compromisso perante o órgão ambiental, se comprometendo a efetivar a averbação do ato de criação da RPPN no registro de imóveis competente, que gravará o imóvel como unidade de conservação em caráter perpétuo, sendo esse gravame irrevogável.

As RPPNs representam uma parcela significativa das áreas destinadas as modalidades de turismo no espaço rural no Brasil, especialmente, para o ecoturismo e o turismo de aventura. Magro (2002) salientam que isso vem ocorrendo porque a maioria das unidades de conservação públicas possui restrição a visitação e, nas zonas permitidas é exigido um planejamento minucioso para a implantação de atividades de uso público. Desta forma, as operadoras e agências aproveitam-se dessas áreas para o desenvolvimento de suas atividades. Os municípios de Bonito (MS) e Brotas (SP) são exemplos clássicos da tendência brasileira de criação e utilização das RPPNs para o uso no turismo.

Bonito, no Mato Grosso do Sul passou por transformações em seu perfil econômico, com a substituição das atividades de mineração e agropecuária pelo turismo. Os ambientes aquáticos cristalinos, as tufas calcárias e a biodiversidade representam as principais atrações turísticas da região, sendo que a grande maioria desses atrativos localizam-se dentro das propriedades rurais, ou seja, em RPPNs. Campanhola e Silva

(2000) destacam que dos vinte e cinco passeios disponíveis na região, somente dois são realizados fora das propriedades rurais. Essa constatação serve como estímulo a conservação ambiental, visto que as fazendas que pouparam seus recursos naturais, atualmente podem usufruir deles, aumentando a sua renda pela exploração das atividades turísticas.

Em Brotas, no interior paulista, as propriedades rurais que possuem atrativos naturais como cachoeiras, nascentes e corredeiras também têm sido beneficiadas com o crescimento da atividade turística, observado nos últimos anos. No entanto, a verificação da ocorrência de impactos ambientais negativos é cada vez mais freqüente nas trilhas usadas nas atividades turísticas no Município. Os pesquisadores atribuem tais consequências ao fato da visita de ter sido iniciada sem planejamento adequado e a pressão do aumento considerável do uso concentrado principalmente, nos finais de semana e feriados (MAGRO, 2002).

Considerações Finais

Em suma, as modalidades alternativas de turismo podem ser analisadas sob a ótica da multifuncionalidade que o meio rural vem adquirindo como resposta a crise por que passa o setor agrário. Às atividades produtivas tradicionais agrícolas são integradas atividades de lazer, que podem propiciar a conservação da paisagem artificial e dos recursos naturais, a proteção e a valorização do território e da cultura, a geração de emprego e renda para as famílias rurais e a permanência do homem no campo.

Mas para que os impactos socioambientais, inerentes as atividades humanas, sejam minimizados, de forma a permitir que os benefícios da atividade turística alcancem as populações locais, o uso consciente do meio ambiente e da cultura rural são princípios indispensáveis para a garantia da eficácia dessa alternativa não agrícola que é o turismo. Assim, há necessidade de planejamento cuidadoso e gerenciamento adequado do espaço rural, além de políticas públicas locais que fomentem processos decisórios participativos. O diálogo entre os atores envolvidos é fundamental para estabelecer planos de desenvolvimento local que contemplem a sustentabilidade, de forma a propiciar um turismo socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável.

Contudo, o turismo no espaço rural não deve ser entendido como a solução para os problemas do campo, uma vez que, por si só não é capaz de garantir a conservação do

ambiente e a melhoria das condições de vida das populações locais. A atividade pode e deve ser vista como uma alternativa adicional de geração de ocupação e de rendas não-agrícolas. Dessa forma, sinaliza-se para a necessidade de mais estudos e discussões sobre o assunto, para que os reais impactos (positivos e negativos) do turismo sejam compreendidos e incorporados à realidade rural brasileira, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental e de vida no campo.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ALTAFIN, I.G.; GOMES, R.A. Turismo rural no Distrito Federal e sustentabilidade. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p. 158 – 170.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: julho de 2010.

BRASIL. Lei n. 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: julho de 2010.

BRASIL. Lei n. 9.985 de 18 de junho de 2000. Regulamenta o Artigo 225 da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: julho de 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo

CALVENTE, M. C.; GONÇALVES, M. A. **Turismo em pequenos municípios**. Londrina: Humanidades, 2004.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: OLIVEIRA, C. (Org.). **Anais do I Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo no Espaço Rural Brasileiro**. Piracicaba, 1999.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G; LAURENTI, A. C. **Agro-tourism as a new income source for the Brazillian small farmers**. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em maio de 2006.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (orgs). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. RJ: MAUAD, 2003.

CRUZ, R. C. A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI. E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

- CRUZ, R. C. A. Introdução à geografia do turismo. 2ed. São Paulo: Roca, 2003.
- FONS, M. V .S.; FIERRO, J. A. M.; PATIÑO, M. G. Rural tourism: a sustainable alternative. **Applied Energy**, v.88, 2011, p. 551 – 557.
- IUCN – UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DOS RECURSOS NATURAIS. **Estratégia mundial para a conservação**: a conservação dos recursos vivos, para um desenvolvimento sustentado. São Paulo: CESP, 1984. (sem número de páginas).
- MAGRO, T.C. Ambiente natural e turismo em meio rural. In: RIEDL, M.; ALMEIDA, J. A.; VIANA, A. L. B. (Orgs). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002, p. 141 – 162.
- MENDONÇA, R. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição. In: **Impactos socioambientais do turismo**, 2001. p. 19 – 25.
- MINISTÉRIO DO TURISMO.
- NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil (Orgs). Barueri, SP: Manole, 2010.
- NIEHUES, V. D. Turismo no espaço rural e sustentabilidade. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p. 95 – 100.
- OMT– Organização Mundial do Turismo. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Santiago do Chile: OMT, 1999.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- PELLIN, V. Turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: estudo de caso. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p. 125 -134.
- PIRES, P. S. A paisagem rural como recurso turístico. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo Rural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- QUEIROZ. M. I. P. Introdução. IN: MENDRAS, Henri et. al. **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores ; 1969.
- RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. Turismo e meio ambiente no Brasil (Orgs). Barueri, SP: Manole, 2010. p.25 – 42.
- RAMIRO, P. A.; MANCUSO, M. I. R. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. **Cadernos CERU**, USP, v. 20, 2009. p. 16-31.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. **Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2006.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Orgs). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

RUSCHMANN, D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

SANTOS, E. O.; ALMEIDA, J. A. Agroturismo e turismo rural em propriedades da metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul. In: PORTUGUEZ, A. P. et al. **Turismo no espaço rural: enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006. p. 37 – 56.

SERRANO, C. O “produto” ecoturístico. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000, p. 203–234.

SEVERINO, F. C. G. **Turismo e conservação no cenário rural no entorno de uma unidade de conservação no município de Luis Antônio (SP)**. 2006. 93f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas/SP: Editora UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, J. G.; VILARINHO, C.; DALE, P. J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. (Org.). **Turismo – Desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.



A VALORIZAÇÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Fabiana Cunha Viana Leonelli, USP/FZEA

fabiana.leonelli@usp.br

GT 3: Questão Agrária e Políticas Públicas

Resumo

A valorização e distinção de alimentos tradicionais não é um fenômeno recente. Os países europeus, historicamente, relacionam seus produtos agroalimentares ao território, conjungando saberes, tradições e demais especificidades locais como forma de diferenciar produtos, mas também valorizar a cultura e o tecido social do meio rural. Entender esta dinâmica é, sobretudo, compreender o valor dos saberes relacionados ao cultivo, manipulação e elaboração do alimento como parte do patrimônio cultural imaterial dos territórios e comunidades. É preciso ampliar e incentivar a adoção de mecanismos que visem aferir legitimidade à especificidades locais que apresentem algum tipo de identidade, tipicidade ou outra forma de manifestação singular passível de valorização. Alguns exemplos neste sentido são as Indicações Geográficas, representadas pelas Indicações de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO), aliado ao registro de bem patrimonial imaterial. Estas iniciativas são relativamente recentes no Brasil e, apesar dos esforços engendrados, o aparato institucional brasileiro para tais questões, além de burocrático e moroso, também padece de uma interlocução integrada, principalmente, no que tange aspectos relacionados à adequação sanitária dos produtos tradicionais manipulados por agricultores e agroindústrias de pequeno porte. A formulação de políticas públicas integradas que fomentem o reconhecimento do saber-fazer, mediante a valorização de características como tipicidade, qualidade e tradição, podem contribuir para uma melhor distribuição do valor agregado destes produtos, com possibilidade de geração de emprego e renda nas comunidades locais, permitindo, em alguns casos, manter e desenvolver atividades em zonas rurais desfavorecidas.

1. Introdução

A valorização de produtos regionais, tradicionais e/ou artesanais, provenientes de distintas regiões brasileiras, tem suscitado maior atenção dos diferentes atores sociais nos últimos anos. As razões para este olhar mais atento, em certa medida, acompanha um fenômeno mundial pautado pela mudança de postura do consumidor em relação ao alimento que consome e ao valor que atribui ao mesmo, o que inclui uma ampla interface do alimento – e, sobretudo, a forma com o qual é produzido e/ou obtido – com questões sociais e ambientais, além daquelas relativas à saúde e bem estar.

A indústria de alimentos está atenta a esta dinâmica e, dentro do seu escopo de atuação, procura adequar-se a tais mudanças ofertando produtos com maior diversidade de atributos de interesse, seja para segmentos consumidores maiores ou nichos de mercado. Além disso, disponibilizar informações sobre a origem e as relações de produção e obtenção das matérias-primas está se tornando imperativo à indústria de alimentos, seja por pressão dos consumidores; seja por exigências institucionais impostas por decretos ou leis vigentes em alguns países.

No entanto, há alguns atributos de interesse para o consumidor que conflitam com o modo de produção agroindustrial pautados em escala de produção e padronização massificada de alimentos e, neste caso, não trata-se apenas de quantidade de informação como mencionado acima, mas de um conjunto de valores e simbologias que transcendem a dimensão fisiológica do alimento, e que não são passíveis de serem reproduzidos e/ou explorados em escala industrial.

Por meio da gastronomia, há um fenômeno em curso impulsionando o resgate de sabores e ingredientes regionais que visam valorizar a tipicidade e o saber-fazer de especificidades locais, visto que a gastronomia é a representação materializada da identidade territorial, étnica, histórica e cultural de uma comunidade. Um exemplo deste fenômeno – e talvez o mais significativo de todos – é o Movimento *Slow Food*¹, fundado por Carlo Petrini em 1986 na Itália e que, atualmente, está presente em 132 países.

¹ O princípio básico do *Slow Food*, calcado no lema “*bom, limpo e justo*”, defende o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto os produtores, opondo-se, sobretudo, à tendência de padronização do alimento em escala industrial e o estreitamento de margens e canais de comercialização para produtores rurais.

Sendo assim, alinhado com movimentos que visam o resgate e valorização da tipicidade de produtos tradicionais, este trabalho tem como objetivo discutir alguns mecanismos de valorização de alimentos tradicionais, visando maior agregação de valor e renda, sobretudo, ao pequeno produtor rural. Para isso, inicialmente, o artigo discorre sobre alternativas de legitimação da tipicidade e das especificidades dos alimentos, com destaque aos instrumentos de indicação geográfica (IG). Em seguida, são elencados as potencialidades e os entraves à produção tradicional oriunda de pequenos agricultores e, finalmente, discute a necessidade de políticas e ações institucionais engendradas para induzir o desenvolvimento de áreas rurais menos favorecidas.

2. A distinção dos alimentos tradicionais e do rural por meio de indicações geográficas

Para Wilkinson (2003), a valorização de tradições particulares é cada vez mais uma premissa para atribuição de valor aos produtos. Os países europeus, historicamente, relacionam seus produtos agroalimentares tradicionais ao território, conjungando saberes, tradições e demais especificidades locais como forma de diferenciar produtos, mas também valorizar a cultura e o tecido social do meio rural. Entender esta dinâmica é, sobretudo, compreender o valor dos saberes relacionados ao cultivo, manipulação e elaboração do alimento como parte do patrimônio cultural imaterial dos territórios e comunidades. Estes aspectos, inclusive, estão presentes no conceito de multifuncionalidade agrícola², cunhado pelos franceses e defendido pelos demais países europeus (ABRAMOVAY, 2002; BOGIGUEL, 2002; SABOURIN, 2008).

Se na Europa o modelo de indicações geográficas (IG's) é bastante antigo e vem repercutindo em um instrumento de desenvolvimento territorial, fomento e renovação dos territórios, no Brasil a discussão e debate que permeiam esse universo ainda são bastante recentes (CERDAN, 2006; KRONE; MENASCHE, 2009).

Segundo VELLOSO (2008), a noção de indicações geográficas está muito próxima ao conceito de *terroir*, pois estabelece uma ligação entre qualidade e território. Essa noção surgiu de forma gradativa, quando produtores e consumidores passaram a perceber os

² O conceito de multifuncionalidade está ligado à noção do papel exercido pela agricultura na economia, assim a agricultura não se limitaria unicamente à sua função primária: ou seja, à produção de alimentos e de matérias primas. Ela desempenha de fato, inúmeras atribuições: a garantia de um certo nível de segurança alimentar, proteção do meio ambiente, criação de empregos, gestão dos territórios rurais e dos recursos naturais, como solo, biodiversidade, dentre outros.

sabores ou qualidades peculiares de alguns produtos que provinham de determinados locais, jamais encontrado em produtos equivalentes feitos em outro local. Assim, começou-se a denominar os produtos que apresentavam essa notoriedade diferenciada e peculiar com o nome geográfico de sua procedência. Os vinhos foram os primeiros, nos quais se observava a influência, sobretudo, dos fatores edafo-climáticos.

Por definição, as IG's são sinais distintivos, assim como as marcas. Contudo, diferentemente das patentes e das marcas, as indicações geográficas são um direito coletivo. Segundo o INPI (2000), o direito ao uso das IG é coletivo e se estende a todos os produtores estabelecidos no território correspondente. Rocha Dias (2005), aponta algumas motivações para a consolidação de uma IG, dentre as quais:

- a existência de produtos de qualidade inferior, que possam prejudicar a reputação do produto típico local;
- a ampliação demasiada da área de produção;
- desvios do saber-fazer tradicional, o que pode estar associado ao crescimento industrial;
- a aspiração coletiva de revalorização da identidade local e cultural.

Contudo, independente da motivação presente, ressalta-se que as indicações geográficas estão invariavelmente associadas à coletividade e ao território. E quando existe patrimônio cultural e laços de identidade, onde toda uma comunidade compartilhe uma história, tradição e costumes em comum, existe também identidade local e cultural (VELLOSO, 2008).

De acordo com Rocha Dias (2005), em países como Itália e França, a implantação do modelo de IG aconteceu num contexto peculiar, num período da União Européia marcado por forte intervenção estatal na regulação dos mercados e concessão de subsídios provenientes da PAC (Política Agrícola Comum). Tais medidas repercutiram no fortalecimento da agricultura familiar e revalorização dos territórios na União Européia, se expandindo para vários outros países do mundo.

Contudo, a França destaca-se neste contexto não só pela diversidade de produtos agroalimentares certificados, mas, sobretudo, pelo histórico na construção de aparatos legais e estruturas de coordenação visando a valorização dos alimentos tradicionais e do

meio rural. O INAO - Instituto Nacional de Apelação de Origem, criado em 1935 sob a tutela do Ministério da Agricultura e Pesca francês e o CNLC - Comissão Nacional de *Labels* e Certificações são os órgãos públicos responsáveis pelos procedimentos de certificação de produtos agroalimentares, servindo de referência, inclusive, para a implementação do sistema de selos oficiais de qualidade no âmbito da União Européia. Este sistema oficial inclui os selos: Agricultura Biológica (AB); Apelação de Origem Protegida (AOP); Indicação Geográfica Protegida (IGP); e Atestado de Especificidade ou Especialidade Tradicional Garantida (AS) que, no conjunto, além da segurança do alimento, atestam uma série de atributos qualitativos e especificidades de processo e produto. Para Brabet e Pallet (2005), a institucionalização do sistema de selos pela Comissão Européia é o reconhecimento e a proteção de um conjunto de procedimentos e valorização da qualidade e da origem dos alimentos existentes nos estados-membros, facilitando os intercambios comerciais por meio da harmonização de regulamentação.

No entanto, é oportuno salientar que a valorização de produtos agroalimentares no contexto europeu está aquém da institucionalização de arcabouços legais; em outras palavras, o aparato institucional existente relacionado à certificação e distinção de produtos agroalimentares tradicionais reflete uma construção histórica, social, cultural, econômica e política, onde o alimento não ocupa uma dimensão apenas fisiológica para aquela sociedade (BAZIN, 2002).

Segundo Gurgel (2005), o Brasil, juntamente com outros países, só começou a considerar as IG's como forma de proteção de produtos típicos após o acordo TRIPS³ que passou a vigorar em 1995. Desde então, as indicações geográficas foram inseridas na atual legislação brasileira de Propriedade Industrial, no. 9.279, de 14 de maio de 1996. A Lei estabelece duas vertentes para as IG: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). Ela também prevê que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) estabeleça suas condições de registro. As IG são então regulamentadas também pela Resolução no. 75/2000 do INPI (INPI, 2000).

³ O Acordo TRIPs (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*) é um tratado internacional, integrante do conjunto de acordos assinados em 1994 que encerrou a Rodada Uruguai e criou a Organização Mundial do Comércio. Também chamado de *Acordo Relativo aos Aspectos do Direito da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio* (ADPIC), tem o seu nome como resultado das iniciais em inglês do instrumento internacional.

As duas vertentes para IG são assim definidas pelos Artigos 177 e 178 da Lei:

- **Art. 177 – Indicação de procedência** é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território, que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço.
- **Art. 178 – Denominação de origem** é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

As diferenças entre os conceitos contemplam desde as características do meio geográfico até o processo de produção e elaboração dos produtos dentro da área delimitada. No caso das indicações de procedencia (IP), só é preciso que se comprove que a região se tornou conhecida por determinado produto ou serviço. Já a denominação de origem (DO) apresenta critérios mais exigentes para a sua implementação, como a obrigatoriedade das características qualitativas do produto em questão ser de exclusividade do meio geográfico. Por tal razão, a obtenção de uma DO requer muito mais tempo de esforço e trabalho (VELLOSO, 2008; BRABET; PALLET, 2005).

Por este motivo, Tonietto (2002) sugere o estabelecimento da IP como primeiro passo para a evolução e implantação de um conceito mais exigente como no caso da DO. Isso é o que, de fato, tem ocorrido com os pedidos de registro no INPI. Atualmente são reconhecidas pelo INPI quatro Indicações de Procedência brasileiras: o Vale dos Vinhedos em 2002, o Café do Cerrado e a Carne Bovina do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional em 2006 e a Cachaça de Paraty em 2007. Todas estas, além de outras em andamento, têm trabalhado na perspectiva de uma DO, com estudos e dados para entrega no INPI que vão além do que a legislação exige para uma IP – embora com pedido para IP.

Conforme trabalho levantado por Velloso (2008), nesses casos, o que falta para a obtenção de uma DO são pesquisas científicas que comprovem a materialidade de que a qualidade do produto se deva, de fato, ao meio e, sobretudo, sejam particulares e típicos do território.

Rocha Dias (2005) observa que, embora exista um enorme potencial para

desenvolvimento de IG no Brasil – devido a diversidade cultural, ecossistemas típicos e sua forte tradição gastronômica nas mais distintas regiões e territórios– a legislação brasileira a esse respeito carece ainda de adaptação à realidade, de maior incentivo e atenção à regulação territorial da propriedade intelectual, na medida em que este setor é objeto de complexas regras do comércio internacional.

Por este motivo, torna-se importante implementar iniciativas que promovam a sistematização da valorização de produtos agroalimentares tradicionais. Tais iniciativas requerem, entretanto, o engendramento de esforços entre consumidores, associações ambientais, setor público e representantes de produtores. Trata-se da valorização de aspectos não pautados, estritamente, em valores econômicos e tecnicistas; pois trata-se, sobretudo, de elencar também um conjunto de atributos especiais, que emergem da opinião pública e da pressão das organizações cívicas, influenciadas por movimentos sociais.

Diante desta constatação, a seguir, são apresentadas algumas possibilidades e entraves à distinção e, sobretudo, à comercialização de produtos agroalimentares tradicionais.

3. A valorização de alimentos tradicionais: entraves e possibilidades para o desenvolvimento rural

De acordo com Pivot (1998), em se tratando de produtos agroalimentares, uma das primeiras preocupações que surgem, ligada também à qualidade, é a segurança do alimento, que envolve um conjunto de aspectos e exigências sanitárias à produção e comercialização dos alimentos, com o objetivo de minimizar os riscos para a saúde. E, de fato, esta é uma dimensão de qualidade que, sem dúvida, interfere na definição técnica de qualidade do produto, inclusive, amparada por zelar pela saúde pública. Porém, a qualidade do alimento não se restringe à questão nutricional e sanitária; o que se coloca neste trabalho, como dimensões da qualidade, é a inserção de elementos relacionados às noções de localização, de patrimônio local e/ou cultural, de exigências ambientais e sociais, de regionalismo etc. (PIVOT, 1998).

Contudo, a valorização deste aspectos, segundo Krone e Menache (2009), esbarram em questões técnicas sanitárias, valorizando o produto final em detrimento do saber-fazer tradicional. Para os autores, as indicações geográficas no Brasil, muitas vezes, restringem a

produção tradicional a padrões supostamente uniformes, limitando o espaço para a diversidade potencial entre produtores de um mesmo território, bem como o desenvolvimento de regiões menos favorecidas.

Wilkinson (2003), ao analisar o papel da pequena produção perante às transformações recentes na organização econômica e institucional do sistema agroalimentar na América Latina, defende que produtos e práticas tradicionais podem ser promotores de estratégias de produção sustentável, constituindo-se em via alternativa aos circuitos hegemônicos. Esse autor considera que a transição para uma economia da qualidade, que valoriza critérios associados às tradições e à pequena produção, dar-se-á a partir de iniciativas de governos centrais e locais, associações de produtores e Organizações não Governamentais, por meio da criação de redes, plataformas e parcerias como formas alternativas de coordenação.

A coordenação entre os distintos atores pode contribuir não só para a revalorização de alimentos tradicionais como também para a construção ou consolidação de cadeias curtas de produção e consumo. A valorização dos produtos tradicionais, a realocação da produção e cadeias curtas ou alternativas às hegemônicas de distribuição de alimentos como forma de aproximar produtores e consumidores, promover a pequena produção e garantir as características históricas e culturais de produtos alimentares (WILKINSON, 2003).

Como observa Cruz e Schneider (2010), se por um lado é crescente a valorização de alimentos tradicionais, de outro, há fortes pressões de órgãos de fiscalização sobre a produção tradicional no sentido da legalização e atendimento a normas e regras sanitárias, o que apresenta custos restritivos para a maioria dos produtores desse tipo de alimento, conseqüentemente, condicionando sua permanência na atividade produtiva rural. Aplicar os mesmos critérios que os empregados para a produção em larga escala à produção tradicional, realizada em escala micro se comparada à das grandes corporações ou impérios alimentares, implica excluir qualquer singularidade inerente ao processo de produção, padronizando os modos de fazer, os sabores e a diversidade, comprometendo as características originais e tradicionais dos produtos.

Em relação aos produtos tradicionais, a discussão sobre a qualidade remete principalmente a aspectos culturais, vinculados à cultura e à origem dos produtos. Nesse caso, antes de atender a critérios normativos – recentemente estabelecidos se comparados à

tradição e cultura - os produtos tradicionais são procurados pelos consumidores por atender a qualidades que superam regras formalmente estabelecidas (CRUZ, SCHNEIDER, 2010).

Porém, ao preservar o “saber-fazer”, os produtos agroalimentares tradicionais encontram dificuldades em responder às exigências legais em termos de estrutura sanitária e aspectos fiscais, entre outros. Para esses produtos, dentre os principais entraves relacionados à produção e comercialização no mercado formal, é possível identificar disputas que têm se dado no âmbito da possibilidade, ou não, de conciliar exigências legais a aspectos relacionados à produção tradicional, artesanal.

Um exemplo disso é que no Brasil, os órgãos federais IPHAN, ANVISA e INPI – responsáveis, respectivamente, por conferir reconhecimento do patrimônio imaterial cultural; legislar sobre questões sanitárias e conferir propriedade intelectual coletiva às indicações geográficas, encontram-se em pastas ministeriais distintas e, muitas vezes, com escopos de atuação pouco integrados e até conflitantes, dificultando ainda mais o entendimento sobre estas questões e a proposição de políticas públicas integradas.

Como constatado por Cruz e Schneider (2010), apesar da importância econômica, social, cultural e histórica que os produtos tradicionais dos alimentos tradicionais, atualmente, a comercialização desses produtos é realizada, em grande medida, à margem dos canais formais de comercialização. Em decorrência de o modo de produção desses produtos ser considerado inadequado em relação aos critérios presentes na legislação sanitária vigente, muitos produtores vivem sob constante ameaça de apreensões e multas.

Por estar embasada em métodos artesanais, os produtos tradicionais operam em escalas de processamento incomparavelmente menores que as empregadas pela indústria convencional, tendo a comercialização desse tipo de produção realizada em sistemas locais, alicerçados na proximidade e em relações de confiança entre produtores e consumidores como meio para legitimar a qualidade desses produtos. Contudo, desconsiderar que as escalas de produção que configuram o sistema convencional e o sistema tradicional são distintas implica julgar a qualidade dos alimentos somente a partir de critérios técnicos, normatizados, que consideram inocuidade como sinônimo de qualidade. (CRUZ, SCHNEIDER, 2010).

Os padrões sanitários de qualidade, estabelecidos em torno da inocuidade dos alimentos, têm caminhado na direção de intensa padronização de processos e produtos, entram em conflito com a diversidade do “saber-fazer” tradicional. As exigências, em

termos de escala e infraestrutura para a legalização desses produtos nos moldes convencionais, tornam inacessível a inserção da grande maioria dos agricultores familiares no sistema produtivo formal, o que repercute negativamente na produção de alimentos tradicionais produzidos em pequena escala e comercializados à margem do sistema.

Portanto, é necessário engendrar esforços entre diferentes atores para repensar políticas e estratégias de desenvolvimento rural que considerem aspectos e características particulares regionais, internalizando-as por meio de ações de extensão rural.

Como observado por Cruz e Schneider (2010), em muitas áreas rurais brasileiras, a produção e a comercialização de produtos tradicionais, apreciados pela população e por turistas, têm contribuído para a revalorização da condição de agricultores e para a manutenção das famílias no meio rural.

Na produção do Queijo Artesanal de Minas, com destaque ao queijo da Serra da Canastra, por exemplo, a produção ainda é predominantemente feita a partir de leite cru, não pasteurizado. As técnicas e o conhecimento envolvidos na produção e processamento são tradicionais, conferem a tipicidade ao queijo e têm sido passados de geração em geração. Diante das pressões para a adoção de ferramentas de controle e garantia da qualidade sanitária e, em alguns casos, do aumento de escala de produção, os queijos têm sido comercializados à margem do sistema formal. Essa situação é possível dadas as relações de proximidade e confiança entre consumidores e produtores.

Inclusive, o registro do modo de produção do Queijo Artesanal de Minas como patrimônio imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, torna-se emblemático. Por meio de ação conjunta envolvendo a associação de produtores de queijo de diferentes regiões de Minas Gerais, o poder público e entidades públicas e privadas, foi possível, ao mesmo tempo, construir e aprovar leis estaduais específicas para a produção artesanal de Queijo de Minas (as quais permitem a elaboração do queijo a partir de leite cru, não pasteurizado) e realizar um amplo trabalho de pesquisa sobre os modos de produção, questões históricas, culturais e identitárias. Esses aspectos estão sendo decisivos para a legitimação do Queijo de Minas (CRUZ e SHNEIDER, 2010).

Contudo, embora estes esforços sejam meritórios e relevantes, perante a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o queijo da Serra da Canastra ainda é considerado um 'fora da lei' (nas palavras de um dos produtores locais de queijo da Canastra) e, com a ausência do selo do Serviço de Inspeção Federal (S.I.F.), a

comercialização do queijo tem distribuição comercial restrita.

A atual valorização de alimentos tradicionais, vinculados aos locais de origem, têm desafiado o sistema agroalimentar moderno. A lógica industrial de produção, ao buscar a padronização, perde a identidade e o vínculo dos alimentos com os locais de origem, sobrepondo-se às práticas de consumo locais e diferenciadas.

A integração entre produção e consumo, por intermédio de redes alternativas de distribuição de alimentos, especialmente por meio de cadeias curtas, poderia contribuir para a valorização local de produtos tradicionais, ressaltando valores - como confiança, localidade e reconhecimento entre produtores e consumidores - e favorecendo dinâmicas econômicas e sociais positivas. É necessário um forte processo de revalorização da produção por agricultores familiares, que pode se dar, complementarmente, por intermédio de mecanismos de intervenção do Estado, da aproximação produção-consumo e da ação de movimentos sociais.

As potencialidades diversas do espaço rural não podem ser captadas por meio da análise feita unicamente a partir da perspectiva da globalização e da questão ambiental, o que implicaria dizer que as intervenções do Estado devem levar em conta a diversidade, especificidades e necessidades locais.

Sendo assim, as estratégias integradas (intervenção do Estado, aproximação entre produção-consumo e ação de movimentos sociais) podem contribuir, de fato, para a legitimação dos produtos tradicionais. Mediante a coordenação de diferentes atores, é possível que alimentos que têm sido colocados à margem de redes hegemônicas de comercialização por não atenderem, na maior parte dos casos, a exigências sanitárias, fiscais, entre outras, conquistem seu espaço e regulamentações adequadas à escala de produção, características histórico-culturais e enraizamento social que os diferenciam dos produzidos de forma padronizada pelo sistema agroalimentar hegemônico (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

O desafio em relação às questões levantadas centra-se no fato de que as características dos produtos tradicionais variam de acordo com a região produtora e também em relação aos produtores, evidenciando distintos sistemas de produção de um mesmo alimento, assim como o saber-fazer envolvido em cada um destes sistemas. A questão que se coloca aqui não é a proposição de uma regulamentação única, aplicável a todo tipo de produção em pequena escala, mas de uma política ampla que englobe aspectos

múltiplos e, sobretudo, levem em conta a diversidade regional e que almejem o desenvolvimento de regiões menos favorecidas por meio da valorização de alimentos tradicionais e do meio rural.

4. Considerações Gerais

É preciso ampliar e incentivar a adoção de outros mecanismos que visem aferir legitimidade às especificidades locais que apresentem algum tipo de identidade, tipicidade ou outra forma de manifestação singular passível de propriedade intelectual coletiva. Alguns exemplos neste sentido são as Indicações Geográficas, representadas pelas indicações de procedência (IP) e Denominação de Origem (DO), aliado ao registro de bem patrimonial imaterial, conferido pelo IPHAN. Estas iniciativas são relativamente recentes no Brasil e, apesar dos esforços empreendidos, o aparato institucional brasileiro para tais questões, além de burocrático e moroso, também padece de uma interlocução integrada, principalmente, no que tange aspectos relacionados à adequação sanitária dos produtos tradicionais.

A formulação de políticas públicas integradas que fomentem o reconhecimento do saber-fazer, mediante a valorização de características como tipicidade, qualidade e tradição, podem vincular uma melhor distribuição do valor agregado destes produtos, com possibilidade de geração de emprego e renda nas comunidades locais, permitindo, em alguns casos, manter e desenvolver atividades em zonas rurais desfavorecidas. Este aspecto, em particular, suscita a necessidade de lançar um novo olhar sobre o papel da extensão rural no desenvolvimento regional, demandando adequações e capacitação de recursos humanos para atuar neste contexto.

Outra questão importante é a construção de aparato institucional e mecanismos de coordenação que possibilitem, inclusive, a formulação e legitimidade de protocolos construídos coletivamente e validados por agentes locais partícipes, e não, necessariamente, por entidades certificadoras privadas.

5. Referencias Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. **Economia Rural** vol. 40, abril/junho 2002, p. 235-264.

ABRANCHES, L.; COSTA, D.; MEIRELLES, F. G.; SEIXAS, P.; VINÍCIUS, M. **Certificação na Cadeia Produtiva de Alimentos e as Barreiras Técnicas à Exportação**. Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II). Apresentado ao Curso de Administração. Orientador: Rodrigo M. Zeidan. RJ: Escola de Gestão e Negócios. UNIGRANRIO, jun. 2008, 40 p.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Regulamentos Técnicos**. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em 22 de Julho 2010.

BAZIN, G.; KROLL, J. La multifonctionnalité dans la Politique Agricole Commune: projet ou alibi? in **Colloque SFER, “ La multifonctionnalité de l’activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques”**, Paris, 21-22 mars 2002.

BODIGUEL, L. Multifonctionnalité de l’agriculture et territoire – le territoire, um concept juridique n construction in **Colloque SFER, “La multifonctionnalité de l’activité agricole et sa reconnaissance par les politiques publiques”**, Paris, 21-22 mars 2002.

BRABET, C.; PALLET, D. Os selos oficiais de qualidade dos alimentos na França e na Europa. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C. L. (Org.). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para competitividade nos negócios**. Brasília: SEBRAE, 2005. p.19-43.

CARNEIRO, M.J.; MALUF, R.S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 230p.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CERDAN, C. Implementação de indicações geográficas e desenvolvimento territorial. In: **Simpósio catarinense de uvas e vinhos finos de altitude**, 1. São Joaquim, nov. 2006

CRUZ, F. T. ; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Vol 5(2), pag. 22-38, 2010.

CRUZ, F. T. da; MENASCHE, R.; KRONE, E. E.; WAGNER, S. A. Queijo Artesanal Serrano dos Campos de Cima da Serra: o “saber-fazer” tradicional desafiando a qualidade. In: **IV Congresso Internacional de la Red SIAL - ALFATER, 2008, Mar del Plata**. Anais. Mar del Plata, 2008.

INAO. **Institut National des Appellations d’Origine** (França). Disponível em: <<http://www.inao.gouv.fr>>. Acesso em: 18 maio 2010.

INPI. **Instituto Nacional da Propriedade Industrial** (Brasil). Resolução INPI 075, de 28 de novembro de 2000. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/indicacao/legislacao/resolucao-inpi-075-de-28-de-novembro-de-2000>>. Acesso em: 26 julho 2010.

KRONE E.E.; MENASCHE, R. A diversidade como elemento de diferenciação e de valorização de produtos artesanais: o caso do Queijo Artesanal Serrano dos Campos de Cima da Serra (RS). **II Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 01 a 03 de Setembro, 2009.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília, CNPq/Paralelo 15, 2002, p. 301-328.

MARSDEN, T. Rural Futures: the consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**. n. 4, p. 501-520, 1999.

MENEZES, J. N. C. Queijo Artesanal de Minas: patrimônio cultural do Brasil. **Dossiê Interpretativo**. v. 1. 2006.

MUCHNIK, J. Identidade territorial dos alimentos: alimentar o corpo humano e o corpo social. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL AGROINDÚSTRIA RURAL E TERRITÓRIO**, 2004, México. Anais.México, 2004.

PERI, C., et al. Designations of Origin and Industry Certifications as Means of Valorising Agricultural Food Products. In: GOLDBERG, R. A. (coord). **The European Agro-Food System and Challenge of Global Competition**. ISMEA, 1999.

PIVOT, C. Signes de qualité et développement rural. **REVUE REGION ET DEVELOPPEMENT**, n. 7, 1998.

SABOURIN, E. Multifuncionalidade da agricultura e manejo dos recursos naturais: alternativas a partir do caso do semiárido brasileiro. **Revista Tempo da Ciência**, n. 29, vol.15, p. 9-27, 2008.

SABOURIN, E. 2008. Reflexão sobre métodos e políticas públicas: que renovação dos instrumentos de desenvolvimento e extensão rural In: **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Vol. 1, 20 p, 2008.

TONIETTO, J. O conceito de denominação de origem como agente promotor da qualidade dos vinhos. In: REGINA, Murillo de Albuquerque, et al. (Org.). **Viticultura e enologia: atualizando conceitos**. Poços de Caldas: Gráfica Sulminas, 2002. p.151-164.

VELLOSO, C.Q. Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC). **Dissertação de Mestrado**, UFSC. Florianópolis, 2008.

WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, p.62-87, 2003.



A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO E O SENTIDO DA REFORMA AGRÁRIA PARA AS MULHERES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO – O CASO DA COSAN-SHELL

Kelli Cristine de Oliveira Mafort – FCLAR-UNESP-Araraquara

kmafort@yahoo.com.br

CNPq-CAPES

Questão Agrária e Políticas Públicas

RESUMO

O estágio atual do desenvolvimento do campo brasileiro hegemônico pelo chamado agronegócio, está mudando de modo substantivo a estrutura agrária brasileira, tornando produtivos os históricos latifúndios ociosos. Tenho desenvolvido estudos com o objetivo de compreender se, neste contexto atual, continua preservado o sentido da Reforma Agrária. Procuo problematizar algumas questões: a base material da realidade agrária que temos hoje permite uma convivência e complementaridade com uma política de Reforma Agrária? Ou esses são projetos antagônicos? Num contexto de hegemonia do agronegócio, a Reforma Agrária perderia o seu sentido? Qual tem sido a percepção dos movimentos sociais, especialmente o MST, para essas mudanças ocorridas no campo? O fio condutor desta reflexão são as ações protagonizadas pelas mulheres do MST e da Via Campesina, sobretudo no Dia Internacional da Mulher. Ações que são marcadas por profundos questionamentos acerca do modelo do agronegócio e denúncias de suas mazelas. Mais especificamente esta proposta será realizada mediante as ações dessas mulheres no ano de 2009, frente o relevante e ativo grupo econômico da cadeia sucroalcooleira: a empresa Cosan-Shell, localizada no estado de São Paulo. Por estar inserida num conjunto de manifestações ocorridas em nível nacional, a referida ação teve grande repercussão naquele momento. Para a análise sociológica cabe a reflexão sobre os diferentes projetos para o campo que este encontro conflituoso entre as mulheres sem terra e um dos maiores grupos econômicos do agronegócio pode indicar: a necessidade de se realizar a Reforma Agrária, essa velha bandeira histórica no Brasil, ficou encerrada no século passado?

Na semana do Dia Internacional das Mulheres do ano de 2009, cerca de 600 integrantes do MST¹ e da Via Campesina² ocuparam uma área agrícola com plantio de cana de açúcar pertencente à Usina Cosan³, no município de Barra Bonita – estado de São Paulo:

Cerca de 600 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e La Via Campesina, realizaram ontem (dia 9/3) a ocupação da Fazenda Santa Luiza, área do grupo Cosan, em Barra Bonita. (...) Como justificativa para a invasão, o movimento explica que o grupo Cosan explora uma área duas vezes maior que o total de hectares destinados para a reforma agrária no Estado de São Paulo: 605 mil hectares pelo grupo, contra apenas 300 mil para as 15 mil famílias em assentamentos estaduais e federais. (RECCHIA,2009).

A ação⁴ fez parte de um conjunto de mobilizações organizadas pelas mulheres da Via Campesina no mesmo período e amplamente divulgadas pela imprensa como podemos verificar na matéria da “Agência Reuters”:

Trabalhadoras rurais ligadas ao MST e à Via Campesina protestaram com ocupações de empresas nesta segunda-feira contra o agronegócio e as grandes empresas exportadoras de produtos agrícolas e em defesa da reforma agrária. Apenas mulheres e crianças participaram dos atos, como parte do Dia Internacional da Mulher, no domingo.

Pelo menos quatro grandes companhias foram ocupadas temporariamente: a Votorantim Celulose e Papel (VCP), uma usina de açúcar da Cosan e outra da Cruangi, além do porto de exportações da Aracruz Celulose. A sede do Ministério da Agricultura também fez parte da lista. (2009).

O conjunto destas ações pode evidenciar uma mudança na trajetória de como os movimentos sociais historicamente organizam-se para apresentar suas demandas para a sociedade e para o Estado.

No caso do MST, desde sua formação, está presente uma característica reivindicativa marcante, no que diz respeito ao questionamento da existência dos latifúndios, a apresentação da demanda social de famílias sem terra e a pressão pelo atendimento de sua pauta: criação dos assentamentos e a implantação de uma ampla política de Reforma Agrária.

¹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): movimento social de luta por Reforma Agrária, fundado em janeiro de 1984 no município de Cascavel no Paraná. (MST, 2010).

² Via Campesina: movimento social de camponeses fundado em maio de 1993 em Mons na Bélgica. Reúne 148 organizações, representantes de 69 países. O MST integra a Via Campesina. (VIA CAMPESINA, 2010).

³ Usina Cosan: usina sucroalcooleira criada em 1986 no estado de São Paulo. Possui 23 unidades produtoras no Brasil. (COSAN, 2010).

⁴ O termo ação será utilizado neste artigo para designar o conjunto de mobilizações desenvolvidas.

As ações desenvolvidas, até o presente, pelas mulheres da Via Campesina, tiveram como característica fundamental a denúncia daquilo que denominam “modelo de desenvolvimento do campo” e não propriamente um caráter reivindicativo de arrecadação da área ocupada em si, para fins de Reforma Agrária. Vejamos mais detidamente como isso ocorre no caso da ocupação da Usina Cosan em Barra Bonita:

(...) existem 103 denúncias no Ministério Público do Trabalho contra a Cosan, em São Paulo. Entre as denúncias estão problemas relativos a trabalho temporário e terceirização fraudulenta, assédio moral e desvio de FGTS. Como todo o setor sucroalcooleiro, é também responsável pela poluição e destruição ambiental nas regiões em que atua. O monocultivo da cana de açúcar causa um forte desequilíbrio ambiental, sérios problemas sociais, gerando graves conseqüências para a humanidade.

A mobilização tem como objetivo denunciar a insustentabilidade do agronegócio, a superexploração do trabalho, conivência do Estado, que financia a partir de recursos públicos o avanço do capital no campo. (MST, 2009).

O trecho acima evidencia que a empresa Cosan é tida como um símbolo, no entanto, a crítica estende-se ao chamado agronegócio como um todo e ao modelo agrícola predominante no Brasil.

Esta não foi a primeira vez que as mulheres da Via Campesina realizaram ações com esse caráter predominantemente de denúncia. Nota-se que esse caráter passa a ser enfatizado, a partir da ação ocorrida na semana do Dia Internacional das Mulheres em março de 2006 no Rio Grande do Sul, na qual ocorreu a destruição parcial do laboratório de pesquisa e do viveiro de mudas da empresa Aracruz⁵:

Mil e duzentos integrantes do MST e da Via Campesina, a maioria mulheres, invadiram o horto florestal da empresa Aracruz Celulose. Depois de render os vigias, rasgaram as estufas e fizeram questão de arrancar com as mãos as mudas dos viveiros. A ação durou meia hora.

(...) Os sem-terra também atacaram o laboratório da empresa. Eles quebraram equipamentos e espalharam pelo chão 500 quilos de sementes, que estavam separadas em envelopes. O trabalho de melhoramento das espécies foi perdido, porque as informações ficaram misturadas. Segundo a empresa o prejuízo é de US\$ 400 mil. (O GLOBO, 2006).

Da mesma maneira que na ação descrita anteriormente, o caráter reivindicativo do objeto escolhido, no caso o laboratório de pesquisa e o viveiro da empresa Aracruz Celulose, não parece ser o motivador principal. Novamente, o objeto em questão tem o sentido de símbolo daquilo que se quer atingir com a ação.

Evidentemente, o caráter de denúncia das ações descritas, parece não substituir o caráter reivindicativo presente historicamente na trajetória dos movimentos sociais. E nem

⁵ Aracruz Celulose: empresa do setor de celulose fundada em 1972. Possui atividades nos estados de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. O maior grupo acionista é a empresa Votorantim. (ARACRUZ, 2010).

ao contrário, afirmar que em sua gênese reivindicativa, os movimentos sociais também não tenham incorporado os aspectos relacionados à denúncia do modelo agrícola como um todo. No entanto, destaca-se a ênfase dada a um aspecto ou outro e o que isso pode revelar.

É importante observar que essas ações de caráter diferenciado em relação ao que estes movimentos sociais produziram historicamente, tenham sido protagonizadas pelas mulheres destas mesmas organizações. Isso pode ser um indicador de que as mulheres estejam provocando um debate na sociedade acerca da Reforma Agrária no contexto atual da agricultura, apontando a necessidade de alterar as tradicionais formas de reivindicação.

Como tem sido a sociabilidade das mulheres no interior dos movimentos sociais e nas relações cotidianas dos assentamentos e dos acampamentos? Quais os avanços e entraves na busca da alteração das relações de gênero impregnadas de uma herança patriarcal? Estes elementos precisam ser melhor investigados, afim de identificar quais as razões que motivaram essas mulheres a protagonizarem uma alteração na forma da ação política e uma ampliação no conteúdo do que pode representar a questão da Reforma Agrária na atualidade.

Por outro lado, na medida em que grupos econômicos como a Cosan e a Aracruz Celulose, passam a ser escolhidos pelas mulheres do MST e da Via Campesina, como objetos de questionamentos e protestos, estabelece-se a necessidade de um aprofundamento sobre a atualidade da organização do campo brasileiro e qual o sentido de uma política de Reforma Agrária.

No próprio decorrer da trajetória histórica dos movimentos sociais, ocorreram mudanças objetivas no campo brasileiro, que exerceram mudanças também na forma de atuação destas organizações.

O MST, por exemplo, surge no Brasil no período de redemocratização pós Ditadura Militar no início dos anos de 1980. No final da década de 1970, ocorreram ocupações de terra, que consolidaram-se na criação de um movimento social de caráter nacional em janeiro de 1984. No entanto, mais do que tratar dos aspectos históricos do surgimento do MST, o fundamental é perceber com qual tipo de campo este movimento confrontava-se. E qual papel desempenhava o campo do ponto de vista do desenvolvimento econômico do país e quais eram atores sociais envolvidos.

Segundo Delgado (2003), o campo brasileiro do final dos anos de 1970 estava ainda impactado por um processo de modernização conservadora imposto pela Ditadura Militar a partir de 1965, que enfatizava o avanço da técnica (principalmente através do pacote

tecnológico da Revolução Verde) sem alterar sua estrutura fundiária. Ou seja, um processo de modernização sem reformas profundas e sem a Reforma Agrária.

Este projeto de modernização contrapunha-se radicalmente à idéia de implantação da Reforma Agrária, como parte do desenvolvimento econômico do campo, como ocorrera em outros países capitalistas.

É importante ter em conta que a chamada “modernização conservadora” da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela Reforma Agrária. (...) Ela foi também uma maneira de responder aos intensos desafios da industrialização e urbanização, combinados com uma necessária diversificação e elevação das exportações primárias e agro-industriais do Brasil, estancadas durante quase vinte anos. (DELGADO, p. 34).

O ciclo de modernização do campo contribuiu para o desenvolvimento econômico do país, privilegiando médios e grandes proprietários e sem alterar a estrutura fundiária do país, marcadamente concentradora. No entanto, o início da década de 1980 apontou sinais de crise e estagnação.

A partir do início da década de 1980 a economia brasileira se defrontará com um longo período de relativa estagnação econômica interna, em grande medida imposta pelas condições de endividamento externo. Neste contexto o papel da agricultura é crucial para a gestão das várias conjunturas macro-econômicas do período. (DELGADO, p. 40).

Por outro lado, os pequenos proprietários, os trabalhadores temporários e os trabalhadores rurais sem terra intensificaram sua capacidade de organização, provocando tensões sociais para alterar o modelo agrícola predominante, e exigindo a retomada da política de Reforma Agrária.

A questão da Reforma Agrária havia sido muito fomentada no Brasil principalmente nas duas décadas que antecederam o período da Ditadura Militar, por diversas correntes políticas e teóricas. Estas diferentes concepções foram derrotadas pelo regime que se impôs pela força e coerção. No entanto, no bojo do processo de redemocratização do país e abertura política, a questão da Reforma Agrária volta à pauta política do país com expressão relevante.

Mas neste caso, de acordo com POMAR (1985), também não é possível afirmar que existia uma única concepção entre os que defendiam a necessidade da Reforma Agrária. Havia diferentes projetos entre as organizações de trabalhadores, mas o que vale destacar é a relevância do tema para setores da burguesia industrial que passaram a criticar o passivo produtivo existente no campo.

Essa ala considera que há muitos “ativos imobilizados” em terras e que eles representam um fator de entorpecimento das atividades produtivas da agricultura.

(...) Essas camadas democrático-capitalistas opõem-se à burguesia latifundiária e defendem a desapropriação das terras ociosas previstas no Estatuto da Terra. (POMAR, p. 08).

Na prática, o que se pôde verificar foi um período de ajustamento do Brasil à ordem política neoliberal, predominante na escala mundial. E no caso do campo brasileiro, passado o período de estagnação, ocorreu uma retomada de seu desenvolvimento tendo como base o fortalecimento do chamado agronegócio e não a implantação de uma política ampla de Reforma Agrária. Novamente, o caminho escolhido não trouxe profundas alterações na estrutura fundiária concentradora de terras e riquezas, mas proporcionou um cenário bastante diverso do que se verificava no início da década de 1980. Ou seja, ocorreu um novo processo de modernização do campo, sem trilhar o caminho da Reforma Agrária.

O problema apontado pela burguesia industrial, dos chamados “ativos imobilizados” presentes nas áreas improdutivas do campo, teve uma solução na própria modernização da burguesia agrária, com facetas de articulação desta com diversos setores da economia: empresas transnacionais, bancos privados etc.

O problema das áreas improdutivas também foi motivo de reivindicação dos movimentos sociais, que propunham a Reforma Agrária como projeto de desenvolvimento agrícola, em contraposição ao latifúndio. No entanto, a saída encontrada tem passado longe de uma ampla política nacional de Reforma Agrária. O caminho escolhido tem mantido a hegemonia do campo brasileiro, no âmbito das elites, ou seja, o latifúndio no Brasil não está sendo substituído pelo impacto de uma política de Reforma Agrária, mas pela assimilação do passivo improdutivo, pelo agronegócio.

Neste contexto, parte da intelectualidade tem debatido criticamente sobre a necessidade da Reforma Agrária no estágio atual de desenvolvimento do campo. Vejamos o que diz MARTINS:

A concentração fundiária dos anos 60 e 70 e a correlata modernização agrícola criaram uma imensa massa de órfãos do crescimento econômico, sem a contrapartida, como ocorrera entre nos anos 30 e 50, de uma indústria dinâmica capaz de absorver os excedentes populacionais oriundos do desenraizamento rural. As lutas dos trabalhadores rurais tentam criar o que o Estado não criou. (MARTINS, 2008).

O mesmo autor aponta as características defensivas e institucionalizantes dos movimentos sociais e explicita o projeto prioritário do atual Governo para o campo:

Um governo que, no agrário, optou em termos absolutos pelo heroísmo do agronegócio não poderia deixar de fazê-lo em face de uma servil luta pela reforma agrária, alienada e incapaz de reconhecer-se na possibilidade do agronegócio alternativo e popular, fundado no capital social dos que, privados de terra, não foram privados de um saber ancestral criativo e produtivo.

(MARTINS, Jornal O Estado de São Paulo, maio de 2009).

O professor Denis Lerrer Rosenfield apresenta um quadro no qual o próprio modelo capitalista superou a existência do latifúndio e a necessidade da Reforma Agrária, levantando, a partir disso, hipóteses sobre quais seriam as “novas” reivindicações do MST:

Com a implantação do capitalismo no campo, rompendo com suas formas não-capitalistas, como a do latifúndio improdutivo, opera-se toda uma transformação, com a introdução de novas tecnologias, culturas, formas de cultivo da terra, introdução de transgênicos, mecanização e, também, deslocamento de populações que migraram para os centros urbanos. Há aqui, evidentemente, todo o aspecto destrutivo que é criador de novas relações socioeconômicas, que possibilitaram ao Brasil se tornar um grande exportador de commodities e player internacional. Ora, o que faz o MST? Fixa-se apenas no aspecto da destruição operada, procurando, com sua concepção marxista, criar condições de inviabilização da propriedade privada, da moderna exploração agrícola e do agronegócio. Não percebe - ou não quer aceitar - que foi o próprio capitalismo que eliminou o latifúndio improdutivo. Conseqüentemente, o seu objeto de luta se torna o capitalismo e o agronegócio. (ROSENFELD, Jornal O Globo, junho de 2008).

Zander Navarro desenvolve sua argumentação sob a crítica da existência na academia de uma “Sociologia militante”, que não permite aprofundar a análise sobre a Reforma Agrária e o MST.

Em consequência, fruto desta acrítica perspectiva que ignora as mudanças do período contemporâneo, não se percebe que, senão a “morte da reforma agrária” pelo menos vigora a sua clara desnecessidade na maior parte do território nacional, essencialmente porque não existe mais demanda para sua implementação, na maior parte das macro-regiões brasileiras. (...) Parece mais do que definitivo que este “é rio que nunca cruzaremos”, por impossibilidade objetiva de realizá-la nacionalmente. (NAVARRO, p.35; 40).

Este controverso debate tem como base de questionamento a própria realidade objetiva de como está organizado o campo brasileiro a partir do agronegócio e qual sua importância estratégica no cenário internacional.

Como parte da minha pesquisa no mestrado, tenho estudado o Grupo Cosan-Shell que traduz-se num bom exemplo para elucidar este ciclo da agricultura brasileira.

O Grupo Cosan-Shell reúne elementos para entender as diferentes esferas da produção, industrialização e circulação da cadeia produtiva do agronegócio. A consolidação deste forte grupo econômico é recente. Em setembro de 2010 foi criada uma *joint venture* (empresa conjunta) entre a multinacional anglo-holandesa Shell e a empresa brasileira do setor sucroalcooleiro, Cosan. Porém o acordo somente foi assinado em definitivo no último mês de fevereiro de 2011. A *joint venture* criada entre a junção da Cosan com a Shell, chama-se Raízen.

Para entender a importância da formação desta *joint venture*, vale destacar alguns elementos da formação histórica da Cosan, fruto de diversas aquisições e incorporações.

A partir de 1986, o empresário Rubens Ometto constrói a Cosan, que tinha uma capacidade de moer 4,3 milhões de toneladas por safra. Hoje o grupo tem uma capacidade de moer 60 milhões de toneladas, como mostra a seguinte matéria no “Jornal Valor”:

Rubens Ometto liderou praticamente sozinho a consolidação do império da Cosan a partir de 1986. Na época, a empresa controlava apenas as usinas Costa Pinto e Santa Bárbara, ambas no interior de São Paulo. As duas unidades, juntas, moíam 4,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra. Atualmente, depois de uma longa série de aquisições e incorporações, a capacidade de moagem da Cosan, que já controla 23 usinas, saltou para aproximadamente 60 milhões de toneladas, a maior do país e do mundo. (2009).

O grupo se capitalizou e possui ações na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) e em 2007, o empresário Rubens Ometto criou uma *holding* que passou a ter ações na Bolsa de valores de Nova York.

A Cosan, principalmente após confirmar a associação com a Shell, tem potencial para ganhar destaque no Índice Bovespa. A expectativa é que o apetite do estrangeiro pelo negócio aumente, após o acordo com a Shell, uma espécie de indicador da governança da empresa, tanto interna quanto externa, já que carrega junto parte da imagem da multinacional. Atualmente, ela tem participação de 0,85% na principal carteira do mercado. (BRASILAGRO, 2010).

A Cosan possui 23 unidades produtoras (usinas), sendo 21 no estado de São Paulo, 1 no estado do Mato Grosso do Sul e 1 no estado de Goiás; 4 refinarias; 2 terminais portuários; 2 marcas de açúcar no varejo: Da Barra e União. Com a aquisição da Esso em 2007, controla 1,7 mil postos de combustíveis.

A Cosan não é somente sucro-alcooleira, ela controla diversos ramos: da bioenergia, da produção de alimentos, de logística, de combustíveis e de aquisição de terras.

No novo negócio com a Shell, a Cosan também entrou com uma dívida de 3 bilhões de Reais, sendo 500 milhões com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O Banco tem sido um importante financiador dos principais negócios ocorridos no setor.

A Shell possui 2,7 mil postos de combustíveis. As duas grandes empresas juntas já anunciam a possibilidade de novas aquisições de postos de combustíveis de pequeno e médio porte, preocupados com a liderança do setor que hoje é ocupada pela Petrobrás. Além disso, anunciaram também a construção de mais quatro novas usinas.

Na mesa de planejamento estão sendo consideradas três estratégias: projetos "greenfields" (usinas construídas a partir do zero), "brownfields" (ampliação) e

aquisições. Somente de "greenfields", a Cosan tem quatro projetos de usinas - duas em Goiás, uma em Naviraí (MS) e uma em Andradina (SP). (BATISTA,2010).

A Raízen já é a quinta maior empresa do Brasil em faturamento. Sua meta para os próximos cinco anos é a de aumentar a produção de açúcar de 4 milhões de toneladas para 6 milhões, além de dobrar a produção de etanol de 2,2 bilhões de litros, para 5 bilhões de litros.

Como suporte para o fortalecimento do agronegócio, ocorre no país um processo de reorganização do estado brasileiro, tanto no que diz respeito ao investimento, principalmente em logística e também a abertura de linhas de financiamento e aporte de recursos financeiros através do BNDES.

A declaração do Ministro da Agricultura e Pecuária, Wagner Rossi, durante a Fenasucro⁶, realizada em Sertãozinho, interior de São Paulo em agosto de 2010, demonstra como isso ocorre:

Ele (o ministro) considerou que um dos gargalos no setor sucroalcooleiro ainda é a logística, lembrou que empresas privadas fazem investimentos na área e citou os também previstos pelo governo federal nos Planos de Aceleração do Crescimento (PACs) 1 e 2. "Seria irreal dizermos que temos uma logística maravilhosa, mas os investimentos no PAC 1 e no 2 vão mudar essa questão, especialmente com a melhoria nos portos e com o uso do modal ferroviário e, eventualmente, também das hidrovias", afirmou Rossi. (BRASILAGRO,2010).

A ação das mulheres do MST e da Via Campesina em 2009, na Usina Cosan em Barra Bonita no estado de São Paulo durou cerca de três dias. Parte do canavial da fazenda foi derrubado, mas atividades da Usina não foram interrompidas. Por estar inserida num conjunto de manifestações ocorridas em nível nacional, a ação teve grande repercussão naquele momento.

No decorrer na minha pesquisa, pretendo aprofundar a atualidade da Reforma Agrária neste contexto de hegemonia do agronegócio. A questão agrária brasileira estaria resolvida com o advento do agronegócio? Segue o debate.

Referências Bibliográficas:

AGÊNCIA REUTERS. **Mulheres sem-terra ocupam grandes empresas e ministério.** São Paulo, 09/03/2009. Disponível em: <http://www.br.reuters.com>. Acesso em 10/05/2010.
ARACRUZ. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br>. Acesso em 12/07/2010.

⁶ Fenasucro: Feira internacional das indústrias suco-alcooleiras. Ocorre anualmente na cidade de Sertãozinho, interior do estado de São Paulo. (FENASUCRO, 2010).

BATISTA, Fabiana. **Cosan planeja construir quatro novas usinas.** Mato Grosso do Sul, 23/09/2010. Disponível em <http://www.brasilagro.com.br>. Acesso em 25/09/2010.

BRASILAGRO. **Cosan quer megawatt acima dos R\$ 150 para a bioeletricidade.** São Paulo, 31/08/2010. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br>. Acesso em 02/09/2010.

_____. **Cosan põe em foco a governança.** São Paulo, 26/07/2010. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br>. Acesso em 25/09/2010.

CAMPOS, Cristiane. **As relações de gênero e o MST**, in Setor de Gênero do MST. Construindo novas relações de gênero. São Paulo, 2005.

COSAN. Disponível em: <http://www.cosan.com.br>. Acesso em 12/07/2010.

DELGADO, Guilherme. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**, in: VÁRIOS AUTORES. **Questão agrária no Brasil> perspectiva histórica e configuração atual.** São Paulo: INCRA, 2005.

FENASUCRO. Disponível em: <http://www.fenasucroagrocan.com.br>. Acesso em 20/08/2010.

GLOBO ONLINE. **MST invade centro de pesquisa da Aracruz Celulose.** Rio Grande do Sul, 08/03/2006. Disponível em: <http://www.oglobo.globo.com>. Acesso em 10/09/2010.

GOMES DA SILVA, José. **A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio.** Campinas: ABRA, 1996.

JORNAL VALOR. **Rubens Ometto confirma que deixará presidência da Cosan no fim do mês.** São Paulo, 16/10/2009.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** Ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____., José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____., José de Souza. **O MST da ordem.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 13.07.2008.

_____., José de Souza. **A reforma agrária bifocal.** Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, 24/05/2009.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em 01/08/2010.

NAVARRO, Zander. **Nunca cruzaremos este rio – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil.** Caxambú: ANPOCS, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro, in CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.). *Novos Caminhos da Geografia.* São Paulo, ed. Contexto, 2002.

POMAR, Wladimir. **Agrária, uma questão controvertida,** in: VÁRIOS AUTORES. *Revista Reforma Agrária*, vol. 15, n.º 1. São Paulo: ABRA, 1985.

RECCHIA. **[Jornada Nacional das Mulheres: MST ocupa área da Cosan em Barra Bonita.](http://www.blogdorecchia.com)** Barra Bonita, 10/03/2009. Disponível em: <http://www.blogdorecchia.com>. Acesso em 10/08/2009.

ROSENFELD, Denis Lerrer. **O capitalismo e o MST.** *Jornal O GLOBO.* Rio de Janeiro, 23/06/2008.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Edusp-Hucitec, 1991.



O BAIRRO REFORMA AGRÁRIA E A REPRODUÇÃO DO CAMPESINATO EM JAÚ - SP

Neusa de Fátima Mariano - UFSCar-Sorocaba

neusa@ufscar.br

GT3: “Questão Agrária e Políticas Públicas”

Resumo

O Bairro Reforma Agrária de Jaú (SP) foi formado durante o governo de Carvalho Pinto (1959-1963), a partir da desapropriação de três fazendas, respaldada pela Lei de Revisão Agrária (n. 5.994 de 31/12/1960). Os lotes foram vendidos a famílias de origem rural, sobretudo àquelas que já haviam passado pelas fazendas cafeeiras de Jaú e região, sob o sistema de colonato. Com o avanço do capitalismo no campo brasileiro e o incentivo à produção de cana-de-açúcar com o Proálcool, além das leis trabalhistas no meio rural que configuram o assalariamento e a individualização do trabalho, é notório o enfraquecimento das relações sociais próximas. Neste processo há uma interferência na vida de bairro rural, caracterizada pelo trabalho familiar e ajuda mútua, em que o sitiante detém os meios de produção e a condução do seu próprio tempo. Muitas vezes a saída para a manutenção da família era a venda ou o arrendamento de suas terras para os usineiros, o assalariamento e a migração para a cidade. Trataremos de um processo político e econômico que transformou o modo de vida do Bairro Reforma Agrária, e das famílias que ainda permanecem ali na condição de sítiantes. Cabe ressaltar que há outra via, ou seja, pesquisas e incentivos no que diz respeito à produção nos lotes, que podem contribuir para a reprodução e a manutenção da família na sua terra. Um exemplo disso, trabalhado ao longo do texto, refere-se à EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (São Carlos-SP), especializada no trato do gado, que vinha desenvolvendo junto à família Velasco, o Projeto Balde Cheio. Neste contexto, questionamentos referentes à reprodução do campesinato se fazem pertinentes uma vez que é aqui entendido como classe social no interior do capitalismo em suas contradições.

Possui bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestrado e Doutorado em Geografia Humana pela mesma Universidade. Foi professora substituta no curso de Geografia da Unesp-Ourinhos (2008). desde 2009 é professora da UFSCar-Sorocaba, no curso de Licenciatura em Geografia, onde trabalha com temas relacionados à Geografia Agrária e à Geografia Cultural.

Introdução

O Bairro Revisão Agrária – nome oficial – foi instituído a partir da desapropriação de três fazendas, e localiza-se nos municípios paulistas de Jaú e Bocaina. A sua origem remete-se ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1962) que visava, dentre as suas metas, trabalhar para diminuir os conflitos agrários no estado de São Paulo. A partir de então, com a instalação das famílias nos lotes, o Bairro Revisão Agrária passou a ser conhecido como Bairro Reforma Agrária pela população local. Tal fato deve-se à possibilidade de o homem do campo se apropriar, mesmo que por meio de compra, de um lote, dele fazer seu sítio e, com seu trabalho, reproduzir seu modo de vida familiar no meio rural.

Apresentaremos uma discussão mais teórica relativa ao campesinato como classe social para, posteriormente, abordarmos o processo de criação do Bairro Reforma Agrária. As dificuldades de sua manutenção na condição de bairro rural são colocadas a partir de fatores políticos, sociais e econômicos. As famílias contempladas foram, aos poucos, se desligando de seus sítios e se instalando na cidade. É visível, no momento atual, a partir das famílias que no Bairro permaneceram, uma forte ligação com o mercado, forte contato com a cidade e seus atrativos, sobretudo, para as novas gerações.

Finalmente, atentaremos para uma família, em específico, - a família Velasco – que se encontra no Bairro desde a sua implantação, com o objetivo de investigar a reprodução do campesinato, diante das adversidades impostas pelo capital.

Os relatos presentes no texto foram colhidos em forma de entrevistas, em 1999 durante trabalho de campo para a elaboração da dissertação de mestrado, como também em setembro de 2001, quando em conjunto com a Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi (DG/USP). Cabe observar que as informações referentes à produção do sítio Bela Vista, da família Velasco, e ao Projeto Balde Cheio, da EMBRAPA, foram obtidas durante trabalho de campo realizado em 2008, como parte das atividades da Disciplina Geografia Agrícola, ministrada no curso de Geografia da UNESP-Ourinhos.

O campesinato

Com base em autores como Oliveira (1995) e Martins (1995), e em breves palavras, apresentamos a concepção de campesinato que nos levará à reflexão acerca do Bairro Reforma Agrária e a reprodução do seu modo de vida na condição de sitiantes.

Para Oliveira (1995), o campesinato encontra-se no interior do sistema capitalista, e deste é parte integrante, ou seja, não é um sistema alienado do capitalismo. O campesinato contribui, neste sentido, para a produção e a reprodução de capital. No entanto, as relações pelas quais tal produção acontece é que se distingue dos moldes tipicamente capitalistas, como, por exemplo, o assalariamento, que pressupõe a produção de mais-valia. No sistema de assalariamento, o trabalhador não é detentor dos meios de produção, nem tem poder sobre o próprio tempo, pois ele é, por meio do processo produtivo, subordinado ao capital.

Um dos meios de produção, mantido pela classe de proprietários de terra, é a própria terra. Esta, não sendo produzida, é um bem natural, portanto, não tem valor (que surge com o processo de produção), mas sobre ela é colocado um preço, regulado pela renda da terra. Assim, contabiliza-se a capacidade de produção sobre ela, a sua potencialidade produtiva. (MARTINS, 1995).

Ao entendermos o campesinato como classe social, estamos afirmando o movimento contraditório no interior do capitalismo, uma vez que ao reproduzir capital, o sistema capitalista permite que as relações de trabalho, neste processo, não sejam somente a assalariada. Para Martins (1996: 19-20): “[...] o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.”

Assim, temos no campesinato: relações que se dão a partir do trabalho familiar, ou seja, do trabalho coletivo; a detenção dos meios de produção (terra e ferramentas de trabalho), como já mencionado; a autonomia no tempo e no espaço de trabalho (trabalha-se quando, e cultiva-se o que quiser). Entretanto, entende-se que o camponês está sujeitado ao capital.

Para manter a reprodução da sua condição como classe social faz-se necessário considerar o mercado, afinal, como já tratado, o campesinato encontra-se no interior do sistema capitalista, portanto, subordinado a ele. Neste sentido, segundo Bombardi (2003), quando o camponês comercializa seus produtos a preço muito abaixo do mercado, apenas para reverter sua produção em dinheiro para que possa produzir mais, ele transfere parte de sua renda para a sociedade. Os camponeses, não sendo capitalistas, não estão preocupados

com a renda da terra ou com o lucro a partir da fórmula $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro), mas sim da $M - D - M'$ (mercadoria – dinheiro – mercadoria), ou seja, produz alimentos para o mercado, e com o dinheiro que medeia essa relação de venda e compra, o camponês reverte em mais mercadoria (alimento).

Apesar da evidência da ligação do campesinato com o mercado desde há muito tempo, sendo o primeiro subordinado ao segundo, as suas relações se dão em outras dimensões, pois não visa acumulação de capital, e sim o suficiente para a sua manutenção, prevalecendo relações profundas de sociabilidade e solidariedade. Bombardi (2003) fala-nos de uma ordem moral no interior do campesinato, em que a lógica de reprodução da vida segue de forma diferente da economia de mercado:

A ordem moral está associada a uma sociedade em que os indivíduos não são concebidos separadamente, em que fazem parte de um todo e, este, igualmente, também não é concebido como a soma de cada indivíduo, mas, ao contrário, pela relação que se estabelece entre todos os membros que o formam.

Nesta visão de mundo, expressa na ordem moral, não cabe uma concepção "atomizada" de sociedade, ou seja, todos os indivíduos de uma comunidade são co-responsáveis uns pelos outros. (BOMBARDI, 2003: 112).

Cabe observar, portanto, que, embora o campesinato esteja subordinado economicamente ao capital e sujeito às inovações tecnológicas, as relações sociais encontram espaço para se manterem em outra ordem, na ordem moral, em que a solidariedade e o compadrio, entre outras formas, estão sempre presentes.

Klaas Woortmann (1990) é bastante elucidativo quanto à questão da ordem moral, em seu artigo publicado no *Anuário Antropológico/87*, intitulado “Com parente não se neguceia”.

O autor defende a importância do termo “campesinidade” para mostrar que, contraditoriamente, o sitiante pode ser encontrado em situações nas quais se revelam relações tipicamente capitalistas. No entanto, elementos de uma certa campesinidade podem ser mantidos, não negando-lhe, portanto, a condição de camponês.

O fato de um camponês se assalariar ou assalariar alguém não faz dele um pequeno capitalista, visto que tal atitude pode ser condição para a manutenção de seu sítio e, portanto, da sua reprodução como camponês. Este “assalariar” alguém não se encontra no mesmo patamar que um assalariamento de trabalhadores rurais pela grande usina, que de sua mais valia e do sobre trabalho, mantém a sua condição de empresa capitalista.

O mesmo se dá com o produto a ser cultivado. Se a escolha é por algo em alta no mercado, fica evidente a subordinação do camponês a esta economia. No entanto, as

relações de produção, e a ordem moral são mantidas típicas do mundo rural, que envolvem certas etiquetas sociais.

Terra, trabalho e família, segundo Woortmann (1990) são categorias nucleantes e indissociáveis no meio camponês:

Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família. Por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia. Pode-se opor esse tipo de sociedade às sociedades modernas, individualizadas e voltadas para o mercado; em outras palavras, pode-se opor uma ordem moral a uma ordem econômica. (WOORTMANN, 1990: 23).

E acrescenta dizendo que na sociedade moderna, tais categorias existem, mas não estão estreitamente ligadas umas às outras, prevalecendo um modelo individual.

Busca-se defender, nesta pequena apresentação, uma forma de resistência do campesinato, a partir do sítio da família Velasco que, embora esteja subordinada à economia de mercado, mantém um alto grau de campesinidade, justificada pela ordem moral.

A Lei de Revisão Agrária e sua implantação em Jaú

Na década de 1950, os conflitos sociais no campo estavam sendo frequentes, (como as Ligas Camponesas, por exemplo), frutos da concentração fundiária e da exploração do trabalhador no campo. Diante deste problema agrário no Brasil, no estado de São Paulo, durante o Governo Carvalho Pinto (1959-1962), foi regulamentada a Lei de Revisão Agrária n. 5.994 de 31/12/1960, pelo decreto n. 33.328 de 14/04/1961. O plano, em nível estadual, foi criado com o intuito de ocupar o meio agrário, oferecendo oportunidades ao homem do campo, de desenvolver uma atividade agrícola com base no trabalho familiar, além de subsidiar o desenvolvimento da indústria nacional (BOMBARDI, 2004). A Revisão Agrária foi aplicada em quatro municípios do Estado de São Paulo: Jaú, Marília, Campinas e Meridiano, sendo que em Itapeva ela foi apenas planejada e não chegou a ser realizada.

A Revisão Agrária foi, na verdade, um instrumento utilizado pelo governo para neutralizar os ânimos revolucionários dos sem terra no estado de São Paulo, mas sob a aparência de uma atuação voltada para os problemas sociais. A Lei de Revisão Agrária tinha objetivos econômicos e políticos, visto o caráter desenvolvimentista e nacionalista do Governo Carvalho Pinto, conforme demonstra Bombardi (2004: 84):

Dessa forma, a proposta de Lei era intitulada “Revisão Agrária” que, como o nome indica, significava rever, não significava transformar. Era justamente uma proposta para evitar a transformação da sociedade por meio de uma revolução. Ela tinha dois objetivos básicos e relacionados: o de promover o desenvolvimento através da reforma agrária e o de evitar que uma revolução tomasse conta do Brasil.

Visando a superação do subdesenvolvimento do país e não uma transformação social, convinha que a Lei recebesse o nome de Revisão Agrária e não Reforma Agrária, embora os bairros rurais que se constituíram a partir do Plano, sejam sempre uma referência a uma reforma agrária, ou seja, são mais conhecidos como Bairro Reforma Agrária, como no caso de Jaú.

O então Presidente da Casa de Agricultura deste município, em entrevista realizada em 2001, esclarece-nos que houve a desapropriação de três fazendas: Farinheira, São João e Pouso Alegre.

Porque ali é o seguinte: é divisa de município entre Jaú e Bocaina. Então tem um córrego que é o córrego da Prata, que esse córrego é divisa de município. Então uma parte da propriedade original estava do outro lado do córrego, que é o município de Bocaina e uma outra parte, o município de Jaú. Então o assentamento ficou dividido entre Jaú e Bocaina.

Era uma área particular, se não me engano era do grupo Chamas, que era um grupo de empresários na época que, eu não sei porque motivo, tinha uma dívida com o Estado; então eles saldaram essa dívida entregando a propriedade que eles tinham. E essa propriedade então que o Estado recebeu é que foi objeto desse trabalho de reforma agrária. Então foi dividido em 103 lotes.

Os lotes foram vendidos a uma população preferencialmente de origem rural, a qual tinha que passar por uma seleção e classificação. Somente poderia ser comprador aquele que não tivesse imóvel em seu nome, no do cônjuge ou do filho menor; não poderia também exercer cargo público, assim como seu cônjuge. As preferências eram pelo seguinte perfil: estar há mais de cinco anos exercendo atividade agrícola, seja como arrendatário, parceiro ou assalariado; ser associado a cooperativas agropecuárias; ser agrônomo ou veterinário; ser técnico rural diplomado em qualquer grau; ter prática em trabalho agrícola ou de criação. Havia também preferência pelos nacionais que tinham participado da última conflagração mundial, brasileiros natos ou naturalizados, moradores no município há mais de cinco anos e famílias numerosas.

A classificação era de responsabilidade do Departamento de Imigração e Colonização que a repassava para a Assessoria de Revisão Agrária sendo, então, submetida à aprovação da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo.

O pagamento poderia ser à vista ou em até, no máximo, quinze prestações anuais, sendo que a família contemplada teria que fixar moradia no lote por, no mínimo cinco

anos, para depois poder vender, trocar ou transferir a área. Em Jaú, como as escrituras ficaram prontas antes desses quinze anos, conforme relato do Sr. Sebastião Velasco, os sitiantes tiveram que saldar suas dívidas antes de findar o prazo estipulado no momento da compra, o que obrigou muitos a recorrer aos financiamentos bancários.

Para a aquisição dos lotes maiores no Bairro Reforma Agrária de Jaú, levava-se em consideração o número de membros da família, ou seja, em conformidade com a força de trabalho necessária para o cultivo no sítio.

Constava na legislação que a Revisão Agrária consistiria na desapropriação de fazendas para lotear em pequenos sítios, subsidiada pelo Imposto Territorial Rural, pago pelos grandes proprietários e fazendeiros. Desta forma, na entrega dos lotes estava prevista a limpa do terreno, a construção de casas, barracões, pocilgas e poços, entre outras infraestruturas. No momento da implantação da chamada Reforma Agrária em Jaú, a situação política não estava favorável ao governo Carvalho Pinto, sendo sua ação questionada pela elite e pela classe política, uma vez que a ela se apresentava como uma medida com traços socialistas.

No entanto, nada tinha de socialista, pois consta na Lei de Revisão Agrária, justamente, a reafirmação da propriedade privada, a aquisição de terras pela compra, havendo preferência pelas áreas públicas¹ para a realização do plano. A reação à Lei resultou na transferência da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR) para os municípios, reduzindo os recursos destinados à sua aplicação. (BOMBARDI, 2004). Por isso, houve um atraso de três anos para a ocupação dos lotes no Bairro Reforma Agrária de Jaú, sem qualquer benfeitoria de infraestrutura.

1 “Lei n. 5994 – de 30 de dezembro de 1960

Estabelece normas de estímulo à exploração racional e econômica da propriedade rural e dá outras providências.

Art. 1o. O Estado incentivará a exploração racional e econômica do solo e facilitará a aquisição da pequena propriedade rural, nos termos desta lei.

Parágrafo único. Para os fins desta lei considera-se pequena propriedade rural aquela que, possuindo área mínima necessária para possibilitar a sua exploração econômica, não exceda os limites máximos fixados nos planos de loteamento para as diversas regiões do Estado, considerando ainda sua localização, objetivo econômico e social e as condições econômicas do proprietário.

Art. 2o. Para a efetivação do disposto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a:

I- promover mediante loteamento, o aproveitamento de terras do Estado que se prestem à exploração agrícola ou pecuária e não estejam sendo utilizadas ou incluídas em planos de utilização para reflorestamento, proteção da fauna e da flora ou em atividades de pesquisa ou fomento;

II- desapropriar, para fins de loteamento ou reagrupamento, terras inaproveitadas, de preferência localizadas em regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, e que preencham os requisitos do inciso anterior;

III- adquirir, mediante compra ou doação, terras cuja situação e características justifiquem o seu aproveitamento para os fins desta lei...” (Legislação do Estado de São Paulo, Lei 5994/60).

As famílias, no início, ficavam nas casas das fazendas desapropriadas, chegando a morar cerca de oito famílias na casa da sede da Fazenda São João, segundo o Sr. Manoel Avante, morador do Bairro. Havia quem fizesse barracos e ali morava em situação extremamente precária, até conseguir limpar o terreno e começar a produzir. Não havia água, nem luz, além do mato grande que tomava conta de toda a área, conforme relatos do Sr. Anselmo Velasco e do Sr. Luiz Rogatto, respectivamente:

Não deram nenhuma ajuda, nenhum incentivo para você. Um adubo, um insumo, um preparo de solo, uma coisa. Porque se falar que pegou uma agulha do governo... Foi na raça mesmo, porque se você não tem como investir, você não tem como produzir. Para você ter uma noção, hoje está produzindo duzentas sacas [de milho] por alqueire, na época dele [referindo-se ao pai, o Sr. Sebastião Velasco] que começou, eram trinta sacas. Então o que acontece? Não tinha recurso para fazer aquela planta produzir.

Depois que eu peguei o sítio lá, primeiro de tudo ficamos quatro anos só no mataréu; não tinha luz, não tinha água, não tinha nada. Depois que o governo fez lá a reforma agrária, aí então ele deu um sítio para nós e nós ficamos trabalhando lá, depois nós ficamos numa casa lá da fazenda, que ele deu para nós trabalharmos e ficamos lá vinte e cinco anos, da reforma agrária. Bom, não levamos vinte e cinco anos para pagar porque depois nós arrumamos dinheiro e nós pagamos um pouco antes. E fazia plantar mamona, milho, feijão, arroz, algodão, tudo isso, criava, animal... Tinha sete alqueires e meio.

O projeto inicial do Bairro Reforma Agrária, embora implantado de forma precária, fornecia ingredientes para a formação de um bairro rural, reunindo pequenos sítiantes com base no trabalho familiar. Segundo Queiroz (1967), os bairros rurais são formados por sítios próximos uns dos outros onde permanece o sentimento de localidade num determinado espaço geográfico e social. A vida se dá diante de uma economia fechada (bairro rural tradicional), podendo haver a necessidade, para manter a sua reprodução, de inverter, ou seja, produzir para o mercado e secundariamente para a subsistência (bairro rural moderno). Porém há outros elementos que definem um bairro rural, além da economia: o mutirão ou a solidariedade vicinal, sólidos laços de vizinhança e parentesco, a sociabilidade no âmbito cultural, religioso e civil.

Conforme o Sr. Luiz Rogatto, a partir do momento em que todos conseguiram se organizar, a pequena produção dependia, entre outros aspectos de ordem técnica, de um trabalho conjunto, como o mutirão, no período de colheita. Neste sentido, é pertinente tocar à solidariedade, em que todas as famílias do bairro rural que se constituiu com a Lei de Revisão Agrária, participavam. Podemos, portanto, falar de uma ordem moral presente no processo de formação deste campesinato.

Cabe observar também a necessidade de uma centralidade no Bairro, que viria com a instalação de uma capela. O terreno para a sua construção, conforme relatos, foi doado pelo Sr. Luiz Rogatto – uma parte de seu lote - em homenagem à Nossa Senhora da Conceição. E a partir desta centralidade, a sociabilidade se firmava através de festas, com muita bebida, comida, jogos, música e dança (sejam religiosas, sejam profanas). Fora da centralidade, a sociabilidade se dava no momento do trabalho: mutirão ou ajuda mútua nos cultivos de alimentos variados, fortalecendo os laços de vizinhança e parentesco, e mantendo, portanto, as categorias entrelaçadas de que fala Woortmann (1990): terra, trabalho e família.

A paisagem canavieira – o começo do fim

Diante das dificuldades financeiras para se manter na terra, alguns camponeses do Bairro, ao terminarem o prazo mínimo de permanência no lote, que era de cinco anos, conforme rezava a Lei, arrendaram ou venderam suas terras para as usinas canavieiras; foram morar na cidade. Os juros dos empréstimos bancários estavam altos, ficando cada vez mais difícil saldar a dívida.

Conforme depoimento do Sr. Luiz Rogatto², seus filhos não estavam mais interessados em cuidar da terra, pois nem sempre “*tinha salário para eles*”. Preferiam a cidade também por conta dos estudos. A ausência dos filhos trazia dificuldades para o trato do sítio. Conta ele que a dificuldade se dava em função dos empréstimos feitos em bancos para a compra de sementes:

Depois a plantação também foi falhando. Não dava mais nada e aí eu decidi fazer um empréstimo no banco e quase que eu me atrapalhei, e quase que eu não pôde nem pagar o banco mais. E se eu não pagasse o banco, eu ia perder o sítio. E perdia mesmo! Hipotecava. E eu então arrendei o sítio antes de acontecer, eu arrendei o sítio e peguei o dinheiro da renda e já paguei o banco. A primeira coisa que eu fiquei livre já foi do banco. Só que eu não estava mais mexendo com a minha terra, já era de outro porque eu arrendei. Aí viemos embora para Jaú [cidade].

O Sr. Luiz Rogatto vendeu o seu sítio e se fixou na cidade com sua família. E assim como ele, muitos outros sitiantes procederam, permanecendo no local apenas oito famílias das cento e três contempladas no processo de seleção de aquisição de lotes. A maior parte das terras foi arrendada ou vendida servindo aos interesses dos usineiros da região, devido à política agrária e agrícola, nacional e estadual, voltada para a produção do álcool.

² Entrevista realizada em 23/10/1999.

O Proálcool, implantado em 1976, ganhou forças na década de 1980, provocando uma grande mudança econômica no país, que atingiu também a região de terra roxa, antes ocupada pelo café, de Jaú. A paisagem que outrora se fazia pelos cafezais, passou a ser domínio da cana.

Atualmente há um grande número de usinas na região de Jaú. Na década de 1990, o município registrou 650 Unidades de Produção Agrícola³ voltadas para a cana, ocupando 42.815,3 ha da área total.

Tem muitas usinas aqui na região. Só na Regional de Jaú que é a região aqui de Jaú, tem a Usina da Barra, que é a maior, que é em Barra Bonita, tem a Usina Barra Grande, que é em Lençóis Paulista, município vizinho aqui; tem a Usina São José, em Macatuba. Essas duas são do mesmo grupo, o Grupo Zilo Lorenzetti. Tem a Usina Diamante que é em Jaú, tem a Usina Central Paulista, que é do Grupo Atalla que é em Jaú, tem a Destilaria Rizzo, que é em Jaú também, tem o Coleta, que é em Bariri. Tem a Paraíso em Brotas, tem a Sete Lagoas em Mineiros, tem a Santa Adelaide em Dois Córregos, tem a Santa Cândida em Bocaina, acho que são essas, tem várias. Então tem muitas na região, porque o forte da região é a cana. (Presidente da Casa de Agricultura de Jaú, 2001).

Predomina hoje, no Bairro, uma paisagem canavieira de sustento às usinas da região, com pequenas “manchas” de sítiantes remanescentes da Revisão Agrária, produtores de alimentos agrícolas diversificados. Conforme Bombardi (2007: 108):

De fato, a cultura da cana foi cercando os sítios o que traduz a imagem de um “cerco”. Os fazendeiros, ano após ano, oferecem somas de dinheiro em troca da terra camponesa. Esta grande expansão do plantio da cana-de-açúcar em toda a região tem pautado o preço da terra, os camponeses têm sido “tentados” para que vendam suas terras de modo a serem incorporadas às vastas áreas de cana.

A Revisão Agrária foi uma oportunidade para o ex-colono do café tornar-se proprietário de terras, em que as famílias se inscreviam e, selecionadas, podiam começar a pagar a preços baixos, o seu sítio ao Estado. Aconteceu que muitos desses sítiantes não conseguiram arcar com os gastos exigidos para a exploração da terra, pois não havia financiamentos dos meios de produção e, por isso, venderam o seu sonho e foram morar na cidade.

³ “Uma Unidade de Produção Agrícola – UPA caracteriza-se, a partir das seguintes possibilidades: a) Propriedade rural, entendida como a área contínua registrada em cartório como unidade de propriedade; b) Imóvel rural, entendido como o conjunto de propriedades contíguas do(s) mesmo(s) proprietário(s); c) Estabelecimento agropecuário, entendido como ‘todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processe uma exploração agropecuária’; d) Agricultor ou produtor rural, entendido como o responsável (proprietário ou não) por um ou mais estabelecimentos rurais”. Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária de 1995-1996. SAA/Instituto de Economia Agrícola - IEA/Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Seade.

A modernização dos meios de produção chegou ao campo e trouxe com ela a garantia de reprodução cada vez maior de capital, com a instalação de indústrias, usinas e serviços que estes setores envolvem. O modo de vida das famílias que viviam da terra modificou-se tendo que se submeter às imposições do mundo da mercadoria, embora ainda guarde consigo o que Woortmann (1990) chamou de campesinidade.

O Sítio Bela Vista

Oriundo do processo de Revisão Agrária do Governo Carvalho Pinto, o sítio Bela Vista é mantido com base em trabalho familiar, em que a terra está em profunda ligação com a reprodução da vida. Neste sentido, a Família Velasco (proprietária do sítio) segue na contra-corrente do processo de concentração fundiária e territorialização da produção canavieira em Jaú.

Sendo uma das poucas famílias que restaram desde o início da implantação do Bairro, a família Velasco viu-se, inúmeras vezes, frente a propostas de venda de sua propriedade pelos usineiros da região. No entanto, apesar das dificuldades, mantém-se como uma unidade de produção sitiante, ou se preferir, camponesa.

No início da formação do sítio, o casal Velasco, juntamente com seus filhos ainda crianças e adolescentes, produziam apenas o milho e o arroz, mantendo os animais de criação, inclusive gado leiteiro, para sustento próprio.

Atualmente, já na faixa dos oitenta anos de idade, o Sr. Sebastião Velasco conta com o filho mais velho para “tocar” o sítio com a criação de gado leiteiro e de corte, com a produção de queijo para os hotéis da cidade e redes de supermercado. Também criam suínos para abate, alimentados com o milho plantado na propriedade. Um hectare do sítio é reservado para o plantio de cana para a produção de suplemento de alimento para o gado durante o período seco.

Um grande diferencial se coloca para o sítio Bela Vista porque apresenta-se como resistência à cana, fato este que chamou a atenção de pesquisadores da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – do município de São Carlos, especializada no trato do gado, que vinham desenvolvendo o Projeto Balde Cheio.

A família Velasco aceitou a proposta da EMBRAPA Pecuária Sudeste em fazer uma experiência na sua produção e, uma vez que os resultados fossem positivos, conforme comum acordo, as técnicas deveriam ser difundidas entre demais sítiantes e estudantes da região. No início da implantação do projeto, era dever dos sítiantes elaborar um relatório

com os índices pluviométricos, temperaturas, características da produção como o controle da medição do leite, etc.

O projeto consiste em um sistema rotacionado de pasto, contendo 28 piquetes de cerca de 236m², com capim mombaça. Desta forma, o gado pasta em um piquete por dia e, ao retornar ao primeiro piquete, após 28 dias, o capim já estaria em condições de ser consumido novamente. O Sr. Velasco possui vinte vacas leiteiras, tendo, a partir do projeto, a produção de leite aumentado (12 a 17 litros por dia) e, conseqüentemente, a de queijo também, feito pelas mulheres da família e vendidos nos hotéis da cidade.

Para o gado de corte foram construídos nove piquetes, sendo que o manejo ocorre a cada três dias. Assim, a família mantém vinte e cinco cabeças de gado de corte. Cabe observar que, para que não ocorra a fuga ou a entrada de outros animais no pasto, todos os piquetes são delimitados com cerca elétrica.

Diante do sucesso do Projeto Balde Cheio, implantado pela EMBRAPA Pecuária Sudeste, a família Velasco consegue acumular algum capital⁴ para investir no próprio sítio e garantir um futuro promissor para seus filhos. Estes, no entanto, são uma interrogação ainda quanto à permanência na terra, uma vez que têm como objetivos os estudos e uma carreira profissional na cidade – algo semelhante ao ocorrido com a família do Sr. Luiz Rogatto. No entanto, neste momento, as condições são diferentes, pois não se trata de perda da terra por dívida, mas de uma não reprodução do campesinato (ou da campesinidade) por falta da família, um dos elos da sua estrutura nucleante.

Vale ressaltar que, mesmo o Bairro Reforma Agrária contendo poucos sitiantes (quase ninguém da época da implantação do mesmo), a forma de solidariedade e compartilhamento do saber fazer – das técnicas – são difundidas. Não se trata somente de um acordo com a EMBRAPA, mas de uma ordem moral camponesa que está pautada na solidariedade vicinal.

O Projeto da EMBRAPA pode ser considerado como um elemento externo ao modo de vida camponês, que apenas tinha o interesse no experimento. Mas esta “interferência” contribuiu para o aumento da produção, portanto, em função do mercado. Esta subordinação da produção familiar ao mercado, contribui, de forma contraditória, para a sua manutenção, na estrutura: terra, família e trabalho, fortalecendo a sua condição de camponês.

⁴ O que chamamos aqui de “acumular algum capital” não pode ser colocado no mesmo patamar que a acumulação de capital do usineiro. Estamos nos referindo a uma garantia, uma provisão, para o conforto e a reprodução da família.

Algumas Considerações

Ao pensarmos o campesinato como classe social no interior do sistema capitalista, entendemos que ele se encontra subordinado à economia de mercado. Portanto, para que haja a sua manutenção, relações comerciais são estabelecidas, contribuindo para a circulação do dinheiro e a concretização do lucro.

No caso do campesinato, como a produção se dá a partir da relação de trabalho familiar, não há uma sustentação no sistema de salários, e, por conseguinte, a exploração do trabalhador. Entretanto, em algumas situações o assalariamento se faz pertinente, seja o camponês contratando mão de obra temporária ou sendo contratado. Tal fato ocorre para a manutenção da sua condição como camponês, ou seja, para manter o seu sítio, vende sua força de trabalho ou a compra.

No caso do Sítio Bela Vista, de propriedade da família Velasco, apesar das adversidades, a manutenção do campesinato se faz evidente. Pode-se dizer que a referida família mantém o sítio sem ingenuidade ou ignorância econômica. Vale dizer que ela está atenta ao mercado e à qualidade de sua mercadoria, no caso, o queijo e as carnes bovina e suína.

Tal fato, no entanto, não lhe tira as demais relações e valores morais que participam da ordem camponesa. O trabalho familiar não exclui a visão econômica, no entanto, esta não está atrelada a uma grande empresa, que visa o lucro em primeiro lugar. O rendimento do Sítio Bela Vista vem garantir o conforto dos filhos, considerando principalmente os estudos.

Porém este objetivo leva à nova geração a descoberta de um mundo diferente, cabendo a ela optar pelo campo ou pela cidade. Tal fato faz do futuro do Sítio Bela Vista, uma grande incógnita: será mantida a unidade camponesa?

A outra relação que se estabelece afirmando a condição camponesa da família está na existência da ordem moral, da solidariedade vicinal. A vida ainda se dá no plano do coletivo, embora haja poucas unidades sitiantes no Bairro Reforma Agrária atualmente. Mas pode-se dizer que há uma centralidade que continua sendo a igreja Nossa Senhora da Conceição, e a vida em comunidade com os sítios que existem na localidade.

As relações de confiança também se estabelecem fora do meio rural, fato fundamental para que haja um mercado fértil para o queijo, distribuído em hotéis da cidade

e redes de supermercados. Estamos falando de relações próximas, em que a palavra tem valor, em que uma dívida não precisa ser registrada para que haja a garantia de seu pagamento.

A ordem moral é aqui evidente, sendo que a estrutura nucleante “terra, família e trabalho”. O compartilhar é inerente à vida camponesa.

Referências bibliográficas

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 107-117, 2003.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004. 396 p.

BOMBARDI, Larissa Mies. Reforma agrária e campesinato: luta de classes e territorialização camponesa em São Paulo. **Reforma Agrária**. São Paulo, v. 34, p. 91-118, 2007.

DECRETO N. 33.328 de 14/05/1961. Regulamenta a Lei n 5.994 de 30/12/1960.

LEI N. 5.994 de 30/12/1960. Lei de Revisão Agrária.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 230 p.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. 157 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995. 88 p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Bairros Rurais Paulistas. Estudo Sociológico. **Separata da Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 17, p. 63-209, 1967.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília/Rio de Janeiro, p. 11-73, 1990.



A DIALÉTICA DAS SOCIEDADES MODERNAS E TRADICIONAIS COM A NATUREZA

Prof. Msc. Robson Munhoz de Oliveira, Fac. de Ciências e Tecnologia da UNESP
geounesp@hotmail.com
CAPES/PROEX
Ruralidades e Meio Ambiente

Prof. Dra Rosângela Ap. de M. Hespanhol, Fac. de Ciências e Tecnologia da UNESP
medeirosheapanhol@yahoo.com.br
CAPES/PROEX
Ruralidades e Meio Ambiente

Resumo

Com o processo de modernização da agricultura, de modo particular, e do território nacional de maneira geral, os povos tradicionais do cerrado com seu saber, entendido por aqueles que possuem continuidade histórica e cultural, foram sendo paulatinamente desterritorializados pelas grandes corporações multinacionais ligadas à agricultura empresarial, que usaram como arma o meio técnico-científico-informacional, revestido de um manto de progresso e desenvolvimento. Neste contexto, o modo tradicional de trabalhar com a terra foi sendo colocado como antiquado e, portanto, teve que ceder lugar aos “modernos” meios técnicos, passíveis de serem usados em larga região do planeta, ignorando as complexidades inerentes aos múltiplos ecossistemas e modos de vida tradicionais. A despeito desse processo, propondo contribuir para desvendar a trama social inerente à tecnificação do Cerrado e superar os problemas socioambientais dela decorrente, o presente artigo busca mostrar que as táticas de reprodução social, econômica e cultural adotadas a partir do potencial natural do Cerrado pode contribuir para manutenção da Natureza a partir de uma concepção que defende que a culturas e saberes tradicionais contribuem para a preservação da biodiversidade dos Cerrados considerando que esses saberes são produtos de uma coevolução harmônica entre os saberes das sociedades e seus territórios naturais/cultural.

Introdução

O agronegócio nas áreas de cerrado ignorou outros sistemas, como os que combinam diferentes táticas de usos do ecossistema como o extrativismo de frutos, raízes, ervas medicinais, lenha etc. e que, não raro, também praticam a agricultura, os chamados agroextrativistas. Nesse processo, mais uma vez, negou-se a legitimidade e historicidade dos territórios forjados pelos Povos Cerradeiros. As terras foram cercadas e os agroextrativistas e outros povos cerradeiros, pouco a pouco, foram privados de plantar, criar animais e coletar, comprometendo, assim, sua identidade cultural como Povos Tradicionais.

No curso da marcha do capital sobre os cerrados, a pluralidade ímpar contida em seus domínios foi, pouco a pouco, sendo subtraída, furtada e colocado em seu lugar, imensos mares de soja ou cana que territorializaram-se deixando para trás o rastro do enaltecido agronegócio brasileiro.

O rebatimento desse processo no território conforma uma Nova Ordem Espacial, materializada na infra-estrutura, que tem como razão fundante, a fluidez do capital para acomodar sua lógica unilateral de reprodução ampliada e inconsequente. Esta racionalidade menospreza o substrato natural necessário para a pluralidade da vida: o solo, a água, as florestas, as savanas e os animais, submetidos e subestimados na sua importância vital para a humanidade que historicamente dependeu desses elementos para sua existência.

Objetivando compreender esse processo, buscaremos realizar uma reflexão acerca da produção da natureza humanizada fundamentada na pluralidade da vida pelos Povos Tradicionais do Cerrado, portadores de um saber popular tradicional no seu embate com os agentes do modo de produção capitalista ligado ao agronegócio fundado numa racionalidade positivista e utilitarista, também produtores de uma segunda natureza, simplificada e pobre. Em ambos os casos está se falando de uma natureza segunda, artificializada, culturalizada, tecnificada ou humanizada.

Neste sentido, faz-se necessário reforçar a crítica que vem sendo feita à uniformidade agropecuária devido à disseminação de algumas poucas variedades de plantas e animais por todo o mundo, levando a dependência de recursos externos à propriedade rural, minando a diversidade dos sistemas biológicos, agropastoris e modos de vida locais, que deveriam ser a base *sine qua non* dos sistemas de produção.

Discutiremos, em síntese, como a primeira natureza estava presente no interstício do território e metamorfoseou-se em segunda natureza ou visto por outro ângulo, como o social esta arraigado no seio da Natureza e modificou seu conteúdo e seu movimento.

Procuraremos mostrar a inseparabilidade da primeira natureza e das práticas sociais, que resulta na produção de uma segunda natureza ou natureza social. Com este primeiro ensaio, buscamos dar uma contribuição na tentativa de desmistificar a concepção de Natureza intocada ainda muito presente no imaginário social, quiçá predominante.

A dialética na produção da Natureza pelas sociedades modernas

Nas últimas quatro décadas, mais de 50% dos dois milhões de km² de cerrado foram convertidos em pastagens plantadas e lavouras anuais. Outrossim, as taxas históricas de desmatamento do Cerrado se mostraram superiores ao da Floresta Amazônica, mas o esforço de conservação deste ecossistema tem sido muito inferior ao da Amazônia.

Neste contexto, com a preocupação de mitigar esse processo, realizou-se a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), assinada no Rio de Janeiro em 1992, que define em seu Art. 2º “diversidade biológica” como a: “[...] *variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.*” (Brasil, 2010)

A despeito dessa definição, é importante dizer, que a biodiversidade ou diversidade biológica não se limita à dimensão pertencente ao mundo biológico, sabido que a Natureza é fluxo de energia e matéria, mais as relações sociais que a perpassam, participando de todas as fases de sua construção, dado que não são sistemas fechados. Desde que o ser humano passou a habitar o espaço planetário, uma das mais fundamentais propriedades inerentes à Natureza são as relações sociais que dá movimento-forma-movimento dialético. A luta dos contrários é o motor da realidade que, por sua vez, dá materialidade ao real.

A Natureza é entendida aqui como uma construção sociocultural por meio do trabalho e outras práticas que buscam suprir múltiplas demandas sociais. Isso porque, é bem verdade que o que existe atualmente em termos de biodiversidade já está fortemente condicionado pelas atividades antrópicas.

Na contemporaneidade, assiste-se à fragmentação das florestas, savanas e campos pelas atividades humanas, sendo que no cerrado, em particular, sobretudo pelo agronegócio, que vem reduzindo a Natureza a um conjunto, não raro, desconexo de redutos, conformando um mosaico, intercalando manchas urbanas e áreas de monocultivo estéreis. Com isso suprime os corredores ecológicos e matas de galeria, assim interferindo na circulação da flora e fauna, gerando impactos negativos muitos significativos no

movimento da Natureza. Esse processo ocorrido no passado avança a passos largos no presente condiciona o *dever* da Natureza. Neste particular torna-se extremamente nefasto para o cerrado que realiza o elo entre os diversos biomas brasileiros.

Além disso, tem-se a poluição genética das plantas nativas pelo pólen de plantas geneticamente modificadas, inclusive pelos organismos transgênicos, podendo causar sua esterilização. Acrescente-se ainda o desequilíbrio nas cadeias tróficas causado, seja pelo aumento ou redução da população de uma dada espécie, além das mudanças climáticas associados à substituição da vegetação natural pela monocultura.

Demais, devemos lembrar que a quase totalidade das plantas utilizadas na agricultura foram hibridizadas, buscando sua melhor performance em determinadas condições ambientais, ou mesmo vê-se as condições ambientais indesejadas sendo aplainadas pelas técnicas com a artificialização do meio para a adaptação de animais e plantas. Tem-se, assim, a manipulação dos sistemas agrícolas com a irrigação, fertilização, construção de estufas, entre outras formas de reprodução da Natureza, muitas vezes atingindo condições ótimas, manipuláveis por sistemas informatizados.

O caso do Estado de Goiás é emblemático para ilustrarmos tal artificialização da Natureza, ou seja, para visualizar o processo de produção da Natureza pelo trabalho social. Santos (2005, p. 69) argumenta referindo-se ao Estado de Goiás que:

[...] Com a redescoberta do cerrado, graças à revolução científica-técnica, criam-se as condições locais para uma agricultura moderna, um consumo diversificado e, paralelamente, uma nova etapa da urbanização, graças, também ao equipamento modernos do país e à construção de Brasília, que podem ser arroladas como as condições gerais do fenômeno.

O Cerrado localizado na região Centro-Oeste brasileiro é a maior savana tropical existente em área contínua em um único país. Entretanto, desde os anos de 1950 passa por um sistemático processo de integração à economia nacional na condição de fronteira agrícola, recebendo fortes correntes migratórias oriundas de todo o país. A partir de então se tornou um grande produtor de grãos para o abastecimento do mercado mundial.

Essa modernização tardia do Centro-Oeste, comparativamente, sobretudo com o Sudeste, caracteriza a nova Ordem Territorial do presente hegemônico daquela região, que procura responder a nova divisão territorial do trabalho, corolário dos dias contemporâneos, a cada hora mais globalizado. Esse processo tem como motor a aceleração contemporânea.

A complementaridade entre o Centro-Oeste e as demais regiões brasileiras decorre e anda *pari passou* com as especializações do território para a agricultura capitalista de

grãos, impondo um redesenho dessa região, ampliando-a com a incorporação de novos espaços ao norte e a nordeste. Podemos falar da criação de um novo “edifício” regional no país, impulsionada pela necessidade de forjar uma nova divisão territorial do trabalho. Com essa empreitada, o capital quer forjar no território nacional sua própria Natureza, com o apoio do Estado neoliberal brasileiro, criando a densidade técnica necessária para viabilizar a fluidez da mercadoria.

“O meio técnico precedente era parcamente presente e a enormidade dos vazios diminui as resistências à inovação, permitindo a chegada brutal da nova tecnosfera e da nova racionalidade econômica.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.104) Isso demonstra que o processo de modernização do território variou não apenas no tempo como no espaço. Por isso, o *hoje* necessita ser compreendido a partir do *ontem*. Santos (2005) escreve que a situação anterior de cada região coloca-se como condicionante desse processo. No Centro-Oeste (assim como na Amazônia) a modernização do território quase não encontrou obstáculos nos legados do período anterior - técnico e técnico-científico. Assim, o Centro-Oeste apresentou-se como receptáculo ao capital que aplainou o território afeiçoando-o as novas demandas da economia moderna, ávida de movimento, articulados à divisão territorial do trabalho no plano nacional e internacional.

O Centro-Oeste

[...] Pôde, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Deste modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. [...] (Santos, 2005, p. 68)

Os avanços dos sistemas de engenharia de transporte, linha de transmissão de energia elétrica, comunicação e armazenagem, possibilitam que novas áreas sejam capturadas pela saga incessante do capital pelo lucro. A expansão da rede de transportes reduz a renda diferencial por localização, o que se aplica perfeitamente as áreas de Cerrado e Amazônica no Brasil, regiões por onde a soja vem espraiando-se e reinando absoluta, tornando a paisagem monótona. Nesse processo, por onde passa, aniquila a sociobiodiversidade e fragmenta as florestas e as savanas, encolhe a vida, convertendo-a em cinzas¹.

Essa superestrutura, à *outrance* que causa fortes impactos ambientais, objetiva primeiramente exportar *commodities*, pois esse é um sistema que exporta, mas não importa, tendo em vista que o modelo *neoplantation* não permite a conformação de um mercado consumidor à montante pela sua baixa empregabilidade, num país com 29% da população padecendo com deficiência alimentar ou fome².

Os governos brasileiros seguem, desde o Regime Militar até o Governo Lula, quiçá Governo Dilma, enaltecendo um modelo monocultor de grão e para lhe dar suporte, constituíram um sistema de engenharia sofisticado, visto o peso da soja no contexto agrícola nacional e no PIB, representando 35,6% da área total plantada em 2006³ o que, evidentemente, é reforçado pela representação política da bancada ruralista no parlamento. Esse modelo, entretanto, permanece fortemente dependente de energia externa à propriedade, dado seu quarto lugar no mundo como consumidor de fertilizantes⁴, que naturalmente torna-se um modelo ecologicamente desequilibrados, confirmado pela posição de destaque (primeiro lugar) em consumo de agrotóxicos no mundo⁵. Estes agrossistemas simplistas, com sua ante-diversidade florística e de espécies de insetos, pássaros, lagartas etc., tornam-se altamente vulneráveis, dependentes da intervenção humana, por meio de insumos químicos para completar seus ciclos.

Outro exemplo dessa relação Sociedade-Natureza predatória nos é dada por Calaça (2010, p. 11) quando este autor enfatiza que:

A incorporação da biotecnologia na agricultura goiana implicou em um processo acelerado de substituição da “biodiversidade biológica”, presente nas diversas fitofisionomias do Cerrado, pela “agrobiodiversidade” produzida com a utilização da biotecnologia na agropecuária e na silvicultura. Ou seja, as lavouras comerciais desenvolvidas pelo agronegócio ou a agricultura de subsistência praticada pela agricultura camponesa, constituem-se em agroecossistemas, com diversidade de plantas e animais, inferior a da biodiversidade biológica. [...]

Distingue-se nesse caso particular o tipo de produto cultivado, a escala da produção e o modo de vida do produtor e, conseqüentemente, as externalidades para o ambiente que está articulado. O processo de simplificação da biodiversidade pelas atividades agrícolas é implantado em diferentes escalas de produção, atingindo grandes produtores empresariais e pequenos produtores. O que os diferenciam são os níveis de incorporação do conhecimento tecnológico que varia desde a utilização de técnicas da agricultura de precisão e produtos resultantes das pesquisas de engenharia genética, até as mais simples técnicas, gerando impactos diferenciados na biodiversidade, culturais e nos saberes das populações tradicionais e, por conseguinte, na produção da Natureza.

Neste caso temos um exemplo em que a produção da Natureza, inclusive pela agricultura de subsistência praticada pela agricultura camponesa e acrescentaríamos, especialmente por agricultores familiares relativamente bem capitalizados e tecnificados, pode chegar ao ponto de causar externalidades significativamente negativa, posto que dependendo do nível de especialização alcançado na produção, pode causar a

homogeneização ou pelos menos uma redução da pluralidade intrínseca à Primeira Natureza. Constatamos aqui o processo de produção da Segunda Natureza. Este processo pode por em marcha uma uniformidade irreparável. Portanto, podemos admitir que o manejo das espécies mesmo por pequenos produtores rurais, pode transitar de um estágio benéfico, no qual a manipulação de espécies contribuía para sua preservação e até ampliação da diversidade biológica, para um estágio maléfico, com a especialização e extinção de espécies nativas e endêmicas. Em outros termos, ocorre a substituição de uma Natureza Primeira-plural por uma Natureza Segunda-singular, porque empobrecida.

Em suma, podemos asseverar que, neste alvorecer de século, com a territorialização do agronegócio e seu modo racional de produzir, fundamentados em novas bases técnicas, a *sociobiunicidade* tornou-se a característica mais notável da Natureza Humanizada. Verifica-se, assim, a perda de *habitat* de inúmeras espécies animais e vegetais, o que reflete sobre as populações que vivem em maior interação com a Natureza e que, gradualmente, são privadas de sua base de recursos. Nesse contexto, tende a cair por terra, os sistemas de uso múltiplo no cerrado.

Do curso natural da Natureza ao curso socialmente condicionado

Segundo Conti; Furlan (2003) um dos problemas dos mapas globais dos biomas nos quais são representados a área originalmente ocupada pela vegetação é que eles mostram uma situação hipotética, indicando uma situação-clímax⁶ da vegetação referenciada nas condições climáticas e de solos, posto que não consideram as relações sociais que ao atravessá-lo, muitas vezes o transforma em fragmentos desconexos, enclaves isolados, verdadeiros oásis no meio do deserto, ermo de diversidade. Deste modo, nos espaços antropizados, o que predomina são formações secundárias, sendo que apenas nas grandes manchas com baixa densidade populacional, existem situações semelhantes as originais, como as trundas, as altas montanhas, as manchas de taiga, os desertos etc. Devemos acrescentar que mesmo nestas regiões que se caracterizam pela baixa densidade demográfica, mas que possui a presença de alguns poucos grupos humanos organizados em moldes tradicionais e/ou tribais, a Primeira Natureza não seguiu seu curso em direção ao clímax, mas origina das sucessões ecológicas em função da manipulação e interação destes grupos com a Natureza por meio do trabalho social, ponto que iremos aprofundar mais adiante.

Mesmo não havendo mais a intervenção humana na Natureza em um determinado espaço já antropizado, por mais amplo que seja este espaço, possivelmente ela não

conseguiria retomar seu curso natural – o clímax original - considerando o atual estágio de alterações dos solos, topografia, hidrografia e clima provocados pelo trabalho social. Ademais, devemos considerar que o curso da natureza já foi reorientado ao longo da história social irreversivelmente.

De tal modo, podemos afirmar que a Natureza está humanizada na sua essência, aceito que o trabalho humano é indutor dos processos sucessionais, portanto, condicionaram e condicionam seu *vir-a-ser*, assim impedindo que ela alcance seu clímax. A dinâmica dos acontecimentos no âmbito biológico depende em parte do mesmo processo no âmbito social que o atravessa. Desde que o ser humano passou a ocupar todos os rincões do Planeta, ele deixou esse legado para seu *habitat*, mudou definitivamente o curso da história ecológica. É como se fosse impossível apagar as pegadas humanas de sobre a face da Terra. Em virtude do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas e as marcas impressas no Planeta pelos humanos, o curso da Natureza guiou-se por rumos diversos daquele que vinha seguindo.

Destarte, podemos dizer com Conti; Furlan (2003, p. 126) que “A vida prepara o meio e este seleciona o que vai viver. [...]”, porém, os autores lembram que isso ocorre intermediado pela vida em sociedade.

Nos dizeres de Santos (1988, p. 23):

[...] Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social.

Conforme Gellner (1999) *apud* Santos (1988), a Natureza vai recuando e deixando de ser parte do meio ambiente. Os limites entre o natural, o técnico e social tornaram-se tênues e a cada dia se confundem mais. O avanço no campo da biotecnologia torna-se um exemplo ilustrativo. Neste particular a fronteira entre as espécies já foi rompida.

Toda esta transformação leva Milton Santos (2000, p. 18) a colocar que a Natureza acabou, “[...] dizer que a Natureza acabou é uma forma de provocar uma discussão mais acesa.” Em verdade ele quis dizer que a Natureza constitui-se na atualidade um valor, pois “[...] ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas no processo histórico, ela é social. [...]”

Henrique (2003, p. 257) destaca que:

Torna-se impossível ao homem comum definir os limites entre as obras da Natureza e a dos homens, entre onde finda o natural e onde se inicia o técnico/social. Descobrir o grau de naturalidade de um objeto requer a compreensão de sua história e não apenas a observação de sua aparência, isto porque todas as sociedades por mais simples que seja seu modo de vida –

comparado com as civilizações ocidentais – possuem formas de engenharia para o domínio da Natureza.

Assim, com as possibilidades abertas pelas novas técnicas, que torna a Primeira Natureza um potencial “recurso social”, ela, a Natureza bruta, selvagem, deixa de existir com tal. “Recurso social” (ao invés de “natural”) porque, como nos ensina Santos (2000), se tornou recurso, é porque é passível de apropriação para uso da sociedade. Se são naturais, não são recursos, pois para serem recursos tem que ser social.

Por seu turno, a Convenção sobre Diversidade Biológica entende que: “Recursos biológicos compreendem recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações, ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas, de real ou potencial utilidade ou valor para a humanidade.” e “Recurso genético significa material genético de valor real ou potencial.” (Brasil, 2010)

De acordo com Abreu *apud* Almeida (2005, p. 53), o *patrimônio genético* refere-se “aos bens materiais e imateriais, cujo valor reside fundamentalmente na possibilidade e na necessidade de seu uso coletivo, garantindo o mais amplo possível acesso da população a eles, posto que constituem recursos essenciais para a garantia da vida digna da população humana, inclusive as futuras gerações.” (ABREU, 2009, p. 40)

Desse modo, na Convenção sobre Diversidade Biológica, essa perspectiva mais holística foi preterida em favor de enfoques biologizantes e míopes, marcadamente quantitativos e unidisciplinares, nos quais o humano é considerado exterior ao ecossistema.

A desmistificação da Natureza intocada

A evidência mais extrema do que estamos procurando demonstrar neste artigo, refere-se à concepção dicotômica Sociedade/Natureza que permeia a perspectiva dos estudiosos conservacionistas, preservacionistas e da Convenção sobre a Diversidade Biológica, a qual defende que as áreas protegidas de uso indireto como parques nacionais, reservas biológicas etc., devem conformar-se como *locus* privilegiado para o estudo e a conservação da biodiversidade. Considerando que a lei não admite moradores nessas áreas, fica patente a concepção que defende que a biodiversidade/Natureza não só é um produto que se fez e refaz isoladamente e sua conservação pressupõe a ausência e, se necessário, a transferência de populações tradicionais das áreas protegidas (DIEGUES; ARRUDA, 2001)

Para Diegues; Arruda (2001, p.36), esse modelo que não permite que as Unidades de Conservação sejam habitadas interessa aos governos por duas razões: “[...] constituem

reservas naturais de grande beleza cênica, de destino turístico, e do chamado ecoturismo, e por que é mais fácil negociar contratos de uso da biodiversidade num espaço controlado pelo governo que num espaço ocupado por comunidades tradicionais [...]”

A escolha dos locais de alta biodiversidade para criação de áreas protegidas deve ter como preceito a sociobiodiversidade e não apenas os critérios biológicos, priorizando-se a seleção daquelas áreas resultantes de uma interação harmônica entre as comunidades tradicionais e o ecossistema com alta biodiversidade contribuindo assim para a superação da desmistificação das florestas intocadas. Especialmente porque estas comunidades não possuem uma visão dualista, “uma linha divisória rígida entre o ‘natural’ e o ‘social’, ao contrário um continuum (DIEGUES; ARRUDA,2001).

Para o DIEGUES; ARRUDA (2001):

O modelo de área protegida de uso indireto em vigor, que não permite moradores mesmo tratando-se de comunidades tradicionais presentes em gerações passadas, parte do princípio de que toda relação entre sociedade e Natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem [...] DIEGUES; ARRUDA (2001, p. 10)

Dentro dessa concepção, não é feita a devida distinção entre sociedades tradicionais de um lado e sociedades modernas, de outro, como a industrial, o agronegócio, ou mesmo de, alguns pequenos e médios produtores tecnificados ou monoagricultores. Como procuramos demonstrar anteriormente, existem dois processos sociais pelos quais a Natureza é animada: o primeiro é o modo pelo qual ocorre forte impacto na trajetória natural da natureza, pelo uso intensivo de meios técnicos estranhos ao ambiente, como agrotóxicos, tratores, estradas etc., seja pela produção de uma natureza sintetizada em laboratório, como plantas e animais geneticamente modificados ou pelo monocultivo que por si só é impactante, já que nega a diversidade de vida, a condição sem a qual a Natureza se desequilibra. O segundo processo reporta-se para o caso da relação Sociedade Tradicional-Natureza, que produz um território ímpar sobre uma Natureza igualmente ímpar. Aqui, uma singularidade ancora-se na outras.

A dialética na produção da Natureza pelos Povos Tradicionais do Cerrado

Em que pese o processo anteriormente descrito, há de se considerar que a dinâmica da Primeira Natureza sofreu e sofre a interferência dos Povos Tradicionais pelos usos que lhe foram dados ao longo da sua existência, mesmo que com um mínimo de impacto negativo, como por exemplo, com a adaptação de espécies e sementes exóticas de um

ecossistema em outro e pela seleção de espécies para o cultivo sistematizado. Aqui temos o processo de produção de uma segunda natureza, mais plural.

As práticas sociais como o manejo, o cultivo e a seleção de espécies, desenvolvidas e aprimoradas pela inventividade dos agricultores ao longo dos últimos 12 mil anos, podem ser consideradas as grandes responsáveis pelo legado da pluralidade de plantas cultiváveis e de agroecossistemas. Sob esta ótica, não seria coerente tratar a agrobiodiversidade fora do contexto das práticas socioculturais e econômicas que as plasmaram. “[...] Por isso, além da diversidade biológica, genética e ecológica, há autores que agregam um quarto nível de viabilidade: o dos sistemas socioeconômicos e culturais que geram a diversidade agrícola.” (SANTILLE, 2009, p. 94).

Gómez-Pompa (1971) *apud* DIEGUES, ARRUDA (2001, 49) afirma que: há pesquisas que apontam que muitas espécies dominantes das selvas ‘primárias’ do México e América Central constituem-se de espécies úteis protegidas outrora por grupos humanos e que, se atualmente abundam, é porque foram protegidas por estes guardiões da biodiversidade. Gómez-Pompa (1971) sustenta a hipótese que a variabilidade propiciada pelas sociedades nas zonas tropicais constitui-se num fator que favoreceu e favorece substancialmente a variabilidade das espécies, e provavelmente, sua especiação.

Bailey (1992, p. 207-208) *apud* DIEGUES, ARRUDA (2001, 53) “[...] propõe que essas florestas podem ser consideradas artefatos culturais humanos. A atual biodiversidade existe na África não apesar da habitação humana, mas por causa dela”.

Fazendo referência ao substrato natural, podemos afirmar com Shiva (1993) *apud* Marcatto (2010, p. 05) que: “Ecossistemas diversos deram origem a diversas formas de vida e a diferentes culturas. A co-evolução das culturas, formas de vida e habitats, conservaram e conservam a diversidade genética deste planeta. Diversidade cultural e biológica caminham de braços dados”.

Pelo exposto, considera-se mais pertinente chamar essa diversidade biológica de sociobiodiversidade ou Natureza Social, criatura do homem. Aqui a Natureza é mais uma vez entendida como Segunda Natureza, na qual o seu refazer não mais é operado pelos ciclos naturais estritamente, mas condicionada pelas forças sociais que realizam grande esforço na tentativa de dominá-la e subordiná-la para se emancipar, torná-la menos rude.

De acordo com Almeida (2003, p. 72): “Com base na noção ocidental de Natureza estruturou-se o imaginário que dá sentido ao mundo moderno e à sua cosmologia, que possui uma concepção ‘naturalista’ da realidade.” Vista por esse prisma, a Natureza constitui-se num “âmbito material e objetivo que existe em si” (ALMEIDA, 2003, p. 72),

sendo considerado externo à sociedade, portanto, independente das relações sociais travadas no seu interior e do saber sobre ela. A autora afirma que existe uma pluralidade de valores no que tange ao Cerrado, de modo que a Natureza passa a ser apreendida como um conceito plural: para uns ecossistema, para outros capital. Todavia, para Almeida (2003, p. 75): “[...] Esta Natureza está ancorada em um território e é intrínseco a este.”

Nesta mesma linha de raciocínio, Diegues; Arruda (2001) asseveram que as espécies são objeto do saber, de domesticação e uso e, comumente, são fonte de inspiração para mitos e rituais por sociedades tradicionais não-industrial, mas também se tornou mercadoria para a sociedade moderno-consumista.

Apresenta-se como realidade concreta do que estamos procurando demonstrar, o modo de vida de diversas comunidades de agroextrativistas que vivem hoje da coleta de frutos do cerrado como tática de resistência no embate com a territorialização do modo capitalista de produção pela região do cerrado.

Almeida (2003, p. 71), em pesquisa junto às populações tradicionais do norte goiano, mostra que para os povos tradicionais dessa região, “[...] biodiversidade é território culturalizado” ao passo que para o capital a “[...] biodiversidade é a instituição de uma cultura de conservação revelada como nova interface entre a Natureza, o capital e a ciência.” Povos do Cerrado são, no sentido lato da palavra, atores sociais protagonistas na preservação e produção da Natureza.

As populações tradicionais do Cerrado têm um bom nível de conhecimento das plantas, dos animais e associam as mudanças de estação, fases lunares e ciclos biogeoquímicos, ecológicos e hidrológicos ao conhecimento dos diferentes tipos de solo, permitindo utilizar os espaços ecológicos de maneira complementar, gerando estratégias de uso múltiplo e integrado dos recursos bióticos. Isso permite afirmar que a Natureza converte-se, assim em um patrimônio cultural e a biodiversidade deste ecossistema é, na atualidade, parcialmente de domínio destas populações (ALMEIDA, 2003, p. 78).

As populações tradicionais do cerrado, ou cerradeiros, são, em grande medida, agroextrativistas, ou seja:

“[...] povos que vivem pelos Cerrados, desenvolvem sistemas de uso da terra que combinam a agricultura, geralmente nos fundos dos vales, nos brejos, nos brejões, nos *pantamos*, nos *varjões*; nas encostas e nas chapadas, áreas onde a água é mais difícil de ser captada sem tecnologias de captação em profundidade, deixam o gado à solta, fazem a coleta do pequi, da fava d’anta, do baru e outros frutos e resinas, recolhem madeira e lenha, geralmente fazendo uso compartilhado, sobretudo dessas terras das chapadas.” (GONÇALVES, 2010, p. 221)

Fazendo referência a um povoado de Kalungas, na Comunidade de Engenho, Almeida (2003, p. 77), defende que esse povo resguardou a tradição, que pode ser

considerada sua “memória social” que se configura como o conhecimento das espécies do Cerrado, mormente às plantas medicinais, visto que nas “[...] formações campestres e capoeirões, abundam as sementes, resinas, raízes, cascas e folhas, indicadas para cicatrizes, infecções, depurativos, coceiras, problemas pulmonares etc.” e continua:

[...] o Cerrado no entorno de Vila Borba manteve-se parcialmente presente. As populações locais dedicam-se às práticas de plantio em “cercados”, destinado à subsistência, à criação de gado de forma extensiva nas manchas de campo limpo e à coleta de frutos diversos como o bureré (*Brosimum gaudichaudii* Trec), o barú (*Dipteryx alata* Vog), o marmelo (*Alibertia edulis* A. Rich) e o pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.) e da extração da madeira do Cerrado, como o carvoeiro, jacaré e marinheiro para o uso cotidiano. (Almeida, 2003, p. 78)

Almeida (2003, p. 77) referindo-se a população dos povoados de Moinho, Engenho, Boca do Sertão e Vila Borba, no norte goiano, relata:

[...] Os moradores destes geosímbolos interiorizam o espaço e a Natureza, integrando-os ao seu sistema cultural. Para estas populações, “conservar” o natural é levar em conta suas interações, suas práticas cotidianas, econômicas, simbólicas e materiais naquele território. A diversidade, todavia, permite afirmar que territórios identitários estão contidos no território do Cerrado. Como territórios identitários, eles se caracterizam, portanto, pelo papel primordial da vivência e pelo marco natural, o Cerrado; eles seriam tanto espaços de sociabilidade comunitária como refúgios frente às agressões externas de qualquer tipo.

Almeida (2003) relata que pela sua dinâmica histórica e política, o universo desse povo, nos permite apreender um território que é resultado da valorização e da apropriação do espaço, revelador de confrontação das manifestações das populações tradicionais do Cerrado, segundo necessidades e desejos e, das formas objetivadas e programadas de uso e gestão.

Diante disso, temos que relações sociais e a relações ecológicas entre elementos bióticos e abióticos estão fortemente imbricados, num fazer e refazer incessante da Natureza e do Território que se metamorfoseia em um processo de co-evolução dado sua inseparabilidade, especialmente nos dias atuais. Natureza e Território determinam-se, intermediados pelos modos de viver. Isso porque, o Território é expresso num substrato material dado, onde historicamente foram tecidos, fio por fio, a rede das relações sociais cotidianas e das relações políticas que extrapolam o âmbito local. Essas relações se expressam material e simbolicamente no Território. A cultura das populações tradicionais está sempre imbricada nesse processo porque a vida espiritual das sociedades tradicionais são reflexo da vida material, da Natureza. Ancorado nesta concepção, a Natureza natural deixa de ser um manto imaculado e metamorfoseia-se em Natureza culturalizada, dado o pressuposto da co-evolução Sociedade-Natureza marcada pela sua inseparabilidade.

Os grupos sociais desenvolvem saberes e táticas para sobreviver a partir da biodiversidade, assim garantindo a sua sobrevivência e da Natureza, que nesta relação tem na pluralidade um elemento *sine qua non*. Neste movimento, nas áreas de cerrado, conforma-se um Território experimentado pelos atores sociais em seus cotidianos que o produz ao produzirem Natureza em seus sistemas de uso múltiplo dos cerrados. O substrato Natural do Território dos povos cerradeiros é esse ecossistema que tem sido cuidado por seus guardiões e que permitiram que hoje possamos fazer uso do patrimônio genético remanescente. No cerrado deve haver espaço para a coexistência das comunidades ecológicas e tradicionais viverem em interação harmônica, ambas realizando suas atividades vitais. Aqui, mais uma vez temos que o social ao fazer e refazer seu Território desvia a Natureza do curso natural.

Considerações Finais

As externalidades causadas pelas ações antrópicas, sejam elas significantes ou não, positivas ou negativas, condicionam o curso da Natureza natural convertendo-a em Natureza Antropizada, num incessante processo dialético de construção e reconstrução. Nesta perspectiva podemos falar em inseparabilidade entre a Sociedade e a Natureza, permeada pela técnica e pelo trabalho humano que dão a relação entre estas duas esferas.

Para se entender a produção da Natureza, faz-se necessário apreender o movimento de negação interna, a contradição, onde um ser é a supressão de seu outro, de seu negativo. Dentre as propriedades inerentes à matéria, escreve Marx, “[...] o **movimento** é a primeira e mais profunda, não apenas enquanto movimento mecânico ou matemático, mas ainda como instinto, espírito vital (...)”. (MARX *apud* GARAUDY, 1964, p. 101) a luta dos contrários é o motor da realidade, a materialidade do mundo. Isso porque a realidade é contradição.

Referências

ALMEIDA, M. G. Cultura Ecológica e Biodiversidade. **MERCATOR - Revista de Geografia da UFC**, Ano 2, número 3, 2003, p.71-82.

_____. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE** (Fortaleza/CE), v. 1 p. 103 – 114, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.519, de 16 de Março de 1998. Convenção sobre Diversidade Biológica - Brasil**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm> Acessado em 9 de setembro de 2010.

CALAÇA, M. Territorialização do capital: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. **Revista Ateliê Geográfico–Edição Especial**, Goiânia-GO v. 1, n. 9 fev/2010 p.06-23,UFG. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/9388/6469>> Acessado em 11 de setembro de 2010.

CONTI; FURLAN. Geocologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4. ed., p. 67-207, 2003.

GARAUDY, Roger. **Karl Marx**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, 239 p.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA R. S.V. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, 2001. Disp. em: <http://www.usp.br/nupaub/publica0.html>. Acesso em: 07 de set. 2010.

HENRIQUE, Wendel. A Natureza nos interstícios do social: uma leitura das idéias de Natureza nas obras de Milton Santos. In: **Revista Terra Livre**: São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. 2, n. 21, p. 249-262, 2003.

GARAUDY, Roger. **Karl Marx**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, 239 p.

MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em: <<http://www.redeambiente.org.br>> Acessado em: 1999, 17 p.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade: um conceito em construção. In: **Agrobiodiversidade e direito dos agricultores**. São Paulo: Peirópolis, p. 91-99, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Edusp, 2005, p.174.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade. **Entrevista com Milton Santos**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

¹ “[...] a criação de estradas, hidrovias e portos se tornou uma verdadeira obsessão, como o demonstram a expansão da rede de transportes no Brasil após a fundação de Brasília (1960) que abriu ao mercado todo o Planalto Central do país, com seus Cerrados, e a Amazônia com a inauguração da Rodovia Bernardo Sayão – Brasília- Belém (1962). Essa pressão continua se fazendo presente como se pode ver na insistência na construção da Hidrovia do Paraná – Paraguai, no Pantanal paraguaio brasileiro e, ainda, a pressão, que tende a se acentuar, sobre a Amazônia haja vista (1) o porto de Itacoatiara no rio Amazonas, parte do complexo da Hidrovia do Madeira, sob o controle do Grupo Maggi; (2) o recém inaugurado porto de Santarém, na foz do Rio Tapajós, construído por um consórcio de empresas liderados pela multinacional Cargill, a que está associado o interesse pela construção da Br 163 que liga Cuiabá-Santarém, assim como pela construção da Hidrovia Tapajós - Teles Pires; (3) a Hidrovia Rio Branco - Rio Negro (Roraima e Amazonas) e a ligação com Caracas, na Venezuela, da Rodovia BR 174 – Manaus – Caracaraí - Boa Vista; (4) a Hidrovia Rio das Mortes – Araguaia – Tocantins e a saída pelos portos ou de São Luiz ou Belém e, ainda: (5) a saída para o Pacífico pelo Acre com o asfaltamento da Br 364.” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 219-202).

² Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2007.

³ GCEA/IBGE, DPE, COAGRO - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, Julho 2007.

⁴ Em 2007, o Brasil foi o 4º maior consumidor de fertilizantes do mundo, representando 2% da produção mundial (ANDA,2010).

⁵ O Brasil consumiu 733,9 milhões de toneladas de agrotóxicos em 2008, ultrapassando os Estados Unidos que consumia 646 milhões de toneladas. Em 2007, as vendas no Brasil significaram 5,372 bilhões de dólares e em 2008, 7,125 bilhões. A cultura que mais consome agrotóxico é a soja. No total, os herbicidas representam cerca de 45% das vendas, os inseticidas 29%, e os fungicidas 21% (Guazzelli, 2010). Segundo o IBGE, quatro produtos respondem por cerca de 75% desses insumos no Brasil: soja (45,3%), milho (12,8%), cana de açúcar (9,5%), algodão (7,8%).

⁶ Estamos fazendo distinção entre processos “sucessionais” e “clímax”, sendo aquele resultado da ação humana e este do movimento da primeira natureza.



ORGANIZAÇÃO SOCIAL POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE RURAL - A EXPERIÊNCIA DO STR E SEU GRUPO DE JOVENS EM RIO BANANAL-ES

Kleber de Oliveira - Faculdade Pitágoras de Linhares
klebero@pitagoras.com.br

GT 3: Questão Agrária e Políticas Públicas

Bacharel (FFLCH/USP) e Licenciado (FE/USP) em Ciências Sociais e Mestre em Psicologia (PPGP/UFES). Atualmente trabalha como articulador em projetos de desenvolvimento agrário como Agente de Desenvolvimento do Banco do Nordeste do Brasil no norte do Espírito Santo. Atua também como professor na Faculdade Pitágoras de Linhares-ES.

RESUMO

Dentro das políticas públicas voltadas para a questão da manutenção do jovem no campo e a conseqüente reprodução da unidade produtiva agrícola familiar destaca-se o Pronaf Jovem, linha de crédito específica para o financiamento de jovens filhos de agricultores familiares. Este programa, apesar de sua importância, possui diversos entraves normativos, operacionais e estruturais que tem dificultado sua efetivação no acesso dos jovens ao montante de recursos disponibilizados pelo Governo Federal. Este trabalho tem como objetivo analisar a experiência de um sindicato de trabalhadores rurais que a partir de um trabalho de planejamento estratégico, muda seu foco de atuação para uma perspectiva pautada não apenas na reivindicação, mas também na organização de sua base quando o sindicato passa a ter como norte “ser um referencial no fomento do desenvolvimento rural no norte do Espírito Santo, através do fortalecimento da coletividade e da intervenção em políticas públicas visando a geração de oportunidades e ocupações produtivas, a preservação, a redução da exclusão social e a elevação da auto-estima no campo”. Neste contexto, diversas ações serão empreendidas, destacando-se para os fins deste trabalho, o engajamento na formação de um grupo de jovens que busca conhecer e participar ativamente de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, culminando com a participação em curso de capacitação e financiamento de seus projetos no âmbito do Pronaf Jovem. Assim, esta experiência pode demonstrar como o protagonismo de um

movimento social pode ser fator diferencial no acesso e integração de políticas públicas com resultados quantitativos e qualitativos diferenciados em comparação com os resultados deste mesmo programa fora deste contexto.

O desenvolvimento rural tem sido pensado e trabalhado a partir das premissas gerais do desenvolvimento sustentável, vinculando em seu contexto particular a base de recursos naturais e o meio ambiente em geral e o comércio de insumos e produtos agrícolas. Pressupõe, para sua sustentabilidade, algumas dimensões a serem consideradas, comumente definidas em quatro pilares: dimensão social, dimensão político-institucional, dimensão econômica, dimensão ambiental.

Destacamos dois destes pilares, a dimensão social e a dimensão político-institucional. A *dimensão social* tem na população sua referência, com atenção às formas de organização e participação dos grupos de interesse. Valoriza, assim, a diversidade destes grupos, dentre as quais as diferenças de interesse entre gerações, buscando, dentre outros objetivos, dar atenção à juventude rural como elemento fundamental na formulação de estratégias de desenvolvimento, o que nos interessa no âmbito deste trabalho. (Sepúlveda, 2005, p.47)

A *dimensão político-institucional*, por sua vez, refere-se aos papéis que são definidos aos atores que representam os grupos de interesse, influenciando diretamente nos recursos destinados ao programas e projetos que poderão ou não satisfazer as demandas de tais grupos. (Sepúlveda, 2005, p.49)

Este artigo busca, então, refletir sobre o processo e os resultados alcançados na junção de três fatores primordiais - um ator social em ascensão em seu processo de organização cidadã e com demandas específicas (juventude rural), uma organização social de promoção de direitos (o sindicato de trabalhadores) que repensa seu papel na direção de um maior protagonismo e participação e uma política pública direcionada (o pronaf jovem) que, desenhada há anos, poucos resultados efetivos havia conseguido no Espírito Santo, devido a seus próprios entraves normativos e que se torna efetiva diante de um trabalho socialmente coordenado.

Para tanto, o artigo será estruturado em 04 partes. Na primeira trataremos da temática da juventude rural e suas demandas; na segunda, o PRONAF (Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar) como política pública de apoio à produção na agricultura

familiar; em seguida, o novo papel do sindicalismo rural e a juventude; por fim, a atuação da juventude sindical do município de Rio Bananal – ES e seus resultados sem precedentes no estado na efetivação da política pública em questão.

A temática da juventude rural – inclusão, exclusão e reprodução social da agricultura familiar

A temática da juventude rural vem sendo tratada em relação à sucessão no campo e dificuldade recentemente apresentada na reprodução social da agricultura familiar, devido a diversos fatores: “crise de identidade” da juventude rural com relação ao modo de vida de seus pais, escolarização voltada para a vida urbana, influência da mídia, dificuldade de lazer, etc. Também são apontados fatores mais ligados a reprodução material desta juventude, já que a dinâmica do capitalismo no campo tem gerado cada vez mais a concentração fundiária, a monocultura e a mecanização, com expropriação e redução de ocupações no campo, no que se refere à agricultura patronal. Já na agricultura familiar, a competição com o agronegócio no acesso a mercados, a deficiente assistência técnica, a falta de atividades não agrícolas disponíveis, são fatores de desincentivo à permanência da juventude rural no campo. (Carneiro e Castro, 2007).

Como apontado por Abramovay (2005), diante do discurso do “fixar o homem no campo”, há toda mobilidade e desejo de inovação presente na juventude, que antes de qualquer coisa “não é poste” para ser fixada. Concordando com o autor, pensamos que os jovens não necessariamente desejam migrar, mas sim buscam realizar seus projetos de vida, necessitando de condições para que o campo possa ser o lócus desses projetos.

Apesar da posição adultocêntrica de diversas políticas públicas que, pela limitação de idade, impede a juventude de tomar decisões diante de temas de seu interesse e, assim, não define políticas de apoio para este setor, a juventude rural é importante para o desenvolvimento rural sustentável, já que podem ser grandes agentes de mudança e inovação e mesmo multiplicadores de novos processos, informações e articulações nos processos e cadeias produtivas (IICA, 2000, apud Sepúlveda, 2005).

Assim, o apoio a esta camada da população rural é fundamental. Diante disso, os movimentos sociais do campo passarão se organizar para a mobilização desta juventude como ator político e farão diversas demandas ao governo federal para que, dentro do Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), fosse prevista uma linha específica para a juventude rural. Tudo isto principalmente a partir da

configuração de um novo papel definido para os movimentos sindicais, conforme discutiremos abaixo.

O Novo sindicalismo no Brasil e no Espírito Santo

Segundo Favareto (2006) o paradigma da ação sindical foi profundamente modificado diante das transformações ocorridas no mundo do trabalho principalmente a partir dos anos 90 do século passado, com as políticas de reformas neoliberais na economia brasileira: novas tecnologias de gestão e produção, desemprego estrutural, desregulamentação do trabalho, trabalho temporário e terceirização. Para os interesses deste artigo, destacamos uma das marcas principais desta nova conformação paradigmática: *a necessidade de conferir um tom mais propositivo à ação sindical, em contraposição ao caráter marcadamente reivindicatório do período anterior*. O movimento sindical é agora considerado um ator político legítimo e interlocutor necessário nas definições de políticas públicas, ganhando assim novas responsabilidades. É neste contexto que a CONTAG, filiada à CUT em 1995, define seu novo posicionamento com o famoso “*Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural*”, fortemente baseado em uma identidade com uma nova categoria – o agricultor familiar.

No Espírito Santo, este movimento é seguido pela FETAES – Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Espírito Santo. Fundada em 1968, esta federação tem como marcos de sua inserção no novo paradigma do sindicalismo brasileiro nos anos 90, o 5º CETTR-ES (Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do ES), no qual é incorporado o conceito de agricultura familiar, e a filiação à CUT em 1995, o que permitiu sua inserção nos trabalhos de elaboração do já citado Projeto de Alternativo de Desenvolvimento Rural”.

Avançando da reivindicação para a proposição e ação, já em 1997, a FETAES realiza o “Mutirão do Sindicato pela Cidadania dos Trabalhadores Rurais, voltada informação previdenciária ao seu público, com palestras, visitas e confecção gratuita de documentos. Em 2001, a juventude rural, em parceria com os representantes da terceira idade, garante cota de 30% em todas as instâncias deliberativas da federação, ampliando sua influência na definição das ações da entidade. (FETAES, 2001).

Com relação às demandas da juventude, na pauta de reivindicações da principal mobilização dos trabalhadores rurais no ano, o chamado Grito da Terra, em 2010, contemplou a preocupação com melhores condições de vida e trabalho, favorecendo a

permanência do jovem no meio rural. Dentre outras demandas, destacamos a seguinte, referente a recursos para os projetos produtivos da juventude rural

“5.2 Que o Governo do Estado viabilize recursos para a juventude trabalhadora rural, com o objetivo de inseri-la na organização das cadeias produtivas, respeitando a realidade local, contribuindo assim para a produção sustentável e evitando o êxodo rural” (FETAES, 2010).

Esta reivindicação deveria ser atendida principalmente via recursos disponibilizados no PRONAF, sobretudo na linha específica para a juventude rural, a saber, o chamado Pronaf Jovem.

A importância do Pronaf como política pública para o desenvolvimento rural: o Pronaf Jovem

A “linha de crédito de investimento para jovens”, mais conhecida como “*Pronaf Jovem*” é uma linha especial no âmbito do Pronaf. Conforme o Manual de Crédito Rural, esta linha de financiamento tem como finalidade:

*Propiciar o apoio financeiro a projeto específico ou proposta de crédito de interesse de jovem agricultor ou jovem agricultora familiar, sendo o atendimento feito mediante **uma única operação** de crédito, em todos os bancos do País, destinada ao financiamento de investimento para a implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e **serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com o projeto específico***

Ressaltam-se na finalidade desta linha de financiamento alguns elementos importantes. Primeiro a proposta de crédito reconhece o interesse específico do jovem, que passa a ser um ator pleno de seu desenvolvimento e de sua região. De outro lado, também é reconhecido a possibilidade de apoio a projetos agropecuários ou não, no estabelecimento rural ou áreas próximas, reconhecendo fenômenos como a pluriatividade no campo e a diversidade de interesses da juventude rural.

Para tanto, define-se como público-alvo a juventude rural que atenda as seguintes características:

Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso, estágio ou outro processo de capacitação ou formação técnico-profissional voltados para atividades agropecuárias ou não-agropecuárias e de prestação de serviços no meio rural, que serão desenvolvidas na unidade familiar ou proximidades, desde que o curso, estágio ou processo tenham carga horária de 100 horas ou mais e preencham os requisitos definidos pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e sejam pertencentes a famílias enquadradas no público-alvo dos programas Pronaf A, Pronaf A/C, Pronaf B e Pronaf Comum. (grifos nossos)

Apesar de um entendimento ampliado de juventude no que se refere à faixa de idade (16 a 29 anos), o normativo prevê dois critérios adicionais. O primeiro é que os jovens devem ser membros de famílias enquadradas como agricultores familiares, portadoras da DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf. O segundo, e mais polêmico, é a necessidade de que o jovem tenha passado por centros de formação familiares ou cursos, capacitações ou estágios que totalizem no mínimo 100 horas.

Encontra-se aí um dos maiores entraves para o desenvolvimento deste programa. Se os jovens são reconhecidamente membros de famílias enquadradas como agricultores familiares, porque a necessidade de mais um critério, senão para dificultar o acesso ao programa? Fato é que este tem sido um dos maiores impedimentos para o enquadramento dos jovens nesta linha de financiamento, impedindo os recursos de chegarem a seus destinatários definidos na própria política pública.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Bananal e a juventude rural

Dentro deste contexto, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Bananal – foco de nossa análise neste artigo - ainda quando formava uma única organização sindical com o sindicato de Linhares e Sooretama, empreendeu uma reorganização de sua atuação, a partir da contratação de uma consultoria social externa para a definição de um planejamento estratégico participativo, que pautasse novos rumos para a organização, diante dos desafios impostos pelas mudanças ocorridas em seu campo de atuação. Desta ação surge o “Projeto Renascer”.

De maneira inovadora para a região, este projeto propõe uma nova visão para atuação sindical. O sindicato passa a se definir como “uma referência no fomento do desenvolvimento rural no Espírito Santo”, tendo como missão “fomentar a sustentabilidade, através do fortalecimento da coletividade e da intervenção em políticas públicas visando a geração de oportunidades e ocupações produtivas, a preservação, a redução da exclusão social e a elevação da auto-estima no campo”. A partir de então, de maneira inovadora para a região estrutura a atuação sindical em 04 (quatro) eixos programáticos: *Gestão Sindical, Células de Desenvolvimento Sustentável, Políticas Públicas e Cadeia Produtiva da Agricultura Familiar* e se propõe como desafio imediato “elaborar, implementar e consolidar ações efetivas na base para o alcance de sua missão” (STR, 2004).

Logo em sua primeira etapa do projeto diversas parcerias foram realizadas e ações concretas foram realizadas. Dentre as principais, podemos destacar:

- Rede Intermunicipal Solidária da Agricultura Familiar
- Participação no Planejamento plurianual municipal em Linhares, Rio Bananal e Sooretama
- Apoio no desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (cacau/café)
- Rede de parcerias (associações, EFA-RB, BB, BNB, CEF, Incaper, prefeituras/secretarias, CEPLAC, ACAL, SR, Igrejas...)
- Elaboração do Projeto Palmas para Sustentabilidade, em parceria com a PETROBRÁS
- Participação ativa e propositiva na Agenda 21 do município de Linhares
- Conquista de 03 vagas no CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável)
- Participação ativa na criação do Território de Identidade Juparanã - ES
- Projeto de Capacitação para o Desenvolvimento Rural em parceria com MDA
- PAJE – Programa Atitude da Juventude Empreendedora.

É este último programa, o PAJE, que se configurará como o grande articulador de políticas públicas especificamente para a juventude rural, já que é a partir de suas ações que o sindicato inicia seu engajamento na formação de um grupo de jovens que busca conhecer e participar ativamente de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, culminando com a participação em curso de capacitação e financiamento de seus projetos no âmbito do Pronaf Jovem.

Coerente com as atuais demandas e necessidades da juventude rural, conforme apontado pela literatura sobre o tema, o PAJE – Programa Atitude da Juventude Empreendedora é pensado como um espaço para geração de trabalho e renda e atividades rurais agrícolas e não agrícolas, buscando o desenvolvimento sustentável através da proposição e reivindicação de políticas públicas específicas para este público, através da participação efetiva dos próprios jovens, filhos de agricultores familiares. (STR, 2005).

Ele surge a partir de seu planejamento estratégico, ainda em 2005, o Sindicato propõe como um de seus objetivos “VII - Fomentar e coordenar linhas de ações objetivando a organização dos JOVENS, mulheres e dos idosos no meio rural, possibilitando-lhes melhores condições de vida”.

Este objetivo começará a sair do papel com o convênio de capacitação para o desenvolvimento rural, firmado com o MDA, em 2006. Com recursos do ministério, foi organizado o “Curso de empreendedorismo rural (Organização, cidadania, democracia)”. Iniciam-se então o debate sobre a juventude rural, sendo organizados diversos encontros entre jovens durante todo o ano, e resultando na definição da proposta de realização de um Festival da Juventude Empreendedora no final de 2007.

A partir de então, o grupo de jovem busca ampliar sua própria organização, mesmo para poder promover este Festival. Assim, com a ajuda da mesma consultoria realizaram seu próprio planejamento, nos quais realizaram um diagnóstico, os passos para organização do festival e definiram seus eixos de atuação:

- Organização coletiva
- Formação/capacitação
- Práticas Sustentáveis de Produção
- Geração de trabalho e renda
- Cultura/esporte/lazer
- Políticas públicas
- Inclusão Digital
- Educação do Campo
- Luta pela Terra

Estava constituído, desta forma, o PAJE, como uma rede de protagonismo da juventude rural, no interior do Sindicato de trabalhadores rurais. Pouco a pouco, o PAJE vai ampliando suas parcerias e sua atuação, inserindo os jovens em diversos fóruns, cursos, ações e definições de políticas públicas.

Em 2008, o grupo de jovens passa a ser integrante do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e das oficinas de organização do Território de Identidade Juparanã – ES (MDA), culminando com participação no 1º Encontro estadual de jovens, FETAES/ SEAG-ES. Neste encontro é definida a inserção do grupo no Programa de Valorização da Juventude Rural, da Secretaria Estadual de Agricultura (SEAG) e, dentro deste programa, no “Curso de Gestão da Propriedade Rural, em parceria com o MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (referência internet)

Em 2009, as ações do grupo se expandem, com a participação na Câmara Técnica da Juventude Rural Estadual e Nacional, Grito da Terra Brasil, inserção em cargos na Diretoria do Sindicato, Projetos aprovados no orçamento do Território de Identidade Juparanã-ES, organização do terceiro Festival da Juventude empreendedora.

Também em 2009, após um ano de curso de Gestão da Propriedade Rural, cada jovem elabora “Projetos Técnicos” voltados para o desenvolvimento integral da propriedade rural de sua família, futuro ponto de ligação com o PRONAF e o Pronaf Jovem, já que agora, como vimos acima, um dos maiores entraves para o programa – a capacitação dos jovens que tentam acessá-lo – estava rompido, e da melhor maneira possível, através do protagonismo dos próprios jovens, apoiados por sua organização social de classe.

A frustração estaria por vir, quando da busca por efetivação dos projetos desenvolvidos no curso. Logo após a elaboração dos projetos, alguns destes jovens, através do PAJE e do Sindicato de Trabalhadores, buscaram financiamento através de um banco oficial, sem sucesso. A instituição, que recebeu, analisou e aprovou as propostas, ofereceu como explicação a não disponibilidade de recursos provenientes da Secretaria de Tesouro Nacional – STN.

Já em 2010, a partir de um encontro de trabalho de entidades diversas entidades (públicas e privadas) no Centro de Desenvolvimento Rural de Rio Bananal, surgiu o desafio, proposto pelo sindicato de trabalhadores, de formar um grupo de trabalho para apoio e promoção da juventude rural. Naquele momento, definiu-se o financiamento e acompanhamento dos projetos oriundos dos jovens do PAJE como a prioridade de ação naquele momento. Definiram-se os papéis e iniciaram-se os trabalhos: os jovens retomavam os projetos, um escritório particular de elaboração de projetos, em parceria com o EMATER local (INCAPER) elaborou as propostas de crédito, o Sindicato mobilizou as famílias para organizar a documentação necessária e o Banco do Nordeste comprometeu-se

com os financiamentos. Todos também se comprometeram a formatar rede de apoio posterior a tais projetos, com visitas periódicas de acompanhamento.

Apesar de certa desconfiança inicial, dada a primeira frustração diante da demanda de financiamento, os resultados não tardaram a aparecer. Na primeira etapa, em junho de 2010, sete jovens apresentaram suas propostas de financiamento e as tiveram atendidas, num valor total de cerca de R\$ 50.000,00. Apesar do valor aparentemente pequeno, este pequeno grupo foi marcante por ser o primeiro grupo de jovens participantes do programa no estado a ter seus projetos financiados. Também este valor é superior a tudo que já havia sido financiado neste programa de financiamento na região. (SEAG, 2010)

Após a implantação destes projetos iniciais, foram realizadas as primeiras visitas técnicas de acompanhamento, sendo que em paralelo novas propostas foram sendo apresentadas e analisadas. Em outubro de 2010, o grupo gestor do programa realiza o “Primeiro Dia de Campo de Capacitação da juventude rural e suas comunidades”, com o tratamento de temas como óleos naturais no controle de pragas, uso correto da água, qualidade do café e informações sobre o Pronaf Jovem. Neste evento, mais cinco jovens assinaram seus contratos, totalizando mais R\$ 50.000,00 em aplicações.

Assim, ao final destas duas etapas iniciais os resultados foram expressivos. Dos 44 jovens beneficiados pelo Programa de Valorização da Juventude Rural na região, 12 transformaram seus projetos em propostas e tiveram a demanda de financiamento atendida, totalizando cerca de R\$ 100.000,00 em investimentos na juventude rural da região. Todos os projetos foram visitados pelo menos ao menos uma vez no intervalo de seis meses e os beneficiários participaram de eventos de capacitação e acompanhamento. Tais resultados foram reconhecidos por todo estado, sendo lembrados em diversos fóruns e eventos por autoridades do governo estadual dado o ineditismo da ação e os resultados alcançados que superaram e muito o realizado no estado até então.

Considerações Finais

A nova configuração da compreensão de seu papel e de seu modelo de atuação proporcionou ao sindicato de trabalhadores rurais de Rio Bananal, possibilitou a organização e estímulo para atuação cidadã de um coletivo de juventude rural que potencializa seu protagonismo na elaboração, acompanhamento e execução de políticas públicas.

Conforme proposto em diversos estudos, a dimensão social e a dimensão político-institucional são fundamentais para o desenvolvimento dos territórios rurais, podendo fazer

a diferença na dinâmica das diversas localidades, influenciando diretamente na efetivação de políticas de apoio às demandas da agricultura familiar e de seus diversos integrantes, como a juventude rural.

Neste caso, uma política pública pouco efetiva, o Pronaf jovem, é potencializada a partir da ação de um projeto autônomo da juventude rural, que através de sua mobilização, se organiza, reivindica, participa e integra diversas ações de entes públicos e privados muitas vezes desconectados e desencontrados em suas atribuições. Assim, o poder do protagonismo jovem é ressaltado e vivenciado na prática de suas conquistas.

Esta experiência pode demonstrar, enfim, como o protagonismo de um movimento social, quando sai de um papel apenas de reivindicação para assumir um posicionamento mais ativo na busca de soluções para suas demandas, pode ser fator diferencial no acesso e integração de políticas públicas e na expansão da cidadania plena dos atores sociais de sua territorialidade, com resultados quantitativos e qualitativos diferenciados dos programas com os quais se envolvem em comparação com os mesmos programas fora deste contexto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. “Juventude rural: ampliando as oportunidades”, Raízes da Terra: parcerias para a construção de capital social no campo. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, Abril de 2005, Ano 1, nº 1. Online em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigos/artigo05.htm>

BACEN. Manual de Crédito Rural, 2010.

CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa, G. Juventude Rural em perspectiva. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, Trabalhadores. Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, V. 21, No. 62, 2006.

FETAES. Grito da Terra – 2010. (<http://www.fetaes.org.br/historico.asp>)

IICA Jóvenes e nueva ruralidad: protagonistas actuales y potenciales del cambio. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura. Dirección de Desarrollo Rural sostenible, San José 2000.

OLIVEIRA, Kleber.

PERICO, Rafael E. Democracia econômica e democracia política: uma perspectiva territorial. In: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia – Anais do I Fórum Internacional, Fortaleza, 2003.

SEAG. Pronaf Jovem: sete projetos de Rio Bananal recebem financiamento. (<http://www.seag.es.gov.br/?p=12442>)

SEPÚLVEDA, Sergio. Desenvolvimento Microrregional sustentável: métodos para planejamento local. Brasília: IICA, 2005



POLITICAS DO BANCO MUNDIAL PARA O CAMPO: O CASO DE MATO GROSSO

Odimar J. Peripolli - Universidade o Estado de Mato Grosso/ Sinop MT
familiaperipoll@ibest.com.br

Alceu Zoia - Universidade do Estado de Mato Grosso/ Sinop MT alceuzoia@hotmail.com,
Questão Agrária e Políticas Públicas

Resumo

Neste trabalho nos propomos tencionar algumas questões voltadas ao campo, mais especificamente, às relacionadas ao modelo de Reforma Agrária imposto pelo programa do Banco Mundial aos países periféricos e seus reflexos sobre a política agrária e agrícola brasileira. Esta forma de lidar com as muitas questões voltadas ao campo hoje, dentre elas, a distribuição da terra/reforma agrária, materializa o que há de mais perverso no atual modelo político voltado para o campo, visto como estratégia para garantir as bases da expansão do neoliberalismo. A região Amazônia norte Mato-grossense (campo empírico de nossas pesquisas) não ficou imune ao ataque desenfreado do capital. O exemplo está na forma como foram criados e como estão sendo gestados os assentamentos de Reforma Agrária implantados pelo do INCRA na região. A luta pelo acesso a terra, terra de trabalho - que é o que buscam os sem terra -, transformou-se em um grande negócio para os donos de grandes áreas (latifundiários), transformando-a em terra de negócio. O Estado abre mão se suas obrigações, que é o que reza a legislação atual, e as entrega às grandes empresas, em obediência aos interesses impostos pelo mercado. Por isso denominada de “reforma agrária de mercado”. A temática tem sua importância e justifica-se na medida em que nos possibilita enxergar melhor a realidade do campo em Mato Grosso e, a partir disso, pensar políticas que venham ao encontro das necessidades de todos os trabalhadores que vivem e trabalham no e do campo.

Palavras-chave: Banco Mundial, reforma agrária, mercado

Odimar João Peripolli - Possui graduação em Estudos Sociais pela Escola Superior de Estudos Sociais (1984), mestrado em Educação pela UFRGS (2002) e doutorado em Educação pela UFRGS (2009). Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso. Desenvolve pesquisa na área de Educação, com destaque às temáticas voltadas ao campo, reforma agrária, educação no/do campo, movimentos sociais, colonização, meio ambiente.

Alceu Zoia – Possui Graduação em Filosofia pelo Instituto de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (1990), mestrado em Educação pela UFMT (2000) e doutorado pela UFG (2009). Atualmente é professor Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso e desenvolve pesquisas na área da Educação, com destaque para as temáticas relacionadas com as populações do campo, indígenas e infância.

Introdução

A consequência da falta de uma reforma agrária é, [...] a transformação do campo em uma fábrica de miséria – miséria no campo, onde mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza absoluta, e miséria exportada para as cidades, onde, há mais de quarenta anos, favelas e cortiços abrigam precariamente as levas de camponeses destituídos que aportam em suas periferias (SAMPAIO, 2004, p. 13).

Mato Grosso é o terceiro Estado em área da Federação brasileira, com área total de 906.807 Km². Encontra-se na região Centro-Oeste do país, centro do continente Sul-Americano. “Sua localização privilegiada – território fronteira internacional e que faz parte da Amazônia brasileira – confere-lhe a condição de espaço estratégico, [...]” (HIGA, 2005, p. 08).

Os primeiros sinais ligados à modernidade, ocorridos no Estado (séc. XIX), estão relacionados às alterações ocorridas no sistema educacional, cujos pressupostos objetivavam preparar os cidadãos para os “novos tempos”, onde a escola era concebida como um “templo de luz”, cujo principal papel era fazer com que os povos do interior fossem conduzidos a outro mundo, qual seja, “mundo civilizado” (HIGA, 2005, p. 09).

Que mundo civilizado era este? O mundo europeu. O restante, principalmente as colônias, era a barbárie, o medieval. Civilizado, portanto, tem o sentido de adaptação, submissão, aos padrões culturais impostos pelos europeus, ao projeto capitalista que avança sobre os outros continentes/colônias européias.

Para Higa (2005, p. 10), “essas primeiras realizações de inspiração moderna não chegaram a marcar significativamente o meio urbano e, menos ainda, o espaço rural de Mato Grosso”. Isso se deveu ao fato, ressalta, de que, “a rigor, a maioria dos aspectos socioculturais e econômicos do cotidiano mato-grossense no final do século XIX tinha feições tipicamente coloniais” (id.).

As mudanças mais significativas, tanto no meio rural quanto no meio urbano passaram a ocorrer a partir das décadas de 1960/70, com o projeto de modernização da agricultura. O resultado deste é que vai definindo, aos poucos, a fisionomia do Estado, inserindo-o, a partir de então, à dinâmica da política econômica mundial, cuja base se sustenta sob a ideologia neoliberal e da nova ordem capitalista, cuja característica principal é a mundialização econômica (HIGA, 2005, p. 11).

Em outros termos, estamos nos referindo ao projeto do BM (Banco Mundial) para o campo, cuja essência está a mercantilização da terra. Em outros termos, transformar a terra de trabalho (agricultura familiar camponesa) em terra de negócio (latifúndio monocultor exportador), cuja posse está nas mãos de grandes grupos nacionais e internacionais ligados ao agronegócio (MARTINS, 2004; SAMPAÍO, 2004; DOMINGO NETO, 2004, dentre outros).

Acreditamos que a importância do tema está em trazeremos para o debate uma questão (dentre outras tantas) que está relacionada ao projeto de campo que se quer para o país, que vincula modernização da agricultura ao agronegócio¹, às monoculturas, etc., em detrimento de políticas que venha ao encontro das necessidades dos novos sujeitos sociais do campo, dentre outras, a educacional. Ora, há que se levar em conta que Mato Grosso, como ressalta Carvalho (2005), além da presença da grande exploração capitalista e do agronegócio, caracteriza-se pela sociodiversidade. Em outros termos, o campesinato (povos do campo, das águas, das florestas, etc.) são partes constituinte deste espaço/território. Portanto, não há como negá-los e/ou escondê-los como tem ocorrido durante boa parte da história de Mato Grosso. Estes trabalhadores foram e são protagonistas da história, hoje reconhecidos como tal, daí a necessidade de resgatá-los através da criação de políticas públicas que venham ao encontro das suas necessidades.

Esta abordagem ganha peso na medida em que nos propomos tratar de uma questão delicada como é a questão fundiária em Mato Grosso, muito parecida e/ou pior do que em algumas regiões do país. A prudência faz-se necessária a considerar que temos como campo empírico uma região marcada por sérios problemas agrários, decorrentes deste modelo de ocupação da terra, o latifúndio monocultor e, obviamente, os graves problemas daí decorrentes como, concentração fundiária, desrespeito ao meio ambiente, violência, dentre outros. Não há como não mencionar, neste caso, o fato de que, como diz Fernandes (2005), “o latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema

¹ A imagem do agronegócio, segundo Fernandes (2005), foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. Para o autor, “é uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias”.

concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico”.

Estamos falando de questões já não podem ser mais escondidas e/ou negadas, como tem sido feito durante muito tempo, uma vez que dizem/afetam diretamente os mais diferentes sujeitos que vivem nesta região, principalmente os chamados “povos do campo” (posseiros, meeiros, quilombolas, sem-terra, assentados, acampados...). Estes têm a terra (terra de trabalho) como referência, como uma dádiva/presente. Por isso lutam por ela: ou para mantê-la ou para re/conquistá-la. Esta forma de luta e conquista se materializa na posse, como é o caso, dos assentamentos de Reforma Agrária.

Mato Grosso: latifúndio, monocultura, sociodiversidade...

Mato Grosso, hoje, reconhecidamente, constitui-se como um espaço marcado pela sociodiversidade (CARVALHO, 2005). Em outros termos, isso significa reconhecer a presença, não apenas da grande exploração capitalista e do agronegócio, mas também daqueles trabalhadores que, ao longo da história construíram este Estado, esta região e que foram, sistematicamente, colocados à margem, expropriados/explorados pelo projeto do capital², sobretudo os que vivem e trabalham no meio rural/campo.

O programa do BM (Banco Mundial) voltado para campo, e que deu origem à chamada “reforma agrária de mercado”, encontrou terras férteis em Mato Grosso, sobretudo na região norte do Estado: latifúndio monocultor, concentração fundiária, expropriação/exploração, êxodo rural, inchaço das cidades, favelas, pobreza, miséria.

A materialização da política do BM faz-se sentir na política agrária implantada na região, o caso dos assentamentos de reforma agrária do INCRA³. A facilidade com que foram implantados, deve-se, em grande parte, ao cenário criado pelo próprio projeto de ocupação/colonização recente (1960/70) que expropriou um número significativo de trabalhadores do campo; bem como a situação em que muitos se encontravam nas cidades, o desemprego.

Os movimentos sociais não tiveram participação direta na implantação destes projetos (daí a denominação do INCRA), o que se deve à forte repressão (nem sempre velada) por parte do capital, representado pelas grandes empresas nacionais e internacionais voltadas à

² Segundo Carvalho (2005), os sem-terra constituem-se, hoje, como a cara mais nova do campesinato Mato-grossense. Esse reconhecimento implica em reconhecê-los como sujeitos de direitos.

³ Esta política foi introduzida no campo, de modo mais sistematizado, pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002).

produção de grãos. Estas, embora não de forma tão explícita, ainda dificultam a organização dos trabalhadores que lutam pela terra⁴. Estamos falando do silêncio imposto pelas mais diferentes “cercas” erguida pelo capital na região.

Importa, por sua vez – e aí se percebe o resultado da luta, da possibilidade apesar de... -, dizer que, aos poucos, este silêncio vem sendo quebrado e os trabalhadores, com suas ferramentas de trabalho em punho, se levantam e põem-se a caminho em busca da terra que lhes fora prometido (pelo projeto colonizatório), mas negada ao longo dos anos.

Há uma espécie de um “acerto de contas”. Tanto que há uma movimentação significativa como, por exemplo, a criação de muitos assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra) em alguns municípios da região norte. Toma-se como exemplo o “Assentamento 12 de Outubro” (Cláudia/MT). Estes assentamentos, e aí cabe o destaque, resultam de uma longa espera (6, 7 anos) de trabalhadores acampados ao longo da BR 163 (Cuiabá/MT – Santarém/PA).

Este cenário nos permite dizer que a burguesia (agrária/urbana), com seus latifúndios improdutivos, começa a dar sinal de preocupação e o “sagrado” direito da propriedade privada da terra já não é tão seguro e a posse começa a ser questionada. Ou seja, há um movimento questionador da “ordem” estabelecida no meio rural/campo.

Os atuais assentamentos de Reforma Agrária do INCRA⁵, na região norte do Estado de Mato Grosso, foram criados e estão sendo gestados de acordo com as políticas agrária e agrícola impostas pelo Banco Mundial (BM). Obedecem, portanto, as políticas “de ajuste estrutural” (MENDONÇA e RESENDE, 2004, p. 07) imposta pelo Banco, quais sejam, aquelas voltadas a atender os interesses do capital: a mercantização da terra. Capital esse que se move em direção a novos mercados, extrapolando fronteiras físicas, políticas e culturais do planeta. E, neste propósito, o que vale para os países da América Latina, vale para os países da África e da Ásia.

Numa leitura mais apurada fica explícito que se trata de um projeto político de adequação das políticas públicas (basicamente agrária e agrícola) do país/países pobres aos ditames impostos pelo capitalismo mundializado (MARTINS, 2004; MELO, 2004). Mas há, e aí cabe ressaltar, a intenção aberta/explicita do capital/BM, via projetos, em criar situações no sentido de contrapor-se, fazer frente, resistir, às lutas históricas dos movimentos sociais do campo.

⁴ Talvez essa seja uma das razões para que o norte de Mato Grosso seja conhecido como “terra do silêncio” (BECKER, 1998).

⁵ Ao nos referirmos “do INCRA” quer-se apenas distingui-los dos assentamentos criados pelos movimentos sociais ligados ao campo, como por exemplo, os do MST, CPT, dentre outros.

Mais especificamente sobre a Amazônia cabe ressaltar o fato de que este projeto, dentre outras tantas metas, busca manter um controle mais seguro sobre as terras, ou seja, permite que o BM tenha acesso a dados estratégicos sobre a malha fundiária brasileira (MENDONÇA e RESENDE, 2005). Isso é grave na medida em que, de certa forma, delega-se a formulação de políticas públicas para o campo, incluindo o uso e a ocupação do território, a uma instituição financeira (BM).

Estamos falando, portanto, de um programa fundiário que tem como objetivo implantar e consolidar o projeto neoliberal no campo. Em outras palavras, um projeto de Reforma Agrária que vem ao encontro dos interesses do capital, qual seja, transformar a propriedade familiar camponesa, usada como terra de trabalho, em propriedade para o negócio, terra de negócio (MARTINS, 1985).

Como entender esta investida desenfreada do capital, extrapolando fronteiras, sob os mais diferentes meios e formas, enfim, a todo custo? Em síntese, pode-se dizer que é uma estratégia com um fim preciso: efetivar o projeto hegemônico de sociedade, através da mundialização do capital. Esta é, na verdade e, na sua essência, a proposta da globalização. Ou seja, o capital precisa ser mundializado. Aqui cabem as palavras de Marx e Engels (2002, p. 43), ao referem-se ao projeto burguês imposto à sociedade, nos têm chamado a atenção ao dizerem que: “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre”.

Desde as últimas décadas do século passado o Banco Mundial vem colocando em prática, de modo sistemático, um conjunto de medidas, políticas agrária e agrícola, nos quatro cantos da terra e em diferentes países, especialmente nos subdesenvolvidos: Ásia, África e América Latina. Essas representam a efetivação de uma proposta de um mercado globalizado/mundializado, onde os frutos da produção coletiva são apropriados por um pequeno grupo, apropriação privada, que é a grande contradição do capital.

Esta política, justificada como de “ajuste estrutural”, tem estimulado, segundo Mendonça e Resende (2004, p. 07), a privatização das terras públicas e comunitárias, bem como das florestas e das águas⁶.

É importante percebermos como as atenções do BM se voltam, basicamente, para o campo. Não por acaso. Isso se deve ao do fato de que as maiores regiões concentradoras de recursos naturais – como água, terra, minério e biodiversidade – estão justamente no campo. Portanto, estas passaram a ser o centro das atenções, ou melhor, das políticas de agências

⁶ Foi o que aconteceu na AL com os diferentes projetos de reforma agrária conseguidos pelos camponeses e desmantelados pelas ditaduras militares.

financeiras internacionais. Observe-se os projetos para a Amazônia, inclusive de Reforma Agrária: vêm colados aos interesses do agronegócio, grãos, pecuária e madeira⁷.

A crítica mais severa ao programa do BM em relação à política agrária está no fato de que o Estado, ao abrir mão da sua obrigação de promover a desconcentração fundiária por meio da distribuição da terra, a entrega ao mercado. O que implica em dizer que o controle do espaço agrário fica nas mãos das grandes empresas agropecuárias nacionais e internacionais, ou seja, dos grandes grupos econômicos. A questão que se coloca como grave, neste caso, está no fato de que, ao abrir mão dessa obrigação, o Estado a deixa por conta do mercado. Ora, este não leva em consideração a questão da função social da terra⁸, muito pelo contrário.

FHC: o novo mundo rural

[...] enfrentando crescentes mobilizações sociais antigoverno, o governo Cardoso respondeu tentando isolar o MST a fim de reduzir o seu papel como principal protagonista da reforma agrária (SAUER, 2010, p. 82).

A ideologia do Banco Mundial teve maior impacto no Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Cumprindo as determinações do Banco Mundial, pôs em prática a política agrária denominada “Novo Mundo Rural”. Uma proposta que, na sua essência, representa a implantação da “reforma agrária de mercado”. Ou seja, uma política de estímulo à transação de compra e venda de terra, em detrimento da desapropriação dos latifúndios por interesse social, conforme previsto pela atual Constituição Brasileira (CF, art. 186).

O discurso contido no projeto, tendo em vista as mudanças no campo, começariam pela introdução de novas tecnologias. Estas, por sua vez, provocariam um ganho de produtividade e, conseqüentemente, um excedente de trabalho. Estes trabalhadores, agora com mais tempo disponível, poderiam desenvolver novas atividades no setor, que não fossem necessariamente agrícolas. Ou seja, se ocupariam de atividades outras, que não àquelas necessariamente ligadas à terra, possibilitando o aumento da renda nas unidades de produção/propriedades (DOMINGOS NETO, 2004).

⁷ A estratégia do governo (INCRA) em criar os assentamentos de Reforma Agrária obedecendo à lógica perversa do capital, Oliveira (2008) a denomina de “agrobandidismo”.

⁸ Constituição do Brasil (1988), Art. 184, 185 e 186. Zibetti (2005) e Marés (2003) trazem importantes contribuições, reflexões, sobre o sentido e importância da função social da terra.

Teoricamente, um quadro perfeito, onde as famílias passariam a empregar o tempo disponível em atividades não-agrícolas. Ou seja, o trabalho propriamente agrícola perderia sua importância. Portanto, a reforma agrária já não passaria necessariamente a ter um caráter estritamente agrícola (SILVA, 2001).

Seria (é) possível falarmos em atividades não-agrícolas em um assentamento de Reforma Agrária do INCRA, onde, como mostram os trabalhos de campo (pesquisas) faltam, com raras exceções, condições mínimas (infra-estrutura) para qualquer tipo de atividade voltada à produção agrícola?

As questões agrárias, hoje, são muito mais complexas do que parecem: ao aderir o programa imposto pelo BM, o governo não esteve preocupado, de fato, em resolver o problema do campo, no caso, a questão da terra, a reforma agrária. Mesmo porque, esta proposta/programa foi pensada fora do nosso país, longe dos sujeitos interessados, os sem-terra. O que houve, de fato, foi a implantação de um projeto de reforma agrária que buscava descaracterizar todo um trabalho que vinha sendo construído pelos movimentos sociais ligados ao campo: “no contexto do neoliberalismo e das reformas do Estado, o governo FHC procurou reduzir a pressão social por terra, diminuindo a força das ocupações” (SAUER, 2010, p. 82).

Juntamente com o processo de descentralização, várias medidas legais e administrativas foram tomadas, incluindo a criminalização das ações dos movimentos sociais como, por exemplo, a publicação da Medida Provisória proibindo vistorias em áreas ocupadas ou ameaçadas de ocupação e a deslegitimação das ocupações através de uma campanha na mídia destinada a criar uma imagem negativa dos movimentos de sem-terra e de suas formas de luta (PEREIRA e SAUER apud SAUER, 2010, p. 82 - 83).

Fernandes (2001, p. 34), ao tecer comentários sobre o Pronaf (Programa Nacional de fortalecimento da agricultura familiar) diz que este tem como perspectivas de desenvolvimento “a capitalização dos camponeses, transformando-os em pequenos capitalistas”. Portanto, o que se verifica é um jogo de forças onde o governo buscou, de todas as formas, tirar/roubar das mãos dos trabalhadores, não só os recursos, mas as perspectivas de um novo modelo de agricultura que não o proposto pelos organismos internacionais⁹.

Para Sauer (2004, p. 43), o governo buscava justificar a necessidade de uma reforma agrária “pacífica, desburocratizada e mais coerente com os tempos de estabilização econômica [...]. Essas justificativas, conclui, “baseiam-se no pressuposto de que o mercado e

⁹ Para Fernandes (2001), o programa do governo (FHC), Novo Mundo Rural, seguia a cartilha imposta pelo BM e resultou no desmonte das iniciativas e projetos dos movimentos sociais do campo quanto a Reforma Agrária

seu mecanismos são capazes de reduzir conflitos e disputas por terras, reduzindo os problemas sociais”. Ainda, segundo o autor, o que houve, na verdade, foi uma tentativa política de “desideologizar a reforma agrária, evitando conflitos históricos decorrentes das disputas pela posse da terra” (p.43). Em outras palavras, significa dizer que, em vez dos trabalhadores do campo lutar por seus direitos, estes deveriam “negociar”, de modo “pacífico”, a compra e venda de terra com os latifundiários. Ganhou/ganha o capital.¹⁰

Estamos, portanto, diante de uma forma perversa, a do mercado, de como tratar as questões agrárias, onde, sob a ingerência dos organismos internacionais, abrem-se as fronteiras para promover a privatização do território sob as regras do mercado (MENDONÇA e RESENDE, 2004, p. 75). Sob esta lógica, ressalta-se, busca-se convencer os camponeses de que “eficiência” rima, necessariamente, com integração destes ao “agronegócio. Ou, como diz Carvalho (2005), “agronegócio burguês”

Nestas condições de dependência a que são submetidos os camponeses, há que se perguntar: que tipo de iniciativas seria possível, no sentido de um enfrentamento conta o capital? Que possibilidades reivindicatórias teriam estes trabalhadores, uma vez que quem decide *o que e como fazer* são deliberações vindas de fora? Ou então, que espaço de negociações existe quando tudo está submetido aos interesses do capital?

Trazemos estas questões uma vez que - e aqui vale a comparação - nos projetos pensados e criados pelos movimentos sociais do campo, o caminho a ser percorrido, parte de outro viés, qual seja, pelo enfrentamento ao projeto do capital. Para Fernandes (2001, p. 36), abandonar a perspectiva de luta contra o capital por mudanças, significaria consentir a integração subserviente ao capital: “é aceitar a expropriação, a miséria e a fome como uma ‘determinação natural’, e não como uma determinação do capital”.

A política agrária denominada “Novo Mundo Rural” tem merecido/vem merecendo as mais duras críticas por parte dos movimentos e organizações sociais ligados ao campo. Estas se justificam na medida em que têm gerado, dentre outros problemas, aumento do valor da terra (pagamento à vista: prêmio ao latifúndio); inviabilidade econômica (áreas impróprias para o cultivo); endividamento dos trabalhadores; “abandono” dos lotes, etc. Em síntese,

¹⁰ Segundo Domingos Neto (2004, p. 31) a implantação da “reforma agrária de mercado” deve ser compreendida como uma forma do BM estender ao campo, ao mundo dos trabalhadores rurais/campo, além das concepções neoliberais que vinham sendo introduzidas nos países considerados instáveis politicamente, também todo um esforço das forças políticas, representantes das elites, no sentido de conter a ação dos movimentos sociais ligados ao campo que reivindicavam por Reforma Agrária no país. Ou seja, nada poderia colocar em risco os “sagrados” direitos de propriedade privada e os ajustes estruturais então pretendidos.

pobreza e miséria (favelização do campo). Mais: denúncia de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos (MENDONÇA e RESENDE, 2005).

Há que se levar em conta que, ao se buscar atribuir ao mercado a função da “democratização ao acesso à propriedade da terra”, seria ingenuidade acreditar nessa possibilidade. Até porque, parte-se da idéia de democracia do ponto de vista burguês, qual seja, deixar na mão das elites econômicas a liberdade de gerir os negócios segundo seus interesses.

Luiz Inácio Lula da Silva: a difícil ruptura

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, um líder histórico do Partido dos Trabalhadores (PT), como presidente da República, em 2002, mudou consideravelmente o relacionamento entre o executivo e os movimentos sociais agrários (SAUER, 2010, p. 87).

Ao que afirma Carvalho Pinto (2001, p. 200), ao se comparar a proposta do então candidato ao governo Lula, às ações fundiárias que caracterizaram a política dos governos anteriores, era a que apresentava o programa mais comprometido com a questão agrária. Para o autor, o que o diferenciava, até então, estava no fato de considerar a reforma agrária como uma política de caráter estrutural: os governos anteriores o faziam “sem a menor pretensão de alteração estrutural” (Id. p. 201).

A partir da sua posse (2002) como presidente, a classe trabalhadora, principalmente aquela formado pelo conjunto dos atores sociais do campo, passou a depositar todas as esperanças no novo governo. Mas, o que assistimos? Grosso modo, a continuidade das políticas do Banco Mundial para o meio rural/campo. Ou seja, com raras exceções, assistimos o continuísmo das políticas postas em práticas por governos anteriores.

Através do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) foi lançado o Programa Nacional de Crédito Fundiário, com três linhas de financiamento: Combate à Pobreza Rural, Nossa Primeira Terra e Consolidação da agricultura Familiar.

A crítica que se faz em relação aos programas está no fato de que estas linhas de financiamento (Combate à Pobreza Rural e Nossa Primeira Terra) são idênticas aos programas Cédula da Terra e Crédito Fundiário de Combate à Pobreza do governo anterior (FHC). O mesmo ocorre com o Banco da Terra que tem as mesmas características do programa Consolidação da Agricultura Familiar (Lula).

Na verdade, dizem/ponderam os críticos, os programas são os mesmos. Em que pesem algumas modificações e/ou alterações, a característica central permanece a mesma: a *mercantilização da reforma agrária* (SAUER, 2004; MENDONÇA e RESENDE, 2004).

A questão que se coloca, porém, vai além de uma simples comparação entre um e outro governo. O mais importante é percebermos que estamos falando de políticas públicas e que, nem por isso, estão, como se poderia pensar, isentas de tensões, contradições. Pelo contrário, a considerar que se constroem a partir de diferentes interesses, quando não antagônicos. Entendível, portanto, na medida representam interesses de grupos/classes sociais diferentes. Ou seja, estamos falando numa perspectiva que envolve luta de classes.

O que não podemos deixar de considerar e reconhecer é a eficiência do discurso embutido (velado, às vezes explícito) nestes programas patrocinados pelos organismos internacionais (FMI, BM). Vide o estrago causado quanto à desarticulação das bases das entidades e movimentos populares que lutam pela terra. Observe-se o discurso da “disponibilidade de recursos para a compra de terra – associada ao discurso de uma reforma agrária pacífica, sem a necessidade de ocupar terra – serviu para desmobilizar as pessoas que desejam um pedaço de chão para trabalhar” (SAUER, 2004, p. 44).

Estas questões (não) podem passar despercebidas, uma vez que vêm carregadas de dizeres (discurso ideológico) que escondem/escamoteiam interesses nem sempre perceptível, o que demanda, por parte do pesquisador/estudioso, um olhar mais atento/crítico. Basta observar como as elites buscam, a todo custo, desmoralizar todas as iniciativas que possibilitem mudanças/transformações, principalmente quando governos, vindo das bases populares e/ou que estas representam, acenam por um outro projeto de sociedade, por um projeto alternativo ao modelo dominante de sociedade¹¹.

Para Sauer (2010), o que deve ser ressaltado quanto ao último governo (Lula) tem sido o diálogo, visto como um instrumento significativo/importante para aprofundar, como destaca Marins (1981), a democracia e romper com o histórico processo de exclusão política dos camponeses.

Semeraro (2004, p. 59) nos chama a atenção para um fato que muitas vezes passa despercebido nas nossas discussões/análises: quando um grupo social proveniente de segmentos populares chega ao poder político, “se depara diariamente com a força esmagadora

¹¹ Só para citar alguns exemplos: México e a destruição dos *ejidos*; a luta dos guatemaltecos, indígenas e camponeses, contra o latifúndio; a luta armada dos colombianos contra a velha estrutura fundiária herdada dos tempos coloniais; a luta dos movimentos sociais do campo no Brasil (mais especificamente o MST) contra a classe dos grandes proprietários de terras, etc., bem como a luta dos camponeses nos países pobres da África e Ásia contra as investidas do capital e as monoculturas (SHIVA, 2003).

dos bancos, dos empresários, das corporações nacionais e internacionais, dos magnatas da mídia, etc., que convidam, adulam, disponibilizam recursos, sabem usar de trato e, principalmente de chantagem”. Em outras palavras, pode-se até conquistar respaldo popular e deter certa hegemonia política, mas o poder efetivo permanece nas mãos das elites econômicas.

Há, portanto, que se levar em conta que as forças neoliberais, representantes do capital e patrocinadas pelos organismos internacionais multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outros, são mais fortes do que os sonhos e políticas que representam as classes populares, os movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos.

Conclusão

Ao que nos possa parecer, estaríamos diante de um conjunto de barreiras (quase) intransponíveis frente às investidas do capital no campo. A sensação de impotência parece frear sonhos, vontades, utopias (“um outro campo não é possível...”). A idéia do movimento, da contradição, da unidade contraditória, da possibilidade, parece se diluir diante do forte apelo à idéia e à prática homogenizadoras, à cultura da monocultura (também da mente), tão próprio da ideologia dominante.

Tudo parece sucumbir às regras impostas pelo capital. O desrespeito a toda forma de vida, de vivência, convivência, nos campos na região Amazônica, principalmente para com os povos do campo, denunciam isso.

Mas, haveria/há alternativas de se viver em sociedade, outros modos de se produzir, novas formas de distribuir renda, de usar a terra, além daqueles impostos pelo projeto do capital? Sim.

A realidade nos vem mostrando, e aqui cabe uma máxima de Marx e Engels (2002, p. 50) quando afirmam, que a burguesia “é incapaz de continuar desempenhando o papel de classe dominante e de impor à sociedade, como lei suprema, as condições de existência de sua classe. Pois ela fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria” (p. 48).

Quanto aos assentamentos, cabe ressaltar que, apesar da lógica perversa como estes vêm sendo criados pelo INCRA, estes se continuam num importante espaço/“laboratório” (MEDEIROS e LEITE, 1999), permitindo que se possa observar, de modo

privilegiado, múltiplas experiências construídas/vividas. Para Caldart (2002), a Reforma Agrária permite reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos.

A presença de assentamentos de Reforma Agrária (independentemente se do MST, do INCRA, CPT...) nos mais distantes rincões do país, bem como de um sem-número de acampamentos ao longo de rodovias, traz escondida uma importante e significativa mensagem: ali estão sujeitos (homens e mulheres) portadores de direitos, terra, trabalho, renda, educação..., enfim, vida digna. Como estes lhes foram/são negados, negam também e contestam a ordem social estabelecida, porque injusta, excludente; se recusam proletarizar-se, servir de mão-de-obra barata para o capital; bem como em deixar de ser camponeses.

Não poderíamos deixar de mencionar, enquanto professores/educadores, a importância da escola (e do professor) nesse processo de mudanças/transformação. Cabem aqui as palavras de Ferraro e Ribeiro (2001, p. 122) a respeito da escola ao afirmarem que esta, “atravessada pelas contradições próprias das classes sociais que lhe dão vida e conteúdo, [...] nunca se conformou ao modelo, aproximando-se, às vezes mais, às vezes menos, do limite entre conservação e a ruptura”. E acrescentam: “a escola que historicamente vem dando as costas a agricultores e agricultoras pode significar um instrumento de luta para permanecer na terra, de compreensão dos mecanismos de administração de recursos, de gestão da produção [...]” (p. 137).

Isso significa afirmar que a escola pode ser um lugar onde se produzem também as contradições sociais, isto é, um lugar de ação, de luta, de possibilidades e de conquista da cultura e da ciência como meios, como formas e instrumentos de enfrentamento à realidade posta. Por isso, mesmo com todas as mazelas, a escola pública se constitui, para muitas crianças, como a única oportunidade para a busca da compreensão da realidade social e da natureza que a cerca¹².

Bibliografia

BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF: Senado, 1988.

¹² Não se quer aqui defender a idéia de que a escola sozinha muda a realidade. Mas que o espaço escolar possa se constituir como um lugar/instrumento capaz de tornar os sujeitos mais críticos e conscientes da realidade que os cerca.

- CALDART, Roseli Salete. *O MST e a formação dos Sem-Terra: o movimento social como princípio educativo*. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. *A Cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002b.
- CARVALHO, Horácio Marins de. *O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.
- CARVALHO FILHO, José de. *Política Agrária do Governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária*. In: Leite, Sérgio (org.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001.
- DOMINGOS NETO, Manuel. *O Novo Mundo Rural*. In: MARTINS, Mônica Dias. *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- _____. *Cercas do latifúndio*. Disponível em: <
<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?ed=5924>.
- FERRARO, Alceu. *Gênese, natureza e trajetória do movimento neoliberal*. Revista Sociedade em Debate. Pelotas/RS: Escola de Serviço Social/UCpel v. 3, nº 4, dezembro de 2007.
- FERRARO, Alceu Ravanello; RIBEIRO, Marlene. *Trabalho Educação Lazer: construindo políticas públicas*. Pelotas: Educat, 2001.
- HIGA, Teresa Cristina Souza. *Cotidiano e Modernidade*. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (orgs.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- MARTINS, José de Sousa. *A militarização da Questão Agrária no Brasil (terra e poder: o problema da terra na crise política)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- MARTINS, Mônica Dias (org.). *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- MARTINS, José de Sousa. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. São Paulo: Editora Vozes, 1981.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MÉSZÁROS, George. *The MST and the rule of Law in Brazil*. University of Warwick, Inglaterra, 2007, (prelo).

- MEDEIROS, Lionilde Servolo; LEITE, Sérgio. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- MARÉS, Carlos Frederico. *A Função Social da Terra*. Porto Alegre: PENA – Composição e Arte, 2003.
- MELO, Adriana Almeida Sales de. *A Mundialização da Educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina. Brasil e Venezuela*. Maceió: EDUFAL, 2004.
- MENDONÇA, M. Luisa e RESENDE, Marcelo. *As Políticas do Banco Mundial são Iguais em Todo Mundo*. In: MARTINS, Mônica Dias. *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Desmatamento na Amazônia*. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?ed+5925>>. Acesso em: 03/02/2009.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Prefácio*. In: Martins, Mônica Dias. *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- SAUER, Sérgio. *A Terra por uma Cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”*. In: Martins, Mônica Dias. *O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- _____. *Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- SEMERARO, Giovanni (org.). *Filosofia e Política na Formação do Educador*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004.
- SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003.
- ZIBETTI, Darcy Walmor. *Teoria Tridimensional da Função Social da Terra no Espaço Rural*. Curitiba: Juruá, 2005.



ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PERMANÊNCIA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA

Patrícia Alves Ramiro/ Unesp
patriciaramiro@rosana.unesp.br
Programa Primeiro Projetos PROPE/Unesp
Conselho Nacional de Pesquisa/ CNPq
GT 3: Questão Agrária e Políticas Públicas

Resumo: A luta pelo retorno ou permanência na terra realizada pelos movimentos sociais no Brasil têm resultado na implantação de assentamentos rurais que fazem com que estes “novos agricultores familiares” criem estratégias e/ou reforcem práticas antigas para garantia do direito ao campo como local de moradia e de trabalho. Esta etapa *pós acesso* à terra via reforma agrária compõe um leque variado de práticas reais e ideais que vão requerer do pensamento acadêmico análises que superem a visão estritamente economicista, a qual, por vezes, acaba por cometer o equívoco de tornar sinônimos conceitos como agrícola e rural. Em nossas pesquisas, a busca por atividades não agrícolas, por exemplo, mostra-se bastante presente nos assentamentos, apresentando uma diversidade de alternativas, que vão desde o trabalho organizado em cooperativas e/ou associações, o beneficiamento de produtos agrícolas transformados em geléias, pães, conservas, queijos, doces e também a prática do agroturismo ou do turismo pedagógico. Embora, algumas políticas públicas já se voltem a este cenário atual, como é o caso da linha de crédito PRONAF Turismo Rural, o acesso as mesmas ainda é bastante difícil por estar em dissonância com a realidade destes locais. De todo modo, a presença de alternativas não agrícolas no meio rural contemporâneo da reforma agrária parece apontar para o entendimento de que existe um desejo de garantir o direito à permanência no campo, mas com a reivindicação de garantia de uma qualidade de vida equivalente aos benefícios que percebem nas cidades.

Introdução:

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira, especialmente, a partir da década de 1980, em decorrência da intensificação do êxodo rural, vêm resignificando os modos de vida dos ambientes urbanos e rurais.

A ênfase na implantação de assentamentos rurais, pós anos 90, devido à pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, traz para o cenário social nacional um novo sujeito social identificado pelo termo “assentado”, que passam a reivindicar o direito à uma vida digna, longe da exploração e da pobreza que muitos vivenciaram (de perto ou de longe) nas cidades.

Interessa-nos, neste trabalho, analisar de que maneira esses “novos agricultores familiares” criam estratégias e/ou reforçam práticas antigas para garantir seu direito ao campo como local de moradia e de trabalho.

Esta etapa *pós acesso* à terra via reforma agrária compõe um leque variado de práticas reais e ideais que vão requerer do pensamento acadêmico análises que superem a visão estritamente economicista, a qual, por vezes, acaba por cometer o equívoco de tornar sinônimos conceitos como agrícola e rural.

Para a compreensão desse(s) “novo(s) rural(is)”, os conceitos de alternativas não-agrícolas, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura serão de fundamental importância, visto que expressam a diversidade econômica, cultural, social e ambiental dos espaços onde ocorrem.

Como “fonte de pesquisa” para análise será utilizada a experiência profissional passada da autora, que atuou, durante cinco anos¹, como analista de desenvolvimento agrário da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural aos assentamentos rurais localizados no Estado de São Paulo; além de documentos de divulgação de programas desta instituição.

Importante ressaltar que este texto é formado de reflexões iniciais de pesquisa em andamento sobre as alternativas não-agrícolas em áreas de reforma agrária da região do Pontal do Paranapanema e do Mato Grosso do Sul². Sendo assim, ainda há um longo percurso de pesquisa a ser percorrido antes de quaisquer conclusões finais.

Podemos, porém, afirmar que a busca por atividades não agrícolas mostra-se presente nos assentamentos de reforma agrária, apresentando uma diversidade de

¹ De 2004 até início de 2009.

² Projeto de pesquisa *Estratégias não-agrícolas em assentamentos rurais na região de fronteira entre MS e SP*, financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa, (EDITAL MCT/CNPq 14/2010; UNIVERSAL/PROCESSO 472459/2010-4), com previsão de conclusão em outubro de 2012.

alternativas, que vão desde o trabalho organizado em cooperativas e/ou associações, o beneficiamento de produtos agrícolas transformados em geléias, pães, conservas, doces e queijos, a produção artesanal de biscoitos e/ou bolachas, e também a prática do turismo, através, principalmente, do agroturismo e/ou do turismo pedagógico.

Alternativas não-agrícolas e pluriatividade:

Como esclarece a antropóloga Maria José Carneiro (1998), o conceito inicial relativo às alternativas não-agrícolas foi a discussão referente à “agricultura em tempo parcial” (*part-time farmer*). Este conceito foi utilizado na França durante o debate dos especialistas nas décadas de 60 e 70 do século XX.

Sobre o agricultor em tempo parcial, afirma José Graziano da Silva (1999) que:

(...) A sua característica fundamental é não ser mais somente agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro e fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. (...) Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades e não-agrícola. (SILVA, 1999, p. 05)

Posteriormente, apenas durante os anos 80, seria cunhado o conceito de pluriatividade, visando enfatizar o sentido de um processo mais amplo e permanente, em oposição ao termo anterior de “agricultura em tempo parcial”. (cf. CARNEIRO, 1998)

As razões para o surgimento dessas atividades repousam, segundo Carneiro (2000), na mudança de paradigma, iniciada na década de 80 do século XX, através do surgimento da idéia da sustentabilidade, época em que se unem à dimensão econômica de desenvolvimento, as questões ambientais, sociais e culturais das populações. Nas palavras da autora (2000):

O apelo ao discurso ambientalista, reforçado pela crise da superprodução agrícola desperta valores até então rejeitados pelo modelo de desenvolvimento hegemônico: o localismo e o regionalismo. A crítica ao produtivismo e aos excessos da sociedade industrial encontra, nas pequenas aldeias rurais, a possibilidade de construção de um novo modelo de exploração econômica, não mais exclusivamente agrícola, que fosse aos encontros dos interesses comunitários e regulado pelas redes de solidariedade locais. Inaugura-se uma nova dinâmica econômica e social no campo, que ficou conhecida como pluriatividade: a combinação de diferentes atividades não agrícolas à exploração agrícola visando a manutenção da população no campo, a sustentabilidade das unidades familiares anteriormente dedicadas exclusivamente à agricultura e, principalmente, a redução dos subsídios governamentais à agricultura. (CARNEIRO, 2000, p. 120-121)

É importante compreendermos que a categoria pluriatividade é utilizada para designar situações e processos sociais heterogêneos, comporta outras formas de exploração sustentadas não apenas na agricultura, “mas na combinação com outros tipos de atividades econômicas dentro ou fora de uma mesma unidade doméstica”. (CARNEIRO, 1998, p. 149)

Nesse trabalho, o eixo principal da análise recai sobre as alternativas não-agrícolas praticadas dentro do espaço do assentamento rural, ou seja, restringe-se àquelas práticas que visam à manutenção do campo como local e morada e de trabalho. Tais opções são reconhecidas como bastante comuns nos espaços rurais, afinal, conforme afirma Silva (1999, p. 06):

É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias, etc.

A questão central é que essas práticas mencionadas acima eram adotadas para melhorar a qualidade de vida da família, não tendo a produção familiar dos produtos artesanais um caráter comercial. Já no mundo contemporâneo, o resgate das mesmas aponta para alternativas não-agrícolas de complementação ou até mesmo de geração de renda principal de algumas famílias em áreas de reforma agrária.

Schneider (2009), por exemplo, visando contribuir ao debate atual das reflexões centradas na diversidade e na complexidade da agricultura familiar nas sociedades contemporâneas, ao pesquisar, em meados da década de 90, sobre a temática das atividades não-agrícolas e o crescimento da pluriatividade nas famílias de agricultores no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina³, mostrou que, na região analisada, as alternativas não agrícolas aparecem como fenômeno permanente e não como mera suplementação de renda.

Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, é caracterizada e define o fenômeno denominado de pluriatividade, que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. (SCHNEIDER, 2009, p. 18)

³ Os locais pesquisados por Schneider (2009) foram: a localidade de Padre Eterno Ilges, município de Santa Maria do Herval, no Rio Grande do Sul, e em Braço do Sul, distrito de Vila Itoupava, município de Blumenau, em Santa Catarina

Neste contexto, o conceito de pluriatividade mostrou-se bastante adequado porque nem todas as atividades externas apresentam relação direta com a redução do tempo de trabalho na agricultura. Podemos dizer que uma definição mais completa do conceito de pluriatividade foi dada por Fuller (apud SCHNEIDER, 2009, p. 85), segundo o qual:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros das famílias e suas atividades principais, assim como permite separar o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

Outro conceito importante para a compreensão do mundo rural atual é o de multifuncionalidade. Maria José Carneiro (1998) defende que a adoção do conceito francês de multifuncionalidade da agricultura familiar é pertinente ao estudo da realidade brasileira, não sendo apenas um modismo, como acreditam alguns. Isto porque se baseia em duas idéias centrais:

(...) a de que a compreensão da agricultura familiar como uma realidade complexa e multifacetária faz parte da já antiga e profunda tradição dos estudos sobre o campesinato e a agricultura familiar no Brasil. Em segundo lugar, a afirmação de que o reconhecimento do caráter multifacetário da agricultura se inscreve neste quadro de análise, reforçando os argumentos de defesa e legitimação da agricultura familiar. (CARNEIRO, 2003, p. 09)

O cerne da questão reside em compreender como se dá o recebimento das novas técnicas e quais são as práticas materiais e simbólicas adotadas para permanência no meio rural, i.e., como são reinterpretadas as experiências familiares e individuais que resultam em transformações sociais, dando formato às novas ruralidades do mundo contemporâneo.

Outra questão fundamental é a percepção de como o Estado através das políticas públicas para esta população vêm alcançando (ou não) estas novas configurações reais e ideais em andamento nas áreas de reforma agrária.

Alternativas não-agrícolas em assentamentos:

Os assentamentos compõem o quadro social daquilo que é denominado de uma “nova ruralidade”. Comporta a adoção de práticas renovadas e inovadoras para reprodução social e simbólica de seus moradores.

As principais formas de alternativas não-agrícolas detectadas até o presente momento da pesquisa foram as pequenas agroindústrias comunitárias, o processamento de matéria prima local agregando valor à produção, tais como: a fabricação caseira de queijos, geléias, pães, bolachas, doces, conservas, pó de café, garapa e a produção de artesanato.

Neste último exemplo, temos como produtos: móveis em bambu, cabaças pintadas em formatos de animais, bolsas e cestos de palha de milho seca, pintura de telas, tapetes de fibras, buchas, bordados em camisetas e pinturas de panos de prato.

Em alguns casos, vemos a abertura dos assentamentos para a visitação turística, especialmente, para o agroturismo e o turismo pedagógico. Dentre os locais do estado de São Paulo que vêm buscando no turismo uma forma de geração de renda (complementar em todos os casos detectados até o momento), podemos citar os seguintes assentamentos do Pontal do Paranapanema: Nova Pontal, no município de Rosana e Água Limpa, no Município de Presidente Bernardes. (IGNÁCIO, 2010; MELO, 2010; MARQUES, 2009; RAMIRO, 2010a, 2010b, 2010c; SOUZA e HESPANHOL, 2010)

Esses dois casos detectados na região do Pontal do Paranapanema apresentam em comum a existência de grupo organizado para o empreendimento da atividade turística. Em Presidente Bernardes, moradores do assentamento Água Limpa criaram o Instituto Integração Água Limpa Rodeio e, em Rosana, a organização social que organiza o recebimento de visitas é a Associação das Mulheres Assentadas do Nova Pontal (AMANP). Todavia, há também nesse último, a construção de uma pousada como resultado de iniciativa individual de uma família: Pousada Tucunaré, cujo público-alvo seriam pescadores.

Outra similaridade está no papel que a universidade (particular e pública) tem para com o planejamento junto à estes grupos. No primeiro caso, está presente docentes do Curso de Turismo do Grupo Educacional UNIESP (União das Universidades do Estado de São Paulo) e, no segundo, docentes do curso de Turismo da Unesp/Campus Experimental de Rosana. Todavia, ambos ainda estão em fase de planejamento, tendo realizado algumas visitas esporádicas e buscando avaliar o potencial que atividade pode ter para as famílias envolvidas.

De maneira mais generalizada, podemos dizer que a adoção de determinadas alternativas que extrapolam o limite das atividades agropecuárias pode ser influenciada por

uma diversidade de características conforme o contexto socioeconômico, cultural e ambiental vivenciado pelos assentados. Destacam-se dentre estas características: a vivência política, econômica, social e cultural no município de inclusão do projeto; a qualidade do solo; o mercado local e regional para escoamento de produção agropecuária; o potencial turístico da região; o tamanho dos lotes agrícolas; as situações climáticas (em especial o compartilhar intempéries que inviabilizam o plantio ou mesmo a colheita de alguns produtos) e também a equipe local de assistência técnica pública e gratuita⁴.

Dentre as estratégias não agrícolas estão também aqueles que vêm na necessidade de acesso aos serviços da cidade no meio rural um caminho para geração de renda. Optam, portanto, pela abertura de estabelecimentos comerciais dentro ou em áreas próximas aos assentamentos rurais, como: borracharias, mercados, bares, restaurantes, mecânicas.

De fato, essas estratégias colocam em cheque a noção da função social da terra que legitima a desapropriação de terras no país. Todavia, reproduzem situações recorrentes no espaço da agricultura familiar (cf. SILVA, 1999), que dificilmente seriam diferentes apenas por se tratar de agricultores familiares assentados.

A questão urgente é como articular políticas públicas que reconheçam estas práticas não-agrícolas (ou parte delas) e que não recaiam no embate à idéia de cumprimento da função social da terra.

O que vemos, atualmente, é a omissão, por parte dos assentados, de práticas não-agrícolas, com receio da perda de direitos conquistados.

As alternativas não agrícolas realizadas fora da área do assentamento, conhecidas como processo de “proletarização dos camponeses”, embora sejam perceptíveis, são omitidas pelos assentados, pois não são aceitas pelos órgãos públicos que garantem a efetivação do direito à permissão de uso da terra (órgãos de regularização e fiscalização dos assentamentos de reforma agrária) e que legitimam os direitos sociais dos assentados. Mas, quanto mais próximos estão de indústrias, usinas, perímetro urbano, mais comum são as procuras por serviços temporários ou mesmo assalariados visando ter mais tranquilidade para continuar sobrevivendo no campo.

A contradição que ocorre neste caso reside na dialética entre o argumento da função social da terra utilizado para desapropriação para fins de reforma agrária e a adoção de algumas alternativas não agrícolas após conquista da terra como única maneira de

⁴ O primeiro item engloba questões desde a filiação partidária do prefeito até os indicadores sociais do município como distribuição de renda, taxa de pobreza, qualidade dos serviços públicos prestados nas áreas de saúde, educação, cultura e lazer.

combinar campo com qualidade de vida, quer do ponto de vista econômico, quanto simbólico.

O paradoxo está, portanto, no fato do caminho para conseguir permanecer ou retornar ao meio rural ser através da adoção do discurso dos movimentos sociais de “terra para quem nela trabalha”, enquanto que, para conseguir suprir as necessidades a partir da terra, às vezes, requer a combinação com alternativas de geração de renda fora da agropecuária.

Para Graziano (1999) o reconhecimento de que as atividades não agrícolas em áreas de reforma agrária poderão servir para garantir a dignidade à vida de grande contingente de pessoas “sem qualificação profissional que os habilite a procurar outra forma de inserção produtiva no novo mundo do trabalho que se delinea” (GRAZIANO, 1999, p. 130), desde que seja revisto o tamanho necessário dos lotes para a sobrevivência das famílias assentadas e dada à devida capacitação para compor este novo mundo rural.

Todavia, podemos pensar que algumas dessas alternativas podem se combinar com a produção agropecuária, como é o caso do agroturismo e do turismo pedagógico que viriam para otimizar a produção local e, quiçá, desenvolver a qualidade dos serviços prestados: estradas, saúde, habitação, comércio rural. Obviamente, outros impactos poderiam ser mais danosos que os benefícios, ainda sendo necessária a ampliação do debate sobre esta possibilidade.

De todo modo, as diversas opções de atividades geradoras de renda tendem a apontar para o entendimento de que existe um desejo de garantir o direito à permanência no campo, mas com a reivindicação de garantia de uma qualidade de vida equivalente aos benefícios que percebem nas cidades. (cf. RAMIRO; MANCUSO, 2010)

Políticas públicas & reforma agrária:

Antes de iniciarmos as considerações sobre as políticas públicas para as áreas de reforma agrária, convém realizarmos alguns breves comentários sobre os sujeitos sociais para a qual se destinam: os assentados.

Após o acesso à terra (em maioria absoluta via movimentos sociais no Brasil), é construída uma *nova identidade social* no campo, compondo os agrupamento de beneficiários de áreas de reforma agrária. O conceito de assentado serve tanto como modo de reconhecimento dos mesmos pelas políticas públicas de Estado - acesso a créditos específicos, assistência técnica e extensão rural pública e gratuita, regulações de compra e

venda da produção, direitos previdenciários, acesso a políticas educacionais - quanto como reconhecimento identitário dentro da sociedade abrangente. (cf. RAMIRO, 2008)

Agrupados geograficamente em um mesmo território compartilhado na área denominada projeto de assentamento, algumas de suas características ora os aproximam da categoria mais abrangente de agricultores familiares, ora os restringem a um tipo específico de agricultor familiar: o assentado. Afinal, concordamos com Wanderley (1999) ao afirmar que a agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares.

Do ponto de vista do Estado, a permanência ou retorno ao campo implica na compreensão da relação direta existente entre trabalho-produção-moradia, que os torna agricultores com sistema produtivo baseado na utilização predominante da mão-de-obra familiar residente no lote, condição estabelecida no Termo de Autorização de Uso da Terra assinado entre os titulares do lote e a Fundação ITESP, caso do estado de São Paulo.

Essa delimitação se faz relevante porque o acesso a outras políticas públicas sociais em decorrência da situação de pobreza em que alguns ainda se encontram é comum a qualquer cidadão, quer este resida na cidade ou no campo⁵ e também na relação inevitável do assentado com o Estado.

Conforme nos mostra Leite (2004), em estudo sobre os impactos dos assentamentos em diferentes regiões brasileiras:

Na medida em que se reduzem os conflitos e se criam territórios sob gestão do Estado, surge uma nova categoria: os “assentados”, que passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não tinham acesso anteriormente, e cujos efeitos extrapolam os limites dos projetos e das populações ali assentadas. (Leite et. al.; 2004: 21)

Dentre as políticas públicas de âmbito nacional com foco nos assentados, podemos citar: a) acesso a linhas de créditos específicas para os agricultores familiares por meio do Programa Nacional para a Agricultura Familiar com recursos destinados para investimentos e/ou custeio de projetos agrícolas ou pecuários⁶; b) crédito habitação para

⁵ Entre essas políticas estão programas sociais federais e estaduais, implantados em parceria com os municípios, em especial, o Programa Bolsa Família, Programa Ação Jovem, Renda Cidadã, Pró-jovem e de Programas relacionados à Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nos quais o idoso e o deficiente físico ou mental, cuja renda familiar esteja classificada como abaixo da linha da miséria (renda familiar *per capita* igual ou inferior a ¼ de salário mínimo) têm direito a receber do Estado o valor de um salário mínimo vigente.

⁶ Não cabe neste trabalho uma avaliação significativa sobre estes programas, mas apenas destacar que as taxas de juros são bastante similares, embora o rebate, ou seja, o desconto na dívida paga em dia era maior na época do PROCERA, o qual, por sua vez, não tinha o número de linhas de crédito que o programa atual tem: PRONAF Jovem e PRONAF Mulher, por exemplo.

projetos em fase inicial de implantação; c) direitos previdenciários na qualidade de segurados especiais do INSS nos quais fica garantido, aos agricultores assentados, que comprovem o efetivo exercício de atividades agropecuárias, através de notas do talão do produtor rural (desde que cumprido o período de carência exigido na legislação brasileira), o direito à aposentadoria rural por idade (mulheres aos 55 anos e homens a partir dos 60 anos), auxílio-doença, auxílio-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão e aposentadoria por invalidez, todos no valor de um salário mínimo vigente; d) acesso a políticas públicas educacionais decorrentes de sua condição de assentado, situação existente na UNESP de Presidente Prudente com implantação do curso de Geografia e na Universidade Federal de São Carlos com cursos de Pedagogia e Curso Especial em bacharelado em Agronomia com ênfase em Agroecologia e Sistemas Rurais Sustentáveis, além de Universidade mantida pelo MST e cursos técnicos na área agrícola com vagas para jovens assentados no Centro Paula Souza, entre outros; e) direito à assistência técnica e extensão rural pública e gratuita.

Não é objetivo deste trabalho realizar uma análise aprofundada sobre o Programa Nacional para a Agricultura Familiar, porém convém apontar algumas considerações sobre o mesmo, especialmente, no que se refere à recusa do reconhecimento das alternativas não-agrícolas na maior parte de suas linhas.

Historicamente, a primeira linha de crédito para os assentados foi o extinto Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA), o qual era exclusivo aos produtores familiares assentados. Surgido no ano de 1985, incluso no II Plano Nacional para a Reforma Agrária (PNRA), teve seu auge no final de 1994 e foi substituído, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Programa Nacional para Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o público-alvo para os pequenos produtores em regime de agricultura familiar e delimitando apenas algumas linhas específicas para assentados.

De fato, o surgimento do PRONAF se deve à idéia de dar condições àqueles com potencial para competir produtivamente no mercado nacional, denominados pela política pública de “agricultores em transição”. Vemos que, ao centrar a atuação do PRONAF no estímulo à competitividade:

(...)estão, portanto, excluídos todos aqueles que, por motivos variados (natureza sazonal da atividade agrícola, impossibilidade de aproveitar, na produção, a totalidade da mão-de-obra familiar disponível, oferta de emprego na região em situação mais favorável que a agricultura, redirecionamento dos projetos familiares ou individuais de forma a incorporar novos rendimentos e ampliar a

capacidade de consumo, entre outros) são levados a desempenhar atividades não agrícolas ou a exercer uma forma de agricultura que não seja orientada pelos padrões de produtividade e de rentabilidade exigidos pelo modelo modernizador assumido pelo PRONAF. (CARNEIRO, 2000, p. 136)

No caso dos assentados, a identidade com a terra é bastante recorrente quer perante às visões dos órgãos públicos, quer perante a própria percepção subjetiva que constroem de sua nova identidade social pós conquista do lote (cf. RAMIRO, 2008). A conquista da terra resulta na construção de um tipo específico de sociabilidade e de visão de mundo, afinal como afirma Moraes (2006: 54):

Em nível das representações, a terra possui duas materialidades: física e simbólica, cuja simbiose produz o *lugar*. Lugar de viver, lugar de morar, lugar de criar os filhos, o *lugar da gente*. O lugar, enquanto materialidade simbólica, é preche de significados que dizem respeito não somente ao momento presente, mas ao passado e também ao futuro. Há um elo de ligação entre estes tempos, reconstruídos pela memória individual e coletiva. A representação do lugar traduz os aspectos identitários destas pessoas.

A construção simbólica do lugar está vinculada ao processo histórico de implantação de cada projeto de assentamento, visto que cada um traz consigo características definidoras dos significados do *lugar* adotados pelo morador.

Estes novos lugares (re) construídos vão apresentar uma diversidade de estratégias de geração de renda, fazendo que haja uma diversidade de práticas em consonância com as trajetórias e ciclos de vida de cada família.

Ou seja, no caso de titulares dos lotes, o trabalho não agrícola fora do lote, ainda que seja uma estratégia para ampliação dos investimentos agropecuários no lote, é considerado não apenas como inepto para acesso á maioria das linhas de crédito do PRONAF, como também é legalmente tido como infração à Permissão de uso da terra, podendo ocasionar a exclusão do beneficiário da terra.⁷

Como nos mostra Carneiro (2000), a ideologia da criação do PRONAF pretendia apoiar àqueles tidos como os “verdadeiros agricultores”. Nas palavras da autora, cabia ao PRONAF:

Instituir o “verdadeiro agricultor” como aquele que aufera a renda familiar quase exclusivamente da atividade agrícola implica excluir a possibilidade de combinar a agricultura com outras fontes de renda que, em alguns casos, são indispensáveis à continuidade da própria atividade agrícola, ou representam

⁷ Do ponto de vista da legislação previdenciária brasileira, as ocupações fora do âmbito das atividades agropecuárias é motivo para perda dos direitos previdenciários na qualidade de segurado especial.

uma maneira de aumentar a capacidade de consumo, ou de se manter no campo em condições mínimas de cidadania. (CARNEIRO, 2000, p. 136)

As alterações ocorridas no espaço rural, especialmente, no final do século XX, fizeram com que surgissem novas linhas de crédito do PRONAF visando abranger algumas alternativas não-agrícolas mais emergentes: caso do PRONAF- Turismo Rural. Todavia, se o Estado conseguiu detectar a emergência deste setor no campo brasileiro, não foi capaz, até o momento, de adequar suas normas de acesso à realidade dos pequenos agricultores. (cf. TEIXEIRA; NAGABE, 2010)

No caso dos assentamentos, embora tenhamos detectado experiências de abertura para recebimento de visitas, nenhum assentado pesquisado até o momento acessou tal financiamento para realização de turismo.

Doravante, ainda que não tenhamos detectado outras políticas públicas para reconhecimento das alternativas não-agrícolas, não apenas como resíduos (20% da renda familiar permitido pelo PRONAF, por exemplo), há a execução de programas pela Fundação ITESP, cujos objetivos permeiam e estimulam tais práticas. Destacamos aqui dois casos: Projeto de Planejamento e Gestão de Atividades Econômicas das mulheres agricultoras: da produção à comercialização, na perspectiva de gênero e o Programa Produzindo Melhor no Campo.

O primeiro foi executado de setembro de 2009 à agosto de 2010 e tinha como objetivos: “fortalecer as atividades econômicas dos grupos de mulheres agricultoras e quilombolas, por meio de capacitação sistemática e exclusiva; trabalhar questões de mercado, planejamento e gestão de acordo com as atividades de geração de renda dos grupos (horticultura, doces e panificação, artesanato, marcenaria, leite, urucum e turismo); expandir e melhorar a qualidade da produção agrícola, de alimentos processados e produtos não agrícolas e gerar possibilidades de renda para a comunidade”⁸. Executado em parceria com verba do Ministério do Desenvolvimento Agrário e contrapartida da Fundação ITESP.

O segundo pretendeu “realizar ações de capacitação profissional com foco na geração de renda para agricultores familiares assentados e técnicos da Fundação ITESP, visando o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades de gestão tanto das unidades produtivas como de empreendimentos de modo sustentável”. Realizado em parceria com a Secretaria do Trabalho, expunha entre seus objetivos específicos “estimular a diversificação da produção nos assentamentos como uma estratégia de reprodução

⁸ Informações disponibilizadas pela Fundação ITESP.

econômica e social da família, a partir do acesso a informação sobre alternativas de geração de renda no contexto do desenvolvimento local” e também em “incentivar o desenvolvimento de agroindústrias e os processos artesanais, segundo o zoneamento agrícola do estado, contribuindo para a agregação de valor na comercialização e aumento da renda familiar”⁹.

Os resultados e as versões para implantação destes programas ainda estão em fase de levantamento de pesquisa, todavia, podemos adiantar que não se percebeu a continuidade destas ações através da efetivação de políticas públicas que reconheçam e legitimem a opção pelas atividades não-agrícolas presentes nos mesmos.

Conclusões (parciais):

Sabemos que, devido à tamanha heterogeneidade, é impossível pensar em uma única receita para o conjunto de agricultores familiares. Provavelmente, no caso dos assentamentos rurais, embora, obviamente, também não sejam uma categoria homogênea, suas trajetórias de exclusão social em comum, requerem o urgente aprofundamento na compreensão de suas práticas materiais e simbólicas em busca de uma vida melhor.

Acreditamos ser necessário o repensar e o redirecionamento dos olhares para as alternativas não-agrícolas que são adotadas como novas estratégias e/ou resgate de antigas práticas da população campesina. Embora, ao que tudo indica até o presente momento da pesquisa, no caso brasileiro, estas alternativas tenham a predominância do aspecto financeiro em suas motivações, ao tentarem reduzir a insatisfação com a política de preços e a dificuldade de acesso dos pequenos agricultores ao mercado, ainda assim, apresentam uma conotação simbólica de práticas sociais acopladas às histórias de vida das pessoas que vêm na permanência ou no retorno ao espaço rural uma alternativa para redução da situação de pobreza em que se encontravam anteriormente.

Se, hoje, as cidades não conseguem oferecer uma condição adequada de vida para muitos, é um direito histórico tentar recuperar a dignidade humana através do retorno ao campo e construir uma nova ruralidade. Assim, retornar ou permanecer no meio rural passa por um processo de escolha que recorre a uma grande desvalorização do ambiente urbano, no qual se sentem marginalizados e excluídos.

⁹ Informações disponibilizadas em material de divulgação do programa.

O desejo estatal de ver nas áreas de reforma agrária um agricultor preparado para ser um pequeno empreendedor rural soa-me, no mínimo, deveras “ingênuo”(na melhor das hipóteses); afinal são estas pessoas tão distintas, porém com histórias de vida difíceis em comum, o público de direito principal do acesso à terra. A reforma agrária deve ser para elas, expropriadas e/ou exploradas, para as quais as políticas públicas precisam estar aptas ao entendimento desta nova categoria social inserida no campo: os assentados.

A distância percebida entre o tipo ideal e real da população assentada coloca em pauta a eficácia das políticas públicas adotadas, visto que são planejadas e implantadas sem a compreensão, ou melhor, sem a aceitação, do perfil das pessoas que compõem os assentamentos rurais.

O não reconhecimento do direito à terra à grande parte dos assentados coloca-os à margem dos programas existentes e num espaço de ausência da presença do poder público através do acompanhamento de seus funcionários. Para estes “ínaptos” para o trabalho agrícola, cabe-lhes o estigma de desinteressados, preguiçosos e/ou ignorantes.

Como, quantitativamente, estes “estigmatizados” parecem ser muitos, faz-se relevante aprofundarmos esse debate sobre as estratégias de fato adotadas no meio rural dos assentamentos, visando à adequação das políticas públicas à realidade.

Para encerrar, nesta etapa preliminar da pesquisa cabe destacar os seguintes aspectos que necessitam de maiores pesquisas para aprofundamento: a influência que a vivência do ambiente urbano (direta ou indiretamente) tem, não apenas sobre as necessidades de consumo dos assentados, mas também sobre as estratégias de geração de renda adotadas pelos membros da família; analisar a relação entre o ciclo de vida, gênero e geração do praticante ; o aparente paradoxo entre a função social da terra e a prática de atividades não agrícolas em áreas de reforma agrária; o descompasso entre os programas implementados e as políticas públicas estabelecidas; a recusa de algumas dessas estratégias não agrícolas pelas principais políticas públicas vigentes (como, por exemplo, trabalhar fora e investir na propriedade); a dificuldade para acesso ao PRONAF- Turismo para agricultores familiares assentados; as barreiras para transformar saberes antigos em mercadorias aceitas nos mercados locais e regionais (vigilância sanitária, marketing, redes de comercialização, etc).

Referências bibliográficas:

- CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- _____. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. In: SILVA, José Graziano da; CAMPANHOLA, Clayton (orgs.). **O Novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna/SP: EMBRAPA; 2000. p. 117-149.
- IGNACIO, C. D. **Turismo no espaço rural e gastronomia: estudo de caso do assentamento Nova Pontal**. Trabalho de conclusão de curso de turismo da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2010.
- LEITE, Sérgio Pereira [et. al.]. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA/NEAD, São Paulo: Editora da UNESP; 2004. (Estudos NEAD, n 6)
- MARQUES, L. M.; SANTOS, R. J. O turismo como alternativa de desenvolvimento sócio-econômico em áreas de assentamentos de reforma agrária: um estudo do Assentamento Rio das Pedras, Uberlândia - MG. **Caderno Virtual de Turismo**, São Paulo, n. 1, p.148-166, 2009.
- MELO, A. F. **Turismo em assentamentos rurais: o olhar da comunidade local**. Trabalho de conclusão de curso de turismo da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, 2010.
- MORAES E SILVA, Maria Aparecida. A terra no imaginário dos migrantes temporários. **Revista de História Oral**, n.4; julho de 2001. p. 103-120.
- RAMIRO, P. A. **Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação: o caso dos assentados do Nova Pontal**. 2008. 156f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- RAMIRO, Patrícia Alves; MANCUSO, Maria Inês Rauter. Revisitando o campo: o retorno e a permanência no meio rural. **Cadernos CERU, USP**, v. 20, 2009. p. 16-31.
- RAMIRO, P. A. Metodologia participativa e turismo rural. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural: o turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Presidente Prudente/SP: Unesp; 2010a.
- _____. Turismo rural em área de assentamento: uma experiência prática. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural: o turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Presidente Prudente/SP: Unesp; 2010b.
- _____. Propriedade da terra & turismo em assentamentos rurais. In: **VII Congresso Internacional sobre turismo rural e desenvolvimento sustentável: turismo rural e agricultura familiar: iniciativas e inovações**. Porto Alegre/RS: UFRS, 2010c.
- SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª ed.; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SILVA, J. G. da. **O Novo rural brasileiro**. 2ª ed.; Campinas/SP: Editora Unicamp; 1999. (Coleção Pesquisas, 1)
- SOUZA, S. P. de; HESPANHOL, R. A. de. Dinâmicas socioeconômicas e possibilidades de implantação do turismo rural em assentamentos nos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural: o turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Presidente Prudente/SP: Unesp; 2010.
- TEIXEIRA, J.; NAGABE, F. Identidades locais, PRONAF e turismo no espaço rural: apontamentos sobre a realidade de Campo Mourão. In: **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.5, n.9, 2010. p. 112-146.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999.



POLÍTICA PÚBLICA E DESIGUALDADE DE RENDA NA AGRICULTURA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Daniete Fernandes Rocha, COMUSAN-Belo Horizonte

daniet@terra.com.br

GT3: "Questão Agrária e Políticas Públicas"

Este trabalho tem como objetivo uma reflexão acerca da questão agrária brasileira, na perspectiva do desenvolvimento rural, em um sentido lato, porém, abordando, especificamente, a participação relativa da agricultura familiar na renda gerada no setor e sua evolução nas últimas quatro décadas. O foco da análise é a evolução dessa participação, em comparação, fundamentalmente, com a dos empregadores, considerando-se os ganhos das atividades da produção agropecuária, estritamente, não obstante o contexto em que se insere a atividade agrícola contemporânea, ou seja, sua inserção em um meio rural hoje categorizado como "novo rural", em que ressalta o fenômeno da pluriatividade. O estudo tem como referência a política pública para o setor, com destaque para a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o concomitante reconhecimento oficial dos agricultores familiares. São utilizados, como base de análise, os anos de 1976, 1986, 1996 e 2006. As bases teóricas do estudo envolvem, por um lado, uma discussão a respeito das políticas públicas para o setor e, por outro, a categoria "agricultores familiares" e sua diferenciação em relação aos "camponeses". Estudos mostram que esses agricultores inserem-se em cadeias produtivas e são capazes de responder a estímulos de políticas públicas e de mercado. Os resultados mostram, porém, uma posição débil dos agricultores familiares na participação na renda da agropecuária, em todos os anos considerados, observando-se que não se altera a distância

desse estrato social em relação à participação dos empregadores, a partir da criação do PRONAF, os últimos sempre ocupando os patamares mais elevados em relação à renda total.

Curriculum Vitae:

Daniete Fernandes Rocha (Sexo: feminino).

Economista, UFMG; Mestrado em Sociologia, UFMG; Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, UFMG, 2010. Experiência na área de Sociologia. Ênfase: mercado de trabalho rural e estratificação social. É membro do COMUSAN-Belo Horizonte.

Projetos desenvolvidos no Banco do Brasil (1993 a 1999): Agricultura Orgânica; Fruticultura e Olericultura; Crédito Rural – período 1985 a 1992.

Idiomas: lê espanhol, inglês e francês.

POLÍTICA PÚBLICA E DESIGUALDADE DE RENDA NA AGRICULTURA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Autora: Daniete Fernandes Rocha, COMUSAN-Belo Horizonte (MG)

E-mail: daniet@terra.com.br

GT3: “Questão Agrária e Políticas Públicas”

1. CONTEXTO DO PROBLEMA

A noção de desenvolvimento rural¹ engloba questões relativas a três dimensões: 1) a dimensão do território; 2) a dimensão da população rural e 3) a dimensão do desenvolvimento econômico, setorial e geral. Essa diversidade de aspectos requer, para sua análise, uma combinação de dados, de teorias e de instrumentos de pesquisa, em um modelo interdisciplinar. Tal complexidade significa, também, uma multiplicidade de temas e de problemas a serem investigados (KAGEYAMA, 2004). Torna-se, portanto, imperativa, uma escolha do objeto de estudo, dentro desse amplo espectro de temas.

Kageyama (2004) considera que o mercado de trabalho configura um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento rural. A recorrência a trabalhos externos à unidade agropecuária tem sido considerada uma tendência da agricultura² contemporânea, no contexto da mudança de um padrão fordista de produção para um modelo mais flexível. Não se restringe aos produtores em situação de precariedade. Em torno dessa questão ocorre o debate sobre uma nova ruralidade, em que o conceito de pluriatividade se torna

¹ Para Kageyama (2004), o desenvolvimento rural refere-se a uma base territorial, local ou regional, apoiando-se em atividades diversificadas que geram renda. O crescimento da agricultura, na visão da autora, passa a ser apenas um dos componentes, sendo, entretanto de fundamental importância. A idéia de desenvolvimento é complexa, mas, de um modo geral, inclui a melhoria de indicadores sociais.

² O termo agricultura, quando utilizado de forma geral, pode ser visto como englobando ambos, a agricultura e a pecuária.

central (DEL GROSSI; GRAZIANO da SILVA, 2002; SCHNEIDER, 2003, 2006). Entretanto, a ampliação das ocupações não agrícolas não elimina a importância fundamental que ostentam as ocupações diretamente ligadas à produção agropecuária, no conjunto das atividades do meio rural. Também no conjunto do agronegócio, os agricultores cumprem um papel fundamental, respondendo aos desafios da produção de matérias-primas e de alimentos.

Portanto, dentro da complexidade que cerca a investigação do meio rural, o objeto de análise selecionado neste estudo insere-se no tema das ocupações agrícolas e da repartição da renda nesse setor. Trata-se de investigar o comportamento da desigualdade de renda no interior da atividade da agropecuária brasileira, propriamente, com foco na posição do estrato dos agricultores familiares, em relação à posição dos empregadores, tendo como referência as mais relevantes políticas agrícolas nacionais, o Sistema Nacional de Crédito Rural-SNCR e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF. O estudo adota uma perspectiva longitudinal, abrangendo desde os anos 1970 até a presente década (anos de 1976, 1986, 1996 e 2006), para o país como um todo, considerando-se a evolução da posição da mediana da renda dos agricultores familiares, em comparação com a dos empregadores.

A escolha deste objeto de análise se orienta pela constatação de que as formas de produção que podem ser consideradas essenciais na agricultura moderna (VEIGA, 2007b), são a “familiar” e a “patronal” (aspas do autor). Para essa literatura, familiares são os produtores que operam suas unidades de produção contando, preponderantemente, com a força de trabalho própria e a de seus familiares. A forma de produção patronal é a que se vale de força de trabalho contratada.

Para Corrêa (1999), a variável posição na ocupação aparece como o mais relevante condicionante do rendimento do trabalho no setor agropecuário brasileiro, estando associada às diferenças na distribuição prévia da propriedade e na acumulação do capital físico. Nessa linha de consideração, Neves (1997) constatou, para os anos de 1973, 1982 e 1988, que os empregadores obtiveram, sempre, os níveis mais altos de rendimentos no setor. Ney e Hoffmann (2003) encontram resultados semelhantes e mostram que a renda média dos empregadores (R\$ 1.402,00) era 5,3 vezes maior do que a dos agricultores familiares (conta própria), cuja renda média era de R\$ 266,00.

Quando se considera a trajetória do setor agropecuário brasileiro, um fator de desigualdade encontra-se recorrentemente no centro do debate: a elevada concentração da propriedade da terra. O índice de Gini para a concentração da terra, no país, além de elevado, apresentou tendência de crescimento entre os anos de 1940 e 1980: 0,825 em 1940, 0,838 em 1970 e 0,853 em 1980 (NEVES, 1997). Girardi (2008) observa uma pequena redução de -0,010 nesse indicador de desigualdade, entre os anos de 1992 e 2003, com uma oscilação de 0,826 em 1992, para 0,838 em 1998 e 0,816 em 2003. Observa-se, como destaca o autor, que o patamar de desigualdade na propriedade da terra permanece muito elevado.

É amplamente reconhecido o papel da intervenção estatal nas características da modernização da agropecuária brasileira. Servilha (1994) mostra que o tipo de política pública montada para dar suporte a esse processo (cuja centralidade era o SNCR), teve implicações diretas sobre os estratos sociais da agropecuária do país.³ No caso brasileiro, os condicionantes político/institucionais da política agrícola levariam à chamada modernização conservadora. Por outro lado, embora tardiamente, o reconhecimento dos agricultores familiares enquanto grupo específico merecedor de uma política própria, resultou na constituição do PRONAF, na década de 1990. O PRONAF apresenta-se como o mais importante apoio oficial à agricultura familiar, desde então.

Considerando a distribuição de renda em geral, Hoffmann (2006) sustenta o argumento de que teria havido, no Brasil, uma redução da desigualdade na distribuição de renda, especialmente desde 2001 até 2004, segundo o Rendimento Domiciliar per capita (RDPC), com o índice de Gini apresentando os valores decrescentes de 0,594 em 2001, 0,587 em 2002, 0,581 em 2003 e 0,569 em 2004. Para Hoffmann, os pobres ficaram menos pobres e os relativamente ricos se tornaram menos ricos. Neste sentido, o que se pretende, neste estudo, é oferecer uma contribuição para a investigação e análise desse problema.

2. BASES TEÓRICAS

³ Desde os anos 1940 a expansão da fronteira agrícola propiciara o crescimento da produção agrícola no país, em resposta a políticas governamentais de incentivo e investimentos públicos (NEVES, 1997), mas somente a partir dos anos 1960 é que foi montada uma política de crédito voltada de forma consistente para a modernização do setor.

Uma nova abordagem teórico-metodológica, voltada para o estudo dos fenômenos agrários e rurais, emergiu nas últimas décadas do século XX, a chamada Sociologia da Agricultura (SCHNEIDER, 1997), que busca, em meio a ambigüidades, uma aproximação com as grandes linhas da Sociologia. Sem consolidação, essa abordagem, entretanto, aponta alguns consensos, como os temas comuns de investigação: “o estudo das condições sociais e econômicas de existência da agricultura familiar, as políticas públicas e a crise agrícola mundial e as relações de trabalho na agricultura (“*part-time*”, migrantes, assalariados etc.)” e, mais recentemente, “novos temas como a reestruturação das economias capitalistas, o comércio de “*commodities*” agrícolas, a constituição do “*international agri-food system*”, a análise das classes sociais na agricultura e a problemática ambiental” (SCHNEIDER, 1997). Com relação à agricultura familiar, especificamente, existe um consenso no sentido de que esse estrato social encerra uma diversidade de situações e possui múltiplas estratégias de reprodução social (SCHNEIDER, 2003).

O esclarecimento conceitual dos agricultores familiares assume fundamental importância no contexto da agricultura moderna. Embora uma parcela cada vez menor da população esteja dedicada à atividade agrícola e ainda que se verifique uma concentração da produção em uma quantidade menor de unidades produtivas, um segmento importante de produtores de base familiar permanece em atividade.

A idéia de que o desenvolvimento do sistema produtivo capitalista é incompatível com a continuidade da categoria camponesa⁴ requer o esclarecimento conceitual do que seja camponês (VEIGA, 2007b). Encontra-se em Abramovay (1992) uma caracterização do modo camponês de produção, que se apóia em dois elementos básicos: “a integração parcial aos mercados e o caráter incompleto desses mercados” (ABRAMOVAY, 1992, p.103). A integração parcial a mercados imperfeitos explica porque, nas sociedades capitalistas, torna-se extremamente precária a sobrevivência camponesa, uma vez que aí o mercado se impõe sobre outros códigos de orientação da vida social.

Essa incompatibilidade, todavia, não é equivalente à inviabilidade da unidade familiar agrícola no sistema produtivo capitalista. O moderno agricultor familiar tem um

⁴ Segundo Veiga (2007b), há um componente histórico na própria definição de “campeinato” (aspas do autor), uma vez que, para os antropólogos, uma sociedade camponesa estaria situada numa espécie de estado de transição entre situações pré-industriais e sociedades industriais.

distintivo conceitual próprio, que permite sua incorporação e análise enquanto um estrato social relevante na estrutura social agrícola moderna (ABRAMOVAY, 1992).

É importante salientar que também existem semelhanças entre o chamado “camponês” (aspas minhas) e o agricultor familiar moderno: em ambos existe a integração família-empresa; para ambos é difícil distinguir retornos para o trabalho, a terra e o capital; em ambos ocorre auto-abastecimento, inclusive nas economias desenvolvidas (VEIGA, 2007b). No caso brasileiro, o foco do problema é a situação de precariedade em que se encontra um segmento expressivo de agricultores familiares do país, pelo fato de disporem de chances remotas de acesso aos recursos necessários à sua inserção nos mercados, sendo comuns os casos em que a renda monetária do estabelecimento é negativa.

A intervenção estatal é um aspecto fundamental para a abordagem teórica da agricultura familiar. Tanto para Abramovay (1992) quanto para Veiga (2007b), o Estado e as políticas públicas, bem como os critérios públicos de recursos produtivos, foram determinantes na moldagem da estrutura social da agricultura moderna nos países capitalistas avançados. O Estado atuou não apenas como Estado previdenciário, mas, além de administrar o êxodo rural e a ocupação do território e cuidar da formação profissional, passou a ser responsável pela própria formação da renda do setor.

No caso brasileiro, o crédito rural oficial favoreceu um processo de concentração do acesso ao crédito e da renda e, também, de valorização da terra (SERVILHA, 1994). Recursos públicos com juros subsidiados possibilitaram o avanço tecnológico a custos reduzidos de forma diferenciada, ocorrendo um maior apoio aos agricultores mais organizados e em melhores condições de acesso ao crédito oficial (MARTINE, 1987; SERVILHA, 1994). Por outro lado, os elementos de modernização, contidos nos vários programas que se estruturaram em torno do crédito oficial, atuaram no sentido de favorecer uma profunda transformação da agricultura brasileira, com impactos modernizantes na própria estrutura social do setor. A mudança iria expressar-se na capitalização de parte dos agricultores familiares, com estímulo à transformação de agricultores tradicionais em agricultores familiares modernos (ABRAMOVAY, 1992).

A instituição do PRONAF, pela Resolução 2.191/95, veio atender uma grande parcela de agricultores com escasso acesso ao crédito oficial. O PRONAF constituiu-se em uma importante mudança de conceito no que se refere à estrutura social da agropecuária brasileira, ao distinguir os empregadores dos agricultores familiares. Os recursos do

PRONAF destinam-se, integralmente, aos agricultores familiares e sua importância pode ser avaliada quando se considera a afirmação de Castro (2008), segundo a qual os produtores rurais possuem recursos limitados e necessitam de financiamento para adquirir os insumos necessários à produção em moldes modernos. Como destaca Schneider (2003), as instituições que integram o ambiente social e econômico da agricultura familiar não apenas fornecem estímulos como, também, determinam limites e possibilidades para os agricultores.

O PRONAF representa um avanço para a agricultura familiar, não apenas pelo volume disponibilizado, como, também, pelas taxas de juros favorecidas. Em 1997, seu orçamento perfazia o total de R\$ 1,3 bilhão, passando para R\$ 2,3 bilhões em 1998, R\$ 3,6 bilhões em 1999, R\$ 4,2 bilhões em 2000 (BELIK; PAULILLO, 2001) e atingindo o valor de R\$ 13 bilhões para o ano agrícola 2008/2009 (PLANO SAFRA 2008/2009 – FETAEMG). Considerando o número de contratos, o número de agricultores atendidos aumentou, em 2004, cerca de dez vezes em relação ao ano de 1995 (CASTRO, 2008).

A contribuição do PRONAF ainda é considerada pequena e os críticos apontam para a concentração de crédito nesse programa, tanto em relação aos produtores (os de maior renda) quanto espacialmente (região Sul). Castro e Teixeira (2006) argumentam que parece haver uma relação entre o volume de recursos aplicados e o Valor Bruto da Produção familiar dos estabelecimentos que são enquadráveis no programa. Na safra 2004/2005, as regiões Sul e Sudeste receberam juntas em torno de 65% do volume total de recursos e apresentam 62% de participação no total do Valor Bruto da Produção.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA representou um significativo avanço no que diz respeito à concepção de política pública de apoio à agricultura familiar, pelo aspecto da comercialização. Criado no marco do Programa Fome Zero, o PAA teve sua concepção articulada em torno de duas políticas públicas: a política agrícola e a política de segurança alimentar. Delgado (2005) argumenta que dessa dupla função derivaram ambigüidades e distorções, além de uma maior ênfase no PAA enquanto uma política assistencial, reduzindo o potencial do programa como estruturador da agricultura familiar.

3. DESIGUALDADE DE RENDA NA AGRICULTURA BRASILEIRA: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1. Agricultura Familiar: participação na agricultura brasileira

Estudo de Schneider (2006) aponta para a existência, segundo dados de 2004, de aproximadamente 5.965.000 famílias residentes nas áreas rurais não metropolitanas do Brasil, sendo: 2.167.000 famílias de assalariados (36,3%); 279.000 famílias de empregadores (4,6%), sendo que 3,8% destes empregavam até dois assalariados de forma permanente e 0,82% empregavam mais de dois empregados permanentes; e 2.882.000 famílias de ocupados por conta-própria (48,3%), caracterizados como agricultores familiares. Havia, ainda, 10,6% de desempregados ou sem ocupação.

De acordo com Neves e Fernandes (2009) os empregadores integram-se em cadeias produtivas como, por exemplo, a da soja, do trigo, do gado bovino e da cana-de-açúcar, atividades que envolvem uma tendência de mecanização e dispensa de mão-de-obra. Os agricultores familiares, por seu lado, tanto proprietários quanto arrendatários, participam de um movimento de integração e, mesmo, de revitalização da forma de parceria, em alguns subsetores. Este é o caso da avicultura, suinocultura, fruticultura e horticultura.

Estudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2007) mostra que algumas cadeias produtivas são mais dependentes da produção familiar, quando comparadas com outras. Os resultados desse estudo destacam, como uma das suas principais conclusões, o peso da participação das cadeias produtivas de base familiar na geração da riqueza do país, que se mantém em torno de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, no período entre 1995 e 2005, correspondendo a aproximadamente um terço do total do valor das cadeias produtivas agropecuárias, nesse período. No ano de 2005, o conjunto do agronegócio respondeu por 27,9% do PIB total, enquanto o segmento familiar agropecuário e as cadeias produtivas a ele interligadas participaram com 9,0%. O relatório desse estudo ressalta que a agricultura familiar brasileira, embora de caráter bastante heterogêneo, conecta-se em importantes e estreitas inter-relações com os segmentos agroindustriais e de serviços de algumas cadeias produtivas do agronegócio.

3.2. Agricultura familiar e renda: um contexto original

Singer (1981) elabora uma tipologia da estrutura social e da repartição de renda na agropecuária brasileira, para os anos de 1960, 1970 e 1976, mostrando que houve um processo de ampliação das rendas médias e de redução da concentração na classe de renda de até um salário mínimo, no último ano considerado, conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Repartição da Renda com Exclusão dos Sem-Rendimentos e dos Não-Declarados. Brasil em 1960, 1970, 1976.

Atividades Agrícolas			
	1960 (%)	1970 (%)	1976 (%)
0 – 1	88,66	90,57	57,60
1 – 2	7,70	6,37	28,05
2 – 5	2,70	2,52	10,31
5 – 10	0,72	0,37	2,55
10 e mais	0,22	0,18	1,50
Soma	100,00	100,01	100,00

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1960 e 1970

IBGE. PNAD de 1976.

Extraído de Singer (1981:68)

3.3. Agricultura familiar e participação na renda: opção metodológica

A opção metodológica, neste estudo, é pela posição da mediana⁵ da renda dos agricultores familiares, em perspectiva com a posição do estrato dos empregadores. O tratamento dos dados é feito no campo da estatística descritiva, utilizando-se o percentil⁶ da mediana da renda de ambos os estratos sociais, considerando-se o país como um todo. As informações utilizadas são originárias de dados secundários pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Acessoriamente, informações obtidas em entrevistas ajudam a compor esta análise. Os dados utilizados são os coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) dos anos de 1976, 1986, 1996 e 2006.

Há duas restrições importantes com relação a esses dados. A primeira é a impossibilidade de se computar a produção para auto-consumo (mede-se, portanto, apenas a renda monetária). A segunda restrição diz respeito ao critério de definição do agricultor

⁵ A mediana é uma medida de posição central, que mostra o ponto que separa os 50% para mais dos 50% para menos em um conjunto de valores dispostos em ordem crescente. A escolha da mediana deve-se ao caráter assimétrico dos valores em uma distribuição dessa natureza. Trata-se de uma medida mais adequada (em relação à média), por se mostrar menos sensível aos valores que são muito maiores do que os restantes (ou muito menores).

⁶ O percentil (como uma generalização da mediana) divide um conjunto de valores (a distribuição total) em cem partes iguais.

familiar. No caso da PNAD, os agricultores familiares (de conta própria, segundo o instituto de pesquisa) são aqueles que utilizam exclusivamente a força de trabalho familiar, o que introduz um elemento de rigidez na distinção com a categoria dos empregadores. Pelo critério adotado pelo MDA (2007, de acordo com o Relatório DIEESE/MDA, 2008), a caracterização do agricultor familiar permite, também, o emprego de força de trabalho externa, além da força de trabalho da família, que será, sempre, porém, preponderante. O mesmo se aplica ao PRONAF.

Adota-se, neste estudo, a tipologia de Neves (1997) de cinco classes sociais básicas, utilizando-se, contudo, apenas os Empregadores e os Agricultores Familiares.

3.4. Agricultura familiar e desigualdade de renda: análise de uma evolução

Tanto as categorias adotadas por Singer, quanto a sua metodologia, divergem das que são utilizadas neste estudo. Entretanto, o quadro desenhado pelo autor oferece um ponto de partida para a investigação e análise propostas para este trabalho, ao mostrar o impacto do processo de modernização na estrutura social e na repartição de renda no setor agropecuário, visível nos números de 1976.

A tabela a seguir mostra a distribuição, em termos de posição da mediana da renda de cada estrato social considerado nos percentis da renda total do setor, para esse mesmo ano, observando-se a posição desfavorável dos agricultores familiares, em relação aos empregadores.

Tabela 2 – Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1976
Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira

	<i>Percentil da Renda</i>
Empregadores	94
Estrato tecnocrático e gerencial	83
Trabalhadores formais	58
Agricultores familiares / conta-própria	54
Trabalhadores informais	48

Fonte: IBGE, PNAD de 1976

Observa-se que o percentil da mediana da renda dos empregadores situa-se no décimo dos valores mais elevados. Os agricultores familiares situam-se em uma posição muito menos favorável, ficando relativamente próximos da posição dos trabalhadores (formais e informais). Isto significa que, em 1976, uma parcela relevante dos agricultores

de base familiar participava de forma desfavorável na renda gerada no setor agropecuário, sendo relativamente baixo o percentil da mediana da renda dessa categoria.

Com relação ao ano de 1986, nota-se que não houve mudança significativa em relação a 1976. Como pode ser verificado na tabela a seguir, tanto o estrato dos empregadores quanto o dos agricultores familiares sustentam suas posições, sem que este último grupo tenha conseguido qualquer melhoria no alcance de sua renda.

Tabela 3 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1986
Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira

	<i>Percentil da Renda</i>
EMPREGADORES	94
Estrato tecnocrático e gerencial	81
Trabalhadores formais	63
Agricultores familiares / conta-própria	54
Trabalhadores informais	41

Fonte: IBGE, PNAD de 1986

Com relação ao ano de 1996, observa-se que houve uma mudança relevante em relação aos resultados de 1986, como mostra a tabela 4. Aparentemente, em um cenário de abertura comercial e desregulamentação dos mercados, os agricultores familiares sofreram severas perdas.

Tabela 4 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 1996.
Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira

	<i>Percentil da Renda</i>
EMPREGADORES	95
Estrato tecnocrático e gerencial	82
Trabalhadores formais	71
Trabalhadores informais	56
Agricultores familiares / conta própria	31

Fonte: IBGE, PNAD de 1996.

A posição da mediana da renda dos agricultores familiares nos percentis cai de 54, em 1986, para 31, no ano de 1996, o que significa que um contingente significativo desse estrato social auferiu os mais baixos rendimentos do setor. Em compensação, os empregadores mantêm a posição mais elevada, inclusive ampliando-a. Os elementos de precarização do trabalho, apontados na literatura, para a década de 1990, parecem ter influenciado fortemente o segmento da agricultura familiar.

Com relação ao ano de 2006, os dados mostram uma diferença importante no que diz respeito ao comportamento da mediana da renda dos agricultores familiares, quando

considerado em perspectiva com o ano de 1996, observando-se que houve um movimento de recuperação, conforme a tabela 5.

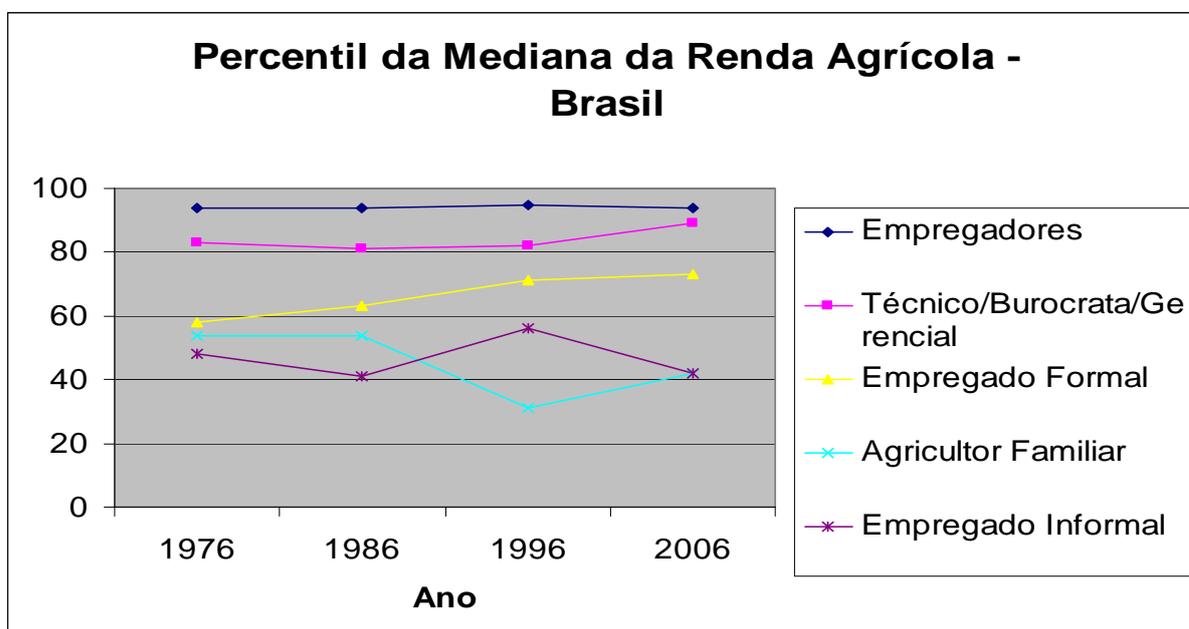
Tabela 5 - Percentil da Mediana das Classes Sociais – Brasil 2006.
Percentil da Mediana da Renda das Classes Sociais na Agropecuária Brasileira

	<i>Percentil da Renda</i>
EMPREGADORES	94
Estrato tecnocrático e gerencial	89
Trabalhadores formais	73
Agricultores familiares / conta própria	42
Trabalhadores informais	42

Fonte: IBGE, PNAD de 2006.

O que se destaca, quando se considera as posições da mediana da renda dos estratos sociais agrícolas no conjunto da renda do setor agropecuário, em 2006, é a manutenção tanto de posições elevadas para os empregadores, quanto de níveis inferiores dos percentis das medianas da renda para os agricultores familiares, persistindo, no tempo, ao longo de quatro décadas, um forte distanciamento entre ambos. No gráfico a seguir podem ser observadas essas tendências de longo prazo, desde 1976 até 2006.

Gráfico 1 - Evolução geral da mediana da renda segundo classes sociais agrícolas no período entre 1976 e 2006 no Brasil



Observa-se que os ocupados no estrato de empregadores alcançam, desde 1976, os patamares mais elevados, o que é compatível com suas capacidades de classe vinculadas à propriedade de ativos físicos. O estudo de Ney (2006) destaca a importância da

propriedade de ativos como condicionante de uma maior participação na divisão da renda pelos mais abastados do setor agropecuário. Segundo esse estudo, um levantamento feito com 20% dos mais abastados do campo com idade igual ou maior do que 25 anos mostra que seus níveis de escolaridade não são altos, embora, como ressalta o autor, seus filhos estejam freqüentando a escola por mais tempo. Nesse grupo encontram-se 21,3% com escolaridade inferior a 1 ano, 23,4% com escolaridade de um a três anos e 25,5% tendo concluído apenas a quarta série do ensino fundamental, o que perfaz um total de 70,2%. Para Ney (2006), esse resultado é revelador da importância, não de um nível elevado de educação, mas da apropriação da terra, como condicionante do acesso à riqueza. No contexto da agricultura moderna, é preciso agregar à terra a propriedade de outros ativos, especialmente os tecnológicos, o que apenas fortalece a abordagem da propriedade como compatível com o maior acesso à distribuição de renda, por parte dos empregadores.

Pode-se esperar que dentro do estrato dos empregadores sejam encontrados muitos pequenos empregadores, ao lado de um número muito menor de grandes empregadores e de corporações (os números mostram que a maioria dos empregadores emprega uma quantidade relativamente pequena de assalariados permanentes, como visto anteriormente). Portanto, é provável que uma parte dos empregadores seja constituída de agricultores com características familiares, ou seja, empregadores que gerenciam seus próprios empreendimentos e utilizam força de trabalho própria e familiar, mas que possuem ativos em nível suficiente para empregar um ou mais assalariados (o que é, inclusive, compatível com as regras que definem o público do PRONAF). Portanto, é possível que uma parcela mais capitalizada de agricultores que não perderam sua característica familiar esteja incluída na categoria dos empregadores, na pesquisa da PNAD.

O que confere uma característica de precariedade à categoria ocupacional dos agricultores familiares, visível na débil posição relativa de sua mediana da renda, não é um atraso tecnológico inerente, mas a existência de um contingente muito expressivo de famílias rurais, que se dedicam à atividade agrícola, sem as condições adequadas de enfrentamento das forças de mercado. Esta, possivelmente, é uma importante causa dos resultados de baixa participação na repartição de rendimentos por esse estrato social. Deve-se considerar que os agricultores familiares, de um modo geral, enfrentam condições piores de negociação ao longo das cadeias produtivas de que participam, quando comparadas com as dos produtores que podem fazer uso das vantagens conferidas a uma maior escala de produção.

No que diz respeito ao impacto do PRONAF sobre a melhoria de renda e de capacitação do agricultor familiar, Guanziroli (2006) destaca a pouca disponibilidade de pesquisas que tenham incluído no grupo controle o elemento contrafactual, que possibilite a comparação de beneficiados com não beneficiados. Também, diz o autor, não foram encontradas pesquisas que tenham adotado a metodologia de painel, que permitisse a comparação, no tempo, de um grupo de beneficiados. Segundo Guanziroli, várias pesquisas de âmbito nacional revelaram resultados negativos em termos de impactos do PRONAF. Algumas, inclusive, sugerem que os beneficiários do PRONAF teriam tido sua situação de renda piorada, em relação aos não beneficiários. Mas, para esse autor, falta uma visão de sistemas em que uma tipologia de produtores seja relacionada com uma tipologia de sistemas produtivos (visão esta defendida originalmente por técnicos e assessores do PRONAF). A adoção dessa perspectiva possibilitaria a avaliação das necessidades dos agricultores familiares (crédito, terra ou tecnologia), dentro de um plano de desenvolvimento regional, em termos diferenciados por tipo de produtor e por tipo de sistema produtivo. Para Schneider (2006), embora haja um considerável avanço, falta, ainda, um leque mais abrangente de mudanças para os agricultores familiares, como, por exemplo, uma política mais efetiva de capacitação, bem como uma articulação dos diferentes níveis de governo que leve à redução de entraves burocráticos da legislação ambiental, sanitária, tributária, entre outros.

4. CONCLUSÃO

A análise da repartição de rendimentos, na perspectiva dos agricultores familiares, é complexa, uma vez que a pesquisa de dados considera como pertencentes a essa categoria ocupacional apenas aqueles que operam com trabalho exclusivamente próprio ou familiar. Isso significa que os resultados apontados referem-se a esse subgrupo puramente familiar, dentro do estrato social mais amplo dos agricultores familiares. Porém, a diferenciação entre os próprios agricultores familiares que utilizam força de trabalho exclusivamente restrita à família introduz um elemento de complexidade nessa análise. Não se pode, portanto, vincular, diretamente, uma baixa capacidade de auferir rendimentos a esse subgrupo puramente familiar, com os dados deste estudo.

Não obstante essas ressalvas, os dados mostram, com clareza, que, em seu conjunto, os agricultores de base familiar que utilizam força de trabalho exclusivamente

própria ou da família, não têm alcançado um nível mais elevado de participação nos rendimentos do setor, em comparação com os empregadores. Não obstante certa recuperação, em 2006, em relação ao ano de 1996 – um período que coincide com a entrada em vigor do PRONAF -, esses agricultores não conseguem retomar seu nível de participação do ano de 1976, mantendo-se distanciados em relação à participação dos empregadores na renda total.

5. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Editora Hucitec; ANPOCS; Editora da Unicamp, 275 p. 1992.

BELIK, Walter.; PAULILLO, Luiz Fernando de O. e. Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira., revisão e atualização do artigo: O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na Década de 90: Ajustamento e Seletividade, in: LEITE, S. (Org.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Editora Universidade UFRGS, 2001. Disponível em: <http://www.fao.org/Regional/Lamerica/prior/desrural/brasil/Belik.pdf>.

CASTRO, Eduardo Rodrigues de. *Crédito Rural e Oferta Agrícola no Brasil*. 2008. 112 p Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Viçosa/MG.

CASTRO, Eduardo Rodrigues; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Desenho de mecanismo de crédito rural para assegurar o acesso do agricultor familiar à tecnologia: relatório final. In: *Revista de Política Agrícola* nº 4, Brasília, DF: Embrapa-SGE, 2006.

CORRÊA, Ângela M. C. Jorge. Desigualdade e Pobreza entre as Pessoas Ocupadas na Agricultura Brasileira: evidências empíricas da PNAD 95. Impulso n. 25, p.53-69, 1999. Extraído de: http://www.unimep.br/phpg/editores/revista_spdf/imp25art03.pdf, acessado em: 04 set. 2009.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; GRAZIANO DA SILVA, José. O Novo Rural. Uma Abordagem Ilustrada. In: Novo Rural. Vol. I. Instituto Agrônomo do Paraná. 2002.

DELGADO, Guilherme C. et.all. Relatório de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) – Relatório ao CONSEA. 2005.

GIRARDI, Eduardo. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de São Paulo – UNESP/Presidente Prudente, SP.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF. **Dez Anos Depois**: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. Rio de Janeiro: RER, v. 45, n.2, 2007.

HOFFMANN, Rodolfo. *Brasil, 2004: menos pobres e menos ricos*. Parcerias Estratégicas, número 22, junho 2006.

KAGEYAMA, A. Mudanças no Trabalho Rural no Brasil, 1992-2002. *Agric. São Paulo*, São Paulo, v. 51, n.2, 2004.

MARTINE, G. Tecnologia, política agrícola, política agrária e políticas em geral. In: MARTINE, G.; GARCIA, R.C. (Orgs.). *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo. Editora Caetés, 1987.

NEVES, J. A.B. *Human Capital, social classes, and the earnings determination process in brazilian agriculture: 1973, 1982 and 1988*, 1997, 236 fls. Tese (Doutorado) University of Wisconsin, Madison.

NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C. Pós-fordismo e os Retornos Salariais do Investimento em Capital Humano na Agropecuária Brasileira. In: *Educação, Trabalho e Desigualdade Social*. NEVES, J. A.; FERNANDES, D. C.; HELAL, D. H. (Org.). Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. *Economia*. Niterói (RJ), v.4, n.1, jan./jun.2003.

NEY, Marlon Gomes. Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro. 2006. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, SP.

SCHNEIDER, Sérgio. Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura: reflexões a partir da experiência norte-americana. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.14, n.2, 1997.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *RBCS*, Vol. 18, n.51, fevereiro/2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15988.pdf>.>

SCHNEIDER, Sérgio. Políticas Públicas, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Brasil. GT 21 – Políticas Públicas Y Desarrollo Rural. In: *VII Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología rural/ALASRU*, 20-24 de noviembre Del 2006. Quito, Ecuador.

SERVILHA, Valdemar. *O Financiamento da agricultura Brasileira*. 1994, 228 fl. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia da UNICAMP.

SINGER, P. *Dominação e Desigualdade: Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. 185 p. (Coleção Estudos Brasileiros, vol. 49).

VEIGA, José Eli da. *O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica*. 1. Edição. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991; 2. ed., São Paulo: Edusp, 2007. 234 p.

DOCUMENTOS

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. Brasília. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. São Paulo. *Mercado de trabalho agrícola no Brasil: principais características das fontes de dados*. 2007. 31 P.

PLANO SAFRA 2008/2009 – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG.



O NOVO E O VELHO NA LUTA PELA TERRA: REFORMA AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE NO SUL FLUMINENSE/RJ

Nívia da Silva (UFSC), Iranilde de Oliveira Silva (COOPERAR), Fernanda Vieira (UFRRJ-CPDA)

nivia1917@gmail.com, ero_pa@yahoo.com.br, fernanda1917@yahoo.com.br
GT3 – Questão Agrária e Políticas Públicas

Resumo:

Compreender o atual cenário nas disputas por territórios no campo nos coloca o desafio de pensar o modelo de desenvolvimento e sua interação com a questão ambiental. Não se trata de uma questão menor, em especial quando se sabe das pressões que o setor do agronegócio realizou para modificar o Código Florestal e reduzir as áreas destinadas à preservação. Nessa perspectiva nos interessa aqui nos limites desse trabalho compreender o atual cenário especificamente na Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, na qual trabalharemos empiricamente com três áreas de assentamento do MST/RJ. O processo de penetração capitalista nas áreas rurais tem sido freqüentemente acompanhado pelo fenômeno da concentração fundiária marcada por desmatamento, perda de biodiversidade, degradação dos solos, contaminação dos espelhos d'água superficiais e lençóis freáticos. No entanto, são essas as áreas que preferencialmente o INCRA vem destinando à reforma agrária. Se por um lado são áreas marcadas pela degradação, por outro, possuem nichos incipientes de remanescentes florestais, gestando-se assim enormes dificuldades para a permanência das famílias assentadas, e, de forma mais complexa, impõe uma assimilação por parte dessas famílias de paradigmas do agronegócio no que se refere ao uso do solo e meio ambiente. Nesse sentido, nossa intenção está em analisar, a partir do resgate da fala dos assentados, suas percepções com relação à política agrária, meio ambiente, desenvolvimento buscando entender os conflitos pelo território diante de uma desarticulada reforma agrária decorrência da incapacidade do INCRA em realizar o enfrentamento ao latifúndio, detentor das melhores terras, destinando às famílias áreas extremamente degradadas e de remanescentes florestais.

Palavras-chave: Latifúndio, Meio Ambiente, Assentamento.

Nívia Regina da Silva – é Mestre Profissional em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina; Especialista em Agroecologia; Engenheira Agrônoma formada pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), trabalha nos Assentamentos da Reforma Agrária do Estado do Rio de Janeiro desde 2001;

Fernanda Maria da Costa Vieira – é Mestre em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda do Programa de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Doutoranda em Mobilidade junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). Foi Professora Substituta da UFRJ, FGV e UERJ. Bolsista de Doutorado pela CAPES. Advogada do Centro de Assessoria Popular Mariana Criola e da RENAAP/RJ.

Iranilde de Oliveira Silva – Especialista em Agroecologia pela Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Zootecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ). Cooperativa de Trabalho em Assessoria a Empresas Sociais de Assentamentos da Reforma Agrária (COOPERAR), coordena pela COOPERAR contrato de Assistência Técnica e Extensão Rural com INCRA/RJ que atende Assentamentos da Reforma Agrária na Região Norte Fluminense e Vale do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro desde 2009.

1. Introdução ¹:

No Estado do Rio de Janeiro as mudanças mais significativas no mosaico da paisagem do campo Fluminense foram induzidas pelas transformações do capital no campo e pelo

¹ Texto com base na dissertação de Mestrado de SILVA, N. R., *Etnopedologia e Qualidade do Solo no Assentamento Roseli Nunes, Pirai-RJ*; 118 p., Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, dez de 2010 e na análise realizada por ALENTEJANO, Paulo R. R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2003.

processo de metropolização e desruralização (ALENTEJANO, 2003), implicando em mudanças profundas na questão fundiária e agrícola e em aspectos ambientais.

As características ambientais atuais das áreas e as formas dominantes de apropriação do espaço somente podem ser compreendidas com a análise do histórico de ocupação. Assim, a maior ou menor preservação da cobertura florestal original, o predomínio de uma ou outra atividade nos dias atuais, estão diretamente associados aos processos sociais e econômicos que marcaram a história das regiões no território Fluminense.

Analisar o uso do solo fluminense, e sua contextualização histórica de ocupação, pressupõe também a análise da dinâmica de apropriação e uso desse espaço.

As áreas de reforma agrária contêm um passivo ambiental oriundo da monocultura e abandono das áreas degradadas pelo mau uso, possuindo forte degradação dos solos. Este trabalho é resultado da análise de três assentamentos localizados na Região Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, conhecida como Região Sul Fluminense.

Os trabalhos nos assentamentos Roseli Nunes e Terra da Paz no Município de Pirai e Vida Nova no Município de Barra do Pirai identificaram os diferentes ciclos econômicos que marcaram fortemente o ambiente das fazendas do vale Paraíba do Sul, RJ, constatando as conseqüências do modelo de produção realizado pela oligarquia do café com uma ampla destruição da Mata Atlântica, implantação posterior da pastagem e mais recentemente a monocultura eucalipto, num ambiente de alta degradação.

Este modelo trouxe graves problemas ambientais, principalmente de degradação dos solos, para boa parte do território Fluminense.

2. Transformações no campo Sul Fluminense: O ciclo dos Monocultivos

O campo Sul Fluminense sofreu mudanças significativas na sua paisagem induzidas pelas transformações do capital no campo. Estas mudanças estiveram marcadas por processos de industrialização e mudanças no cenário agropecuário na produção dos monocultivos.

Segundo Alentejano (2003), até início do século XX, as forças políticas e econômicas hegemônicas no território Fluminense eram o capital agrário e o mercantil. As diferentes condições ambientais determinavam, porém, a diversidade no ordenamento territorial.

“Nesse período, podemos reconhecer, basicamente, quatro regiões no estado, produto das formas diferenciadas de ordenamento do território: (1) a região do Vale do Paraíba, dominada pela oligarquia cafeeira e marcada pela ampla destruição da Mata Atlântica produzida pelo avanço extensivo e degradador da cultura do café,... (2) a região das baixadas situadas a leste da região da Baixada da Guanabara, estendendo-se até os limites com o Espírito Santo, ao norte, dominada pela oligarquia canavieira e marcada pela existência de inúmeros engenhos de açúcar em meio aos amplos canaviais que se estendem pelas baixadas aluviais e tabuleiros litorâneos; (3) a região da Baixada da Guanabara, dominada pelo capital comercial que organizava a agroexportação e a redistribuição interna dos bens e da riqueza, a partir do controle sobre a vasta área navegável da baía e rios que nela desembocavam; (4) uma vasta região cujo elemento de unidade é a topografia acidentada, estendendo-se do litoral sul até o noroeste do estado, passando pela área da Serra dos Órgãos, a qual, por não ser reivindicada por nenhuma fração expressiva do capital” (ALENTEJANO 2003: p.145).

A região Sul Fluminense, também conhecida como Vale do Paraíba, é formada pelos municípios de Resende, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Piraí, Barra do Piraí e Paraíba do Sul e foi o grande centro produtor de café desde o período colonial. Segundo Neves (1999), o Vale do Paraíba, no início do século XIX, era quase todo coberto por florestas virgens, habitado por nativos e pequenos produtores. A região, aos poucos, foi sendo devastada e se transformou em área de dominação de grandes latifúndios.

O Vale do Paraíba se transformou com a expansão cafeeira. Começou a desenvolver a cultura do café no modelo da chamada *Plantation*, produção em larga escala, com base na concentração da terra, grandes latifúndios, trabalho escravo e produção para exportação. Grandes propriedades foram formadas por indivíduos que tinham obtido títulos nobiliárquicos do governo, transformando a região num local onde se concentrava o poder oligárquico, os famosos barões do café.

Com a expansão cafeeira os indígenas, primeiros habitantes da região foram sendo dizimados à medida que as terras eram ocupadas pelos cafezais. Os pequenos posseiros que viviam na região com suas lavouras de subsistência, até mesmo com pequenos cafezais, também foram expulsos, ou então, se sujeitavam às ordens dos grandes fazendeiros. Houve conflitos pela terra nesse período. Nessa época, a região recebeu investimentos em infraestrutura e incentivos para os primeiros projetos de construção de vias terrestres transitáveis.

Os cafezais eram plantados nas encostas dos morros (Neves, 1999), sendo expandidos a partir da abundância de terras e escravos. A derrubada da mata, seguida da prática da queimada, deixava cinzas que agiam como fertilizantes, porém provocando a exposição do solo descoberto e favorecendo a erosão e a destruição da camada superior do terreno, a mais fértil, que era então arrastada pelas águas das chuvas, abundantes no Vale do Paraíba.

Havia uma falta de investimentos para a melhoria técnica da produção; não se dava importância à sua manutenção ou seu reaproveitamento, pois havia terras virgens a serem exploradas. A reprodução desta estrutura agrária era feita, portanto, pela incorporação de mais terras e de força de trabalho, característica da produção dos latifúndios.

Para Neves (1999), a cafeicultura do Vale se caracterizou, por conseguinte, por sua transitoriedade e mobilidade constante na busca de terras virgens. Quando os cafezais diminuam a produção, não apresentando uma colheita satisfatória, tornava-se mais rentável para os fazendeiros derrubar novas matas, abrindo mais áreas de cultivo. Portanto, as matas virgens faziam parte do processo de renovação da propriedade. A possibilidade de sua aquisição dificultava quaisquer tentativas de recuperação do solo, pois enquanto os limites fossem móveis, os proprietários adotariam técnicas predatórias de cultivo, evitando, segundo eles, despesas desnecessárias.

Sobre a devastação das matas, Dean Warrem (1996) afirma que o Estado brasileiro nesse período passou a Mata Atlântica para as mãos de interesses privados, que buscavam novas terras para o cultivo de uma cultura exótica e de enorme potencial econômico, o café:

Mas o que talvez tenha sido o principal agravante na devastação da Mata Atlântica nessa época foi à crença de que o café deveria ser plantado em terras "virgens". Esta suposição se dava muito porque o trabalho e o capital eram escassos para se gastar com plantio em solos menos férteis. O café passou nesta nova fase da agricultura no país a ser produto das grandes fazendas doadas em sesmarias. Os cafezais foram, em última análise, ao mesmo tempo, a salvação da aristocracia colonial e a intensificação da destruição dos recursos da Mata Atlântica, especialmente pelo uso mais intensivo das queimadas para derrubar a floresta. Porém as queimadas para os cultivos de café não foram os únicos instrumentos utilizados na devastação da Mata Atlântica durante este período, o comércio de café induziu o crescimento demográfico, a urbanização e logo a industrialização e a construção de ferrovias. Conseqüências diretas da prosperidade fabril baseada num único produto de exportação. Deu início, com isso aos ciclos econômicos brasileiros

que causariam irreversíveis danos a paisagens da Mata. (DEAN WARREM, 1996, p.5.).²

O desastre, portanto, era previsível. A paisagem da região começou a se modificar ao final do século XIX. A região começou a sofrer decadência econômica e as matas foram destruídas. A ruína dos fazendeiros foi acompanhada pelo abandono dos cafezais, que, aos poucos, foram substituídos por pastos. Ao mesmo tempo as cidades ficaram esvaziadas pela saída população.

Um grande número de senhores ignorou que uma nova área cafeeira se desenvolvia no oeste paulista. Logo, eles não mais detinham o monopólio de fornecimento do principal produto de exportação, embora continuassem presos ao passado, construído à custa do braço escravo. Foram se tornando incapazes de concorrer com essa nova região produtora.

Com a crise do café, a região foi fortemente impactada com um brutal esvaziamento econômico e demográfico que permaneceu até início do século XX. Essa crise transferiu parte da produção cafeeira para região Noroeste do Estado, que passou a ser novo pólo da oligarquia agrária. No entanto, a crise também chegou a esta região de forma mais intensa.

Segundo Alentejano (2003), tal fato não constitui surpresa, pois as duas regiões possuem um ambiente bastante semelhante, marcado pelo relevo acidentado típico do domínio dos mares de morros e o clima tropical, com sua forte sazonalidade de chuvas, em geral de caráter torrencial. Estas condições, associadas a uma forma de plantio do café em fileiras, morro abaixo, favorecem a erosão, determinante para a queda de fertilidade dos solos e com esta a crescente dificuldade de manter a produção.

O campo Sul Fluminense foi se transformando em pastos, destinado à pecuária extensiva, poupadora de mão-de-obra. A pecuária serviu como forte instrumento para o capital especulativo. Muitas terras ficaram em estado de abandono.

Segundo dados do PRRA (2003),

“o estado do Rio possui 4.390.000 ha, sendo que destes 2.416.305 ha, pouco mais da metade, pertencem a estabelecimentos agropecuários. Entretanto, apenas 1.882.364 ha (42,88% do total estadual e 77,85% da área dos estabelecimentos) são utilizados, sendo que somente 337.241 ha para lavoura, uma vez que 1.545.123 ha são destinadas a pastagens”(PRRA, 2003: p.16).

²Dean, Warren.1996. A ferro e fogo - A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 484 p. ISBN: 85-7164-590-6. Citado do site: <http://www.funaguas.org.br/artigos/a2.htm>.

Isto significa que não só na região Sul Fluminense, mas em todo o Estado, há uma centralização na produção pecuária: dos estabelecimentos agropecuários, 83% são de pastagem e 17% de lavoura. Dados do censo agropecuário 2007 revelam que esse número aumentou (Tabela 1).

Tabela 1: Utilização das terras no Rio de Janeiro.

Utilização das terras	1995/96	2006	Varição	
Lavouras				
Estabelecimentos	41.531	46.385	4.854	12%
Área (ha)	337.241	604.005	266.764	79%
Pastagens				
Estabelecimentos	32.728	34.497	17.69	5%
Área (ha)	1.545.123	1.605.959	60.836	4%

Fonte: dados preliminares censo IBGE, 2007, site IBGE

O tamanho da área ocupada com pastagem continuou aumentando, no entanto, é possível observar o aumento expressivo de áreas para lavoura, refletindo a retomada do capital no campo Fluminense, agora representado pelas grandes empresas.

Na segunda metade do século XX, o monocultivo do eucalipto começa entrar na região, muito associado ao processo de industrialização, com a criação de importantes pólos industriais no eixo via Dutra, marcado pela instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. São indústrias de base, principalmente, nos setores siderúrgicos e metalúrgicos que compram e utilizam terras destinadas agora ao plantio de eucalipto para produção de carvão para o abastecimento dos fornos.

A monocultura avança na região impulsionada também pelo interesse da indústria da celulose. Os investimentos para o agronegócio estão sendo realizados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Governo Federal, Estadual e Municipal. Dentre as empresas do agronegócio que atuam no Estado se destacam na região a Votorantim Celulose e Papel - VCP e a Cesbra, ex-proprietária das terras do assentamento objeto de estudo deste trabalho.

O início do século XXI é marcado pela movimentação no campo Fluminense, promovendo uma mudança significativa na paisagem do Estado. A região Vale do Paraíba passa por essa movimentação, diferente do esvaziamento e crise que demarcaram esse território no século passado, mas motivada pela entrada em larga escala dos monocultivos

de eucalipto destinados agora as indústrias papeleiras, se tratando de um novo rearranjo agrário.

Alentejano (2007) afirma que este processo é de natureza diferente da observada anteriormente, ou seja, controlada por grandes grupos industriais, com capital financeiro internacional e apoio do Estado. O monocultivo do eucalipto é trazido pela Aracruz Celulose e Votorantim nas regiões Noroeste e Médio Paraíba representando a continuidade da concentração, expropriação e degradação das terras e dos recursos naturais. A novidade é a intensificação desse processo proveniente dos novos pacotes tecnológicos “modernizantes”.

O avanço do plantio de eucalipto e da atuação da Votorantim na região foi ilustrado num Seminário realizado pela Universidade de Taubaté de 07 a 09 de Novembro de 2007 com o título “I Seminário de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul: o Eucalipto e o Ciclo Hidrológico”³. Segundo dados apresentados por pesquisadores durante o evento, o Vale do Paraíba tinha 12% de seu território tomado pelo plantio do eucalipto, com expectativa de ocupação de até 15% da área ocupada com essa atividade. Somente a VCP (Votorantim Celulose e Papel), uma das maiores produtoras de celulose do país, tinha 250 fazendas espalhadas pela região, com 55% da área destinada ao plantio do eucalipto.

Além de investir em plantio da monocultura, existe por parte das empresas tais como a Votorantim o interesse em formação de parcerias com Universidades, para justificar cientificamente a importância econômica e ambiental, ou seja, há a busca por justificar ideologicamente o plantio do eucalipto.

Um dos trabalhos apresentados no seminário abordou o crescimento da monocultura do eucalipto, e ao tratar dos ciclos de monocultura na região, sugeriu o seguinte esquema (figura 1) que destaca o eucalipto como novo ciclo da agricultura na região.

³Citado do site: <http://www.agro.unitau.br/serhidro/index.php> com ultimo acesso em setembro de 2008.

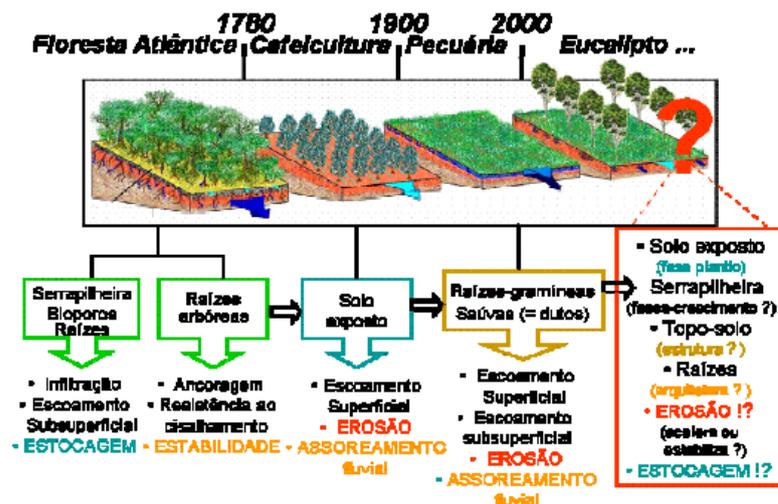


Figura 1. Evolução da cobertura do solo na região do Vale do Rio Paraíba de acordo com o agronegócio do eucalipto. Fonte: site: <http://www.agro.unitau.br/serhidro/index.php> com ultimo acesso em setembro de 2008.

A figura acima traz a idéia da produção do eucalipto como potencialidade para retornar a algumas condições desejáveis para solo, como era no período em que a cobertura vegetal era floresta amazônica, com infiltração, estocagem, resistência, estabilidade. Com a cafeicultura e pastagem, esse cenário muda para situação de escoamento superficial, erosão, assoreamento fluvial, degradação. Com o plantio do eucalipto se pode criar condições novamente de produção de serrapilheira, combate erosão, estocagem.

3. O Papel da Reforma Agrária na Região

A ocupação do espaço agrário Fluminense é marcada por uma ação ampla e generalizada do latifúndio e pelos interesses especulativos ligados ao capital imobiliário. Segundo o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA, 2003), o número de conflitos fundiários no estado assumiu proporções assustadoras, tendo sido identificados aproximadamente 200 conflitos pela posse da terra no Rio de Janeiro entre 1950 e 2002

Embora seja altamente urbanizado e apresente problemas típicos das grandes cidades na região metropolitana e nas cidades mais populosas do interior, o Estado do Rio de Janeiro também é vítima do latifúndio e de todas as suas mazelas.

As conseqüências desse modelo no campo podem ser vistas pela exploração dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o acelerado êxodo rural, em grande parte responsável pela concentração de grandes contingentes de excluídos nos centros urbanos, a violência e a destruição ambiental e falta de perspectiva econômica.

Dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2007 demonstram que o Estado do Rio de Janeiro teve: (i) o aumento no número de estabelecimentos e, principalmente, (ii) o aumento significativo do tamanho nas áreas de lavoura, além da (iii) diminuição da ocupação da mão de obra (Tabela 2).

Tabela 2: Mudanças recentes no quadro fundiário Fluminense

	1995/96	2007	Varição
Número de Estabelecimentos	53.680	58.887	+ 10%
Tamanho da área de lavoura	337.241 ha	604.005 ha	+ 79%
Pessoal ocupado	174.274	157.492	- 10%

Fonte: dados do censo IBGE, 2007.

Isto mostra uma movimentação no campo Fluminense que demarca maior entrada de grupos industriais com capital financeiro internacional e apoio do Estado. Segundo Alentejano (2007), a expansão da cana-de-açúcar ocorre no Norte Fluminense por meio de grupos empresariais, pautado no monocultivo do eucalipto nas regiões Noroeste e Vale Paraíba representa a continuidade da concentração, expropriação e degradação de terras e dos recursos naturais. A novidade é a intensificação desse processo proveniente dos novos pacotes tecnológicos “modernizantes”.

O processo de penetração capitalista nas áreas rurais Fluminenses tem sido freqüentemente acompanhado pelo processo de concentração fundiária. Além disso, são sentidos os efeitos nefastos do latifúndio sobre o ambiente, expressos em desmatamento, muitas vezes por meio de grandes queimadas, perda de biodiversidade, degradação dos solos, contaminação dos espelhos d’água superficiais e lençóis freáticos.

Tal processo pode ser facilmente visualizado no mapa de cobertura vegetal atual do Rio de Janeiro (Figura 3). Os principais remanescentes de Mata Atlântica encontram-se exatamente nas regiões onde a presença do latifúndio foi menos marcante no território Fluminense: o Litoral Sul e a Serra. Nas demais regiões, onde a monocultura e o latifúndio mais se desenvolveram, existem os maiores índices de desmatamento (Vale do Paraíba, e Norte-Noroeste Fluminense).

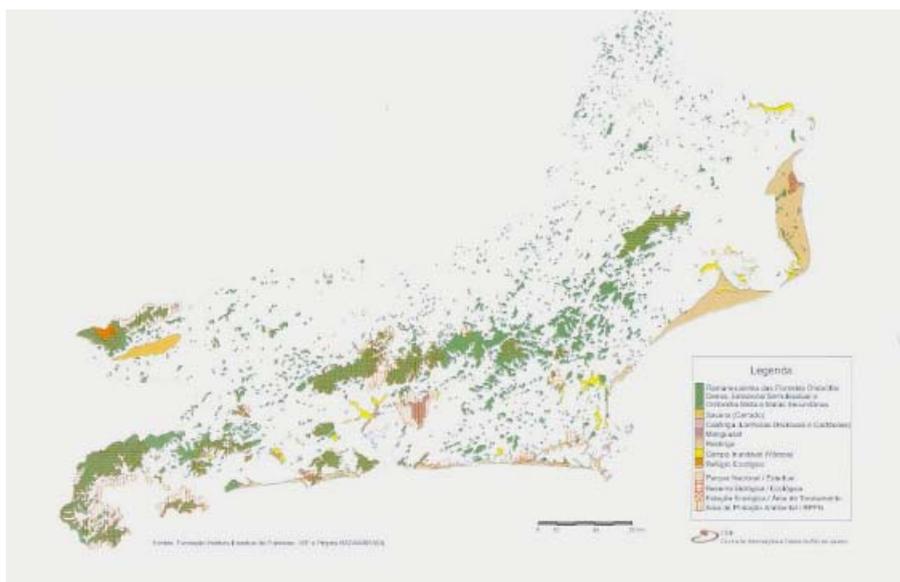


Figura 3: Cobertura vegetal remanescente no Rio de Janeiro 2002

Estes dados são um indicativo dos problemas agrícolas e agrários no estado do Rio de Janeiro, o que justifica os intensos conflitos fundiários de que o Rio tem sido palco. Isto se agrava quando observamos a precariedade do acesso dos pequenos produtores à terra.

Na região Sul Fluminense o Município de Pirai é um exemplo marcado pela concentração fundiária. Segundo dados do laudo de vistoria do INCRA, as propriedades menores que 10 ha (28,64% das propriedades) ocupam 1,12% da área, as propriedades entre 10 e 100 ha (44,05%) ocupam 16,45% da área, as propriedades entre 100 e 1000 ha (26,23%) ocupam 70,35% da área e as propriedades maiores de 1000 ha (1,08%) ocupam 12,08% da área rural.

Tabela 3: Estrutura fundiária no município de Pirai

Tamanho da propriedade (ha)	Numero de estabelecimentos	Área ocupada (ha)
Menos de 10	106	456
Entre 10 e 100	163	6705
Entre 100 e 1000	97	28662
Superior a 1000	4	4919

Fonte: INCRA, 2007

Em relação às condições de trabalho no campo Fluminense, é possível observar que as relações são no geral bem precárias, com freqüente desrespeito às questões trabalhistas e

demais aspectos de cidadania, havendo inclusive registros de violações de direitos humanos.

A carência de serviços básicos no campo, a falta ou precariedade das políticas públicas de habitação, estradas e transporte, iluminação, comunicação, lazer, educação e saúde, somadas à deficiência dos serviços de crédito, pesquisa agropecuária e assistência técnica, agravam o quadro.

Muitos trabalhadores e trabalhadoras estavam vivendo em condições de pobreza nas periferias das grandes e médias cidades, muitos/as dos/as quais tiveram experiências com agricultura antes de irem para as cidades. Os níveis de escolaridade são no geral baixos.

Neste sentido, tem sido grande o esforço de organizar famílias que viviam anteriormente em condições precárias, como os trabalhadores rurais em situação de extrema pobreza, e que hoje buscam resgatar sua dignidade ao lutarem coletivamente pela terra e pela reprodução da família.

Nesse contexto de luta pela terra, o Movimento Sem Terra (MST) está organizado em 4 regiões no Rio de Janeiro: Norte, Lagos, Baixada, e Sul Fluminense. Segundo dados do Plano Regional de Reforma Agrária-PRRA (2003) os assentamentos implementados no Estado estão presentes em boa parte dos ecossistemas fluminenses, todos contidos no Bioma Mata Atlântica e nas mais diversas situações ambientais, impondo desafios ao processo de ocupação, produção e de subsistência dos assentados. Existem assentamentos e/ou acampamentos rurais em áreas próximas ao litoral (ecossistemas costeiros e lagunares), em áreas serranas, em áreas extremamente degradadas e em áreas de entorno de unidades de conservação.

As áreas de trabalho situada na Região Sul Fluminense vem sofrendo as consequências da mal articulada reforma agrária no Estado, que na sua incapacidade de realizar o enfrentamento ao latifúndio que detém as melhores terras, vem realizando desapropriação em áreas extremamente degradadas e de remanescentes florestais. Estes casos têm sido muito freqüente na região Sul.

Assim existe a necessidade de repensar a implantação dos assentamentos, em especial na região Sul Fluminense, de forma a incorporar as parcelas com fragmentos de mata e recuperar as áreas com solos degradados. Deve-se buscar outra forma da ocupação deste território, na qual os assentados construam uma organização política, social e econômica que possibilite uma ação de cuidados com ambiente, recuperação e um convívio harmonioso com a natureza, buscando a agroecologia como ferramenta de manejo do agroecossistema.

4. Considerações:

Foi possível verificar no trabalho de campo as conseqüências da contradição entre latifúndio e meio ambiente: alta degradação ambiental.

Os assentados/as durante o trabalho expuseram os motivos da degradação no assentamento, onde foi possível identificar qual é a percepção sobre sua própria terra.

A Reforma Agrária não representa na região um processo de mudança da estrutura agrária, mas de resolução de conflitos, resultado da luta dos movimentos sociais.

Os assentamentos constituídos sofrem uma contradição entre a necessidade de recuperar o passivo ambiental e de trabalhar em áreas com fragmentos de mata.

Existe o desafio de repensar a implantação dos assentamentos, buscando a recuperação deste ambiente assim como buscar na realização do conflito a realização da Reforma Agrária em melhores terras.

Referências Bibliográficas:

ALENTEJANO, P. R. R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*.

Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2003.

ALENTEJANO, P. R. R. *As perspectivas do desenvolvimento do capitalismo no campo fluminense nos próximos anos*. Rio de Janeiro: texto interno - MST, 2007.

IBGE, Censo Agropecuário, 2007. Fonte: www.ibge.gov.br

DEAN, W. *Aferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, 1996.

INCRA. *II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília. 2003.

NEVES, L. M. B. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

SILVA, N. R., *Etnopedologia e Qualidade do Solo no Assentamento Roseli Nunes, Piraí-RJ*; 118 p. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis, dez de 2010.

<http://www.agro.unitau.br/serhidro/index.php> com ultimo acesso em setembro de 2008.



A ORGANIZAÇÃO COLETIVA E AS FORMAS DE RESISTÊNCIA NO PROJETO SEPÉ TIARAJU – CONSTRUÇÃO DAS CASAS

Simone Fernandes Tavares, Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU), Universidade de São Paulo (USP)
si_simonoca@yahoo.com.br
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
GT3: “Questão Agrária e Políticas Públicas”

RESUMO

Ao longo de sua história o camponês no Brasil vem sendo tratado como um sujeito sem voz, e por isso, passível de se tornar o ator principal em projetos alheios. E isso muitas vezes se dá através de imposições e de um falso entendimento de qual é a sua verdadeira condição. No entanto, não se trata de uma população passiva e, principalmente nos assentamentos rurais, são pessoas em busca de reconstruir suas sociabilidades, as quais invariavelmente irão se pautar em valores e normas da sociedade tradicional. Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre organização coletiva e formas de resistência no projeto de construção de 77 habitações no assentamento rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP, resistência a ser observada a partir da descrição da trajetória de três assentados representativos, no momento de discussão dos acordos, entendidos como coletivos, e na ação em canteiro de obras. Considera-se como resistência as soluções encontradas por estas famílias ao lidarem com um projeto que busca emancipá-los politicamente a partir da organização coletiva, como, por exemplo, em ações de falsa participação, dissimulação, e falso entendimento, as quais, segundo James Scott, podem ser consideradas formas de resistência passiva.

Simone Fernandes Tavares – arquiteta e urbanista, mestranda do PPG IAU-USP, pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade – HABIS. Trabalha como assessora técnica e pesquisadora no assentamento rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP, desde 2007, no

gerenciamento e acompanhamento da construção das casas. Está desenvolvendo a dissertação de mestrado tendo como tema a organização coletiva na construção das casas no assentamento citado, tendo em vista contribuir para se pensar políticas públicas habitacionais mais adequadas à realidade rural.

O SUJEITO DA REFORMA AGRÁRIA E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA

A história do camponês no Brasil defendida por José de Souza Martins (1995)¹ é definida como uma história da exclusão: exclusão do pacto político, exclusão de direitos sociais, exclusão até mesmo da historiografia oficial, a qual, contada do ponto de vista da classe dominante, desconsidera acontecimentos importantes no campo, significantes quanto a suas reivindicações e resultados. Ao definir a imagem do camponês como alguém sem voz, ele passa a ser “alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando” (MARTINS, 1995, p. 25).

Os excluídos do campo no Brasil são decorrentes de um longo percurso histórico de alteração nas relações do campo, de um regime onde a mão-de-obra sobrando e abundante passa a ser substituída por empreendimentos em novas bases², num processo de lenta modernização do país e da sua economia agrícola. Este processo se configurou de maneiras distintas ao longo de todo o Brasil, com resultados diferentes para as suas diferentes regiões, numa dinâmica de concentração e desconcentração fundiária, sem, no entanto, alterar o regime de propriedade (MARTINS, 2003)³. O camponês sempre atuou pela reivindicação do uso da terra em diversos movimentos que foram tratados a base da violência ou de ações para a minimização de conflitos (paternalismo, pequenas concessões). Principalmente com o fim da economia cafeeira e a crise da cana no Nordeste, foi intensificada a expulsão dos camponeses de seu local de origem. Sem a possibilidade de ser agregado, posseiro, parceiro, este camponês tornou-se um assalariado ou abandonou o campo rumo às periferias urbanas. É este o contexto de surgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco, em 1955, e dos sindicatos agrícolas.

Ao rotular os camponeses como população excluída, ausente e / ou alheia, a mesma se torna objeto de projetos de grupos e instituições nas diversas etapas de sua história, desde o período da escravidão até os dias atuais, conforme expõe Martins (1995). Tanto as Ligas, quanto o Partido Comunista, a Igreja Católica com as suas Pastorais da Terra, e diferentes governos, tiveram como objetivo dar voz aos camponeses, recrutando-o e mobilizando-o em diferentes lutas, de modo a fazer da sua queixa uma queixa política e permanente. No entanto, Martins

¹ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ªed. Petrópolis: Ed. Vozes. 1995. p. 21 – 102.

² A clientela da reforma agrária é, assim, resultado de “um lento e complicado processo de desagregação da velha economia de origem colonial e escravista, substituída finalmente por empreendimentos que dependem pouco da massa artificialmente sobrando de mão-de-obra” (MARTINS, 2003, p.30).

³ MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS. 2003. p 25 – 159.

(1995) também nos mostra que esta mobilização procurava evitar uma revolução camponesa no Brasil, de modo a não alterar as suas bases, apenas tornando os camponeses parte do projeto de desenvolvimento e fortalecimento da burguesia, através da ampliação do mercado interno, e do aumento dos lucros envolvidos em negócios com a terra.

No contexto atual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST é o movimento social de maior visibilidade no Brasil. Inicialmente lutando pela conquista da terra, a trajetória do Movimento propiciou a formação de diretrizes para além da reforma agrária. Se de início a luta era regida pela necessidade de terra para o trabalho e para a manutenção da vida de uma população, passou com o tempo, e frente às dificuldades, a ser pautada pelo desejo de uma nova sociedade, baseada em valores socialistas ligados à comunidade. A luta, as ocupações e os assentamentos rurais passaram a ser o espaço de experimentação da nova realidade almejada, de transformação dos trabalhadores rurais “em sujeitos sociais com novos valores, em sujeitos políticos militantes com uma ideologia transformadora” (FEIX, 2001, p.100)⁴.

A ocupação da terra, principal meio de atuação do Movimento, foi defendida como uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato (FERNANDES, 2008)⁵, mas também uma afronta ao latifúndio e ao agronegócio. Para o MST a ocupação da terra significa a ressocialização dos acampados, um espaço de formação, troca e reconhecimento. Para os assentados, segundo Martins (2003), o acampamento é a experiência social do provisório, diversa de todas as outras, momento da reconstrução de sociabilidades, as quais invariavelmente irão se pautar em valores e normas da sociedade tradicional.

Esta diferença de entendimento se torna mais visível na fase de assentamento, onde as famílias acabam por buscar a reordenação de suas experiências de vida, entrando em choque com o Movimento, o qual tenta dar continuidade à formação política de seus participantes, baseada nos ideais de organização coletiva. No entanto, quando os ideais de coletividade são transpostos de cima para baixo, dos dirigentes do MST para os assentados há, muitas vezes, resistências em relação a organizações coletivas, e diversas formas de aversão, seja em relação às cooperativas de produção, às decisões coletivas acordadas nas diversas instâncias de

⁴ FEIX, José Plínio. Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST. Estudo de Caso na região de Rondonópolis - MT. 2001. 274p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2001.

⁵ FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, Vera L. S. Botta; e WHITAKER, Dulce C. Andreatta (orgs). *Reforma Agrária e Desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. MDA: Brasília. 2008. p. 27 – 52.

reuniões, ou mesmo às formas simples de trabalho. Este conflito decorre da falta de entendimento do que seja coletividade entre os diferentes atores, bem como da diferença de projetos de vida entre os dirigentes e as famílias assentadas.

Em relação aos ideais de coletividade, Martins (2003) nos dá algumas explicações a partir do entendimento das relações tradicionais do campesinato brasileiro. Em primeiro lugar, “a coletivização não é uma necessidade técnica ou econômica, não é um requisito de racionalidade econômica, de produtividade. Não se inscreve na cultura brasileira e nas tradições populares do campo, em nenhuma das áreas do país” (MARTINS, 2003, p. 92). Além disso, o comunitário sempre foi uma excepcionalidade, ocorrendo apenas em momentos de adversidades ou de situações de urgência. O sujeito coletivo do campo é pautado pela família, tanto a verdadeira, através de ligações consangüíneas, quanto à família simbólica, resultado de relações sociais baseadas em reciprocidades morais. Neste sentido, o sujeito da reforma agrária é bastante diverso do sujeito coletivo desejado pelo MST e outras agências de mediação, sendo um sujeito com “identidade própria, complexa, nem um pouco política e, sobretudo, familística e vicinal” (MARTINS, 2003, p. 54).

A imposição pela coletividade acaba por determinar posturas de seus participantes, e em certo sentido, formas de resistência. Isso porque as famílias ingressantes nas filas do Movimento submetem-se ao processo de ideologização inicial, na fase de acampamento, onde tudo é, teoricamente, decidido e realizado com base na participação e coletividade. No entanto, ao se tornar um assentado esta situação se vê alterada, e o coletivo passa a ser, muitas vezes, o inverso da liberdade que este assentado procurava⁶.

Desta forma, o sujeito coletivo família prevalece, retomando as bases das relações tradicionais do campo. Alguns autores defendem que esta coletivização do MST deve começar por suas vertentes mais simples⁷, como a cooperação e a ajuda mútua, para que as idéias dos ganhos

⁶ “Para o camponês assentado, a terra, sinônimo de liberdade pela qual tanto lutou, é propriedade da família, e o trabalho que nela realiza deve ser um trabalho livre, oposto ao realizado nos tempos de cativo, quando o patrão lhe dizia o que e onde plantar. Durante a luta coletiva pela terra familiar, este tipo de prática alcança um certo sucesso, por tratar-se de uma forma de fortalecimento / união do grupo para conquistar a terra e a liberdade do trabalho. Uma vez liberto, o camponês realiza o ‘seu’ trabalho, na ‘sua’ terra, de acordo com a ‘sua’ determinação. O trabalho no ‘roçado comunitário’, sob esta ótica, é visto pelo camponês não como um trabalho que ele realiza para si próprio, mas sim um trabalho que ele realiza para os outros. Daí o aparecimento de inúmeros conflitos e a inviabilização de boa parte das experiências” (IENO & BAMAT, 1998, p. 96-97, apud LAZZARETTI, Miguel Ângelo. *Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária: Processos de Organização dos Trabalhadores Rurais*. Cascavel: Dissertação Edunioeste. 2003. p. 82).

⁷ “[...] o trabalho familiar isolado não quer necessariamente dizer que ele esteja impermeável à solidariedade para com os demais, ou para com as tradicionais relações de vizinhança e ajuda mútua que fazem da agricultura

coletivos sejam introduzidas vagarosamente, tornando-se parte das experiências destas pessoas, e assim, naturalmente parte de suas vidas. E mesmo assim, estas experiências serão construídas em meio à tensões e à construção de lealdades e rearranjos da sociabilidade.

O PROJETO SEPÉ TIARAJU - CONSTRUÇÃO DAS CASAS

Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre organização coletiva e formas de resistência no projeto de construção de 77 habitações no assentamento rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP. Para tanto parte do entendimento sobre as formas cotidianas de resistência definida por Scott (2002, p. 13)⁸, onde “[...] a luta é menos marcada por confrontações massivas e desafiadoras do que por uma evasão que é igualmente massiva e frequentemente muito eficaz”. Como fontes de evidências foram utilizados os registros de reuniões entre os diversos atores do projeto (famílias, assessoria técnica, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Caixa Econômica Federal - CEF, e promotoria pública) e os diários de acompanhamento de obra. Estas duas fontes de evidência permitiram a confrontação entre o que foi discutido e acordado nas reuniões, entendidas como reuniões de decisão coletiva, e o que de fato aconteceu em canteiro de obras. Para este trabalho se propõe a descrição da trajetória de três assentados, trajetórias representativas de um movimento comum, as quais também demonstram o processo geral de construção das casas.

Tanto reuniões quanto diários de obras estão registrados em planilhas (planilha de perguntas transversais – PPT⁹ e planilha de relato de viagem), a partir do método da observação assistemática participante¹⁰. Trata-se de dados coletados e organizados pelo Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade – HABIS, pertencente ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, da Universidade de São Paulo (IAU – USP), em conjunto com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O HABIS vem trabalhando, desde 2003, como assessoria técnica para a construção de habitações em assentamentos rurais, tendo como

familiar um segmento específico no mundo da produção econômica" (BERGAMASCO, Sônia M.; e NORDER, Luis A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Editora Brasiliense. 2001, p. 63.).

⁸ SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: Revista Raízes, v.21, n.01. 2002. p. 10 – 31.

⁹ PPT: Planilha de Pergunta Transversal: trata-se de planilha de coleta de dados elaborada pelo HABIS, onde se registram os procedimentos das atividades desenvolvidas pelo grupo de pesquisa, a descrição da atividade, as principais falas, conflitos, bem como as impressões do pesquisador responsável pelo seu preenchimento com suas respectivas análises e propostas de encaminhamentos.

¹⁰ A “observação assistemática participante” é definida pela coleta de maior número possível de registros de um determinado processo sem a sua categorização prévia.

estratégia a pesquisa-ação, onde o pesquisador participante coleta dados simultaneamente à ação, em conjunto com a comunidade com a qual está envolvido (DIONNE, 2007)¹¹.

O Assentamento Rural Sepé Tiaraju é um assentamento de reforma agrária promovido pelo MST, legalizado em 2004 com a compra das terras pelo INCRA. Está dividido 80¹² lotes individuais com 3,6 ha cada, concedidos para as famílias, sem o título de posse, distribuídas em quatro núcleos de 20 famílias: Dandara, Zumbi, Chico Mendes e Paulo Freire.

Diante da possibilidade da construção das casas em um processo denominado então como participativo, próximo aos ideais preconizados pelo MST¹³, firmou-se a parceria entre assentados e o grupo HABIS. Foram discutidos coletivamente os projetos de arquitetura e os materiais a serem utilizados. Ao mesmo tempo em que eram escolhidas as plantas e os materiais das casas, eram firmados alguns acordos para o canteiro de obras.

A construção coletiva das casas foi decorrente de três posicionamentos: do programa de financiamento, do MST e do HABIS. O programa de financiamento acessado pelas famílias foi o Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas. Como o foco do programa era a compra de materiais apenas 20% do montante geral poderia ser investido no pagamento de mão-de-obra especializada¹⁴. A fim de garantir uma habitação com maior área, as famílias “optaram” pela construção em mutirão. Além disso, o programa de financiamento exigia que todas as famílias cumprissem o mesmo cronograma de obras, vinculando a execução de etapas à liberação de recursos. Sendo assim, enquanto todas as famílias não empregassem na obra os materiais entregues, a CEF não liberava o pagamento destes materiais, impossibilitando novas compras. A cada entrega de materiais, as famílias tinham o período de um mês para o uso, não importando o clima, se a família passou por algum problema, se era período de plantio.

Nesta fase inicial de discussões o MST ainda estava bastante presente através de seus diretores e militantes. Sendo assim foi bastante enfatizada a idéia de que as famílias construiriam as

¹¹ DIONNE, Hugues. *A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local*. 3ª.ed. Brasília: Editora Liberlivro. 2007.

¹² Apenas 77 famílias fizeram parte do projeto de construção das casas em conjunto com a assessoria técnica.

¹³ A fim de manter sua estrutura como um movimento de massas, cujo objetivo é a derrubada das cercas do latifúndio, da ignorância e do capital (STÉDILE E FERNANDES, 1999), o MST se apóia em alguns princípios organizativos, que são: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, estudo, formação de quadros, luta de massa, e a vinculação com a base (CARVALHO, 2002). Conceitualmente, o engajamento de todos os participantes do Movimento se faz de fundamental importância para a sua sobrevivência e para o processamento das alterações sócio-econômicas que ele se propõe a realizar, baseado na força coletiva. Por isso, a participação se faz, teoricamente, uma das palavras chaves do Movimento.

¹⁴ Cabe destacar que em qualquer construção, cerca de 50% do valor gasto é referente ao pagamento de mão-de-obra.

suas casas em mutirão, como uma continuidade da luta, e de um processo de conquistas. A imagem das mãos unidas era sempre colocada, a força do coletivo que supera as barreiras e conquista os seus sonhos, garantindo seus direitos em uma sociedade que os nega. Por sua vez, a assessoria também colocava como condição a construção coletiva das habitações, por dois motivos principais: por acreditar que o trabalho coletivo representaria avanços à comunidade em termos de autogestão; e, conforme explicitado no momento de firmação de parceria com as famílias, devido o número reduzido de sua equipe, o que inviabilizaria o acompanhamento de 77 casas sendo construídas simultaneamente.

Para o trabalho em mutirão, as famílias se subdividiram inicialmente em 13 brigadas de trabalho, compostas de quatro a 11 famílias, agrupadas segundo proximidade do lote, tipo de casa escolhida e afinidades pessoais. Cada brigada possuía um pedreiro, o qual deveria participar em oficinas de capacitação¹⁵ para depois instruir os demais mutirantes em canteiro. Cada brigada também deveria eleger um representante, o qual participaria em reuniões de coordenação com a assessoria técnica, e depois atualizaria o restante das famílias de seu grupo. Procurou-se envolver as famílias nas diferentes frentes para o gerenciamento do canteiro de obras, em diferentes funções no processo de construção das casas: pedreiros, mutirantes, comissão de compras, comissão de recebimento de materiais¹⁶. A proposta era de que os cargos de comissão e representação fossem rotativos, de maneira que o maior número de pessoas pudesse ser capacitado para cada função, e sentisse a responsabilidade a respeito do trabalho de cada frente, tentando não sobrecarregar ninguém (compartilhamento e coresponsabilidade). Também foi discutido um fluxograma para a discussão de problemas e encaminhamentos, tendo por base a organização já existente no assentamento, resultante das discussões com o MST. Ao surgir qualquer conflito não resolvido, dúvidas, mudança de

¹⁵ As oficinas de capacitação aconteciam a cada nova etapa de obra. A dinâmica era juntar todos os pedreiros de um núcleo num lote previamente escolhido e construir em conjunto com a assessoria a etapa, conferindo o modo de construção, a leitura dos projetos, o preenchimento dos diários de obra, a quantificação de materiais, conferência de medidas. Isso era de fundamental importância porque nem todos os pedreiros de brigada eram pedreiros experientes. Alguns deles haviam apenas trabalhado como serventes, em algum momento de suas trajetórias. Cabe ressaltar que todos os assentados eram convidados para as oficinas de capacitação, mas era cobrada a presença apenas dos pedreiros das brigadas.

¹⁶ As comissões de compra, em conjunto com a assessoria, deveriam fazer orçamento de materiais, comparação de preços, negociação e pedido de compras; já as comissões de recebimento, tinham por responsabilidade acompanhar a entrega de material no assentamento, conferindo a quantidade e a qualidade, e instruindo as demais famílias no armazenamento do material.

posicionamento diante de um acordo, proposta de alteração no projeto, seriam solicitadas reuniões seguindo as seguintes instâncias de decisão: brigada, núcleo, coordenação.

Com o início das obras, ao colocar toda esta estrutura inicial em movimento, algumas insuficiências e contradições se tornaram evidentes. Os integrantes das brigadas começaram a se separar por motivos diversos, as comissões deixaram de funcionar, e as reuniões para decisões coletivas e encaminhamentos passaram a ser local de silêncio ou denúncia. Os acordos coletivos, apesar de discutidos em conjunto com as famílias, não eram cumpridos em canteiro de obras, aumentando ainda mais os conflitos entre os atores envolvidos.

AS TRÊS TRAJETÓRIAS

Dentro de todo o processo de construção das habitações serão descritas três trajetórias: Juca, Evandro e Marcos¹⁷. São três trajetórias individuais, exemplos de ações multiplicadas.

Seu Juca, no início das discussões das casas, candidatou-se a pedreiro de uma das brigadas. Durante a sua vida, antes de ser assentado, já havia trabalho nesta profissão. Ficou responsável pela construção de cinco casas. A brigada trabalhou em conjunto preparando o terreno de quatro casas, e na locação e abertura das valas de fundação. Logo o seu Juca alegou problemas de saúde, e pediu para não ser mais o pedreiro da brigada. Disse que não trabalharia em obra, e sua casa seria construída por um pedreiro contratado. Diante deste posicionamento, sem conseguir resolver o impasse dentro da brigada, foi chamada um reunião de núcleo. Ao se colocar a situação para a comunidade, a resposta que prevaleceu foi a seguinte:

Marcelo: “[...] Nosso assentamento é coletivo e nós vivemos no coletivo. Nós não aceitamos ele trabalhar individualmente. Se ele for trabalhar sozinho, nós conversamos com o INCRA pra tirar o financiamento da casa dele. [...] Não podemos começar a quebrar o coletivo. Ele pode ajudar sem sair do projeto. Não estou de acordo em ele fazer a casa sozinho. Essa discussão de fazer a casa no coletivo acontece desde o início do acampamento. Qualquer coisa o INCRA toma uma providência.” (PPT, 13 de Dezembro de 2006)

Sendo assim, ou ele acompanharia a brigada realizando trabalhos mais leves, de acompanhamento e supervisão, ou colocaria um representante para trabalhar em seu lugar. Seu Juca se propôs a acompanhar as construções em parceria com o pedreiro de outra brigada, não mais como pedreiro principal. A nova brigada passou a ser composta de 10 mutirantes.

¹⁷ A fim de preservar a identidade das pessoas, os nomes apresentados são fictícios.

Esta decisão da comunidade em canteiro de obras se tornou um complicador, porque seu Juca passou a atuar de modo conflitante com os demais membros da brigada, aparecendo nos dias de trabalho por pequenos períodos, e estimulando brigas. No que diz respeito à sua casa, passado algum tempo, contratou um pedreiro. Ou seja, ele permaneceu como pedreiro apenas para que a comunidade não o excluísse do projeto, mas na verdade, assumiu o que havia reivindicado em reunião. De visitas breves à obra, deixou de acompanhá-las. A brigada levou o seu caso novamente à reunião de núcleo. Seu Juca não compareceu, e as famílias decidiram cobrar dele os dias de trabalho realizado no lote. No entanto, nenhuma delas declarou e cobrou de seu Juca a resolução, mantendo o mal-estar entre elas, mas sem criar indisposições diretas. No dia a dia de canteiro, as brigadas tinham ritmos distintos, e cada família tinha graus diferentes de comprometimento com as obras. As brigadas eram alteradas constantemente por diversos motivos, principalmente devido a novas afinidades. O caso de Evandro se encaixa neste quadro de novas afinidades.

Evandro e um conjunto de mais quatro famílias possuíam urgência na construção das casas, seja para se dedicar mais à lavoura, seja porque com a casa poderiam trazer o restante da família de outras partes do Brasil. Mas o aumento da velocidade da construção era impedido porque o acordo de obra estabelecia que só seria liberado material para a próxima etapa quando todas as 77 famílias tivessem executado a etapa anterior. Este acordo propunha que as famílias se ajudassem, garantindo o ritmo de obra e a construção de todas as casas. Mas isso não acontecia, acarretando um longo processo de espera para as brigadas mais rápidas. Por isso, Evandro e um conjunto de famílias passaram a pressionar a assessoria técnica para que os materiais passassem a ser liberados por brigadas¹⁸. Em Agosto de 2007, os assentados mais adiantados, entre eles Evandro, chamaram uma reunião de coordenação para a mudança deste acordo. A reunião teve a presença de poucas famílias além dos representantes da coordenação geral. E a despeito do esclarecimento da assessoria sobre as implicações de tal decisão, e do posicionamento de algumas famílias de que esta era uma decisão precipitada, que beneficiaria apenas as famílias com maior poder aquisitivo, foi acordado que os materiais passariam a ser entregues conforme as necessidades de cada brigada. As famílias reivindicantes afirmavam a disposição em ajudar as demais se elas precisassem. Não abandonariam o “coletivo”.

¹⁸ Quando se concluíssem todas as fundações daquela brigada, seriam liberados os materiais da próxima etapa somente para aquela brigada.

Com este acordo, Evandro e outros quatro assentados se reuniram em uma brigada, e contrataram um pedreiro. E inicialmente trabalharam como serventes do pedreiro contratado. Levantaram e cobriram as cinco casas, dividindo entre eles os gastos com o pagamento do profissional. Depois da casa coberta, seus canteiros permaneceram um ano parados porque, num momento da obra, a CEF exigiu que todas as famílias atingissem a mesma etapa.

Os materiais entregues por brigadas possibilitou um maior distanciamento de obras entre as famílias. Enquanto algumas famílias já estavam com a casa coberta, outras nem haviam iniciado a fundação. Estas famílias ainda sem fundação deveriam chegar à etapa de casa coberta, para posterior liberação dos materiais das outras etapas para todas as famílias.

Na visão das famílias que compunham a antiga brigada de Evandro, e que permaneceram trabalhando em mutirão sem o pedreiro contratado, ele passou a ser visto como “individualista”, principalmente por ter pressionado para a mudança de acordo de entrega de materiais. No entanto, ao ser indagado sobre isso, Evandro anunciava que estava trabalhando no coletivo. A visão de Evandro sobre as demais famílias também não era positiva. Considerava que as famílias paradas estavam prejudicando as demais, cabendo aí uma decisão drástica. É deste período a fala abaixo, também defendida por Evandro:

Sônia: [...] o que eu propus foi que quem não começou a obra sai do projeto... lá atrás foi firmado um acordo... quem não quer a casa se retira do projeto. Tem várias famílias prejudicadas... dá um prazo para as pessoas, se não cumprir, sai do projeto... A minha casa tá lá parada... quem tá individual é quem não tá construindo, tá desrespeitando o coletivo que quer construir. A proposta: dar um prazo, se não construir, sai do projeto. A gente não quer perder o projeto. (PPT de 17 de Setembro de 2008)

Seu Marcos estava entre as famílias indicadas por Sônia. Seu Marcos era o pedreiro de uma brigada, e quando as obras se intensificaram em 2007, alegou desinteresse em participar da construção das casas dizendo que não era sua intenção ficar tanto tempo amarrado em um projeto, “perdendo a sua liberdade”. Seu caso foi levado para a reunião de coordenação em conjunto com o caso do seu Juca. E nesta reunião, na qual seu Marcos não compareceu, as demais famílias presentes decidiram que ele deveria se inserir em outra brigada, como mutirante, ou pagar pelos dias em que não fosse trabalhar. Seu Marcos ficou afastado do assentamento por cerca de um ano. Quando retornou, diante da pressão das outras famílias avisou que queria construir a casa. Não conseguiu se inserir em nenhuma brigada, e por isso assumiu sozinho a sua obra, já que era pedreiro. Recebeu o material para a execução da

fundação no início de 2008. Seu Marcos iniciou a obra, construiu metade de sua fundação, e depois disso, parou. A cada visita da assessoria técnica apresentava um novo argumento: “não construí porque esta semana choveu, mas vou começar na segunda”; “não construí porque fez muito sol”; “não construí porque acabou a água”; “não construí porque meu carro quebrou, não tenho como buscar água”; “não construí porque meu filho não veio ajudar”; “não construí porque acabou a areia” (a areia entregue tinha sido levada pela chuva); “não construí porque não tenho dinheiro para comprar mais areia” (os materiais perdidos deveriam ser repostos pela família responsável); e, por fim, perdeu o cimento, material com data de validade.

Seu Marcos não cumpriu o acordo de que todas as famílias atingiriam o mesmo patamar de obras. Mas devido ao avanço geral de obra das demais famílias, a CEF liberou nova compra. Mas fez isso com a condição de que o INCRA garantiria que famílias como o seu Marcos iriam construir. O que não aconteceu, encadeando uma nova paralisação de obra no final de 2008. A CEF esperava uma atitude do INCRA, e para pressionar uma ação não liberou o pagamento dos materiais adquiridos. Também neste período foi verificado que o recurso disponível não seria capaz de finalizar as casas como estabelecido no contrato. Sendo assim, o INCRA também deveria encontrar novos recursos para finalizar as casas a contento.

Diante deste impasse, a coordenação das famílias fez uma denúncia ao Ministério Público, e intimaram o INCRA, a CEF e a assessoria técnica a prestarem contas ao promotor. Elas queriam terminar as casas e não entendiam porque os materiais não estavam sendo pagos ou entregues. As reuniões com o promotor foram bastante tumultuadas, e cada parte anunciou o seu entendimento sobre o problema. Para o INCRA a construção das casas não estava em andamento devido à ineficiência da assessoria técnica. Para a CEF, o problema era o INCRA, que não havia cumprido o acordo de encaminhar as casas paradas ou de procurar outros recursos para a finalização das casas; bem como as famílias, as quais não cumpriam o cronograma de obras. Para as famílias o problema era o HABIS e o INCRA: o HABIS por não prestar a assessoria como se esperava; e o INCRA por não garantir o abastecimento de água no assentamento, prejudicando o andamento das obras, além de não agilizar o pagamento das notas fiscais, porque sem pagamento as lojas paravam de fornecer materiais no meio de entregas.

Para a assessoria técnica se tratava de um problema de programa de financiamento. O programa era muito rígido, e não considerava imprevistos, como a dificuldade de trabalhar em

mutirão, as diferenças de ritmo entre as famílias, a inexistência de recurso suficiente para pagamento de mão-de-obra especializada, a existência de períodos de chuva, períodos de plantio e de colheita, quando as famílias priorizam a produção agrícola, doenças e problemas familiares. Ao vincular todas as famílias em um único contrato, era determinante que todas as famílias tivessem o mesmo ritmo, o mesmo empenho, sem imprevistos. Caso alguma delas parasse, por um motivo qualquer, todas as demais eram prejudicadas, pelo não pagamento de materiais e a impossibilidade de compra de novos. Quando os materiais passaram a ser liberados por brigadas, as famílias mais fragilizadas (em relação à condição financeira, saúde, relações pessoais) ficaram isoladas. Sem o recurso para o pagamento de mão-de-obra, sem a experiência em construção civil, sem ajuda das demais famílias, era quase impossível cumprir o cronograma de obras, e isso influenciava o assentamento como um todo.

Diante dos fatos, o promotor público tentou colocar ordem na casa. Estabeleceu encaminhamentos com a CEF, INCRA e HABIS, e chamou todas as famílias que estavam com a obra parada ou muito atrasada para apresentarem o que era necessário para a continuidade da casa. Quem não desse prosseguimento à obra teria seu lote tomado pelo INCRA. Entre os intimados estava seu Marcos. Diante do promotor, ele disse não ter avançado com a obra por falta de material em seu lote, e a ausência da assessoria técnica. Afirmou que era pedreiro, e queria sim a casa. As demais famílias presentes se calaram diante desta colocação. Todos sabiam da situação do assentado, mas nenhuma se indisporia diretamente com ele. Coube à assessoria os esclarecimentos, apresentando uma lista de todos os materiais entregues para seu Marcos, o quando da entrega, o número de visitas, e os diferentes argumentos apresentados em cada uma delas. O assentado manteve o posicionamento de que não havia recebido o material, mas queria construir a casa. Por isso, as famílias presentes concordaram em enviar novamente a ele os materiais desperdiçados, a serem pagos com o dinheiro da comunidade.

Diante dos acordos, a CEF liberou novamente o pagamento dos materiais já adquiridos e a compra de novos. O prazo para a finalização de todas as casas era Dezembro de 2009. Quem não terminasse, teria de prestar contas ao INCRA. Com a nova compra, foi possível avançar etapas de todas as famílias, proporcionando a 60 delas terminarem a sua casa um pouco após o prazo estipulado. Das 17 restantes, oito ainda continuavam com a casa parada, sem avanço de obra, apesar de possuírem o material necessário em canteiro. Seu Marcos estava entre estas oito famílias, e seus argumentos para a não construção continuaram os mesmos. O resultado

deste processo foi uma nova paralisação da obra pela CEF, em Janeiro de 2010, impossibilitando às famílias que ainda estavam construindo terminarem a sua casa. Diante do não cumprimento do acordo pelo INCRA, de garantir a construção ou a exclusão das famílias paradas, a CEF passou a exigir deste instituto a devolução de todo o recurso investido nas 77 casas, argumentando quebra de contrato.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este relato de experiência, além de pontuar a trajetória de alguns assentados, trouxe um panorama geral e resumido do processo de construção das casas. O que se pode destacar nele é a sua irracionalidade enquanto proposta de programa de financiamento para habitação de interesse social, ao vincular o trabalho coletivo a um processo rígido de liberação de recursos.

A dificuldade de encaminhamento das obras não foi somente devido a isso. Houve a dificuldade de cumprir o cronograma de obras (manutenção de ritmo, compra de materiais, manutenção de contrato com fornecedores), e principalmente dificuldade de interlocução entre os atores. O processo de construção das habitações no assentamento rural Sepé Tiaraju foi marcado por diferentes expectativas, o que por sua vez, instituiu diferentes racionalidades. Para as famílias, o desejo era ter a casa o mais rápido possível. Para a assessoria, importava o processo de construção. E para a CEF, um financiamento habitacional dentro de normas pré-estabelecidas. Apesar de o objetivo final casa ser igual para todos os atores, os caminhos instituídos por cada um deles foram muito diferenciados, resultando, por sua vez, num processo conflituoso e bastante desgastante para todos os envolvidos.

Mesmo com objetivos diferentes, diante da necessidade de ter uma habitação, as famílias apostaram na proposta da assessoria (participação e organização coletiva) e no programa de financiamento. No entanto, com o início das obras, as diferenças foram ganhando outra dimensão, e não foram resolvidas coletivamente, seja pelo desinteresse, seja pela falta de histórico destas famílias em resolver problemas desta alçada.

Diante da rigidez da proposta da assessoria, que não atenderia famílias individuais, e de algumas famílias ameaçando sinalizar o INCRA para a exclusão de quem não cumprisse os acordos, as famílias encontraram no seu dia-a-dia formas de burlá-los. E isso foi visível nas reuniões, diante de atitudes de falsa aceitação, e a dissimulação no canteiro de obras. Tomando emprestadas as palavras de Scott (2002, p. 12) a regra geral foi a resistência passiva, “expressa

através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano”, evitando qualquer confrontação direta com assessoria, INCRA, CEF, ou com as normas estabelecidas. O que dizer de seu Juca, que se intitulou pedreiro de uma brigada, não participou efetivamente, e contratou um pedreiro para construir a sua casa? E de Evandro, que buscou uma nova forma para o coletivo, contratando um pedreiro em grupo? E o seu Marcos, com uma desculpa diferente para cada visita da assessoria? Ele não queria a casa, mas não queria perder o lote.

Esta resistência velada teve seus desdobramentos em cada paralisação de obra, onde foi necessária a recriação de acordos “coletivos”, e em concessões de todos os atores envolvidos. Aos poucos, os posicionamentos das famílias se tornaram claros, passando a reivindicar que as casas fossem construídas individualmente, ou seja, cada família responsável por viabilizar a construção da sua casa, seja contratando pedreiro, seja através de trocas com outros assentados, mantendo a compra coletiva devido à impossibilidade de alteração do contrato.

Os casos de Juca, Evandro e Marcos não se configuram como exceções. Eles foram a maioria. De 77 famílias apenas seis se mantiveram trabalhando em brigada do início ao fim das obras. Em nenhum momento as famílias questionaram o contrato de financiamento, mas elas agiram de forma a garantir que sua necessidade fosse suprimida dentro dele, buscando, indiretamente, subterfúgios de sobrevivência, seja a partir de dissimulação de entendimentos, de atitudes contraditórias, de alteração de sentido para as palavras¹⁹.

Ter habitação para as famílias era uma necessidade premente, e para muitas delas, urgente. Diante da impossibilidade de consegui-la de uma outra maneira, estas famílias se submeteram ao projeto, e a todo um ideal de coletividade colocado pela assessoria, pelo programa de financiamento, e pelo MST. No entanto, tanto o programa, a assessoria e o MST partiram de um entendimento instrumentalizado do que seria esta coletividade. Como já comentado, predomina na nossa sociedade um pensamento de coletividade ligado à família. Cabe tentar alterar uma característica histórica submetendo populações a um projeto que visa garantir um item essencial para a sobrevivência? Na verdade é uma injustiça veiculada por aqueles que, ingenuamente, pretendem mudar o mundo, alterar as condições que consideram injustas.

No que diz respeito ao programa de financiamento, o processo de construção demonstrou que o mesmo mantém um pensamento bancário. Assim como saúde e educação, a habitação vem

¹⁹ Retomando as palavras de Scott (2002, p.30), o objetivo da resistência camponesa “[...] não é diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele [...]”.

sendo tratada como uma mercadoria, e não como um direito social. Desta forma, deixa de ser um problema político para se tornar um problema financeiro, tornando racional a CEF exigir que o INCRA devolva todo o recurso investido nas habitações, habitações já ocupadas e apropriadas pelas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, Sônia M.; e NORDER, Luis A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Editora Brasiliense. 2001.

CARVALHO, Horácio C. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In SANTOS, Boaventura S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2002. p. 233 a 260.

DIONNE, Hugues. *A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local*. 3ª.ed. Brasília: Editora Liberlivro. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, Vera L. S. Botta; e WHITAKER, Dulce C. Andreatta (orgs). *Reforma Agrária e Desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. MDA: Brasília. 2008. p. 27 – 52.

FEIX, José Plínio. *Os interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST. Estudo de Caso na região de Rondonópolis - MT*. 2001. 274p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2001.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. *Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária: Processos de Organização dos Trabalhadores Rurais*. Cascavel: Dissertação Edunioeste. 2003.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ªed. Petrópolis: Ed. Vozes. 1995. p. 21 – 102.

MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS. 2003. p 25 – 159.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: *Revista Raízes*, v.21, n.01. 2002. p. 10 – 31.

STEDILE, João P. FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1999.